

Inês Ribeiro Soares Rios

2º Ciclo de Estudos em Ciências da Comunicação

O Acordo Ortográfico no Público: um caso de parcialidade?

2012

Orientador: Professor Doutor Paulo Frias da Costa

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Índice

I. Nota da autora	p. 3
1. Introdução	p. 4
2. O Público	p. 9
2.1 Identidade da organização	p. 9
2.2 Balanço de estágio	p. 13
3. O Acordo Ortográfico	p. 24
3.1 História	p. 24
3.2 Controvérsia	p. 27
4. Estudos sobre parcialidade e <i>agenda-setting</i>	p. 31
5. Hipóteses e metodologia	p. 41
6. Resultados	p. 46
7. Conclusão	p. 53
8. Referências	p. 55
8.1 Bibliografia	p. 55
8.2 Periódicos	p. 56
8.3 Internet	p. 56

I. Nota da autora

Este relatório é redigido na sequência do estágio realizado pela mestranda Inês Rios, da Universidade do Porto, na redação portuense do jornal Público, entre os dias 12 de dezembro de 2011 e 8 de março de 2012. A descrição das atividades diárias é aqui complementada com um trabalho de investigação, que teve por finalidade apurar se o tratamento de questões relacionadas com o Acordo Ortográfico de 1990 é levado a cabo, neste jornal, com ou sem parcialidade.

Serve a presente nota para prestar agradecimento:

ao Professor Doutor Paulo Frias, que acompanhou e auxiliou, desde o início, o desenvolvimento deste relatório;

à equipa do Público e, em especial, aos editores Álvaro Vieira e Abel Coentrão, que me ensinaram a ser jornalista;

às estagiárias Isabel Sottomayor e Sandra Mesquita, por todos os momentos que partilhámos na redação e pelas sempre prontas opiniões e sugestões;

e aos meus pais, pelo apoio que nunca falhou.

1. Introdução

“O advogado, escritor e tradutor Vasco Graça Moura é também um acérrimo opositor do novo acordo ortográfico. Recusar-se-á este a permitir que se escreva nos programas e documentos oficiais da dita instituição, seguindo as regras do novo acordo? Veremos, pois, quando num destes dias nos aproximarmos da rece(p)ção e tirarmos o novo programa do CCB.” (Chéu, 2012)

Ao escrever estas palavras no P3, no mesmo dia em que Vasco Graça Moura assumia a presidência do Centro Cultural de Belém (CCB), Cláudia Lucas Chéu esteve afinal mais próxima do presságio do que da ironia. Precisamente dez dias depois, a 2 de fevereiro de 2012, Graça Moura fez distribuir uma circular interna em que ordenava a desinstalação dos conversores ortográficos de todos os computadores daquela instituição, protagonizando um recuo na decisão da anterior presidência de aplicar o Acordo Ortográfico de 1990. De futuro, a redação de todo e qualquer documento deveria sujeitar-se à antiga grafia, de acordo com a circular.

Todavia, o escritor e ex-eurodeputado não foi o único a surpreender. No dia seguinte, o Público fazia desse acontecimento – para muitos secundário ou até mesmo irrelevante – a sua manchete, para além de lhe dedicar uma página inteira na secção “Portugal” e uma série de outros espaços na secção de opinião. O diário nunca ocultou o seu posicionamento contra o Acordo Ortográfico de 1990 – assumindo-o publicamente, aliás, no Editorial de 30 de dezembro de 2009 – e não perdeu a oportunidade de elogiar a atitude de Vasco Graça Moura. No Editorial, apelida-a de “acto corajoso” e defende que tudo o que se opuser aos “pretensos fundamentos” do “embuste ortográfico” não passa de um apelo à “razoabilidade geral”. A este vocabulário com uma forte carga negativa segue-se uma secção “Sobe e desce” em que a fotografia do presidente do CCB se faz acompanhar por uma seta ascendente e a sua posição aparece descrita como “digna de aplauso”. Pelos motivos apresentados, a edição do Público de 3 de fevereiro de 2012 marcou o início de uma onda de críticas por parte dos leitores (e, inclusive, de um cronista), que colocavam em causa a legitimidade da conduta dos responsáveis pelo jornal. Vejamos alguns exemplos:

1. “Uma semana cheia de primeiras páginas para o Sr. Vasco Graça Moura no Público. Curioso? Os renascidos das cinzas estão aí todos, brotando... Será que não há

nada mais importante para falar na área da cultura?” (Comentário anónimo, sob o título “Diversidade jornalística”, à notícia *online* do Público “Graça Moura dá ordem aos serviços do CCB para não aplicarem o Acordo Ortográfico”¹)

2. “De resto, e visto a etimologia da língua ser algo em que o jornal PÚBLICO parece empenhar-se tanto, gostaria de deixar aqui a proposta de que, além de o jornal fazer campanha contra o Acordo, fizesse também campanha para a melhoria do ensino do português nas escolas (...)” (Carta à Diretora, enviada por Jorge Palinhos²)

3. “Insensato Pedro Rosa Mendes, que foi censurado por contrariar o Governo de Angola. Se contrariasse a CPLP inteira, ainda tinha crónica, e applauso da imprensa!” (Excerto de uma crónica de Rui Tavares³)

O episódio que mais sobressaiu neste período de reações díspares foi provavelmente – nem que seja pelo carácter mais sólido da argumentação e pela existência de *feedback* da redação – a chegada da questão ao Provedor do leitor, a qual serviu inclusivamente como base para o tema do presente relatório. Em meados de fevereiro, o leitor Sebastião Lima Rego, membro da extinta Alta Autoridade para a Comunicação Social, escreveu a José Queirós na expectativa de que este avaliasse a utilização do caso de Vasco Graça Moura – um assunto, na sua opinião, “anódino, lateral, afinal desinteressante” comparativamente a outros em voga nesse dia e com mais capacidade de figurar na capa do jornal – como manchete, “do ponto de vista da deontologia e curialidade editoriais” (cit. em Queirós, 2012). O autor do protesto realça ainda as outras peças que, na edição do dia 3 de fevereiro, constituíam para si um ataque constante ao Acordo Ortográfico pela parte do Público.

A este respeito, José Queirós ouviu o esclarecimento de Nuno Pacheco, diretor adjunto do Público, encarregue do fecho da edição alvo das críticas. Nuno Pacheco justificou a escolha daquela manchete com o “ineditismo do facto” (uma vez que não se

¹ A notícia foi escrita pelo jornalista Luís Miguel Queirós e data de 3 de fevereiro de 2012. Poderá ser consultada em <http://publico.pt/1532066>. O comentário foi visualizado a 31 de julho de 2012.

² A carta reutiliza o título do Editorial “Actos corajosos contra o embuste ortográfico” e figura na página 30 da edição do Público de 7 de fevereiro de 2012.

³ A crónica poderá ser lida na íntegra na última página da edição do Público de 6 de fevereiro de 2012. A palavra “aplauso” não tem a consoante repetida por lapso; toda a crónica está escrita num português antigo, não só para trocar da causa de Vasco Graça Moura, como também para mostrar aos portugueses que muitas consoantes mudas foram sendo eliminadas ao longo do tempo sem nenhum prejuízo, antes pelo contrário.

tratou de uma simples decisão de não aplicar o Acordo Ortográfico, mas antes do cancelamento da sua adoção numa instituição onde este vigorava há vários meses) e a sua coincidência temporal com a pergunta enviada ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, por três deputados do PSD eleitos pelo círculo dos Açores, na qual emitem uma opinião profundamente desfavorável em relação ao Acordo e incitam à suspensão imediata da sua aplicação em Portugal (cit. em Queirós, 2012). A pergunta foi, com efeito, noticiada juntamente com a medida de Vasco Graça Moura. Referindo-se depois às restantes peças, o diretor adjunto relembra o direito de todo o jornal à opinião e encara com naturalidade que o Público, com uma posição editorial bem demarcada quanto ao Acordo Ortográfico, tenha aproveitado a situação para se manifestar desfavoravelmente e de algum modo reintroduzir a temática no debate público. Na sua crónica datada de 19 de fevereiro, o Provedor publica estas declarações e anui, considerando não ter existido “qualquer problema deontológico” (Queirós, 2012). José Queirós confirma que, analisando com cuidado as peças mencionadas pelo leitor, é possível constatar uma clara separação entre informação e opinião e que, de resto, a coexistência das duas funções entra até na definição de jornalismo de referência. E acrescenta que, pela sua imprevisibilidade, o acontecimento no CCB era, entre aqueles que marcavam a atualidade no dia 3 de fevereiro, o que melhor preenchia os requisitos de uma manchete, visto os restantes serem já, na sua essência, do conhecimento do público.

Reconhecendo alguma pertinência nas observações de Sebastião Lima Rego, decidi debruçar a componente de investigação deste relatório sobre o tratamento da temática do Acordo Ortográfico de 1990 que o jornal Público tem vindo a levar a cabo. Sem intenção de me concentrar especificamente no caso de Vasco Graça Moura – que, como vimos, foi já intensamente debatido sem que uma entidade supostamente imparcial como o Provedor do leitor detetasse qualquer tipo de comportamento problemático –, pretendo alargar a análise a um período de seis meses, não necessariamente consecutivos, que em princípio me permitirá verificar se o jornal recai em alguma anomalia deontológica na divulgação de informação sobre um tema em relação ao qual possui uma posição editorial de tal forma vinculada e desfavorável, de um modo mais abrangente, em vez de direcionado para uma única notícia. Para tal, usarei também um critério diferente daquele usado por Sebastião Lima Rego, que insinuava uma miscelânea entre informação e opinião. José Queirós desmentiu-o desde logo, alegando que “a notícia que sustentou a manchete (...) relata os factos e o seu contexto”

e que o Público respeitou “perfeitamente” os limites dos espaços de informação e de opinião (2012). O meu critério não será o do conteúdo das peças. Pelo contrário, no plano informativo, farei corresponder a natureza geral das peças (favoráveis ou desfavoráveis) à quantidade e ao destaque que lhes é outorgado, a fim de entender se a posição editorial do jornal influencia em última instância a seleção e a hierarquização dos factos. No plano da opinião, contabilizarei as tomadas de posição favoráveis e desfavoráveis ao Acordo Ortográfico, na medida em que, na mesma linha de pensamento de José Queirós, julgo ser de salientar a importância de um “espaço de opinião aberto ao debate das diferentes posições” (*idem*), independentemente daquela assumida pela organização noticiosa. A eleição destes critérios coaduna-se com a convicção de que, por um lado, a cedência sistemática de um maior destaque a peças (des)favoráveis a determinado objeto ou, por outro, um desequilíbrio substancial entre opiniões contra e a favor é passível de deformar, a longo prazo, a visão que os leitores possuem desse mesmo objeto e prejudicar o papel democrático teoricamente exercido pelos meios de comunicação social. O acesso a uma informação o mais plural possível é essencial para que o indivíduo tenha a capacidade de decidir por si próprio o que pensar.

O presente relatório é elaborado no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação (variante em Estudos dos Média e Jornalismo) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Reporta ao estágio realizado no jornal Público, na redação do Porto, onde, durante sensivelmente três meses, exerci a função de jornalista, como será descrito pormenorizadamente mais adiante. Ao optar pelo Acordo Ortográfico como fio condutor deste trabalho, seria expectável que me focasse na forma como este (ou, no caso do Público, a ausência de aplicação) afeta a elaboração de notícias, já que a minha contribuição para o jornal se resumiu sobretudo a isso. No entanto, concluí que não afeta. Uma empresa que resolva não adotar o Acordo Ortográfico labora como sempre laborou, não se impondo aqui qualquer dificuldade. Nem sequer a utilização de fontes já adaptadas ao Acordo, como a agência noticiosa Lusa, se torna complicada, dado que a antiga grafia é de tal modo automática para o jornalista que a reprodução da informação não requer mais esforço do que a mera correção de um texto com um pequeno número de erros. A dificuldade seria indiscutivelmente maior num jornal que adotasse a nova ortografia, inclusivamente ao lidar com fontes que não o fizessem, mas, mesmo aí, o recurso aos conversores ortográficos disponíveis na Internet solucionaria o problema em poucos minutos. Daí que, para efeitos deste relatório, tenha preferido não enveredar pelo trabalho jornalístico propriamente dito e a minha atenção se tenha desviado, em

vez disso, para a atividade editorial: que critérios subjazem à seleção e ao alinhamento das notícias quando está em causa um assunto controverso sobre o qual se tem uma opinião definida? De qualquer modo, a minha passagem pelo Público, entre dezembro de 2011 e março de 2012, não deixou de influenciar a minha opção: se a leitura integral do Público não fizesse parte das minhas obrigações diárias, o mais provável era não ter tido um contacto tão direto com o jornal que me permitisse observar a evolução das críticas que surgiram após o ato de Vasco Graça Moura ter sido título de capa, a 3 de fevereiro.

2. O Público

2.1 Identidade da organização

Os três meses em que estive integrada na redação portuense do Público – entre 12 de dezembro de 2011 e 8 de março de 2012 – contemplaram um importante dia na história do jornal: a comemoração do seu 22.º aniversário. A 5 de março, a boa disposição não se confinou ao interior das quatro paredes da redação. Lá fora, os leitores eram presenteados com um Público gratuito e de imagem renovada.

Foi a 5 de março de 1990 que o Público surgiu pela primeira vez nas bancas, com Álvaro Cunhal como figura central da capa. A Público Comunicação Social S.A., empresa por detrás do jornal, havia contudo sido fundada alguns meses antes, a 31 de outubro de 1989, e uma tentativa frustrada de levar o Público às bancas ocorreu entretanto, motivada por problemas técnicos. Vicente Jorge Silva era o diretor de então e a primeira edição do jornal obteve uma tiragem superior a 100 mil exemplares⁴.

Desde esse dia, o Público assumiu-se como “concorrente directo do *Diário de Notícias*, enquanto jornal de referência” (Torres da Silva, 2007: 68). De facto, a intenção esteve sempre presente, até quando o jornal era apenas uma ideia a germinar na mente de um conjunto de jornalistas do *Expresso* que se reunia, no verão de 1988, e ponderava como criar em Portugal um diário à imagem daqueles ditos de referência na Europa. Esse estilo sério, rigoroso e crítico chegou a valer ao Público, em 1991, a inclusão na World Media Network, que engloba diversos jornais de referência no mundo, tais como o alemão *Süddeutsche Zeitung*, o espanhol *El País*, o francês *Libération* e o italiano *La Stampa*.

O Público pertence à Sonaecom, sub-holding para as comunicações do grupo português Sonae, detido pelo empresário Belmiro de Azevedo. Com duas redações em funcionamento, situadas em Lisboa e no Porto, a organização conta ainda com um vasto leque de correspondentes nacionais, repartidos por variadíssimos pontos do país, e correspondentes internacionais em Bruxelas, Madrid, Washington e no Rio de Janeiro. É atualmente o terceiro diário generalista mais vendido em Portugal (Público, 2012). Segundo os últimos dados divulgados pela Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), relativos aos primeiros quatro meses de 2012, o Público

⁴ Este e outros factos evidenciados neste relatório relativamente à história do Público foram retirados da cronologia do jornal no Facebook ou da descrição da empresa inserida na mesma página, consultada entre os dias 2 e 6 de agosto de 2012 em www.facebook.com/Publico.

vendeu em média 21.454 exemplares por dia (o que corresponde a uma quota de mercado de 9,63%), sendo ultrapassado pelo *Jornal de Notícias* (com uma venda diária de 65.753 exemplares) e pelo líder de mercado, o *Correio da Manhã* (que vende diariamente 115.821 exemplares e arrecada 51,96% de quota de mercado). Por dia, 431 mil portugueses leem o Público – é também a estimativa que o grupo Marktest faz, com base no segundo trimestre de 2012 (Record, 2012). O estudo que todos os anos empreende, o Bareme Imprensa, revela ainda que, no que concerne aos diários generalistas, só o *Correio da Manhã* e o *Jornal de Notícias* obtiveram uma maior audiência do que o Público (o primeiro com perto de 1,2 milhões de leitores, reiterando-se como líder da imprensa de todo o género e periodicidade, e o segundo com 932 mil leitores).

A atual diretora do Público é Bárbara Reis, que em 2009 sucedeu a José Manuel Fernandes, à frente do jornal durante 11 anos. Os anteriores diretores foram Sarsfield Cabral – no cargo por 3 meses apenas –, Nicolau Santos e, como foi já referido, Vicente Jorge Silva. No momento em que iniciei funções no Público, o jornal era composto por 7 secções: “Destaque”, “Portugal”, “Economia”, “Mundo”, “Local”, “Desporto” e “Espaço Público”. Porém, ao ver reformulado o *layout* em março de 2012, o caderno principal do jornal (o P1) foi complementado com as secções “Ciência” e “Cultura” e passou a incluir também a agenda cultural, anteriormente assegurada pelo suplemento diário P2. Além do P2 (especializado em artes e cultura, com críticas, reportagens, entrevistas, destaques sobre os principais eventos, programação televisiva, etc.), o Público oferecia uma variedade de outros suplementos: o Público Imobiliário (à quarta-feira), o Inimigo Público (que distorce os factos mais marcantes da semana de forma humorística, operando sob o lema “Se não aconteceu... podia ter acontecido!”, e é publicado à sexta-feira), o Ípsilon (dedicado à literatura, à música, ao cinema, ao teatro e à dança, às artes de um modo geral, sai também à sexta-feira), o Fugas (um guia semanal de viagens e gastronomia, com uma parte sobre automóveis, publicado ao sábado) e a revista Pública (ao domingo). A reforma gráfica impôs no entanto certas mudanças, que se refletiram no desaparecimento do P2 e na substituição da “Pública” pela “2”. Desde o dia 22 de setembro de 2011 que o Público disponibiliza igualmente o P3, um projeto *online* destinado a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e que organiza os assuntos de interesse destes em três secções: “Cultura”, “Actualidade” e “Vícios”.

O Público chegou à Internet em 1995. O domínio publico.pt foi registado em maio e, cinco meses mais tarde, o *site* estava operacional e recebia os primeiros conteúdos. No entanto, tal processou-se durante alguns anos num regime de *shovelware*, porquanto esses conteúdos se limitavam à transposição diária das versões impressas, e o Público teve de percorrer um longo caminho até à plataforma *online* que hoje mantém, atualizada ao longo de todo o dia com notícias preparadas – muitas vezes de raiz – com esse destino em mente. Por assinatura, o Público encontra-se também disponível (desde 2001) em PDF, oferecendo uma solução prática a indivíduos ou instituições que, por motivos profissionais ou de outra natureza, necessitem de colecionar as várias edições do jornal em formato digital.

O *site* do Público (www.publico.pt) incorpora uma ficha técnica⁵ que, embora esteja suscetível a algum tipo de desatualização, dá conta de uma direção editorial constituída pela diretora, pelos diretores adjuntos (Nuno Pacheco, Manuel Carvalho e Miguel Gaspar), uma diretora de arte, uma diretora executiva *online*, duas adjuntas da direção, uma secretária da direção e quatro editores executivos. Os jornalistas (incluindo editores, redatores e repórteres) são 189, 99 dos quais do sexo feminino e 90 do sexo masculino.

O Público dispõe hoje do mesmo Estatuto Editorial⁶ de que dispunha há 22 anos, ao ser fundado. Aí, lê-se que o órgão se autodefine como “um jornal diário de grande informação, orientado por critérios de rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica”, e determinado a apostar “numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de actividade e correspondendo às motivações e interesses de um público plural”. O texto faz de igual modo referência ao estabelecimento de “opções editoriais sem hierarquias prévias” e à importância de “uma opinião pública informada, activa e interveniente” enquanto “condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta”.

O Livro de Estilo, por seu turno, foi já objeto de duas edições (em 1998 e em 2005), sendo que a segunda introduziu ao texto da primeira alterações longe de serem consideradas superficiais. Tal como afirma Vicente Jorge Silva na introdução, “o livro de estilo do PÚBLICO não é uma cartilha ou um catecismo (...) [nem] nunca se pretende definitivo: é um texto em evolução permanente onde se registam princípios,

⁵ Consultada em <http://static.publico.clix.pt/files/fichatecnica>, a 6 de agosto de 2012.

⁶ O Estatuto foi consultado enquanto *post* no blogue do Provedor do Leitor, a 6 de agosto de 2012, em <http://blogues.publico.pt/provedordoleitor/2010/03/01/estatuto-editorial-do-publico>.

regras e procedimentos que a vida da Redacção do jornal for instituindo como adquiridas” (Público, 2005: 15). E o mesmo explicita Nuno Pacheco, no prefácio à primeira edição: o que o Livro de Estilo transmite não é obrigatoriamente o caminho certo, mas um caminho sugerido; e, ainda que as normas nele inscritas venham sendo moldadas ao longo do tempo, pelos episódios que a redacção vivencia, ali estão de qualquer modo reunidas as “bases do projecto PÚBLICO” (Público, 1998: 9), daí o interesse em torná-lo acessível a todos. Uma dessas bases é, por exemplo, a vontade de preservar os valores essenciais do jornalismo – como o rigor e a imparcialidade – e de, simultaneamente, inovar a cada oportunidade. Nas palavras de Vicente Jorge Silva, “a abertura do PÚBLICO à criatividade jornalística não se confunde com a ausência de regras” (Público, 2005: 18), nomeadamente do tipo deontológico e técnico, e o Livro de Estilo organiza-as em duas partes. A primeira cobre inicialmente o tema da ética e da deontologia e segue depois para a diferenciação entre factos e opinião, bem como dos diversos géneros jornalísticos, expondo também as regras que se impõem na construção de cada um deles e na utilização da fotografia e da publicidade. A segunda fixa-se em pontos mais específicos, como o uso de siglas, de maiúsculas e minúsculas e de verbos, e providencia até glossários das religiões e das hierarquias policiais e militares. Carlos Pessoa, jornalista do Público, descreve o que foi modificado na reedição do Livro de Estilo (2005). Em 2005, com o 15.º aniversário do Público à porta, tornou-se evidente que a primeira edição já não fazia face às exigências de um panorama jornalístico profunda e estruturalmente transformado. O advento de inúmeras revistas de informação geral ou especializada e do chamado “jornalismo cor-de-rosa”, por exemplo, propunha novos desafios, essencialmente do ponto de vista ético e deontológico. Posto isto, foi esse o capítulo que sofreu a maior alteração, comportando agora, em vez de uma série de regras distribuídas por seis grupos, 125 “Princípios e Normas de Conduta Profissional”, pertencentes a quatro áreas temáticas: “Princípios Gerais”, “Os Direitos dos Outros”, “O Exercício do Jornalismo” e “A Empresa”. Novos capítulos foram adicionados, entre os quais o que aborda a vertente *online* do Público (ainda pouco desenvolvida na altura da primeira edição), o respeitante ao estilo gráfico do jornal (que em 2001 foi reinventado pela empresa espanhola Bega) e outro referente a “distâncias, áreas e outros números de comparação”. Demais mudanças prendem-se com o alfabeto do Público, topónimos e regras de escrita, e ainda com a informação relativa às religiões, que foi atualizada.

2.2 Balanço de estágio

A 6 de dezembro de 2011, cerca de uma semana antes do início do estágio, teve lugar uma reunião preliminar destinada a clarificar funções e objetivos. Nesse dia, fui recebida pelo jornalista Abel Coentrão, que substitui o editor da secção “Local” e meu orientador, Álvaro Vieira, em caso de folga ou de férias. O Abel estava a ter um dia atribulado (acabava de regressar das Caxinas, Vila do Conde, onde já se encontravam os sobreviventes ao naufrágio da “Virgem do Sameiro”) e, apesar da pressa, explicou-me em que consistiria o meu estágio no Público: a minha secção-base, por assim dizer, seria o “Local”, mas teria a liberdade de escrever para qualquer outra secção, ou por me ser solicitado, ou por iniciativa da minha parte. A pró-atividade era, aliás, extremamente valorizada naquele jornal, e os estagiários não se podiam limitar a aguardar que lhes fossem atribuídos trabalhos. Uma boa capacidade de escrita era outro requisito para que o estágio decorresse da melhor maneira. Devo realçar que, logo neste primeiro contacto, se tornou evidente uma importante característica da redação: diretor, editores, jornalistas e estagiários dirigem-se uns aos outros por “tu”, sem exceção, o que faz da redação um espaço bastante informal. A hierarquia existe, claro, mas não se faz de todo sentir no tratamento interpessoal.

No primeiro dia de estágio, 12 de dezembro, cheguei à redação às 10h30, tal como me tinha indicado o Abel Coentrão na reunião. Este é o horário de entrada normal dos estagiários, sendo que o horário de saída depende já de vários fatores: como o jornal tem uma periodicidade diária, a grande maioria das peças precisa de ser finalizada no próprio dia, pelo que a demora na chegada de uma determinada informação, o aparecimento de novos dados sobre um acontecimento ou simplesmente um novo acontecimento são circunstâncias passíveis de prolongar o horário de expediente de forma indeterminada. O horário dos estagiários coincide com o dos jornalistas, que começam a trabalhar entre as 9h e as 11h, e só os editores entram ao fim da manhã e saem também mais tarde. Assim sendo, aguardei a chegada do Álvaro Vieira, que me conduziu àquele que seria o meu lugar daí em diante e me apresentou sucintamente o sistema informático do Público.

Quando iniciam o expediente, os jornalistas fazem uma leitura dos periódicos do dia, em especial daqueles que fazem concorrência direta ao Público – o *Jornal de Notícias* (com importância acrescida para um jornalista integrado no “Local”, como eu estive, dado praticar um jornalismo de proximidade, centrado no Porto) e o *Correio da*

Manhã – e do próprio Público. À medida que o meu estágio avançava, apercebi-me do quão fundamental é esta tarefa. Em primeiro lugar, evita – e este ponto é de particular interesse para os estagiários – que se proponham aos editores notícias já publicadas pelos outros jornais ou até mesmo pelo Público. A não ser que se trate de um facto muito relevante ou que exista necessidade de *follow-up*, é inútil reproduzir notícias com um dia ou mais, não só porque são já do conhecimento dos leitores, mas também porque um jornal se pretende original e portador das notícias mais recentes, se possível em primeira mão. Em segundo lugar, é uma fonte de contextualização para futuras notícias a cargo do jornalista que estejam ou diretamente relacionadas com uma notícia mais antiga, ou que apresentem francas semelhanças com ela. Daí que seja fulcral uma leitura cuidadosa dos periódicos – e não apenas um olhar pelos títulos –, que permita mais tarde fazer associações.

Dois exemplos. A 18 de fevereiro, fiquei encarregue de noticiar a vandalização do café Slávia⁷, na Rua São João de Brito, Porto, vinda na sequência do espancamento de um homem à porta desse café, que faleceu horas depois no hospital. Ora, a agressão havia sido perpetrada já três noites antes e o *Jornal de Notícias* (JN) havia sido o único periódico a noticiá-la. Neste caso, e de forma a que o leitor compreendesse a ligação entre os dois acontecimentos, vi-me obrigada a recorrer ao relato que o JN recolheu junto do irmão da vítima e, por consequência, a citar o diário, já que nem mesmo a Polícia de Segurança Pública do Porto estava apta a facultar-me informações sobre o que tinha sucedido na noite do espancamento. Outro exemplo, que já não se prende com a continuidade do evento mas com uma nítida parecença com um evento anterior, é o da fuga engenhosa (em marcha-atrás) do condutor de uma carrinha de distribuição de tabaco, alvejada por cinco vezes numa tentativa de assalto em Torre de Moncorvo, que eu propus ser noticiada a 18 de janeiro⁸. Aqui, como muitas vezes se dava, o espaço que me foi cedido era maior do que aquele estritamente necessário para contar a história. Assim, fiz uso de uma notícia do Público de dezembro de 2011 para complementar o meu texto, notícia essa acerca de um outro condutor que, na Autoestrada do Sul, manteve suficientemente a calma durante uma tentativa de assalto para fazer inversão de marcha e circular ao longo de dez quilómetros em contramão. Em ambos os casos, o sangue-frio e a habilidade do condutor permitiram-lhe frustrar a tentativa de assalto de que era alvo e escapar dela ileso.

⁷ A notícia poderá ser consultada na página 46 dos Anexos.

⁸ O artigo consta da página 35 dos Anexos.

Exceto quando lhe é marcado algum serviço pelo editor, o estagiário deve procurar, pelos seus próprios meios, matéria que se enquadre na respetiva secção. No que respeita ao “Local” da edição do Porto, os estagiários devem centrar-se na identificação dos “casos do dia” – isto é, eventos sem continuidade, que despertem o interesse público apenas e só naquele dia, tal como detenções, assaltos, acidentes, etc. – que tenham lugar na região norte do país, sendo Coimbra o distrito que define mais ou menos a fronteira entre aquilo que é noticiado pelo “Local Lisboa” e pelo “Local Porto”. Aquele que é provavelmente o meio de busca mais eficaz é a ronda telefónica, visto ser da inteira responsabilidade do estagiário. As rondas (que devem incluir o maior número possível de instituições, entre as quais a Proteção Civil e os Bombeiros de várias zonas, a Polícia Judiciária, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana) são idealmente realizadas três vezes por dia (de manhã, ao início da tarde e ao final do dia) e destinam-se a apurar incidentes que não tenham chegado ao conhecimento da redação por outros canais. O estagiário pode naturalmente utilizar outros meios para obter informação, como os *sites* das instituições acima referidas, comunicados recebidos ou os *takes* de agências noticiosas (Lusa), mas estes não serão decerto os mais apropriados, na medida em que os editores também lhes acedem e sabem o que estão a divulgar. Já decidiram, em princípio, se tal será integrado no jornal do dia e que jornalista assumirá a redação da notícia.

Ao deparar-se com facto(s) que julgue ser(em) de interesse para a secção, o estagiário comunica-o(s) ao editor, que tomará a decisão de o(s) incluir (ou não) e em que espaço do *layout*. Esta decisão está, no entanto, longe de ser final. Não só pode a notícia ser completamente banida do *layout*, ficando sem efeito, como também o espaço que lhe corresponde pode sofrer diversas transformações ao longo do dia, tornando-se maior ou menor. Uma das vezes que experienciei a primeira situação foi no dia 24 de janeiro. Após receber um comunicado da Polícia Judiciária (PJ) relativo à detenção de um traficante de droga no contexto da “Operação Anzol”, propus o caso ao Álvaro Vieira, que o aceitou na condição de que eu conseguisse explicar as circunstâncias em que a detenção tinha ocorrido. Para tal, foi-me atribuída uma coluna de 1300 carateres. Recolhi então dados durante toda a tarde, mobilizando igualmente os esforços de uma outra jornalista, a Mariana Oliveira, que possui muitíssimos contactos no campo judicial e no seio da PJ, e escrevi a notícia. Mas, no dia seguinte, ao abrir o jornal, vi que ela tinha sido substituída por uma outra, que acabou por ser considerada mais importante, sobre a condenação de um homem que tinha assassinado o pai a 23 anos de prisão. A

fonte era somente a Lusa, o que significa que não houve tempo para investigar e fazer uma notícia própria. Exemplo da segunda situação (evolução do *layout*) é a cobertura de uma conferência de imprensa da SATA (Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos), à qual o Abel Coentrão me pediu para assistir no dia 2 de fevereiro. Na altura, confidenciou-me que a conferência seria muito possivelmente notícia de abertura do “Local”, se se tratasse da apresentação de novas rotas. Com efeito, servia para anunciar a inauguração de duas novas rotas (Porto-Munique e Porto-Copenhaga), mas, quando voltei para a redação, o Álvaro informou-me de que ela não seria notícia de abertura – teria, contudo, direito a um espaço “bem visível”. Por fim, redigi uma breve (coluna de aproximadamente 500 carateres) sobre a conferência, devido ao facto de o “Local” só dispor de duas páginas nesse dia. Estes são apenas dois exemplos de como o trabalho jornalístico pode ser incerto. De facto, ao dirigir-se de manhã para a redação, é impossível o jornalista ter o dia programado ao pormenor: é parte da profissão contar com o inesperado, seja um acontecimento que não esteja previsto na agenda ou desenvolvimentos relevantes naqueles que estão, desenvolvimentos que mudem a forma como serão noticiados.

Quando entender que já reuniu informação suficiente sobre o caso que tem em mãos, o jornalista (ou o estagiário) redige a notícia no respetivo *layout* e o texto fica desde logo disponível para o editor, já que o sistema informático é partilhado. Numa perspetiva mais pessoal, e como os meus textos foram sendo editados por diversas pessoas dentro da redação, conforme a secção para a qual estava a trabalhar, posso afirmar que o maior ou menor número de alterações depende muito da personalidade de quem edita, tanto ou mais do que da qualidade do texto em si. De qualquer maneira, este é indubitavelmente um grande momento de aprendizagem, não só do ponto de vista do Português, como também das regras estilísticas do Público e até dos princípios do jornalismo em geral, e, por esse motivo – mesmo que o processo estivesse demorado e o editor não visse logo de seguida o meu texto –, preferia esperar e presenciar a edição do que ir para casa ignorando as alterações que seriam feitas. Graças a estes momentos de “avaliação”, digamos assim, aprendi, por exemplo, a construir *leads* sempre com frases curtas e simples, ao invés de tentar fornecer logo a informação toda e torná-lo um parágrafo de leitura complicada, como era a minha tendência inicialmente. A última fase do processo está a cargo dos gráficos, onde o texto (já editado) é integrado na composição do jornal do dia seguinte.

A primeira vez que o meu estágio se afastou desta rotina e realizei trabalho de campo foi no início da segunda semana – o que foi surpreendente, porque, pelo que fui apreendendo do contacto com outros estagiários, não é usual sair da redação tão cedo – e, por isso, tinha algum receio de não estar devidamente preparada. Antes do Público, a minha experiência jornalística era nula. No dia 21 de dezembro, tratava-se de uma visita guiada às obras em curso no troço da Quinta do Rio para o desentubamento e reabilitação da ribeira da Granja, em Ramalde, Porto, acompanhada de uma conferência de imprensa na qual prestariam declarações o então vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, Álvaro Castello-Branco, e representantes de empresas envolvidas no projeto. Quando parti para o local, não tinha a mínima noção do espaço que a notícia viria a ocupar no jornal nem tinha quaisquer indicações mais precisas dos editores, visto que o Abel Coentrão me tinha pedido para cobrir a conferência na noite anterior, por *e-mail*. Assim, foi uma surpresa regressar à redação e descobrir que a notícia seria a abertura do “Local” (página inteira com fotografia e texto de cerca de 3000 carateres) e essa responsabilidade, aliada aos detalhes de cariz técnico que a história implicava, serviu para intensificar ainda mais a minha insegurança. Todavia, uma boa dose de concentração e, sobretudo, um à-vontade para colocar todas as dúvidas às entidades competentes foram o suficiente para que tudo corresse da melhor forma, e este acabou por ser o meu primeiro grande trabalho para o Público⁹, do qual me orgulho muito.

Com a cada vez maior frequência de saídas, cheguei à conclusão de que estas são momentos absolutamente cruciais para estabelecer uma relação mais próxima com as fontes e para formar uma rede de contactos. Por exemplo, primeiro no Aeroporto Sá Carneiro, durante a receção ao “passageiro seis milhões”, a 30 de dezembro, e mais tarde na já referida conferência de imprensa da SATA, tive a oportunidade de conversar e de trocar contactos com uma assessora da QI Porto de Ideias, agência de comunicação. Tal pode ser do ponto de vista profissional muito vantajoso, como me foi possível constatar a 23 de fevereiro, quando escrevi uma notícia sobre a primeira ligação direta entre Porto e Veneza¹⁰, oferecida por uma nova companhia aérea *low cost*, a partir de um *press release* que essa assessora espontaneamente me enviou por *e-mail*. Nem sequer o Abel Coentrão, editor do dia, recebeu essa informação, apesar de também conhecer a assessora.

⁹ O resultado final está inserido nos Anexos, página 17.

¹⁰ Ver na página 49 dos Anexos.

O trabalho que mais prazer me proporcionou foi a minha primeira reportagem¹¹, que também foi realizada na segunda semana de estágio (antes do fim de semana do Natal) e cuja sensação não foi igualada por nenhum outro trabalho. Foi no dia 23 de dezembro, sexta-feira, que fui convidada a cobrir uma manhã especial no Hospital de Dia do Instituto Português de Oncologia (IPO) do Porto, em que as doentes receberiam um presente de Natal da instituição: um tratamento de beleza completo, com direito a cabeleireiro, manicura, maquilhagem e sessões de reflexologia. Ao propor-mo, o Abel Coentrão teve o cuidado de me avisar de que este poderia ser um trabalho difícil e capaz de afetar emocionalmente uma pessoa, tendo em conta o estado de saúde daquelas mulheres e que muitas delas nem sequer teriam a possibilidade de passar o Natal em casa, junto da família. Ainda assim, aceitei-o sem hesitações, e ele revelou-se uma experiência extremamente gratificante, tanto pessoal como profissionalmente. A questão da atmosfera triste e depressiva nem se colocou, porquanto a genuína alegria e boa-disposição das doentes eram contagiantes, e enquanto jornalista foi-me concedida a oportunidade não só de observar o modo como os canais televisivos levam a cabo uma reportagem (marcaram presença a RTP, a SIC, a RTV, ...), como também de conhecer as regras de elaboração de uma reportagem na imprensa escrita. O Álvaro deu-me logo a dica de, tanto quanto possível, transportar o leitor para o local, fazê-lo sentir-se parte dele. Tal implica um estilo de redação mais impessoal – a utilização da primeira pessoa está fora de questão –, o qual, na minha reportagem, é imediatamente visível na primeira frase: “Quem sai do elevador no 2.º andar do (...) IPO do Porto depara-se com uma escultura em que é impossível não reparar”. Seguida da descrição da dita escultura, esta é uma boa alternativa ao que tinha optado por escrever inicialmente – “Quando saímos do elevador (...) deparamo-nos (...)” –, na medida em que faz com que o leitor esqueça que foi o jornalista que esteve lá e testemunhou o acontecimento. De resto, penso que esse objetivo foi alcançado. A reportagem começa por descrever com suficiente pormenor o centro e o ambiente e foca-se depois nos depoimentos de quatro doentes, acompanhados de muito discurso direto.

Embora considere que a reportagem do IPO correu extraordinariamente bem, foi incrível ver a evolução entre essa e uma que redigi na penúltima semana de estágio, a 2 de março, sobre o festival de cinema Fantasporto¹². Antes de mais, a última ocupava um espaço substancialmente maior no *layout* (4000 carateres, por oposição a 3000) e levei

¹¹ Disponível para leitura na página 19 dos Anexos.

¹² Ver em anexo, página 51.

menos de 3 horas a escrevê-la e a revê-la, enquanto à primeira me dediquei uma tarde inteira. Numa profissão em que o tempo é um fator tão crucial como o jornalismo, é muito importante ganhar este tipo de traquejo na escrita, que apenas se consegue pela prática, pois permite que se executem mais tarefas no mesmo dia. Além disso, o texto sofreu pouquíssimas alterações aquando da edição em comparação com o primeiro, ainda que tenha sido a mesma pessoa (o Álvaro Vieira) a editá-los, e contava com um toque de humor e de ironia, o que – a par da impressão de estar realmente lá – torna a leitura de uma reportagem muito mais interessante para o público.

A 2 de janeiro, foi-me novamente cedido o espaço de abertura de secção no “Local”, para noticiar um caso de roubo de tampas e grades das redes de eletricidade e de saneamento da zona do Bessa, no Porto, que deixou perigosos buracos de grande profundidade em várias ruas e que eu tinha sido incumbida de investigar alguns dias antes¹³. Por um lado, este foi um grande desafio e um voto de confiança do Álvaro Vieira, porque o caso era ainda desconhecido do público e dos restantes órgãos de comunicação (tendo inclusivamente servido de ponto de partida para uma reportagem do JN que englobava outras cidades, dias depois) e seria dado em primeira mão. Por outro lado, pôs a descoberto falhas derivadas da minha inexperiência. Numa reportagem, as pessoas que entrevistamos são de alguma forma personagens de uma história, sendo suficiente o primeiro nome para as apresentar. Pois eu pensei que era isso que se pretendia neste caso – uma espécie de reportagem – e, como tal, ficaram em falta alguns dados sobre os entrevistados. Teoricamente, o jornalista deve solicitar o primeiro e último nome, a idade e, aqui, era conveniente apontar também a área de residência, por forma a avaliar devidamente até que ponto essa pessoa estava informada e era afetada pelo furto do metal. Como, erradamente, não segui esse procedimento, ficaram a constar da minha notícia apresentações incompletas, tais como “uma senhora que traz os filhos ao treino de futebol no Bessa todos os dias” e “Gabriel, funcionário do café Delight, na Rua de O Primeiro de Janeiro”. Um outro problema foi o facto de ter encontrado buracos com vários metros de profundidade, em áreas onde habitualmente brincam crianças, e não o ter comunicado ao fotógrafo destacado para o caso. Esses buracos foram, obviamente, o ponto central da minha notícia e fazem até parte do título. No entanto, a fotografia que a precede não ilustra essa questão de maior gravidade, limitando-se a mostrar o contraste entre uma grade ainda no lugar e um buraco sem

¹³ A notícia poderá ser lida na página 26 dos Anexos.

grade, mas agora coberto com um módulo de plástico vermelho. Texto e imagem carecem, portanto, de alguma sintonia nesta peça. A verdade é que eu e o fotógrafo – que mais tarde descobri ser o Fernando Veludo – fomos separados para o local, sem conhecimento de quem estaria a tratar da outra parte (texto/fotografia), mas o mais sensato seria ter telefonado para a redação, pedido o nome do fotojornalista e informá-lo daquela situação.

No final de janeiro, vivi outro dos momentos mais negativos do meu estágio no Público, em que experimentei o tradicional dilema jornalístico que opõe a necessidade de verificação das informações obtidas e a pressão do fecho da edição. No dia 30, por volta das 18h, tomei conhecimento de uma abertura de porta com vítima, na terceira e última ronda telefónica. Numa residência da Rua de São Roque da Lameira, no Porto, havia sido encontrada sem vida uma mulher de 65 anos, após os bombeiros terem arrombado a porta. O primeiro leque de informações recolhi junto do relações públicas da Polícia de Segurança Pública (PSP), uma fonte oficial, por norma credível, que me adiantou não existirem indícios de crime e que a vítima havia sido vista pela última vez três dias antes, pela filha, e que, por conseguinte, teria “provavelmente” falecido durante o fim de semana (note-se que o dia 30 de janeiro era uma segunda-feira). Os dados que me forneceu não eram, contudo, suficientes para preencher o espaço de 1200 caracteres que o Álvaro tinha acabado por reservar para a notícia¹⁴. A hora tardia era – e geralmente é, no trabalho jornalístico – uma desvantagem dupla: tanto dita que o espaço não poderá ser diminuído ou usado para algo diferente, visto a probabilidade de surgirem novas notícias ser baixíssima, como dificulta muito a investigação, porque a maior parte das pessoas/fontes já abandonou o seu posto de trabalho. Não obstante, procurei contactar vizinhos da vítima por telefone e, por sorte (ou aparentemente), consegui falar com a funcionária de um estabelecimento comercial próximo da casa, que dizia conhecer bastante bem a família em questão. Requerendo o anonimato, essa vizinha revelou que mãe e filha da vítima habitavam casas contíguas à desta e que, por estarem com ela desavindas, não teriam dado pelo seu desaparecimento. Associou também o marido da falecida, com quem esta vivia, a um cargo único e de elevado estatuto em Lisboa (onde pernoitava muitas vezes), que especificou, mas que eu não tive como confirmar. Ora, estas informações eram claramente importantíssimas para a notícia, mas, ao mesmo tempo, e como teve o cuidado de me explicar o Álvaro Vieira

¹⁴ Passível de ser consultada em anexo, página 38.

(que acompanhou todo o processo), era fundamental encontrar alguém que as corroborasse para publicarmos, porque são necessárias pelo menos duas fontes para podermos assumir uma informação como verdadeira. No entanto, essa revelou-se uma tarefa impossível: apesar das minhas sucessivas investidas, até depois da hora de jantar, a maioria dos estabelecimentos já se encontravam fechados e os funcionários dos que permaneciam abertos desconheciam o caso. Por fim, ficou decidido que a notícia seria publicada, dado não existir alternativa para aquele espaço e a hora de fecho estar iminente, mas que esta teria de ser redigida em total conformidade com os princípios éticos que regem o bom jornalismo, de forma a colmatar a impossibilidade de verificação dos factos. Assim, o único dado passível de identificar perentoriamente a família e a vítima – o cargo do marido – foi ocultado, justificando-se a ausência continuada com a circunstância de “trabalhar em Lisboa”. De resto, todas as informações ficaram explicitamente atribuídas ou à PSP ou à vizinha, que, por preferir esconder-se atrás do anonimato, tinha a sua credibilidade desde logo comprometida. Terminada e revista, a notícia era do ponto de vista ético irrepreensível, concordámos eu e o Álvaro. Tal não impediu todavia que a família me telefonasse para a redação, no dia seguinte, desmentindo grande parte das informações contidas na peça (até as da PSP) e exigindo, sob ameaça judicial, a publicação de um pedido de desculpa. Segundo a família, a sexagenária não tinha morrido de causas naturais, mas cometido suicídio – o que, a saber-se, teria implicado que a peça ficasse automaticamente sem efeito, já que o Público se recusa a noticiar suicídios –, e tal teria acontecido no mesmo dia em que se deu a entrada forçada, porque a vítima tinha o hábito de estar com a filha todos os dias. A ser verdade, este é um dado que muda radicalmente a história, de facto, sobretudo numa altura em que proliferavam notícias sobre idosos a morrerem na solidão das suas casas e a serem descobertos só muito tempo depois. O relato supostamente deturpado das duas fontes induz o leitor em erro, levando-o a concluir que se trata de mais um caso de abandono.

Durante os três meses de estágio, foram publicadas 116 peças da minha autoria, 56 das quais assinadas¹⁵. Fazendo uma divisão por secções, 67 foram redigidas para o “Local”, 30 para o P2 (sob a forma de destaques), 9 para o “Portugal”, 6 para o P3 e 4 (de raiz) para o Online. Claro que estes números não constituem um retrato fiel do período de estágio, porquanto algumas contribuições foram mínimas (refiro-me a topos

¹⁵ As peças assinadas preenchem as páginas 11 a 55 dos Anexos.

e a breves) e, ao mesmo tempo, muito do trabalho realizado não chegou a rever-se no papel. Entrevistas foram preparadas sem nunca chegarem a concretizar-se: foi o caso, por exemplo, daquela que poderia ter sido a minha participação no Fugas, na rubrica “O carro de”, se não fosse a constante indisponibilidade do ex-Bastonário da Ordem dos Advogados, Rogério Alves, ao ser contactado.

Mas também outras situações se enquadram aqui. Precisamente as minhas duas deslocações mais longínquas, a Guimarães e a Coimbra, não tiveram resultado visível. Na primeira, a 18 de janeiro, o objetivo era a elaboração de um conteúdo para a versão iPad do Ípsilon, que nem eu nem o fotógrafo que me acompanhou (Nelson Garrido) tivemos a oportunidade de visualizar. Filmados pelo Nelson, dois funcionários de duas antigas fábricas, convertidas em espaços culturais por ocasião do Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura, deveriam protagonizar uma espécie de visita guiada aos locais, em que fizessem uma comparação entre aquilo que eram e aquilo que são – o aspeto, o odor, os sons... A minha função era conversar com eles, fazê-los descontraír e, acima de tudo, orientá-los no discurso através de perguntas (apesar de se pretender um monólogo), tendo em conta que o vídeo de cada um deles duraria menos de quatro minutos e as pessoas têm habitualmente a tendência para divagar. Pela sua natureza, este foi um trabalho muito diferente daquilo a que a vida na redação me tinha acostumado, uma absoluta quebra da rotina, e permitiu-me ter uma ideia do que é produzir material para outros suportes que não o papel. A segunda situação, no início de fevereiro, serviu para me alertar sobre a importância de distinguir entre aquilo que vale a pena noticiar e tem de facto interesse para o leitor e o que não passa de uma tentativa de promoção. Depois de duas entrevistas, por telefone e por *e-mail*, na sequência da receção de um *press release* acerca daquela que seria a “primeira fanzinoteca em Portugal”, foi-me pedido pelo Amílcar Correia, editor do P3 (este era um artigo que estava previsto sair no P3 e no “Local”), que visitasse a galeria conimbricense acompanhada por um fotógrafo. E ainda bem que o fiz antes de escrever o artigo, porque a dita fanzinoteca não era mais do que uma prateleira com 15 minúsculas fanzines e um sofá. O espaço não fazia minimamente jus ao que estava a ser divulgado pelo *press release* e convidar o leitor a visitá-lo seria ludibriá-lo.

Pela diversidade de trabalhos realizados, pela adaptação às práticas jornalísticas e pelas amizades que travei, o estágio no Público foi sem dúvida uma das minhas experiências mais enriquecedoras. Sinto que aprendi muito em pouco tempo e os momentos bons foram muitos, muitos mais do que os maus. O balanço é, portanto,

extremamente positivo. Como nota final, gostaria de retomar o assunto que abriu este capítulo: a mudança gráfica operada a 5 de março. Embora só tenha experimentado o novo *layout* na última semana e desconheça eventuais alterações ao programa dos estágios – cuja natureza poderá ter sido entretanto adaptada –, entendo que a mudança foi até certo ponto prejudicial para os estagiários. A preferência por histórias com profundidade leva a que os chamados “casos do dia” (ou seja, grande parte do seu trabalho) sejam remetidos para a coluna de breves do “Local”, as quais, quando muito, servem para exercitar a capacidade de síntese. A longo prazo, tal ter-me-ia certamente deixado um pouco desmotivada. Por outro lado, quando o estagiário se vê envolvido no outro tipo de trabalhos, de maior envergadura, trata-se de uma enorme oportunidade de aprendizagem – como a que me foi dada no último dia de estágio, 8 de março, quando escrevi uma reportagem em parceria com o jornalista Aníbal Rodrigues¹⁶.

¹⁶ Ver em anexo, páginas 52 e 53.

3. O Acordo Ortográfico

3.1 História

Ainda que só nos últimos anos tenha sido objeto de debate público em Portugal, onde se instaurou um forte movimento de oposição, o Acordo Ortográfico (AO) é detentor de uma história com mais de vinte anos. Foi a 16 de dezembro de 1990 que delegados dos (então) sete membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – assinaram em Lisboa o tratado internacional que visa defender a “unidade essencial da língua portuguesa”¹⁷. A unificação das diversas variantes do Português constitui um passo decisivo, acreditam os signatários, para a consolidação do “prestígio internacional” da língua. O documento prevê a elaboração de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa até 1 de janeiro de 1993 e o depósito dos sete instrumentos de ratificação até 1 de janeiro de 1994, data em que o AO entraria em vigor.

Dadas as dificuldades encontradas na concretização destes objetivos, foram entretanto redigidos dois protocolos modificativos, que vieram introduzir alterações ao texto original do Acordo. O primeiro, datado de 17 de julho de 1998, aboliu do documento os prazos para a finalização do vocabulário ortográfico comum e para a ratificação pela totalidade dos países e consequente entrada em vigor do AO. O segundo, de 25 de julho de 2004, além de já incluir Timor-Leste (que obteve a independência somente em 2002), estipula uma alteração que basicamente catapultou a implementação do AO: a sua entrada em vigor dependeria apenas do depósito dos instrumentos de ratificação por três dos oito países constituintes da CPLP. A partir do momento em que o fizeram o Brasil, Cabo Verde (ambos em junho de 2006) e São Tomé e Príncipe (em dezembro do mesmo ano), o Acordo tornou-se viável.

No caso de Portugal, o processo decorreu com relativa rapidez no ano de 2008. O Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi aprovado pela Assembleia da República em maio e ratificado pelo Presidente da

¹⁷ Tanto o texto do Acordo Ortográfico de 1990 como os dois protocolos modificativos, expostos a seguir, podem ser descarregados, por exemplo, no *site* da CPLP: www.cplp.org/id-176.aspx. Para efeitos desta apresentação histórica do AO, a página foi consultada a 21 e a 22 de agosto de 2012.

República dois meses depois, em julho¹⁸. De acordo com o Aviso n.º 255/2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros¹⁹, “o depósito do respectivo instrumento de ratificação foi efectuado em 13 de Maio 2009, tendo o referido Acordo entrado em vigor para Portugal nesta data”. Iniciava-se então um período de transição de seis anos, em que a aplicação do AO carece de obrigatoriedade.

Em fevereiro de 2010, foi lançada na *net* (www.portaldalinguaportuguesa.org) a primeira edição do Vocabulário Ortográfico do Português (VOP), que ficou concluída em junho desse ano. Especialmente centrado na variante europeia da língua, o VOP reúne cerca de 210 mil vocábulos, seguidos da respetiva categoria morfosintática e das peculiaridades de flexão, caso se aplique, e foi desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) com o apoio de seis ministérios. Tem por finalidade o esclarecimento de dúvidas relativas à nova grafia. Com base no VOP, foi também criada uma ferramenta de conversão automática de textos da antiga para a nova grafia – o Lince –, disponível gratuitamente no mesmo *site*. O Lince suporta uma grande variedade de formatos (DOC, PDF, HTML, TXT, entre outros) e, de um modo geral, permite converter em simultâneo um número ilimitado de textos, não importa qual a dimensão. Pretende invalidar o argumento da enorme quantidade de tempo que se despenderia na conversão de textos (sem recurso à tecnologia), que tantos levantam contra o AO, ao oferecer para tal uma solução “rápida” e “simples”.

Sensivelmente desde 2008, altura em que, como vimos, se faziam preparativos legais para a entrada em vigor do AO em Portugal e este ganhava mediatismo, a questão suscitou um número infindável de intervenções públicas contra e a favor, sendo que ainda hoje (2012) o debate permanece aceso, e as ações populares – sobretudo contra e com o objetivo de travar a implementação do AO – multiplicaram-se. Após o fracasso do Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa contra o Acordo Ortográfico (que, com mais de 113 mil assinaturas, ainda chegou a ver a luz do Parlamento em maio de 2009), a mais relevante tornou-se a Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC) contra o Acordo Ortográfico, disponível *online* em <http://ilcao.cedilha.net>. A ideia começou por circular nas redes sociais Twitter e Facebook em finais de 2009, e a adesão em massa deu aos promotores o alento para que a ILC fosse redigida em março de 2010 e se iniciasse a

¹⁸ Estas decisões foram divulgadas por intermédio do *Diário da República*, 1.ª série, n.º 145, de 29 de julho de 2008, disponível em www.dre.pt/pdfgratis/2008/07/14500.pdf e consultado a 22 de agosto de 2012.

¹⁹ Publicado em *Diário da República* (1.ª série, n.º 182, de 17 de setembro de 2010) e acedido a 22 de agosto de 2012 em www.dre.pt/pdf1sdip/2010/09/18200/0411604116.pdf.

recolha de assinaturas logo a 8 de abril (são necessárias 35 mil para apresentação na Assembleia da República, onde a lei poderá ser discutida, revogada ou até suspensa). Entretanto, a 8 de março de 2010, o deputado Luís Reis Cuanga, da delegação angolana na II Assembleia Parlamentar da CPLP, a decorrer em Lisboa, solicitava uma moratória de três anos para a eventual ratificação do AO por parte de Angola, derivada de uma “necessidade de inclusão do vocabulário nacional no da comunidade” (Angop, 2010).

Muito embora o período de transição em Portugal se prolongue até 2015, uma resolução do Conselho de Ministros de 9 de dezembro de 2010 (ou seja, ainda no Governo de José Sócrates) veio acelerar o processo de implementação do AO. Não só determinou a aplicação do Acordo no sistema educativo português a partir do ano letivo de 2011/2012, como compeliu “todos os serviços, organismos e entidades sujeitos aos poderes de direcção, superintendência e tutela do Governo” a segui-lo “em todos os actos, decisões, normas, orientações, documentos, edições, publicações, bens culturais ou quaisquer textos e comunicações” a partir de 1 de janeiro de 2012, data em que também o *Diário da República* começaria a ser publicado segundo as regras do Novo Acordo²⁰. Para todos os propósitos indicados, deveriam as instituições recorrer ao VOP ou ao conversor Lince, acrescenta o documento.

Até à presente data (setembro de 2012), Angola é o único membro da CPLP sem ainda ter ratificado o AO, mas na verdade o prazo de três anos que estabeleceu para o efeito só termina em 2013. Não obstante, parece existir em alguns setores do país uma certa aversão ao tratado. A título de exemplo, a 8 de fevereiro de 2012, o *Jornal de Angola*, estatal e com grande notoriedade no país, publicou um editorial que, pelo ataque incisivo ao AO, chegou até às páginas de jornais estrangeiros. Na peça, intitulada “Património em risco”, lê-se que “nenhum país tem mais direitos ou prerrogativas só porque possui mais falantes ou uma indústria editorial mais pujante” e ainda que “se queremos que o português seja uma língua de trabalho na ONU, devemos, antes do mais, respeitar a sua matriz e não pô-la a reboque do difícil comércio das palavras” (Jornal de Angola, 2012).

O artigo 2.º do acordo assinado em 1990 define uma condição essencial para a entrada em vigor do AO que, até ao momento, também ainda não foi realizada – trata-se da compilação de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, que, apesar

²⁰ A resolução em causa, a n.º 8/2011 do Conselho de Ministros, pode ser lida no excerto do *Diário da República* (1.ª série, n.º 17, 25 de janeiro de 2011) em www.dre.pt/pdf1s/2011/01/01700/0048800489.pdf (acedido em 23 de agosto de 2012).

de já não estar sujeito a uma data de conclusão fixa, se manteve parte do tratado até ao segundo protocolo modificativo. Sem embargo, foi para tal constituído um grupo de trabalho em junho de 2010, por decisão dos ministros da Cultura dos países da CPLP, reunidos no Palácio Nacional de Sintra (A Semana, 2010).

3.2 Controvérsia

Um dos argumentos mais comumente utilizados pelos detratores do AO é a primazia da norma brasileira sobre a norma luso-africana que o documento preconiza: de facto, Portugal, outrora potência colonizadora, terá de adaptar 1,5% das suas palavras, enquanto no Brasil a mudança será três vezes menor – apenas 0,5% dos vocábulos são afetados (Graça Moura, 2008: 22). Assim que concretizada, a reforma terá sido responsável pela uniformização ortográfica de cerca de 98% do vocabulário geral da língua portuguesa, o que, ainda assim, é menos radical do que a uniformização praticamente total que se procurou impor com os (malogrados) acordos ortográficos de 1945 e 1986, segundo a Nota Explicativa, Anexo II do acordo de 1990 (*idem*: 183-216). A mesma nota explica que o Novo Acordo Ortográfico se caracteriza pela valorização do critério fonético em detrimento do critério etimológico, o que justifica, em alguns casos, a existência de grafias duplas, devido às diferenças na pronúncia de determinadas palavras em Portugal e no Brasil. Essas arbitrariedades atingem 0,5% do vocabulário geral da língua e devem ser assinaladas (assim como clarificada a sua razão de ser) em todos os dicionários.

Atentemos, agora, nas alterações que o Acordo introduz na norma portuguesa (o que se segue não é mais do que uma descrição sucinta que poderá ser aprofundada através da leitura do Anexo I do Acordo Ortográfico de 1990). Em primeiro lugar, são incorporadas no alfabeto três novas letras – *k*, *w* e *y* –, decisão que resulta em parte da grande quantidade de palavras que as integram nos países africanos de expressão portuguesa. Em segundo lugar, as consoantes *c* e *p* são abolidas das palavras nas quais não são pronunciadas – é o caso de *acção*, que passa a *ação*, e de *ótimo*, que é transformado em *ótimo*. Já aqui se assiste a situações facultativas, nomeadamente quando não é consensual, na pronúncia culta, se essas consoantes são ou não mudas. É disso exemplo a palavra *caracteres* (ou *carateres*).

Outra alteração prende-se com o sistema de acentuação gráfica. Deixam de se acentuar: as palavras graves cuja sílaba tónica contenha o ditongo *oi* (*jibóia* → *jiboia*);

as formas verbais paroxítonas (graves) da 3.^a pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, em que a sílaba tónica tenha um *e* fechado em hiato com a terminação *-em* (*lêem* → *leem*); e as palavras graves que sejam homógrafas de palavras proclíticas, por se considerar o contexto sintático suficiente para as distinguir (*pára* → *para*). Também o hífen se suprime: nas palavras em que o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por *r* ou *s*, duplicando-se esta consoante (*anti-religioso* → *antirreligioso*); nas palavras em que o prefixo acaba numa vogal e o segundo elemento começa por uma vogal diferente (*auto-estrada* → *autoestrada*); e nas ligações da preposição *de* às formas monossilábicas do verbo *haver* (*hás-de* → *hás de*). De resto, só as palavras correspondentes aos dias da semana, aos meses e às estações do ano passam a grafar-se com minúscula inicial.

De acordo com os resultados de um estudo encomendado pelo *Correio da Manhã* à empresa Aximage em 2009, a maioria dos portugueses (57,3%) discorda do AO (Gusmão e Ralha, 2009). O inquérito foi levado a cabo por telefone, entre os dias 2 e 5 de março desse ano, e respondido por 600 pessoas, uma amostra “aleatória”, “estratificada” e “representativa do universo” que são os indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais em Portugal. Dos inquiridos, 68,6% afirmaram já ter ouvido falar do assunto (uma percentagem cuja exiguidade surpreende logo à partida, tendo em conta que, em março de 2009, as formalidades legais haviam sido há muito concluídas e o Acordo se encontrava prestes a entrar em vigor). No que concerne à posição assumida, 57,3% manifestaram-se contra e 30,1% a favor, sendo que os restantes ou são indiferentes ou não têm opinião formada sobre a questão. Outro ponto focado pelo inquérito era a intenção de obedecer às novas normas ortográficas quando estas se tornassem vigentes: 66,3% disseram não a ter, contra 22,1% que disseram que o fariam. O estudo não relevou uma discrepância significativa entre homens e mulheres (respetivamente, 56,2% e 58,8% são desfavoráveis ao AO), mas já a idade e o nível de instrução são fatores diferenciativos. Entre os mais novos (18-29 anos) existe uma percentagem mais elevada de indivíduos contra o AO (65%), enquanto os maiores de 60 anos são mais recetivos à reforma (somente 49,2% se lhe opõem). Paralelamente, aqueles que possuem mais do que a escolaridade obrigatória mostram-se mais favoráveis (35% apoiam o AO) do que os outros (neste grupo, só 25,5% são a favor).

Numa análise dos argumentos que estão normalmente na base de uma oposição ao AO, Álvaro Gomes categoriza-os segundo a sua natureza. Assim, temos argumentos político-culturais, sócio-económicos, histórico-geográficos, estético-afetivos, técnico-

científicos, simbólicos e de um outro tipo que, embora muitas vezes descurado, está ligado a todos os anteriores: o pedagógico-didático (1996: 37). Esta é uma panóplia de argumentos que apenas numa exposição muito alongada seria devidamente explicitada. No entanto, aquele que, de um modo geral, surge em qualquer investida contra o AO (e que muito provavelmente justifica o facto de mais de metade dos portugueses não o aceitarem) é o da sacralidade da língua, património cultural cuja transformação não pode estar ao alcance de uma mera decisão do Estado. A questão linguística não deixa nenhum falante nativo indiferente, devido à forte carga afetiva de que a relação língua-falante é revestida: “Tocar na língua «materna» é como tocar na mãe” (Gomes, 1996: 24). Este argumento é contudo rebatido, pelos apoiantes do AO, com a constante evolução da língua portuguesa, que se tem vindo a dar com ou sem recurso a acordos ortográficos. Na verdade, “esta evolui, aproximadamente, a uma velocidade média de 1,8% por século”, o que significa que “a evolução da língua portuguesa (...) é da ordem dos 18%, desde que existe” (*idem*: 25).

Os defensores do AO salientam igualmente que o tratado de 1990 é resultado de uma tentativa de simplificação da língua, que em muito contribuirá, por um lado, para a melhoria do ensino interno e, por outro, para a expansão internacional do Português. A supressão das consoantes mudas é um exemplo muito utilizado para fazer valer este argumento, sendo que desde logo na Nota Explicativa do Acordo Ortográfico, com ele publicada, se questiona “como é que uma criança de 6-7 anos pode compreender que em palavras como *concepção*, *excepção*, *recepção*, a consoante não articulada é um *p*, ao passo que em vocábulos como *correção*, *direção*, *objecção*, tal consoante é um *c*” e se defende que a abdicação deste “enorme esforço de memorização” lhe permitiria concentrar-se em “outras áreas da aprendizagem da língua” (Graça Moura, 2008: 194-195). Esta situação é extensível à aprendizagem do Português no estrangeiro ou por estrangeiros, tarefa que, graças ao desaparecimento de casos particulares como o das consoantes mudas, se tornaria então mais simples. Com o intuito de contrariar este tipo de argumentação, é usual os detratores do AO fazerem alusão a línguas como o Inglês e o Espanhol que, mesmo existindo sob múltiplas formas no mundo, não deixaram de se impor no plano internacional – e isto sem ser necessário recorrer a acordos ortográficos de uniformização (*idem*: 21). Para além disso, lembram que a supressão de acentos, ao invés de facilitar, poderá dificultar a aprendizagem do Português, na medida em que estes sinais são responsáveis por incutir no estudante o modo como se lê um vocábulo (Gomes, 1996: 28). Por exemplo, no que toca à palavra *paranóico*, que com o Novo

Acordo passa a escrever-se *paranoico*, é possível que surjam dúvidas sobre a leitura da sílaba tónica *noi* – se será feita com *o* aberto (*nói*) ou fechado (*nôi*).

O debate em torno do Acordo Ortográfico de 1990 está, pois, em aberto, e dificilmente se solucionará num futuro próximo. Para cada argumento existe um contra-argumento, e há até aquelas pessoas para as quais o AO e a ortografia em geral não passam de um tema “acessório” (*idem*: 9), secundário, que tem vindo a tomar conta do interesse público numa época repleta de problemáticas bem mais prementes, como é o caso da conjuntura económica do país.

4. Estudos sobre parcialidade e *agenda-setting*

“Em jornalismo, não existe objectividade em estado puro. A redacção de um texto e a sua publicação envolvem decisões individuais e colectivas de natureza sempre subjectiva. Por isso, a objectividade jornalística é entendida como um valor-limite e uma meta que o PÚBLICO procura todos os dias alcançar.” (Público, 1998: 41-42)

A afirmação, extraída da 1.^a edição do Livro de Estilo do Público, mostra que a objetividade – ainda que reconhecida como um valor de difícil, se não impossível, concretização prática – é um princípio que se pretende que pautar a conduta de editores e jornalistas daquela organização, já desde a sua fundação. Ao consagrá-la num código deontológico interno, como é a secção “Princípios e Normas de Conduta Profissional” do Livro de Estilo, o Público está não só a coagir os seus profissionais a fazer dela pilar da atividade, como também a assumir um “compromisso ético externo”, para com os leitores, que criam assim uma determinada imagem do jornal e do que dele devem esperar (Morais, 2007: 137). Neste caso, informação o mais objetiva possível.

Pelo contrário, Jorge Pedro Sousa denota, no final da mesma década, uma certa “crise no paradigma da objectividade enquanto regulador fundamental do trabalho jornalístico” (2000: 49). Citando os resultados do Segundo Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, empreendido em 1997 e apresentado ao III Congresso dos Jornalistas Portugueses no ano seguinte, o autor faz um *ranking* dos valores que são considerados essenciais no jornalismo: para cerca de metade dos jornalistas portugueses (49,5%), a honestidade e o rigor são os mais importantes; em segundo lugar está a credibilidade, pela qual optaram 21,6% dos inquiridos; e só depois surge, em terceiro lugar, a objetividade/imparcialidade. A averiguação e a denúncia de situações de parcialidade jornalística, situações essas que colocam em causa o acesso pleno do público à informação (em toda a sua diversidade) e em última instância a manutenção das próprias instituições democráticas, tornam-se pois uma vertente imprescindível da investigação académica em Comunicação.

Para dar início a uma investigação desta natureza, é antes de mais necessário clarificar o que se entende por “parcialidade”. Na perspectiva de Doll e Bradley (cit. em Hackett, 1993: 103), o conceito pode ser duplamente encarado: ora como falta de “equilíbrio”, patente na cobertura desigual de duas partes em confronto, ora como “distorção” da “realidade”, quando o relato jornalístico não corresponde exatamente ao

transmitido pela fonte. Embora sejam ambos associados ao que por norma se define como uma cobertura imparcial, os critérios de equilíbrio e de não distorção nem sempre são compatíveis. Numa campanha eleitoral, por exemplo, não é lícito que um órgão de comunicação ceda o mesmo tempo/espço a um candidato que faça muitas intervenções públicas e a outro que não faça, sob pena de não fornecer ao público um retrato fiel da realidade. O raciocínio é passível de ser aplicado à questão do Acordo Ortográfico: tendo em linha de conta que em Portugal existem mais pessoas contra do que a favor, um equilíbrio entre opiniões favoráveis e desfavoráveis nos jornais (ou qualquer outro órgão) não equivaleria a uma distorção do real?

Em trabalhos de índole científica, o critério da “distorção” é mais adequado quando não existem dois pontos de vista concorrentes, perfeitamente delineados e igualmente legítimos, e quando se encontra à disposição do investigador material com o qual o produto jornalístico possa ser comparado, como transcrições de discursos ou de depoimentos de fontes, dados estatísticos, etc. De outro modo, é aconselhável o uso do critério do “equilíbrio”. Ao optarem por este tipo de abordagem, “muitos deles [dos investigadores] medem o tempo de antena, ou espaço noticioso, concedido a cada uma das partes, e avaliam as tendências das afirmações ou artigos relativos a cada uma delas (se são favoráveis, negativos, neutrais ou mistos)” (Hackett, 1993: 104). Já Breed não cinge a noção de parcialidade à quantidade de informação veiculada sobre cada uma das partes, realçando a importância da posição ocupada pelas peças. Para o autor, “a parcialidade (...) envolve a omissão, a selecção diferencial, ou a colocação preferencial, tal como «destacar» um item favorável à orientação política do jornal, «enterrar» um item desfavorável numa página interior, etc.” (1993: 153).

Hofstetter (cit. em Hackett, 1993: 104) sugere, por seu turno, que seja feita uma distinção entre parcialidade política e parcialidade estrutural. A primeira, mais centrada no indivíduo/jornalista, deriva de preferências que este possa nutrir por este ou por aquele partido, por esta ou por aquela ideologia; dá, portanto, origem a discrepâncias no modo de informar dentro de *um* meio. A segunda é antes fruto das características específicas de um órgão de comunicação – assumindo, pois, um carácter mais coletivo – e conduz a uma concordância quanto às práticas jornalísticas dentro desse meio, mas a notórias diferenças quando se lhes contrapõem as dos restantes. Na mesma linha da parcialidade estrutural, Molotch e Lester (cit. em Hackett, 1993: 108) teorizam que cada meio define o que é e o que não é “acontecimento” de acordo com os seus interesses: “Pessoas ou instituições diferentes podem ter «necessidades de acontecimento»

distintas, se não mesmo contraditórias, e por isso tentarão ordenar ou definir a realidade de maneiras diversas”. Foi o que sucedeu a 3 de fevereiro de 2012, quando a proibição da aplicação do Acordo Ortográfico no Centro Cultural de Belém foi manchete do Público e outros órgãos de comunicação a ignoraram. Este era um “acontecimento” – porque o Público assim o considerou – e de grande importância, por ir de encontro à posição editorial do jornal e de certa forma a apoiar e validar, graças a todos os argumentos desfavoráveis ao Acordo que noticiar a decisão de Vasco Graça Moura implicava difundir.

As visões de Hofstetter e de Molotch e Lester vêm confirmar a tese de que a objetividade é um valor ideal e inalcançável, do qual os *media* noticiosos podem apenas almejar aproximar-se. Assim é perspectivada desde o segundo quartel do século XX, altura em que o observador dos fenómenos sociais (e não só) e os métodos de observação e posterior expressão desses mesmos fenómenos começaram a ser pensados como elementos capazes de os deturpar e impregnar de subjetividade. A informação objetiva transformou-se num “mito”, que tem desde então minado a confiança do público na comunicação social (Duarte, 2007: 203). De facto, a realidade não se oferece ao observador (ou, neste caso, ao jornalista) como algo que pode ser transposto talqualmente e fazer uso da linguagem para a descrever é necessariamente interpretá-la e outorgar-lhe um significado, o que se reflete em escolhas feitas diariamente no seio da redação. Escolhas ao nível da “selecção dos acontecimentos” que serão notícia, da sua “elaboração, hierarquização e apresentação” (Correia, 2006: 81) e até mesmo do ângulo pelo qual a história é contada (Morley cit. em Hackett, 1993: 121) – sendo este outro dos critérios usados na deteção de parcialidade jornalística. Ao debruçar-se sobre a greve do gás de 1973 no Reino Unido, David Morley constatou que existia equilíbrio na cobertura jornalística – um porta-voz da companhia do gás mostrava-se preocupado com a redução da pressão gasosa, enquanto um representante sindical afirmava que esta não constituía um perigo para o público, uma vez que estariam a ser tomadas medidas de segurança –, mas resta saber por que motivo a greve foi apresentada em termos de potenciais perigos para o público e não noutros. Embora enquadrar o acontecimento seja um processo geralmente inconsciente, que está dependente de conceções ideológicas menos perceptíveis, o jornalista está, desse modo, a influenciar decisivamente a maneira como o público apreende o mundo que o rodeia.

Robert A. Hackett refere que o método privilegiado na deteção de parcialidade jornalística tem sido a análise de conteúdo, geralmente quantitativa, que toma como

unidade de análise a frase, a notícia ou o artigo (1993: 114). O autor retira validade a métodos como o inquérito e a entrevista, na medida em que, mesmo que o jornalista ou editor admita ter uma certa convicção política/ideológica ou uma determinada opinião sobre um assunto, tal não prova que essas posições se reveem no produto jornalístico final. Há, por conseguinte, que focar a atenção no conteúdo das notícias propriamente dito, “mais do que nas suas condições de produção”, e, com vista a sustentar este tipo de análise, Hackett apresenta três argumentos: à semelhança da análise de conteúdo, a parcialidade é na maior parte das vezes associada a um processo de quantificação, seja a medição do espaço ou tempo de antena a que cada uma das partes teve direito, seja o cálculo da proporção de afirmações “favoráveis” e “desfavoráveis” relativamente a uma pessoa ou objeto; também a existência de uma “pressuposição behaviourista residual” em muita da investigação abona a favor da análise de conteúdo, porque estabelece uma relação direta entre a repetição das unidades de conteúdo e o impacto que a mensagem tem na audiência; por último, a análise de conteúdo tem a vantagem, tradicionalmente aceite, de permitir subentender intenções e motivações de quem o produz. Segundo Sumner (cit. em Hackett, 1993: 114), a análise de conteúdo generalizou-se durante a Segunda Guerra Mundial, altura em que era aplicada ao estudo da propaganda inimiga com um duplo objetivo – o de antever as movimentações dos oponentes e demonstrar que a propaganda se prestava unicamente a iludir e manipular o público.

A análise de conteúdo é, de uma forma geral, reconhecida como um método objetivo, sistemático e especialmente apropriado “se o objectivo do investigador for descrever e analisar o conteúdo dos *media* de uma forma menos sujeita à subjectividade e às idiossincrasias” (Torres da Silva, 2007: 69). Com efeito, esta metodologia assenta no pressuposto de que os resultados serão sempre os mesmos, independentemente do indivíduo que leve a cabo a investigação e das especificidades deste, o que se assume indiscutivelmente como uma mais-valia. Por outro lado, há quem se apoie na semiótica para argumentar que a análise de conteúdo, ao cingir-se à contagem de dados manifestos e pôr de lado a conotação e o significado por detrás dos termos empregues e da estrutura textual, se revela um método ineficiente. A forma como os diversos signos se interligam gera um contexto que, de acordo com os proponentes da denominada análise estrutural, não pode passar despercebido ao investigador, que deve fazer uso de todo o *background* cultural para o interpretar. O texto da notícia deve ser percecionado na sua totalidade, ao invés de se considerarem separadamente cada um dos elementos que o constituem, defende, por exemplo, Burgelin: “Não há razão para se considerar que o item que se

repete mais frequentemente é o mais importante ou o mais significativo, pois um texto é, evidentemente, um todo estruturado, e o lugar ocupado pelos diferentes elementos é mais importante do que o número de vezes que eles se repetem” (cit. em Hackett, 1993: 115). No presente estudo, não será colocada em prática a análise estrutural, mas talvez seja possível aproveitar o contributo de Burgelin e aplicá-lo à análise de conteúdo, se transpusermos o conceito de “todo estruturado” do texto para o jornal, o meio: não será o posicionamento das peças, isto é, o seu maior ou menor destaque em relação às outras, mais do que a divisão em “favoráveis” e “desfavoráveis” e respetivas quantificações, um indicador de parcialidade?

O estudo “Boas e más práticas jornalísticas: O caso do Porto”, da autoria de Joana Duarte (2007), incide sobre o tratamento de questões relacionadas com a Câmara Municipal do Porto (CMP) e o respetivo presidente, Rui Rio, por parte de três jornais diários (o Público, o *Jornal de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro*), e em muito auxiliou a definição da metodologia para este trabalho de investigação. A autora começa por contabilizar as peças publicadas por cada um dos órgãos no período estipulado e por reparti-las consoante o género jornalístico, baseando-se para tal na distinção que Jorge Pedro Sousa faz entre peças de informação (subdivididas em notícia, reportagem e entrevista) e peças de opinião (subdivididas, por sua vez, em editorial, crónica, artigo de opinião e breves, que integram a fotolegenda, a carta de leitor, etc.). Segue-se então a avaliação do “tom geral” das peças, que varia entre favorável, desfavorável e neutro. Nesta fase, Duarte não olha à linguagem em si, partindo do pressuposto de que esta é – dentro dos possíveis, como vimos anteriormente – objetiva, e fixa-se antes no modo como o periódico aborda a matéria. Um pouco à imagem de David Morley, cuja tese foi já explicitada, a autora atenta no enquadramento do relato, um “factor que denuncia a presença de valores na informação, comprometendo a neutralidade” (2007: 205), e que consiste no realce de um aspeto positivo, de um aspeto negativo, desta ou daquela personagem – o que vai acabar por moldar a imagem que o público tem do assunto ou, neste caso, do autarca portuense. Esta classificação (entre favorável, desfavorável e neutro) estende-se aos títulos, aos quais muitas vezes a leitura se resume e que, por esse motivo, exercem um ainda maior poder sobre a opinião do público. São um espelho reduzido da globalidade do texto, como faz crer Van Dijk (cit. em Duarte, 2007: 211), e a sua construção baseia-se na escolha de uma informação, de entre todas aquelas que o texto transmite, escolha essa que é sempre pessoal, subjetiva – e corre portanto o risco de ser parcial. Também a fotografia entra na análise, assegurando Duarte que por várias

vezes se assistiu a “situações de más práticas jornalísticas coadjuvadas por imagens com uma carga negativa (...) [que] não deveria ficar alheia ao público em geral, sem uma formação adequada para ler nas entrelinhas da imprensa” (2007: 209). A investigadora conclui haver genericamente uma tendência para o desfavorecimento de Rui Rio e da CMP e contrapõe a percentagem de peças neutras e a de peças com conteúdo valorativo (isto é, favoráveis ou desfavoráveis) em cada um dos diários, a fim de, ainda assim, apurar qual deles se aproximou mais do ideal de neutralidade.

Se pretendermos realizar um estudo científico acerca do processo de seleção e de alinhamento das notícias, então teremos de nos centrar na figura do editor. Numa empresa jornalística, o editor funciona como um *gatekeeper* (termo introduzido por David Manning White, em 1950), a quem cabe a decisão de deixar (ou não) passar a informação que lhe chega diariamente às mãos. À que passa e de facto figura no final, o editor atribui uma determinada forma e um determinado espaço, que são também da sua inteira responsabilidade. Que os editores detêm um papel preponderante naquilo que será o jornal do dia seguinte é um dado adquirido, mas White procurou descobrir que critérios presidiriam afinal às escolhas destes profissionais. Nesse sentido, solicitou ao editor telegráfico de um matutino de uma cidade do Midwest dos Estados Unidos, o qual apelidou de “Mr. Gates”, que, na semana de 6 a 13 de fevereiro de 1949, apontasse em cada uma das notícias que rejeitou a razão que o tinha levado a fazê-lo. Note-se que esta seria uma tarefa demorada, dado o considerável volume de notícias não aceites – do total de histórias que três agências noticiosas lhe haviam enviado, o editor apenas pôde consentir num décimo, pois não dispunha de espaço para mais. De qualquer modo, White verificou que, na origem dessa decisão, estiveram “juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*” (1993: 145). Uma subjetividade que deriva, em alguns casos, do respeito por aquela que é a política editorial do jornal, como admitiu posteriormente “Mr. Gates” em entrevista. Fernando Correia corrobora-o, de certa forma, ao colocar o editor na posição de intermediário entre os proprietários / a administração da empresa e os jornalistas, cujo trabalho controla e (re)direciona para que se conforme mais à vontade e às orientações dos primeiros. Tomar consciência da capacidade agregativa e conciliante dos editores é o primeiro passo para “compreender o funcionamento da sala de redacção, o comportamento dos jornalistas, nomeadamente no plano ético, o conteúdo dos materiais informativos e a edição final dos noticiários” (Correia, 2006: 102).

A política editorial é definida, em Breed, como a “orientação mais ou menos consistente evidenciada por um jornal, não só no seu editorial como também nas suas crónicas e manchetes, relativas a questões e acontecimentos seleccionados” (1993: 153) e como a primeira causa da parcialidade jornalística. Embora espelhe a vontade do *publisher* (proprietário) do jornal, que tem a última palavra sobre o que é publicado e como, a política editorial é um assunto delicado e a sua aplicação não está livre da eclosão de atritos: seja devido à discordância com normas éticas do jornalismo (como a responsabilidade, a exatidão e a objetividade) que tal aplicação representa, seja pela resistência de certos *staffers* (editores, jornalistas) de opinião contrária à do *publisher*. No entanto, os desejos do *publisher* conseguem normalmente impor-se sem grandes conflitos, dada a existência de uma série de fatores que tendem a minimizar a rebeldia dos *staffers*. Breed enumera-os: o processo de integração do jornalista na redação (a leitura obrigatória do próprio jornal e os comentários dos editores ao seu trabalho, por exemplo, ajudam-no a mentalizar-se do que é esperado dele e do que é tido como correto naquela organização em concreto); possíveis sanções que a violação de normas editoriais explícitas ou implícitas acarreta, das quais a mais grave será o despedimento; um sentimento de dívida do jovem *staffer* para com os superiores, por o terem ensinado, auxiliado, enfim, servido como mentores, ou para com a empresa em si, graças à qual possui emprego enquanto jornalista; a ambição profissional (as promoções tornam-se praticamente interditas a quem teima em desrespeitar a política editorial); o orgulho em ser jornalista e em pertencer a uma organização dinâmica e com reconhecida capacidade de intervenção social, cujos membros agem como grupo e não como indivíduos com interesses distintos; e a preocupação com o ciclo diário segundo o qual o jornal funciona (a busca incessante de notícias o mais apelativas possível para os leitores tem vindo a sobrepor-se ao zelo por valores como a objetividade, que a política editorial coloca eventualmente em causa). “Ele [o *staffer*] conforma-se mais com as normas da política editorial do que com quaisquer crenças pessoais que ele tivesse trazido consigo, ou com ideais éticos”, remata o autor (*idem*: 160). Todos os fatores apresentados são eficazes na criação de um “consenso implícito”, de que fala Fernando Correia (2006: 94), sobre o que deve e não deve aparecer no jornal, como devem ser organizadas as ocorrências que aparecem, que quantidade de espaço atribuir a cada uma delas, etc., que concorre para a transmissão de uma determinada visão do mundo – a do *publisher* – ao público. Os profissionais mais antigos sabem bem no que é que ele consiste e os mais novos aprendem e interiorizam-no rapidamente. As vozes dissonantes, essas, são remetidas

para os espaços de opinião ou surgem sob a forma de reportagens e entrevistas, que não desviam minimamente a atenção do leitor daquela que é a ideologia dominante.

No verão de 1972, Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw publicaram “The agenda-setting function of mass media”, um estudo inédito que provava que os meios de comunicação social são inteiramente capazes de ditar que temas marcarão a agenda pública (isto é, serão objeto de reflexão e possivelmente debate por parte do público) e a quais os leitores, ouvintes ou telespectadores darão uma maior importância. A essa capacidade chamaram “função de agendamento”. Com o intuito de comprovarem a sua existência, McCombs e Shaw procederam a uma comparação entre o que os eleitores de Chapel Hill, nos EUA, julgavam ser as questões-chave da campanha presidencial de 1968 (apurado através da realização de entrevistas) e o que os *media* faziam, por seu turno, transparecer como questões-chave (apurado através de uma análise de conteúdo). Na segunda situação, a diferenciação entre temas “mais importantes” e temas “menos importantes” esteve dependente de dois atributos: a quantidade de informação divulgada e a posição ocupada pelos itens respeitantes a cada tema. Passo a citar as características que um item teria de possuir para que o respetivo tema viesse a ser incluído no grupo dos “mais importantes”: se televisivo, ser uma notícia de 45 segundos ou mais e/ou uma das três notícias de abertura; se integrado num jornal, ser manchete na primeira página ou surgir sob um cabeçalho a três colunas; e, se parte de uma revista informativa, ser uma notícia com mais de uma coluna ou surgir no cabeçalho da primeira página da secção noticiosa. É-nos, pois, lícito concluir que os critérios subjacentes a este tipo de classificação (do destaque de uma peça) são essencialmente o tamanho e a prioridade na ordem dos artigos, considerados no seu todo ou secção a secção. O estudo dos autores baseia-se na assunção de que o efeito que a matéria informativa virá a ter na audiência é decidido pelo *gatekeeper*, já que a maior ou menor relevância de um tema na agenda pública é reflexo da maior ou menor relevância que esse tema assumiu nas páginas dos jornais. O mesmo pensa DeGeorge, para quem a seleção de uns acontecimentos em detrimento de outros e o destaque que recebem na imprensa, materializado numa maior extensão, numa maior frequência, numa melhor localização e/ou numa forma mais sugestiva de apresentar a história – numa palavra, o *gatekeeping* –, provoca efeitos diretos sobre as pessoas, cuja estrutura mental dos temas da atualidade vai ser similar àquela que lhes é oferecida pelos meios de comunicação social. Nas palavras do próprio autor, “algumas notícias são tratadas detalhadamente; outras merecem uma atenção supérflua; enquanto outras são completamente ignoradas (...) O *agenda-setting* postula

que a audiência adota este tipo de afirmação temática e que, fazendo-o, incorpora um conjunto igual de relevâncias nas suas próprias agendas” (DeGeorge cit. em Sousa, 2000: 166).

McCombs e Shaw detetaram uma correspondência na ordem dos 0,967 entre o que os eleitores e os meios noticiosos assumiram como as questões mais importantes daquela campanha e de 0,979 no caso das questões menos importantes – um decalque quase total, portanto. Tal não é, contudo, elucidativo acerca do efeito que o conteúdo dos *media* teve na opinião do público relativamente aos temas expostos. Permite apenas e só a ilação de que esses temas foram captados, pensados e provavelmente discutidos. Aliás, os dois autores partem desde logo do princípio de que “embora a imprensa, na maior parte das vezes, possa não ser bem sucedida ao indicar às pessoas como pensar, é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores *sobre o que pensar*” (Cohen cit. em McCombs e Shaw, 2000: 49). Retornando ao Acordo Ortográfico, fazer dele notícia com grande frequência – ainda que não interfira diretamente nas posições do público – é naturalmente uma estratégia de combate por parte de um jornal que contra ele se insurja, visto que assegura que a polémica não cai no esquecimento e continua a fazer parte da agenda pública. Não obstante, está implícita no artigo de McCombs e Shaw a suposição, consequente de um estudo de Blumler e McQuail, de que os *media* têm tanto mais o poder de influenciar opiniões quanto menores – ou menos rígidas – forem as convicções das pessoas que a mensagem alcança.

Quem se debruça com mais afinco sobre a problemática dos efeitos é Herbert J. Gans (2003). O autor escreve inicialmente que, para que produzam um efeito sobre as opiniões e/ou sobre o comportamento da audiência, as notícias necessitam de se reportar a assuntos relevantes para a vida das pessoas. Uma condição essencial que, no caso do Acordo Ortográfico, se verifica: a ser definitivamente aplicado em todas as instituições públicas e privadas e a ser considerada incorreta a antiga grafia, o Acordo afetará a vida de todos os portugueses (e não só), que terão de se submeter a um processo de (re)aprendizagem para efetuarem uma tarefa tão comum no dia a dia como escrever, por forma a não sofrerem consequências.

Gans parte, de seguida, para a distinção entre as duas principais teorias que a investigação em torno dos efeitos – ainda que muitíssimo escassa – instituiu. São elas a teoria hipodérmica e a teoria dos efeitos limitados. A primeira, segundo a qual os *media* funcionam como um estímulo e induzem nas pessoas sempre o mesmo tipo de reação (a imitação, por exemplo), é vista por Gans como demasiadamente radical e linear. Se bem

que esteja perfeitamente imiscuída na sociedade americana, que usa os *media* como bode expiatório para o aumento do crime e para a falta de pudor, a teoria hipodérmica não é de todo apoiada pelo autor, que contrapõe o seguinte: “O estímulo provindo dos verdadeiros *media* não pode nem produzir uma audiência única e homogénea nem criar um efeito único nas pessoas (...) Se a violência na televisão americana tivesse os efeitos que a teoria hipodérmica prevê, os americanos ter-se-iam matado uns aos outros em grandessíssimo número desde que a televisão se tornou um meio de comunicação de massa” (2003: 70)²¹. Para Gans, a teoria dos efeitos limitados propõe uma explicação bem mais plausível ao sugerir que os efeitos dos *media* não têm, como o próprio nome indica, grande alcance ou visibilidade e, sobretudo, que estes efeitos são totalmente imprevisíveis. Uma determinada notícia é suscetível de ter um impacto incrível na audiência, abrindo caminho para manifestações, doações ou qualquer outro tipo de ação, enquanto outra notícia, dentro do género da primeira, pode passar completamente despercebida. Além disso, as pessoas tendem a fazer uma leitura seletiva dos meios de comunicação social, focando a sua atenção nos assuntos que lhes despertam o interesse e/ou lhes dizem diretamente respeito, pelo que de certa forma controlam a influência que eles exercem nas suas opiniões. Esta influência – quando realmente se dá – não se manifesta, segundo Gans, no estabelecimento de novas atitudes, mas antes no “reforço, fortalecimento e até mesmo legitimação das já existentes” (*idem*: 71)²². A teoria dos efeitos limitados coaduna-se ainda com a ideia de que a influência não se processa unilateralmente, sendo, em vez disso, recíproca: o público também tem o seu efeito no conteúdo dos *media*, que é moldado de acordo com os seus desejos e expectativas. É, pois, muito como afirma Fernando Correia: os meios de comunicação devem sempre ser percecionados de modo duplo, enquanto “agentes” e enquanto “produtos” da sociedade em que se inserem (2006: 79). O facto de a maioria dos portugueses se declarar contra o Acordo Ortográfico poderá ter sido em parte responsável pela tomada de posição do Público, numa tentativa de agradar aos leitores, e poderá continuar a sê-lo, diariamente, pelas decisões editoriais que recaem sobre esta matéria. Tais decisões, caso venham de facto a ser demonstradas como desfavoráveis ao Acordo, poderão, por sua vez, estar a intensificar a hostilidade pré-existente.

²¹ Traduzido do inglês.

²² *idem*.

5. Hipóteses e metodologia

A componente de investigação do presente relatório de estágio consiste num estudo comparativo entre os jornais Público e *Diário de Notícias* (de agora em diante, DN) e pretende identificar formas diferenciadas de abordar a temática do Acordo Ortográfico (AO) num e noutro periódico. A eleição do Público e do DN, de entre todas as publicações existentes em Portugal, não se fez aleatoriamente, ficando a dever-se às semelhanças que apresentam em diversos pontos considerados fulcrais para a natureza deste estudo. Em primeiro lugar, enquadram-se na definição de “jornal de referência” fornecida por Fernando Correia, definição à qual está normalmente associada uma “informação mais ampla, mais trabalhada, mais «séria» e mais sóbria, nomeadamente de natureza política e económica” (2006: 88), assim como espaços de opinião bem mais alargados e povoados de figuras influentes. Em segundo lugar, possuem os dois um âmbito generalista (sendo, por isso, mais próprios à cobertura de políticas ortográficas do que qualquer jornal económico, desportivo ou de outra índole) e nacional (sendo mais talhados para desenvolver uma problemática que afeta a totalidade do país, como o AO, do que por exemplo o *Jornal de Notícias*, com um âmbito local). Em terceiro lugar, têm uma periodicidade diária, o que significa que, num determinado intervalo de tempo, existirá o mesmo número de edições do Público e do DN – tal não sucederia se nos propuséssemos a comparar o Público com um qualquer semanário. Mas o principal motivo que uniu estes dois periódicos como objetos de análise da minha investigação foi uma divergência: enquanto o Público se recusa a aplicar e se declara definitivamente contra o AO, o DN assume uma posição mais neutra relativamente a esta matéria e é publicado segundo as novas normas ortográficas já desde o início de 2012.

Como primeira hipótese de investigação, acredito que, no período de seis meses (não consecutivos) justificado mais adiante, o Público conteve um maior número de peças relativas ao AO do que o concorrente DN. A suposição resulta do que foi descrito anteriormente como a teoria do agendamento, que estipula que uma certa continuidade no tratamento de um assunto é suficiente para que esse assunto permaneça na agenda pública. Um número (total) de peças mais elevado, mesmo sem olhar a particularidades de tom ou de género jornalístico, revela um sucesso – derivado de ações intencionais ou não – na conservação do AO como objeto de discussão pública. E, enquanto existir debate, o assunto não ficará resolvido nem será fechado.

A segunda hipótese é a de que o número de peças desfavoráveis ultrapasse tanto o número de peças neutras como o de peças favoráveis no jornal Público e que, no DN, se verifique um maior equilíbrio entre os três tipos. Esta categorização em favorável, desfavorável e neutro deverá englobar três constituintes da peça: o título, o texto e a (eventual) fotografia. Aqui estará a ser aplicado o critério do “equilíbrio” – ou melhor, do desequilíbrio – como demonstrante de parcialidade, não só por não se dispor agora de acesso às fontes de informação originais, mas também por se cumprir a condição da existência de duas visões opostas mas igualmente legítimas. Se o Público não tiver disponibilizado uma quantidade de factos e de opiniões favoráveis e desfavoráveis ao Acordo mais ou menos idêntica, ao passo que o DN o tenha feito (provando que tal seria possível), então estaremos perante uma situação de parcialidade jornalística, em que o tema não foi tratado com a devida isenção.

Por último, como terceira hipótese, estou convicta de que, no Público, as peças globalmente desfavoráveis ao Acordo (isto é, consideradas na tríplice título-texto-foto) foram merecedoras de um maior destaque, enquanto as globalmente favoráveis tiveram o menor destaque possível. Por outras palavras, o destaque de uma peça (medido através do tamanho, da posição e da chamada, se existente) será diretamente proporcional à oposição ao Acordo que ela evidencia. De igual modo relacionada com a teoria do agendamento, esta hipótese é fruto da conclusão de que o Público, na qualidade de adversário do AO, terá querido que a informação/opinião que desfavorecesse o tratado ficasse mais viva na memória dos leitores do que a restante. Como vimos em DeGeorge, a importância que o público outorga a cada tema vai de encontro àquela que a imprensa lhe atribui ao escalonar os acontecimentos, logo, a concretizar-se a hipótese, as peças desfavoráveis ao Acordo terão tido um efeito mais agudo e duradouro do que as outras nos leitores do Público.

Com vista a apurar a veracidade (ou a falsidade) das três hipóteses supracitadas, conduziu-se uma análise de conteúdo, com atributos quantitativos e qualitativos, que teve por objeto as edições de seis meses do Público e do DN. Não obstante a comum dificuldade em encontrar as edições de fim de semana dos jornais diários, que não são habitualmente adquiridas pelas bibliotecas e estabelecimentos afins, a investigadora conseguiu aceder à totalidade das edições na Biblioteca Municipal de V.N. de Gaia, estando apta a fazer uma análise do conteúdo publicado de segunda-feira a domingo. A nível da configuração do jornal, a análise foi já um pouco mais restrita: cobriu somente os cadernos principais do Público e do DN, excluindo-se todo e qualquer suplemento

que acompanhasse a publicação, mesmo os diários (como o P2). Os seis meses sobre os quais o estudo recaiu foram selecionados com base na história do Acordo Ortográfico de 1990, porque, tendo em conta que este é um tema de relativamente rara cobertura por parte dos órgãos de comunicação social, o mais sensato seria averiguar quando é que tiveram lugar os factos mais marcantes. Procedendo-se assim, obter-se-ia em princípio um número mais significativo de peças, que melhor sustentasse a conclusão do estudo, do que optando por um período mais coeso (isto é, meses consecutivos) mas sem grande conexão ao tema. Para além disso, também a data da tomada de posição do Público contra o Acordo (30 de dezembro de 2009) condicionou esta escolha, na medida em que se deu prioridade aos meses que lhe fossem posteriores, mesmo que os respetivos acontecimentos não fossem tão relevantes. Isto porque, antes dela, não se poderia falar em parcialidade derivada de uma determinada posição editorial. Assim, esta pesquisa contemplou os seguintes meses:

Fevereiro de 2010 – Publicação *online* do Vocabulário Ortográfico do Português.

Março de 2010 – Divulgação da ideia de criar uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC) contra o AO; Pedido de moratória de três anos para a ratificação do Acordo por parte do Estado angolano.

Junho de 2010 – Formação de um grupo de trabalho com a incumbência de elaborar o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa; Lançamento do Lince.

Setembro de 2010 – Publicação, em *Diário da República*, do Aviso n.º 255/2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que referia que o AO havia já entrado em vigor em Portugal a 13 de maio de 2009.

Dezembro de 2010 – Determinação da aplicação do AO no sistema educativo português a partir de 2011/2012 e em todos os órgãos do Estado a partir de 1 de janeiro de 2012, transmitida através de resolução do Conselho de Ministros.

Fevereiro de 2012 – Suspensão da aplicação do AO no Centro Cultural de Belém, por ordem de Graça Moura; Recusa fulgurante do Acordo por jornal estatal angolano.

Em cada um dos periódicos, foram utilizadas duas grelhas de análise²³, a primeira para descrever as peças de carácter informativo e a segunda para descrever as peças de opinião. A parte inicial das tabelas (data, página, secção, autor e título), mais objetiva, serve o único propósito de identificar e mais tarde localizar as peças de uma forma mais simples. A segunda parte diz já respeito à análise de conteúdo propriamente

²³ Constam, já preenchidas, das páginas 1 a 10 dos Anexos.

dita e, aqui, começa-se por distinguir o **género** das peças. No caso das informativas, a classificação é absolutamente similar àquela adotada por Joana Duarte no seu estudo – em notícia, reportagem ou entrevista –, mas, no caso das peças de opinião, alarguei ligeiramente as opções para que se adequassem mais às características do Público e DN. Ao editorial, à crónica e ao artigo de opinião, acrescentei a fotolegenda e a carta de leitor, que Joana Duarte se limita a designar conjuntamente por “breves” – uma designação além do mais confusa por se reportar também àquilo que, na cultura do Público, são pequenas colunas informativas de 400-500 caracteres –, e ainda “outros” géneros, dos quais são exemplo os *cartoons*. Parte-se então para a análise da natureza favorável, neutra ou desfavorável ao AO do **título**, do **conteúdo** e da **fotografia**, no que concerne às peças informativas, e do título e do conteúdo, no que concerne às peças de opinião, já que estas, na maior parte das vezes, não se fazem acompanhar por qualquer imagem e, quando fazem, ela corresponde normalmente à fotografia do autor. É importante salientar que, na análise do conteúdo das peças de informação, não se atende tanto à linguagem empregue, mas, por outro lado, ao significado e ao enquadramento do acontecimento: Ele tende mais a apaziguar ou a envenenar a opinião pública contra o Acordo? Foi por esse motivo que se achou por bem adicionar neste campo as categorias “maioritariamente favorável” e “maioritariamente desfavorável”, pois, mesmo que um artigo seja um *mix* de opiniões contra e a favor, ele não é necessariamente neutro – umas podem desfrutar de um maior realce do que outras. Por fim, avalia-se o **destaque** das peças informativas (não das peças de opinião, porque estas têm geralmente uma localização e uma extensão pré-determinadas) com recurso a três escalas que se relacionam de modo cumulativo. Mais explicitamente, cada peça é classificada segundo o seu tamanho, posição e chamada (caso exista), sendo-lhe atribuídos três números, que são somados por forma a obter um número final (de 2 a 11), equivalente ao seu destaque dentro do jornal. As três escalas foram construídas de raiz, procurando cruzar as estruturas do Público e do DN, e são as seguintes:

- Com base no tamanho: 1 – topo ou breve; 2 – peça com menos de 350 palavras (sem contar com o título e com a entrada); 3 – peça com 350 palavras ou mais, mas com menos de uma página; 4 – peça de página inteira; 5 – peça de várias páginas.
- Com base na localização: 1 – peça de interior de secção; 2 – abertura de secção; 3 – secções “Destaque” (Público) ou “Atual” (DN), que preenchem logo as primeiras páginas em cada um dos jornais.

- Com base na relevância da chamada (é um fator exterior à peça em si, mas é naturalmente outra forma de a destacar): 0 – sem chamada; 1 – peça com chamada na última página; 2 – peça com chamada na primeira página; 3 – manchete.

6. Resultados

No período de seis meses previamente estabelecido, foram publicadas 16 peças de cariz informativo e 33 peças de opinião com enfoque no Acordo Ortográfico (AO) pelo jornal Público, contra 16 peças informativas e 23 de opinião da parte do *Diário de Notícias* (DN). Um olhar rápido sobre as grelhas de análise, disponibilizadas na íntegra em anexo²⁴, permite-nos pois concluir que a primeira hipótese do estudo se confirma – ainda que, no plano informativo, os dois periódicos não tenham demonstrado a mínima discrepância (em termos numéricos), a junção das peças de opinião proporciona-nos uma perspetiva diferente. No total, o Público somou mais dez artigos do que o DN (apresentaram um conjunto de 49 e de 39 peças, respetivamente), ficando provada a cedência de uma maior atenção e de uma cobertura mais alargada ao AO no primeiro.

	Público	<i>Diário de Notícias</i>
Notícias	15	14
Reportagens	0	0
Entrevistas	1	2
Total de peças <u>informativas</u>	16	16
Editoriais	3	1
Crónicas	6	9
Artigos de opinião	12	4
Fotolegendas	0	0
Cartas de leitor	7	4
Outros géneros	5	5
Total de peças <u>de opinião</u>	33	23
Total de peças	49	39

Tanto num jornal como no outro, as peças de informação são, na sua esmagadora maioria, notícias – só uma ou outra entrevista vêm quebrar a tendência. O Público fez circular 15 notícias e apenas uma entrevista, o DN deu 14 notícias e duas entrevistas, e as reportagens são inexistentes em ambos. Uma conduta praticamente idêntica, portanto, que mais uma vez só se torna díspar se tivermos em linha de conta as peças de opinião. No Público, são os artigos de opinião que estão em maior número (12 em 33), enquanto no DN o primeiro lugar vai para as crónicas (9 em 23). O segundo facto é especialmente interessante porque, para além de o DN fornecer um número mais reduzido de peças opinativas do que o Público, uma grande parte das que fornece são crónicas, ou seja,

²⁴ Público / Peças informativas: Tabela 1, páginas 1 a 3.
Público / Peças de opinião: Tabela 2, páginas 4 e 5.
Diário de Notícias / Peças informativas: Tabela 3, páginas 6 a 8.
Diário de Notícias / Peças de opinião: Tabela 4, páginas 9 e 10.

estão fora do controlo dos responsáveis pelo jornal. Um cronista é uma personalidade (geralmente conhecida do público e com vasta capacidade de influência) que escreve periodicamente²⁵ para uma determinada publicação, sobre o tema que bem entender. Os detentores dessa publicação, a partir do momento em que o elegem, em pouco ou nada podem intervir. E, neste caso em específico, a questão é ainda mais flagrante, visto que dos cronistas do DN faz parte Vasco Graça Moura, já convertido num símbolo da oposição ao AO em Portugal, e que no período em estudo dedicou ao tema quatro crónicas (quase metade das que saíram no DN). Um outro aspeto que ressalta na análise das peças de opinião no DN é o único editorial – e absolutamente neutro – que o jornal destinou à temática do AO (em comparação com três, todos desfavoráveis, do Público). Da única vez, no período em causa, que o DN se pronuncia sobre o Acordo, fá-lo para criticar a (demasiada) importância que lhe estava a ser dada no debate quinzenal do Parlamento a 4 de fevereiro de 2012, no seguimento da atitude de Graça Moura no Centro Cultural de Belém. Nem sequer chega a demarcar uma posição contra ou a favor. Limita-se a defender uma suposta irrelevância do assunto para o futuro dos portugueses, numa ou duas linhas do editorial, que serve de resto para salientar aqueles que deveriam estar a ser discutidos no seu lugar. Nesta situação, mas não só – também na quantidade de cartas de leitor num e noutro jornal, por exemplo –, se vê a diferença no posicionamento dos dois quanto ao Acordo: enquanto o Público se lhe opõe forte e terminantemente, o DN demonstra um certo desinteresse pela matéria.

No que diz agora respeito ao tom geral²⁶ das peças, existe no Público um contraste quantitativo entre peças favoráveis e desfavoráveis muitíssimo mais acentuado do que no DN. No Público, as peças globalmente desfavoráveis (33) são o triplo das neutras (11) e mais do sêxtuplo das favoráveis (somente 5). Já no caso do DN, os três tipos de artigo estão bastante próximos do ponto de vista quantitativo: às peças neutras, das quais há 15 exemplares, seguem-se as desfavoráveis (com 13) e depois as favoráveis (com 11). A segunda hipótese de investigação é, então, verdadeira, na medida em que o DN mostrou que a manutenção de um equilíbrio entre peças favoráveis, desfavoráveis e

²⁵ Segundo Joana Duarte (2007: 206), a própria palavra “crónica” deriva do grego *cronos*, que significa tempo.

²⁶ O tom geral das peças corresponde, nas tabelas, à coluna da “classificação global”. A avaliação daí constante – favorável, desfavorável ou neutra – resulta do cruzamento das informações recolhidas sobre o título e o conteúdo de cada peça e foi obtida do seguinte modo: se título e conteúdo evidenciassem uma mesma tendência, esta seria também atribuída à peça enquanto “tom geral”; se um fosse descrito como neutro e o outro como favorável ou desfavorável, prevaleceria a classificação deste último item, por ser valorativa; se um fosse considerado favorável e o outro desfavorável, então anular-se-iam um ao outro e a peça contaria como neutra.

neutras no que toca ao AO (nesse período e face às ocorrências nele compreendidas) era exequível. O Público optou por não o preservar, muito pelo contrário.

	Público	<i>Diário de Notícias</i>
Peças informativas favoráveis	4	9
Peças de opinião favoráveis	1	2
Total de peças <u>favoráveis</u>	5	11
Peças informativas neutras	4	5
Peças de opinião neutras	7	10
Total de peças <u>neutras</u>	11	15
Peças informativas desfavoráveis	8	2
Peças de opinião desfavoráveis	25	11
Total de peças <u>desfavoráveis</u>	33	13

No entanto, se nos focarmos na divisão entre informação e opinião, denotamos um comportamento menos duvidoso da parte do Público do que da parte do DN. Ambos os periódicos contabilizaram um número mais elevado de opiniões desfavoráveis do que de opiniões favoráveis – quase inexistentes num e noutro –, mas tal não é de admirar, já que, como vimos, em Portugal as fações contra e a favor do AO são bastante desiguais, pertencendo à primeira mais de metade da população. Por outro lado, quanto às peças informativas, a conduta do Público e a do DN revelam-se totalmente contraditórias: ao passo que o Público registou uma maioria de peças desfavoráveis (oito, por oposição a quatro favoráveis e quatro neutras), o DN mostra uma maior inclinação para peças de carácter favorável (um total de nove, sendo que neutras houve cinco e desfavoráveis apenas duas). Ao caso do Público poder-se-ia aplicar o mesmo argumento aplicado à matéria opinativa e a proeminência das peças hostis ao AO encontraria justificação no modo negativo como ele é encarado por grande parte do país, o qual se teria refletido numa diversidade de protestos e iniciativas com o intuito de travar a sua implementação, no período em questão (se repararmos, cinco das oito peças informativas desfavoráveis noticiam este tipo de acontecimento). E, mesmo assim, os artigos favoráveis ao AO (quatro) não são suficientemente escassos para que se possa falar numa clara rejeição destes. Já no caso do DN – e tendo em conta o panorama de descontentamento geral com a política ortográfica – um número tão baixo de peças informativas que lhe sejam de alguma forma prejudiciais (duas) é de estranhar. E, também aqui, a intervenção de Vasco Graça Moura foi decisiva, no sentido em que uma dessas peças é uma entrevista dirigida ao escritor, pouco tempo depois do episódio no Centro Cultural de Belém, em que o tópico do Acordo teria obrigatoriamente de ser trazido à tona – na eventualidade de esta entrevista não se ter chegado a realizar, existiria uma única peça globalmente

desfavorável ao AO no DN, num total de 15 informativas. De qualquer modo, a franca superioridade numérica das favoráveis (nove, ou seja, mais de metade) leva-nos a crer que o DN fez uma cobertura dos assuntos relacionados com o AO mais tendenciosa do que o Público, o que não prevíamos, de todo, na altura em que se formularam as três hipóteses de investigação.

Sugiro que façamos agora uma análise mais aprofundada da natureza favorável, desfavorável ou neutra das peças, atentando na avaliação que se fez do respetivo título e conteúdo. Inicialmente, julgou-se conveniente incluir nessa avaliação a componente da fotografia, mas esta revelou uma completa neutralidade (quando não se dava a sua ausência) tanto num como no outro jornal – em 32 peças informativas (16 em cada um), 25 faziam-se acompanhar por uma imagem, mas em caso algum essa imagem constituiu uma asserção sobre o AO, coincidindo normalmente com o local onde se dava ou então a pessoa que protagonizava o acontecimento a que a notícia se referia. No que concerne aos títulos das peças informativas, os neutros estão em maioria em ambos os periódicos (seis no Público e dez no DN), mas o Público preferiu títulos desfavoráveis a favoráveis (cinco e três, respetivamente) e o DN precisamente o oposto (foi responsável por cinco títulos favoráveis e só um desfavorável). Nas peças de opinião, as similitudes são já maiores: não lhes coube um único título favorável nem no Público nem no DN e os títulos neutros foram mais do que os desfavoráveis nos dois jornais (18 contra 13 no Público e 21 contra um no DN). Passemos de seguida à análise do conteúdo das peças propriamente dito que, sobretudo nas informativas, põe em evidência a forma como os mesmos acontecimentos são suscetíveis de ser abordados tão diferentemente quando dois jornais não partilham da mesma crença acerca de um assunto. No Público, metade das peças informativas (oito) possui um conteúdo pernicioso ao AO, sendo que só num desses casos a classificação se fica pelo “maioritariamente desfavorável” (nos outros sete, não há sequer lugar para uma pequena vertente favorável, a qual se introduz na notícia, por exemplo, por intermédio do contraditório). No DN, a situação inverte-se e metade das peças (oito, também) são dotadas de um conteúdo favorável ao AO. Aqui, só existem duas peças com conteúdo desfavorável, ao passo que no Público existem quatro favoráveis e um menor número de neutras do que no DN. Finalmente, nas peças de opinião, é raríssimo que o conteúdo favoreça o AO (tal só sucede por três vezes no Público e duas no DN). Verifica-se uma considerável diferença entre o número de peças desfavoráveis e o de neutras no Público (24 contra seis), enquanto no DN os dois tipos de artigo se apresentam quantitativamente muito idênticos (o jornal publicou 11 peças

desfavoráveis e dez neutras). Se tivermos como base teórica o estipulado por McCombs e Shaw em “A função do agendamento dos *media*”, então concluímos que os leitores do Público e os leitores do DN foram, no período especificado, alvo de influências muito distintas no que ao Acordo respeita, que terão (provavelmente) deformado a sua visão sobre o tema de formas opostas: as pessoas que leem o Público com certa regularidade terão considerado as notícias e as opiniões com conteúdo desfavorável ao AO de maior valor do que as restantes, visto estarem em maior quantidade; por seu turno, os leitores mais assíduos do DN terão retido mais informação favorável ao AO do que o contrário, porque foi essa que o jornal privilegiou, ficando essa fração do público ao corrente de todos os avanços em direção à total implementação do Acordo, mas ignorando quase por completo ações que espelhassem o desagrado popular. Não obstante, ao levarmos em consideração as tendências dos títulos e do conteúdo das peças, deparemos-nos com uma mais evidente recusa, nomeadamente por parte do DN, de tudo quanto desfavoreça o AO. Isto porque, à exceção da categoria do conteúdo nas peças de opinião, este tipo de artigo (desfavorável) não vai além dos dois exemplares em nenhuma delas. O Público, por sua vez, não repudia tão assertivamente as peças favoráveis, que estão, neste periódico e de uma maneira geral, devidamente representadas.

	Público	<i>Diário de Notícias</i>
Peças informativas com título favorável	3	5
Peças de opinião com título favorável	0	0
Total de <u>títulos favoráveis</u>	3	5
Peças informativas com título neutro	6	10
Peças de opinião com título neutro	18	21
Total de <u>títulos neutros</u>	24	31
Peças informativas com título desfavorável	5	1
Peças de opinião com título desfavorável	13	1
Total de <u>títulos desfavoráveis</u>	18	2
Peças informativas com conteúdo favorável	4	8
Peças de opinião com conteúdo favorável	3	2
Total de peças com <u>conteúdo favorável</u>	7	10
Peças informativas com conteúdo neutro	4	6
Peças de opinião com conteúdo neutro	6	10
Total de peças com <u>conteúdo neutro</u>	10	16
Peças informativas com conteúdo desfavorável	8	2
Peças de opinião com conteúdo desfavorável	24	11
Total de peças com <u>conteúdo desfavorável</u>	32	13

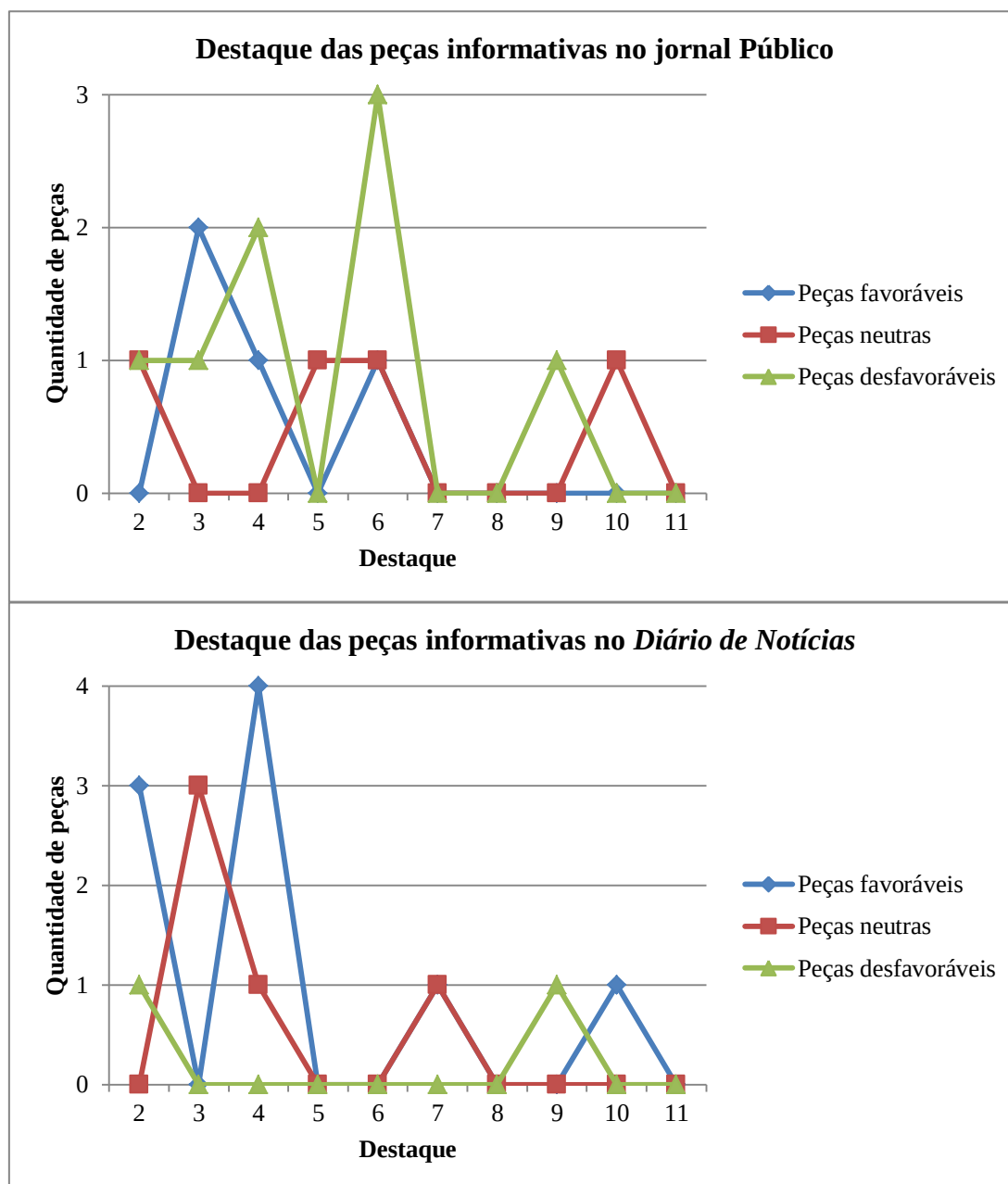
A apreciação dos valores totais evidenciados na tabela anterior leva-nos a anuir na existência de duas tendências bem demarcadas e visivelmente contrárias, quando está em causa a seleção dos acontecimentos (relacionados com o AO) para publicação e o

seu respetivo tratamento nos dois periódicos em estudo. Por um lado, o Público mostra uma maior preferência por histórias que desfavoreçam o tratado do que o DN, ou então acaba por realçar mais os aspetos negativos do Acordo naquelas que seleciona, tendo em conta que construiu um total de 18 títulos desfavoráveis (face a apenas dois do DN) e divulgou um total de 32 peças com conteúdo essencialmente desfavorável (ao passo que o DN consentiu em 13, somente). Por outro lado, o DN incute no leitor uma visão bem mais favorável em relação ao AO, na medida em que por cinco vezes escolheu salientar, através do título, vantagens, progressos, enfim, factos que servissem de apoio ao tratado (enquanto o Público se limitou a fazê-lo três vezes), e por dez vezes acolheu peças que expunham o Acordo de modo favorável (sendo que o Público só o fez sete vezes). Quanto aos títulos e ao conteúdo neutros, o DN situa-se, em ambas as situações, à frente do Público, por uma larga diferença.

Já no que se prende com o destaque das peças, terceiro e último parâmetro de avaliação, as disparidades são muito mais ténues e as conclusões que daí se retiram não são de grande relevância para os propósitos do presente estudo. Centremo-nos, antes de mais, no caso do jornal Público²⁷. Tomando como ponto de referência o meio da escala de 2 a 11 (ou seja, os valores 6 e 7), é lícito afirmar que as peças favoráveis ao AO obtêm, neste periódico e neste período, um destaque bastante reduzido, dado que nem uma delas o ultrapassa – o valor máximo atingido por uma peça globalmente favorável é 6. Tal vai, de facto, de encontro ao que se anteviu e estipulou como terceira hipótese de investigação, mas torna-se inútil desse ponto de vista quando se atenta no destaque – muito aquém das expectativas – que as peças desfavoráveis ao Acordo receberam. Além do meio da escala só vai a notícia de primeira página de que Graça Moura usufruiu a 3 de fevereiro de 2012 (classificada com 9), a qual, tal como assegurou José Queirós, Provedor do leitor do Público, não esteve associada a qualquer conduta pouco legítima, deontologicamente falando. O valor mais elevado, no que concerne a este jornal, foi até curiosamente atribuído a uma peça de carácter neutro (com destaque de 10). E, aí, o AO nem sequer é o tema principal, ocupando uma minúscula porção das duas páginas que se destinaram à notícia, o que faz com que esta cotação tenha ainda menos significado para a investigação. No DN, a situação é mais ou menos equiparável. Os dois maiores destaques, 9 e 10, foram cedidos a uma peça desfavorável e a uma de cariz favorável, respetivamente, o que invalida qualquer acusação de comportamento tendencioso. Para

²⁷ Ver gráfico correspondente na página seguinte.

além disso, nessas peças, o AO é, de igual modo, um assunto secundário – na primeira, uma entrevista a Vasco Graça Moura, é apenas um dos tópicos que o poeta aborda e, na segunda, é mencionado como uma das problemáticas que o Governo tinha em mãos por ocasião do debate quinzenal do Parlamento, a 4 de fevereiro de 2012 – e, portanto, não foi com certeza o que decidiu o destaque da peça. De resto, não há nada de significativo a apontar (até porque, mais uma vez, mais nenhuma peça excedeu os valores centrais da escala), à exceção de que a (única) outra peça desfavorável foi apresentada com aquele que é o menor destaque possível (2). Foi, pois, inexequível comprovar a última hipótese deste estudo. Os resultados são unicamente indicativos de que o Acordo Ortográfico de 1990 não arrecada, por norma, grande destaque nos meios de comunicação portugueses, quer o acontecimento lhe seja favorável ou desfavorável.



7. Conclusão

Na tentativa que aqui se empreende de provar a (in)existência de parcialidade no tratamento de assuntos ligados ao Acordo Ortográfico (AO) pelo jornal Público, os resultados não são absolutamente esclarecedores. A parcialidade foi conceptualizada de modo triplo, definida como a maior ou menor quantidade de informação veiculada sobre um tema, o carácter tendencialmente favorável ou desfavorável daquela que é veiculada e, por último, o maior ou menor destaque de que cada uma dessas peças goza comparativamente às outras. E, num estudo como este, as afirmações finais ficam logo comprometidas pela impossibilidade de aplicação do terceiro critério. Com efeito, só a manchete atribuída a Vasco Graça Moura (e que despoletou esta investigação) e, de resto, peças em que o AO não é mais do que um assunto relacionado, introduzido como um mero aparte, foram classificadas como detentoras de elevado destaque. Posto isto, a suposta parcialidade do Público é apenas constatável na quantidade de peças sobre o AO – que, como se previu, é maior do que no *Diário de Notícias* (DN) – e no tom geral destas, eminentemente desfavorável ao tratado. Duas hipóteses em três viram-se comprovadas e tal poder-se-ia considerar suficiente para aferir um comportamento parcial da parte do Público, se a hipótese excluída não fosse a do destaque. Não é lícito acusar, sem mais fundamentos, uma situação de parcialidade, porquanto um maior número de notícias e de opiniões desfavoráveis ao AO é facilmente justificado pela maioritária oposição dos portugueses. Limita-se a refletir a realidade; o contrário, relembrando a posição teórica de Doll e Bradley, é que seria distorcê-la. Só um maior destaque atribuído a peças desfavoráveis, neutras ou favoráveis, que não se verificou, nos permitiria asserções mais sólidas sobre parcialidade, ou então sobre a sua ausência.

Público e DN convergem em certos pontos da nossa análise. Contudo, as suas condutas são essencialmente distintas e, aqui e ali, chegam a ser opostas. Tal evidencia a existência de parcialidade – porque, se se utilizasse somente os valores-notícia como critério de seleção, no mesmo período as diferenças seriam muito mais ligeiras –, mas a qual dos periódicos a associar é já uma questão discutível. O DN aparenta fazer um tratamento dos assuntos respeitantes ao AO mais sóbrio do que o Público (no que se refere à quantidade e ao tom geral das peças), mas, se esmiuçarmos bem os resultados, emergem algumas lacunas na ação do primeiro. Nomeadamente: o ostracismo de peças (informativas) desfavoráveis ao AO e também uma muitíssimo maior contenção na

publicação de títulos desfavoráveis ou de textos que salientassem o lado negativo do tema (do que no caso do Público em relação a tudo o que lhe fosse favorável).

Impõe-se, pois, a necessidade de dar continuidade ao presente estudo através de outras formas de investigação, se quisermos tirar conclusões mais firmes. Logo uma primeira abordagem poderia ser, na minha opinião, a realização de entrevistas com os diretores e/ou com um ou dois editores do Público e do DN (por exemplo, aqueles cuja secção tivesse contido, no período que este estudo contemplou, um maior número de peças acerca do AO) e a confrontação destes com os dados explicitados no capítulo anterior. Esta metodologia, dada a sua natureza mais qualitativa, possibilitaria que se auferisse um contexto aos dados (puramente numéricos) deste estudo e que melhor se compreendesse o processo de seleção e de elaboração destas peças, assim como as motivações que lhe estiveram subjacentes. E acrescento que, no caso do Público, algo interessante seria questionar a diretora sobre uma possível relação causa-efeito (ainda que parca) entre a assumida posição do jornal contra o AO e a introdução de uma secção especialmente destinada à “Cultura” no novo *layout*, adotado em março de 2012.

Proponho igualmente outros caminhos. Um deles é a sujeição dos jornalistas do Público a um inquérito/entrevista, no sentido de apurar se a opinião destes sobre o AO difere (e até que ponto) da opinião das pessoas que dirigem o jornal. Se realmente diferisse, seria importante descobrir se tal divergência provoca geralmente conflitos e de que forma esses conflitos costumam ser solucionados ou então abafados, remetendo um pouco para o “Controlo social na redacção” de Warren Breed. Será então que, neste tipo de situação, o editor desempenha o tal papel de intermediário, adaptando os textos de jornalistas discordantes com a política editorial do jornal aos interesses e ordens dos seus superiores? Ainda uma outra alternativa, mais centrada na teoria dos efeitos, seria um inquérito/entrevista, desta vez dirigido aos leitores do Público, que tivesse como objetivo averiguar se a opinião destes acerca do AO foi de algum modo alterada pela leitura (continuada no tempo) do jornal.

8. Referências

8.1 Bibliografia

- BREED, Warren – “Controlo social na redacção. Uma análise funcional”. in *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*, Nelson Traquina (org.). Lisboa: Vega, 1993.
- CORREIA, Fernando – *Jornalismo, grupos económicos e democracia*. Lisboa: Caminho, 2006.
- DUARTE, Joana – “Boas e más práticas jornalísticas: O caso do Porto”. in *Ética e responsabilidade social dos media*, Paulo Faustino (org.). Lisboa: Media XXI / Formalpress, 2007.
- GANS, Herbert J. – *Democracy and the news*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2003.
- GOMES, Álvaro – *A questão do acordo ortográfico*. Porto: Edições Asa, 1996.
- GRAÇA MOURA, Vasco – *Acordo ortográfico: A perspectiva do desastre*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2008.
- HACKETT, Robert A. – “Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos”. in *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*, Nelson Traquina (org.). Lisboa: Vega, 1993.
- MCCOMBS, Maxwell E. e SHAW, Donald L. – “A função do agendamento dos media”. in *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento*, Nelson Traquina (org.). Coimbra: Minerva, 2000.
- MORAIS, Ana Sofia – “Responsabilidade e ética das empresas jornalísticas”. in *Ética e responsabilidade social dos media*, Paulo Faustino (org.). Lisboa: Media XXI / Formalpress, 2007.
- PÚBLICO – *Livro de estilo* (1.^a ed.). Lisboa: Público Comunicação Social SA, 1998.
- PÚBLICO – *Livro de estilo* (2.^a ed.). Lisboa: Público Comunicação Social SA, 2005.
- SOUSA, Jorge Pedro – *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: Minerva, 2000.
- TORRES DA SILVA, Marisa – *A voz dos leitores na imprensa: Um estudo de caso sobre as Cartas ao Director no jornal Público*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- WHITE, David Manning – “O gatekeeper: Uma análise de caso na selecção das notícias”. in *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*, Nelson Traquina (org.). Lisboa: Vega, 1993.

8.2 Periódicos

QUEIRÓS, José – “A querela ortográfica em manchete”. *Público*. Edição Porto. n.º 7986 (19 Fev. 2012), p. 55.

8.3 Internet

A SEMANA – *CPLP quer um vocabulário ortográfico comum*. ASemana Online, 2010. Disponível em www.asemana.publ.cv/spip.php?article53876 [Consult. 23 agosto 2012].

ANGOP (Agência AngolaPress) – *Angola solicita três anos para eventual adesão ao Acordo Ortográfico da CPLP*. Angop, 2010. Disponível em http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2010/2/10/angola-solicita-tres-anos-para-eventual-adesao-acordo-ortografico-cplp,11051281-4a8b-4f58-8a99-f6873f4f8ef4.htm [Consult. 23 agosto 2012].

CHÉU, Cláudia Lucas – “*Mr. President*”: *Vasco Graça Moura*. P3, 2012. Disponível em <http://p3.publico.pt/cultura/exposicoes/2053/quotmr-presidentquot-vasco-graca-moura> [Consult. 31 julho 2012].

GUSMÃO, Dina e RALHA, Leonardo – *Portugueses contra Acordo Ortográfico*. Correio da Manhã. Presslivre SA, 2009. Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?channelid=00000010-0000-0000-0000-000000000010&contentid=92E109CF-A886-4892-83E2-47B022FA5BE5> [Consult. 24 agosto 2012].

JORNAL DE ANGOLA – *Editorial: Património em risco*. Edições Novembro, 2012. Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/19/42/patrimonio_em_risco [Consult. 23 agosto 2012].

PESSOA, Carlos – *Redacção do PÚBLICO adota regras éticas mais exigentes*. Público Comunicação Social SA, 2005. Disponível em <http://static.publico.pt/homepage/site/livroDeEstilo/default.aspx> [Consult. 6 agosto 2012].

PÚBLICO – *Por dia vendem-se menos 29 mil jornais generalistas*. Público Comunicação Social SA, 2012. Disponível em <http://publico.pt/1552423> [Consult. 3 agosto 2012].

RECORD – *Record iguala máximo: temos 919 mil leitores*. Edisport SA, 2012. Disponível em <http://record.pt/767421> [Consult. 3 agosto 2012].

Anexos

Tabela 1: Público / Peças informativas

	Data	Página	Secção	Autor	Título	Género			Título		
						Notícia	Reportagem	Entrevista	Favorável ao AO	Neutro	Desfavorável ao AO
1	03.02.2010	7	Portugal			1					
2	01.03.2010	7	Portugal	Alexandra Prado Coelho	Cidadãos lançam iniciativa contra acordo ortográfico no Facebook	1					1
3	08.06.2010	12	Portugal	Alexandra Prado Coelho	Conversor ortográfico <i>Lince</i> ainda não é o oficial	1				1	
4	10.06.2010	2 / 3	Destaque	Alexandra Prado Coelho	O Português quer estar nas línguas estrangeiras ao lado do Inglês e Francês	1				1	
5	10.06.2010	6	Destaque	Fabiana Godoi	"Os portugueses sempre se consideraram os donos da língua. Hoje há vários donos" (Evanildo Bechara, pai do acordo ortográfico no Brasil)			1	1		
6	10.06.2010	8	Destaque	Vitor Belanciano	Quando a língua nos dá música	1				1	
7	29.06.2010	17	Portugal	L.M.Q.	Nova ortografia vai chegar às escolas no ano lectivo 2011-2012	1				1	
8	10.12.2010	10	Portugal	Maria Lopes	Escolas vão aplicar Acordo Ortográfico no próximo ano	1			1		
9	15.12.2010	11	Portugal	Maria Lopes	Concorrência questiona escolha do Governo para conversor do novo acordo ortográfico	1					1
10	16.12.2010	12	Portugal	Maria Lopes	AR aprova conversor Lince e empresa refuta erros	1			1		
11	03.02.2012	4	Portugal	Luis Miguel Queirós	Graça Moura dá ordem aos serviços do CCB para não aplicarem Acordo Ortográfico	1					1
12	04.02.2012	9	Portugal	Luis Miguel Queirós	Seguro desafia Passos a "desautorizar" Vasco Graça Moura	1				1	
13	08.02.2012	5	Portugal	Cláudia Carvalho / Isabel Coutinho	Faculdade de Letras de Lisboa sem posição sobre o acordo	1				1	
14	10.02.2012	21	Mundo			1					
15	14.02.2012	10	Portugal	Sérgio C. Andrade	Movimento de oposição ao Acordo Ortográfico cresce em várias frentes	1					1
16	25.02.2012	12	Portugal	Luis Miguel Queirós	Deputados do PSD não poupam Acordo Ortográfico	1					1
Total						15	0	1	3	6	5

Tabela 1: Público / Peças informativas

	Conteúdo					Fotografia			
	Favorável ao AO	Maioritariamente favorável	Neutro ou equilibrado	Maioritariamente desfavorável	Desfavorável ao AO	Inexistente	Com conotação favorável ao AO	Neutra	Com conotação desfavorável ao AO
1			1					1	
2					1			1	
3		1						1	
4			1					1	
5	1							1	
6					1			1	
7					1	1			
8		1				1			
9					1	1			
10		1				1			
11					1			1	
12			1					1	
13			1					1	
14					1			1	
15				1				1	
16					1			1	
	1	3	4	1	7	4	0	12	0

Tabela 1: Público / Peças informativas

	Classificação global	Destaque	Informação adicional
1	Neutra	2	No dia seguinte, 4 de Fevereiro de 2010, a rubrica "O Público errou" (p. 30) dá conta de que a fotografia colocada nesse topo (um dicionário da Porto Editora) não está de maneira nenhuma relacionada com o Vocabulário Ortográfico do Português, e acrescenta que este foi desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) e pode ser acedido "gratuitamente" através do Portal da Língua Portuguesa (www.portaldalinguaportuguesa.org).
2	Desfavorável	6	
3	Favorável	3	
4	Neutra	10	
5	Favorável	6	
6	Desfavorável	6	
7	Desfavorável	6	
8	Favorável	3	
9	Desfavorável	4	
10	Favorável	4	No dia 23 de Dezembro de 2010, 7 dias após a publicação das duas últimas notícias, publica-se um direito de resposta que as critica. Os funcionários do ILTEC responsáveis pelo desenvolvimento do Lince, Margarita Correia e José Pedro Ferreira, são os autores do artigo, que se intitula "Direito de Resposta - Artigos sobre conversor do novo acordo ortográfico". Surge na mesma secção das duas notícias a que se refere (Portugal), algumas páginas antes (na página 8, por oposição às páginas 11 e 12, no caso das notícias).
11	Desfavorável	9	
12	Neutra	5	
13	Neutra	6	
14	Desfavorável	2	
15	Desfavorável	4	
16	Desfavorável	3	

Tabela 2: Público / Peças de opinião

	Data	Página	Secção	Autor	Título	Género					
						Editorial	Crónica	Artigo de opinião	Foto-legenda	Carta de leitor	Outro
1	26.02.2010	41	Espaço público	Francisco Miguel Valada	Um acordo de corda			1			
2	28.02.2010	35	Espaço público	Octávio dos Santos	Palavras de honra			1			
3	10.06.2010	38	Espaço público		Uma língua à conquista da América	1					
4	28.06.2010	29	Espaço público	Francisco Miguel Valada	A Evanildo Bechara, gramático e filólogo			1			
5	06.09.2010	30	Espaço público	Maria do Carmo Vieira (Lisboa)	Acordo Ortográfico: o derradeiro recurso					1	
6	20.12.2010	29	Espaço público	Francisco Miguel Valada	O Acordo Ortográfico e o ouvido de Beethoven			1			
7	03.02.2012	32	Espaço público		Actos corajosos contra o embuste ortográfico	1					
8	03.02.2012	33	Espaço público	Luís Lobo	Um acto político de empobrecimento cultural			1			
9	03.02.2012	36	Sobe e desce								1
10	04.02.2012	33	Espaço público	Luís Afonso							1
11	04.02.2012	34	Espaço público	Sara Telles / Victor Carvalho / Eduardo Tomé / André	Comentários online: Graça Moura dá ordem aos serviços do CCB para não aplicarem o Acordo Ortográfico						1
12	05.02.2012	3	Caras da semana		Vasco Graça Moura, O revisor - Mal chegou ao CCB, uma ordem se impôs: eliminar o AO						1
13	05.02.2012	53	Espaço público	Miguel Esteves Cardoso	Grande Vasco		1				
14	06.02.2012	32		Rui Tavares	A voz das consoantes sem voz		1				
15	07.02.2012	30	Espaço público	Jorge Palinhos (Porto)	"Actos corajosos contra o embuste ortográfico"					1	
16	08.02.2012	30	Espaço público	Luís Doria (Cascais)	Ainda o Acordo Ortográfico					1	
17	08.02.2012	30	Espaço público	António Alves Martins (Lisboa)	Acordos e desacordos					1	
18	09.02.2012	37	Espaço público	Miguel Gaspar	Rosa Mendes, Graça Moura, a mesma luta		1				
19	10.02.2012	31	Espaço público	Miguel Esteves Cardoso	Pela grafia dupla		1				
20	10.02.2012	33	Espaço público	Manuel Villaverde Cabral	Consoantes mudas ou colonistas surdos?			1			
21	12.02.2012	54	Espaço público	Álvaro Lopes (Porto)	"A voz das consoantes sem voz"					1	
22	14.02.2012	36	Espaço público	Paulo Rangel	Governo: ir aos "fundos" da questão		1				
23	15.02.2012	30	Espaço público		Língua, ortografia e óleo de rícino	1					
24	15.02.2012	30	Espaço público	J. M. Carvalho-Oliveira (Lisboa)	Consoante muda					1	
25	15.02.2012	30	Espaço público	António Pedro Neves	Comentários online: Movimento de oposição ao Acordo Ortográfico cresce						1
26	19.02.2012	52	Espaço público	Helena Topa	Acordo Ortográfico: prós e contras			1			
27	19.02.2012	52	Espaço público	Manuel Luís de Bragança	ilcao.cedilha.net			1			
28	19.02.2012	55	Espaço público	José Queirós	A querela ortográfica em manchete		1				
29	20.02.2012	30	Espaço público	João H. Pimenta (Porto)	Acordo ortográfico					1	
30	22.02.2012	31	Espaço público	Joaquim Jorge	(Des)acordo ortográfico			1			
31	26.02.2012	52	Espaço público	Paulo Jorge Assunção	O AO90 está em vigor? Onde?			1			
32	26.02.2012	52	Espaço público	Fernando Belo	Nem pró nem contra			1			
33	29.02.2012	39	Espaço público	Francisco Miguel Valada	Dermatologia e resistência silenciosa			1			
Total						3	6	12	0	7	5

Tabela 2: Público / Peças de opinião

	Título			Conteúdo			Classificação global	Informação adicional
	Favorável ao AO	Neutro	Desfavorável ao AO	Favorável ao AO	Neutro	Desfavorável ao AO		
1		1				1	Desfavorável	
2		1				1	Desfavorável	
3		1				1	Desfavorável	
4		1				1	Desfavorável	
5			1			1	Desfavorável	Carta repetida no dia seguinte, 7 de Setembro de 2010, na mesma página
6		1				1	Desfavorável	
7			1			1	Desfavorável	
8			1			1	Desfavorável	
9						1	Desfavorável	
10					1		Neutra	
11			1		1		Desfavorável	
12			1			1	Desfavorável	
13		1				1	Desfavorável	
14			1	1			Neutra	
15			1	1			Neutra	
16		1				1	Desfavorável	
17		1			1		Neutra	
18		1				1	Desfavorável	
19		1			1		Neutra	
20			1			1	Desfavorável	
21			1			1	Desfavorável	
22		1				1	Desfavorável	
23		1				1	Desfavorável	
24		1				1	Desfavorável	
25			1			1	Desfavorável	
26		1		1			Favorável	
27			1			1	Desfavorável	
28		1			1		Neutra	
29		1				1	Desfavorável	
30			1			1	Desfavorável	
31			1			1	Desfavorável	
32		1			1		Neutra	
33		1				1	Desfavorável	
	0	18	13	3	6	24		

Tabela 3: Diário de Notícias / Peças informativas

	Data	Página	Secção	Autor	Título	Género			Título		
						Notícia	Reportagem	Entrevista	Favorável ao AO	Neutro	Desfavorável ao AO
1	09.02.2010	45	Vida_Artes	Lusa	Vocabulário Ortográfico Português já está na Internet	1				1	
2	20.02.2010	65	Vida_Media	Lina Santos	Cuidado com a Língua' prepara-se para o Acordo Ortográfico	1				1	
3	26.02.2010	26	País		Acordo Ortográfico suspende manuais	1					1
4	04.03.2010	16	País_Sociedade	Pedro Sousa Tavares	Novos programas do básico suspendem manuais de Português	1				1	
5	09.03.2010	13	Política		CPLP quer abrir espaço comum	1				1	
6	08.06.2010	21	País		Três pessoas contra Acordo Ortográfico	1			1		
7	09.06.2010	24 / 41	Especial	Rui Hortalão	"É preciso reforçar a dimensão económica da língua e da cultura" (Ana Paula Laborinho, presidente do Instituto Camões)			1	1		
8	29.06.2010	13	País_Sociedade	Rita Carvalho / Filipa Ambrósio de Sousa	Preço de manuais sobe mais do que a inflação	1				1	
9	05.09.2010	55	Iniciativas		Conheça o novo acordo ortográfico	1				1	
10	01.12.2010	12	Política		Acordo Ortográfico na AR em 2012	1			1		
11	10.12.2010	16	País_Sociedade	Ana Maia	Editoras prontas a aplicar Acordo Ortográfico	1			1		
12	14.12.2010	16	País_Sociedade	Pedro Sousa Tavares	Adaptação de manuais ao Acordo Ortográfico concluída em 2013	1			1		
13	04.02.2012	4 / 5	Atual	Miguel Marujo / João Pedro Henriques	Passos Coelho admite abusos nas secretas mas nega "balbúrdia"	1				1	
14	04.02.2012	41	Artes	Sofia Fonseca	Governo desvaloriza marcha-atrás no CCB	1				1	
15	12.02.2012	6 - 9	Entrevista: Gente Que Conta	João Marcelino / Paulo Baldaia	"Lamento que o Governo tenha ficado numa posição incómoda" (Vasco Graça Moura)			1		1	
16	20.02.2012	21	País_Sociedade	Ana Bela Ferreira	Profis' obrigados a 'poupar' no tipo e tamanho de letra	1				1	
Total						14	0	2	5	10	1

Tabela 3: Diário de Notícias / Peças informativas

	Conteúdo					Fotografia			
	Favorável ao AO	Maioritariamente favorável	Neutro ou equilibrado	Maioritariamente desfavorável	Desfavorável ao AO	Inexistente	Com conotação favorável ao AO	Neutra	Com conotação desfavorável ao AO
1			1			1			
2	1							1	
3					1			1	
4			1					1	
5			1					1	
6			1			1			
7	1							1	
8			1					1	
9	1							1	
10	1							1	
11		1						1	
12		1						1	
13	1							1	
14			1			1			
15					1			1	
16	1							1	
	6	2	6	0	2	3	0	13	0

Tabela 3: Diário de Notícias / Peças informativas

	Classificação global	Destaque	Informação adicional
1	Neutra	3	
2	Favorável	4	
3	Desfavorável	2	
4	Neutra	4	
5	Neutra	3	
6	Favorável	2	
7	Favorável	7	
8	Neutra	7	
9	Favorável	2	Publicidade a um livro vendido juntamente com o DN; a notícia repete-se entre os dias 6 e 14 de Setembro de 2010, sempre na mesma secção, ora sob o título "Conheça (bem) o novo Acordo Ortográfico", ora sob o título "As novas regras do Acordo Ortográfico".
10	Favorável	2	
11	Favorável	4	
12	Favorável	4	
13	Favorável	10	
14	Neutra	3	
15	Desfavorável	9	
16	Favorável	4	

Tabela 4: Diário de Notícias / Peças de opinião

	Data	Página	Secção	Autor	Título	Género					
						Editorial	Crónica	Artigo de opinião	Foto-legenda	Carta de leitor	Outro
1	17.03.2010	54	Fórum	Vasco Graça Moura	Angola já não é nossa!		1				
2	09.06.2010	62	Fórum	Vasco Graça Moura	A língua de Camões?		1				
3	13.06.2010	71	Fórum	Alberto Gonçalves	Língua moribunda		1				
4	10.12.2010	54	Fórum	José Bandeira							1
5	12.12.2010	10	Opinião	Ana Alexandra Gonçalves (Seixal)	Acordo Ortográfico sem opinião dos cidadãos					1	
6	03.02.2012	9	Opinião	José C. Almeida (St. Ant. Cavaleiros)	O espectador e o espetador					1	
7	04.02.2012	10	Opinião		Estado de graça: até quando?	1					
8	04.02.2012	10	Opinião	Nuno Saraiva	De punho caído		1				
9	04.02.2012	41	Artes	João Céu e Silva	A seguir, o caso Berardo...			1			
10	07.02.2012	9	Opinião	José Magalhães (Santo Tirso)	Um bem-haja a Vasco G. Moura						1
11	08.02.2012	12	Política	Jorge Bacelar Gouveia	O Acordo Ortográfico é inconstitucional?			1			
12	08.02.2012	54	Fórum	Vasco Graça Moura	Intimação ao Professor Malaca		1				
13	09.02.2012	9	Opinião	Paulo Conde (Samora Correia)	Ainda o acordo ortográfico					1	
14	11.02.2012	47	Fórum	João Américo Oliveira Ramos	Opiniões e críticas de leitores do DN enviadas ao provedor						1
15	11.02.2012	47	Fórum	Luís Morais	Opiniões e críticas de leitores do DN enviadas ao provedor						1
16	11.02.2012	47	Fórum	José de J. Amaro	Opiniões e críticas de leitores do DN enviadas ao provedor						1
17	13.02.2012	55	Fórum	José de Faria Costa / Francisco Ferreira de Almeida	O chamado 'novo acordo ortográfico': um descaso político e jurídico			1			
18	15.02.2012	55	Fórum	Mário Bacelar Begonha	A língua e a sua escrita			1			
19	17.02.2012	56		Ferreira Fernandes	Mais "p" ou menos "p"		1				
20	19.02.2012	19	Opinião	Carlos Esperança (Coimbra)	Hum auctor distincto'					1	
21	20.02.2012	56		Ferreira Fernandes	Vocês sabem o que é o 'modus operandi'?		1				
22	22.02.2012	54	Fórum	Vasco Graça Moura	Questões do Estado de Direito		1				
23	27.02.2012	54	Fórum	João César das Neves	Aristocracia ortográfica		1				
Total						1	9	4	0	4	5

Tabela 4: Diário de Notícias / Peças de opinião

	Título			Conteúdo			Classificação global
	Favorável ao AO	Neutro	Desfavorável ao AO	Favorável ao AO	Neutro	Desfavorável ao AO	
1		1				1	Desfavorável
2		1				1	Desfavorável
3		1			1		Neutra
4						1	Desfavorável
5			1			1	Desfavorável
6		1			1		Neutra
7		1			1		Neutra
8		1			1		Neutra
9		1			1		Neutra
10		1				1	Desfavorável
11		1		1			Favorável
12		1				1	Desfavorável
13		1				1	Desfavorável
14		1		1			Favorável
15		1				1	Desfavorável
16		1			1		Neutra
17		1				1	Desfavorável
18		1				1	Desfavorável
19		1			1		Neutra
20		1			1		Neutra
21		1			1		Neutra
22		1				1	Desfavorável
23		1			1		Neutra
	0	21	1	2	10	11	

Artigos publicados durante o período de estágio (excluindo os não assinados)

Público • Quarta-feira 14 Dezembro 2011 • 27

Marcaram visita a casa de prostituta para a assaltarem

A PJ deteve dois dos três suspeitos do assalto a uma prostituta em casa desta, a 25 de Maio, em Amarante. Os suspeitos marcaram uma visita à casa da vítima, que publicitava a actividade num jornal. Levaram-lhe 170 euros, um telemóvel e um cordão em ouro. O terceiro suspeito já estava em prisão preventiva por crimes idênticos.

Passageiros do metro nem deram pelo assalto a criança

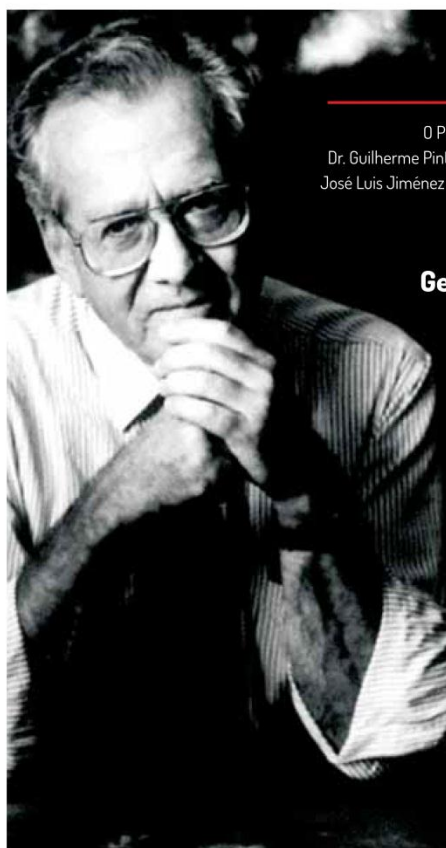
● A Directoria do Norte da Polícia Judiciária anunciou ontem a detenção de um homem suspeito de ter assaltado um rapaz de quinze anos no interior de uma carruagem do metro do Porto, sem que ninguém, além da vítima, se apercebesse do ocorrido.

Segundo um comunicado da PJ, que concretizou a detenção em colaboração da PSP, o caso ocorreu na última sexta-feira, dia 9, em Matosinhos. O indivíduo detido é um homem de 23 anos, desempregado, e com antecedentes pela prática de crimes idênticos. Terá entrado no metro e sentado-se ao lado do rapaz. A determinada altura, ameaçou-o com uma réplica de arma de fogo. De acordo com o comunicado da PJ, tratava-se de uma pistola de brinquedo que disparava apenas pequenas esferas de plástico.

Terá sido, contudo, suficiente para intimidar a vítima que, coagida, entre-

gou ao assaltante o casaco que vestia e um telemóvel. Consumado o assalto, a criança, atemorizada, apeou-se na estação seguinte. O assaltante prosseguiu viagem na mesma composição do metro.

O homem identificado e detido pela PJ é ainda suspeito da autoria de outro crime de roubo, cometido no dia seguinte, do qual foi alvo uma rapariga também com quinze anos. Neste caso, o assaltante abordou a vítima na via pública, numa zona não especificada de Matosinhos, ameaçando-a com a mesma réplica de arma de fogo utilizada no assalto do metro. E também aqui foram roubados à vítima o casaco e o telemóvel, juntamente com o dinheiro que esta trazia consigo. O detido foi ontem apresentado ao juiz, desconhecendo-se, à hora de fecho desta edição, as medidas de coacção a que terá ficado sujeito. **Inês Rios**



O Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Dr. Guilherme Pinto, e o Presidente da Fundação Gerardo Rueda, José Luis Jiménez têm o prazer de o convidar para a abertura do

Centro de Arte Moderna Gerardo Rueda - Matosinhos

com a presença do Senhor Primeiro Ministro de Portugal, Dr. Pedro Passos Coelho, e do ex-Presidente do Governo Espanhol, D. José María Aznar.

**Inauguração no próximo
dia 14 de Dezembro, às 16.00 horas.**

Rua Alfredo Cunha (Edifício dos Paços do Concelho)
Matosinhos
contacto: 22 939 09 00 / ext. 1379
www.cm-matosinhos.pt

C A M
centro de
arte moderna
gerardo rueda
matosinhos

Matosinhos
Câmara Municipal



Anterinho, o bicho carpinteiro e as vacas. Uma história Agros, made in Natureza.

Num cantinho verdejante do Minho, há um nome familiar a toda a gente: o Anterinho. Ou melhor, o Anterinho da Agros. Desde pequeno era vê-lo a correr por aí, como se tivesse pressa de viver. Na escola, a sua disciplina favorita era a geografia do ar livre. "Era bom rapaz, mas tinha bicho carpinteiro e só queria andar pelos campos. A paixão dele eram as vacas", diz-nos a sua professora, a Dona Etelvina. E o Manuel da quinta confirma. Fosse ele para onde fosse, levava sempre a Estrelinha, uma vaquinha que ele viu nascer. Hoje, é um produtor de leite Agros. E toda a gente diz que o leite tem um sabor puro e natural. Tão natural como os campos em que ele, desde catão, dava largas ao seu bicho carpinteiro.

**Conhecer os nossos produtores
é conhecer o nosso leite.**
Made in natureza. E pelo Anterinho da Agros.

Leite Meio Gordo
agros
1 litro

França: A nostalgia dos faróis da Bretanha, *amanhã na Fugas*

STCP nega ter proposto entrega a empresas privadas de carreiras que esteja a assegurar

Abel Coentrão

Empresa não esclareceu se propôs a concessão definitiva a privados das suas carreiras que já são, actualmente, garantidas por outros operadores

● O relatório do grupo de trabalho sobre a revisão da rede de transportes da Área Metropolitana do Porto entregue ao Governo não recomenda a privatização de "qualquer linha actualmente operada pela STCP", garantiu ontem a administração da empresa, em comunicado enviado à Lusa. A empresa tem mantido o silêncio sobre o âmbito dos cortes de que deverá ser alvo mas, em todo o caso, é certo que deverá, pelo menos, abrir mão de 15 carreiras suas que actualmente já são operadas, em sub-concessão, por privados. E deverá cortar serviços nocturnos e em dias de menor procura, em várias das linhas que continuará a assegurar.

Ontem, o *Jornal de Notícias* avançou pormenores da possível redução de serviços desta empresa, a mais afectada pelos cortes propostos pelo grupo de trabalho incumbido pelo Governo de encontrar formas de reduzir a factura do Estado no sector. Segundo aquele jornal, a STCP teria assumido, no âmbito da sua participação no grupo, uma concentração da operação no interior do concelho do Porto, deixando aos privados as

linhas existentes nos restantes concelhos. O que a STCP garante é que o "o relatório entregue não prevê qualquer privatização total ou parcial de nenhuma linha da STCP".

O PÚBLICO não conseguiu esclarecer junto da empresa o alcance das suas propostas, mas quando esta nega que esteja recomendada a privatização de qualquer linha actualmente operada pela STCP, deixa aberta a hipótese de ter assumido apenas que abdicaria das linhas que tem, actualmente sub-concessionadas a privados. Ou seja, 15 carreiras, segundo dados ontem divulgados pela Lusa, citando uma fonte da empresa. Segundo a mesma agência, entre os operadores privados que ficarão com as linhas estão a Valpi e a Gondomarense, por exemplo, empresas

que já assumiram, em Setembro, o alargamento de linhas suas a integrar sistema intermodal Andante.

Ainda antes de serem conhecidas, publicamente, as conclusões deste



grupo de trabalho, a distrital do PS já tinha, na segunda-feira, criticado a orientação das medidas, considerando que a mera transferência da operação para privados acarretaria uma degradação da qualidade do serviço e, até, um aumento do preço, já que os utentes de fora do Porto deixariam

de ter acesso aos títulos monomodais da STCP (mais baratos que o Andante equivalentemente, em média).

Ontem foi a vez de o PCP vir a terreiro apontar o dedo à "redução brutal do número de ligações e serviços" que, acusa a sua Organização Regional do Porto, "confirmam as intenções já denunciadas pelo PCP em degradar o serviço público prestado à população e dessa forma abrir caminho à privatização da STCP". Para os comunistas, "esta situação insere-se na sucessão de medidas assumidas por sucessivos governos do PSD/CDS e do PS há mais de uma década - em articulação com a administração da STCP - e que levaram a que sejam exigidos custos cada vez maiores aos utentes em troca de cada vez menos serviços prestados". **com Lusa**

Novo serviço nocturno a pensar nos universitários

O Gato leva a casa quem foi para os copos

● Gato é o nome do novo serviço que, até ao final de Abril, vai assegurar, especialmente aos estudantes do pólo universitário da Asprela, o transporte nocturno entre essa zona e a Baixa do Porto. A apresentação, pela parceria STCP-Unicer, terá decorrido a noite passada no Café Piolho, local emblemático da boémia estudantil. O serviço é flexível e personalizado. De facto, o que o diferencia é o facto de os autocarros não terem um

percurso fixo, podendo adaptar-se às necessidades dos utentes. O Gato depende de marcação, via Internet ou telefone (808200166 ou 226158158), e permite ao cliente definir as paragens de entrada e saída, entre o Hospital de São João e a Praça Guilherme Gomes Fernandes, no Carmo. A viagem custa dois euros. Há um desconto de 20% para grupos de dez ou mais pessoas e de 30% para grupos de 30 ou mais elementos. O Gato funcionará

às quintas, sextas e sábados, procurando dar resposta à "crescente dinâmica e vida nocturna" da cidade, disse ao PÚBLICO um responsável da Unicer, que se associou à STCP no lançamento deste serviço, concebido para garantir que ninguém precisará de conduzir alcoolizado depois de uma noite de farra. Serão oferecidos os bilhetes aos utilizadores que efectuarem marcação durante o primeiro mês. **I.R.**

Águas do Porto paga incentivos polémicos

● A Comissão de Trabalhadores (CT) da Águas do Porto escreveu ao primeiro-ministro pedindo-lhe para averiguar a legalidade da atribuição de remunerações suplementares a apenas cerca de 20% do pessoal daquela empresa municipal.

Segundo a CT, entre os cerca de 500 trabalhadores, "a 80 é-lhes processado, além do vencimento, uma verba suplementar intitulada 'remuneração temporária/incentivo', que totaliza mensalmente o valor de 17.236 euros". "Outros 27 trabalhadores recebem prémios de produtividade, que totalizam mensalmente o valor de 16.501 euros, sem qualquer definição de objectivos a cumprir", ao qual acresce o facto de "esta verba suplementar ser também atribuída nos subsídios de férias e Natal" e de ser "processado o valor de trabalho extraordinário", acrescenta a CT.

A Lusa tentou ouvir a administração da Águas do Porto.

Moradores de prédio de Barcelos que ameaçava ruir já podem regressar a casa

Samuel Silva

● Os habitantes do Edifício Panorâmico, em Barcelos, desalojados desde 2008 devido a problemas estruturais no edifício que ameaçava ruir, começam hoje a regressar às suas casas. A Protecção Civil Municipal determinou ontem existirem condições de segurança que permitem que o prédio volte a receber os mais de 80 moradores, depois da intervenção coordenada pela Universidade do Minho que teve lugar nos últimos três anos.

O presidente da Câmara de Barcelos, Miguel Costa Gomes, entrega esta manhã as chaves deste prédio da freguesia de Arcoselo aos administradores do edifício. A cerimónia simbólica vai permitir o início do regresso das oito dezenas de pessoas que, em 2008, tiveram que encontrar uma residência alternativa, na sequência dos problemas estruturais detectados numa vistoria.

Chega ao fim um processo que se

arrastava há quatro anos e que afectou as 34 famílias do Bloco I. Esta solução foi alcançada depois de uma negociação entre autarquia e proprietários, na qual câmara se comprometeu a

limpar as partes comuns exteriores e interiores, assim como executar trabalhos de serralharia e carpintaria. A câmara vai ainda suportar as despesas relacionadas com as mudanças.



As 34 famílias foram obrigadas a sair do Edifício Panorâmico em 2008

Vila do Conde Misericórdia compra Palácio Hotel

● O Palácio Hotel de Vila do Conde, devoluto há mais de 20 anos, acaba de ser adquirido pela Misericórdia local por 1,5 milhões de euros. O provedor Arlindo Maia quer transformar o edifício, no centro da cidade, a 300 metros do mar e a 250 do rio, num hotel virado para o turismo social. O responsável disse ao PÚBLICO que pretende lançar e ver concluído o projecto em 2012, para poder avançar para obra já em 2013. No total, o investimento deverá rondar os 7 milhões de euros. Há cerca de dez anos também a Câmara de Vila do Conde ponderou transformar o espaço numa pousada da juventude, mas os 500 mil euros pedidos pelo imóvel, que pertencia a um seguradora, fizeram a autarquia desistir.

S. João da Madeira Riqueza de inquilinos surpreende câmara

● A Câmara de S. João da Madeira vai uniformizar a fixação de rendas da habitação social para actualizar os valores pagos por inquilinos como os que, tendo rendimentos mensais de 2800 euros, pagam apenas 5,69 de renda. Até agora, a autarquia aplicava dois regimes na definição das rendas dos seus cerca de 800 fogos: o de renda apoiada, fixada de acordo com os rendimentos do agregado; e o de renda social, em que os valores pagos não tinham em conta a situação económica dos inquilinos - o que justifica que uma família com rendimentos de 3.500 euros por mês pague apenas 13,62 de renda. O presidente da câmara, Castro Almeida, admitiu à Lusa que "a análise da situação económica dos inquilinos da autarquia revelou algumas surpresas".

Bragança "Homem-aranha" condenado a 13 anos

● Um indivíduo conhecido por "homem-aranha" foi antontem condenado pelo Tribunal de Bragança a 13 anos e seis meses de prisão. Detido preventivamente em Vila Real, Daniel Lopes, natural de Foz Côa, não quis comparecer para ouvir a sentença, que o condenou por vários crimes de furto e burla informática. O autor de dezenas de assaltos a residências e estabelecimentos de Bragança (a PSP falava em mais de 30) prescindiou de estar presente na sessão em que foi declarado culpado de 19 crimes. Para o juiz, a pena aplicada foi simpática e o próprio advogado de defesa admitiu não recorrer da sentença. Daniel Lopes, de 34 anos, foi apanhado a roubar num shopping de Gaia, em Agosto de 2010, quando já era procurado pela polícia.

Local

Implosão O início do fim do Bairro do Aleixo

Rui Rio quer demolir as torres todas até ao final do mandato

Álvaro Vieira

Autarca comemorou 10 anos à frente da Câmara do Porto com a implosão da torre 5 do Aleixo. Sem euforias, por respeito para com os antigos moradores

Quando chegou à zona do Aleixo, com o presidente da Câmara do Porto e uma centena de convidados a bordo, o *Douro Spirit*, o mais luxuoso da frota fluvial da Douro Azul, apitou, para sinalizar a manobra de ancoragem no meio do rio. Da Rua do Ouro, onde se concentravam cerca de 250 pessoas também à espera de assistir à implosão da torre 5 do bairro, alguém respondeu com dois insultos dirigidos ao autarca, para sinalizar a revolta sentida. Apesar da chuva e do vento, os improperios chegaram cristalinos à esplanada coberta e à piscina do convés, numa altura em que já se serviam bolinhos, salgadinhos e sumo de laranja. O barco ficou assim atravessado no rio, com o *upper deck* convertido num camarote ao qual Rui Rio só subiu escassos minutos antes da implosão.

O empresário Mário Ferreira, da Douro Azul, dispunha cadeiras em plateia, para vereadores, deputados municipais do PSD, gestores de empresas municipais, adjuntos e chefes de gabinete, entre outros. Alunos de cursos de Engenharia Civil de duas universidades da cidade também marcaram presença, que não há implosões de edifícios todos os dias no Porto (a última foi a garagem Guérin, na Avenida da Boavista, há 20 anos), e fotografavam-se uns aos outros, com a condenada torre 5 como cenário.

O eurodeputado Paulo Rangel, que Rio quer ver a disputar a concelhia do Porto do PSD, já subira a bordo, trazido por uma lancha da Douro Azul. Veio de Estraburgo porque quis estar presente neste momento que assinalou os 10 anos de presidência camarária de



Rio confessou que esteve algo apreensivo

Rio. E este sorria, mas parecia tenso.

Desconstruiu quando a poeira assentou e se percebeu que a torre, que parecia ter tombado demasiado inteira, estava mesmo reduzida a entulho. "Sucesso", "maravilha", exultavam atrás dele os convidados que preferiram olhar para os televisores de plasma pendentes.

Rio não embarcou em euforias, quando alguns já sugeriam brindes com os cálices que acabavam de aparecer. Reconheceu que esteve "apreensivo" pela delicadeza da operação, apesar de terem sido tomadas todas as medidas de segurança. E, ainda sem notícia dos incidentes registados em terra entre polícia e moradores do bairro, afirmou ser preciso "respeitar as pessoas que viveram ali". "Podem ter tido ali vidas aborrecidas e deprimidas, mas ninguém gosta de ver a sua casa demolida".

Considerou, contudo, que este foi um dia importante, para a "reabilitação da habitação social, para a justiça social e também para a segurança urbana". Lembrou que a solução preconizada para o Bairro do Aleixo foi gizada antes da actual crise financeira e da retração do crédito. Por isso, admitiu que a sua concretização não será fácil. Mas confia que ainda vai assistir

como presidente da Câmara do Porto à demolição da última torre e que, em todo o caso, o processo de demolição do Aleixo já é irreversível.

Rui Rio concedeu que "há algum atraso" e que "já podia ter começado" a construção das casas destinadas ao realojamento definitivo dos moradores do bairro, que o fundo imobiliário Invesurb, que vai fazer ali construção de luxo, se comprometeu a fazer noutros pontos da cidade. Questionado se o preocupava o facto de o principal accionista particular do fundo, Vítor Raposo, sócio de Duarte Lima, se encontrar nesta altura indiciado por crimes económicos, Rio reiterou que a sua preocupação é "a escassez de crédito e a falta de liquidez". "Mas cá estarei para ultrapassar os obstáculos", reforçou. E vincou, respondendo a críticas recentes do PS local, que, mesmo que o Invesurb já tivesse começado a construir e a remodelar os fogos prometidos, estes jamais estariam concluídos nesta altura. Anunciou que, quando as casas estiverem prontas, os moradores das torres 5 e 4 que já saíram do Aleixo terão prioridade, podendo optar entre ir para essas habitações ou permanecer, em definitivo, nas casas municipais onde foram provisoriamente instalados.

MANUEL ROBERTO

Graça Barbosa Ribeiro

Uma troca no anexo a um e-mail de boas festas deverá levar à suspensão do comandante da Polícia Municipal (PM) de Coimbra, que ontem se tornou alvo de um processo disciplinar. Isto, porque, por engano, segundo o próprio, Euclides Santos enviou para todos os funcionários da Câmara de Coimbra uma apresentação em *power point*, de 25 páginas, com fotos de mulheres em trajes menores e poses sensuais, em que diz desejar aos destinatários, "de todo o coração", que em 2012 tenham, entre outras coisas, "relações sexuais incríveis".

"Esta é uma belíssima época, em todo o mundo, para desejar que haja paz, que se tenha saúde, que se viva com amor, que blah... blah... blah...", pode ler-se na introdução. Depois de várias páginas com fotos de mulheres pouco vestidas, a mensagem continua: "E basta de farsas e de palavreado inútil! O que eu desejo, de todo o coração, é que tenhas relações sexuais incríveis, uma vida alegre e feliz, que trabalhes muito e que te pagues bem!".

A mensagem foi enviada para o endereço electrónico geral da câmara, ou seja, para todos os funcionários, às 10h50 de ontem. Às 11h02 os mesmos destinatários podiam ler um telegráfico "Erro no anexo. Peço desculpas". Às 11h45 seguiu para todos nova mensagem, em que Euclides Santos manifestou "o máximo respeito por toda gente e em particular por cada um", lamentou ter "anexado um anexo errado" e frisou não ser aquela a sua intenção. "Aliás, no e-mail seguin-

te fiz essa minha penitência. Errei e peço desculpa a todos e a todas", escreveu.

O PÚBLICO apurou que o presidente da Câmara, Barbosa de Melo, e a vereadora que tutela a PM terão considerado que o facto de a mensagem ter sido enviada em horário de trabalho e através do e-mail de serviço tornava inoportuno manter Euclides Santos no cargo. Ainda durante a tarde, o comandante (que o PÚBLICO tentou, sem sucesso, contactar) foi convidado a apresentar a demissão, mas por volta das 21h30 informou o gabinete da presidência de que não o faria.

Só então a autarquia divulgou um comunicado dando conta de que, devido à divulgação da mensagem "com conteúdos que não se coadunam com o "prestígio da Câmara", "para defesa do bom nome da Polícia Municipal", o presidente decidira instaurar um procedimento disciplinar ao comandante. Aquele deverá resultar, numa primeira fase, na suspensão de Euclides Santos.



Postal seguiu por "engano"

Crianças feridas em colisão em Vila Nova de Paiva

A colisão entre um autocarro escolar e um veículo ligeiro, na En 225, fez cinco feridos, um homem e quatro crianças. O acidente, que acabou por condicionar a estrada durante algum tempo, ocorreu ao início da manhã em Vila Nova de Paiva, distrito de Viseu. A Câmara Municipal tomou a decisão de abrir um inquérito relativo ao caso.

A vítima adulta era o condutor da viatura ligeira. Segundo o Comando Distrital de Operações de Socorro de Viseu, teve de ser desencarcerado e terá necessitado de mais cuidados hospitalares do que os menores. Ao longo do dia ainda foi sendo notificado que o estado do adulto era grave, mas uma fonte do Hospital de São Teotónio em Viseu, para o qual foram encaminhadas as vítimas, garantiu ao PÚBLICO que todas elas apresen-

tavam apenas ferimentos ligeiros.

Contactada ontem à tarde, a mesma fonte afirmou que as quatro crianças já tinham sido mandadas para casa, exibindo somente leves escoriações. O motorista, por sua vez, encontrava-se ainda sob observação, sendo sujeito a alguns exames, mas a sua situação era estável e ser-lhe-ia dada alta provavelmente no mesmo dia.

O autocarro envolvido na colisão pertence a uma empresa privada responsável pelo transporte dos alunos de várias escolas de Vila Nova de Paiva, com a qual a Câmara Municipal mantém um contrato. O inquérito instaurado pretende averiguar as causas do embate, por um lado, e saber se esse contrato estava a ser cumprido aquando do acidente, por outro. **Inês Rios**

Uma redoma no meio do rio

Comentário

Abel Coentrão

Tinha de ser assim. De longe, rodeado de convivas escolhidos a dedo. Convenhamos: Rui Rio não poderia ter assistido junto ao perímetro de segurança do Bairro do Aleixo a este momento que marca o início do fim destes prédios que o tempo transformou em habitação social. O seu próprio perímetro de segurança, aquele que ele, enquanto autarca,

eleito há dez anos, construiu, impede-o. É bom lembrar que, como a maré, também este Rio começou por não defender a demolição, para depois fazer dela um ponto de honra do seu legado no Porto. Se estivesse em terra, o dispositivo policial teria de ser maior, ensombrando a espectacularidade do momento, que, como se viu, até já terminou com alguns desastros. Ainda que o povo do Porto o aplauda pelo que está a fazer, ainda há, naquele lugar tão mal-fadado, gente que, mesmo entre delinquentes,

conseguiu construir a sua história de felicidade mínima. Aquela que nos dá a vizinhança, a segurança das relações de todos os dias. É fácil, conhecendo o Aleixo pelos seus lugares comuns, explodir de alegria com a implosão, como fizeram alguns dos que acompanharam Rui na sua redoma fluvial. Mas teremos que compreender a frustração, e até alguma raiva, dos que teimariam, se lhes fosse dado a escolher, continuar a escrever a sua história de vida naquele lugar. Com vista para o rio.

Lage elogia trabalho de Cristina Azevedo em Guimarães

Carlos Lage enalteceu o trabalho que a ex-presidente da Fundação Cidade de Guimarães, Cristina Azevedo, realizou antes de ser afastada e acrescentou ter "pena"

que a CCDRN e o ON.2, enquanto "verdadeiros interlocutores na elaboração do programa e no seu financiamento", sejam "esquecidos em benefício de algumas vaidades".



Um eterno retorno <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

Segundo "apagão" em nove dias deixou parte do Porto sem electricidade durante uma hora

Inês Rios

A avaria numa instalação da EDP cortou a luz ao Porto. Sem semáforos, o trânsito esteve condicionado. Uma idosa foi atropelada

● Um corte no fornecimento de energia afectou uma parte considerável da cidade do Porto, ontem à tarde, durante cerca de uma hora. A face mais visível da avaria foi um "apagão" no sistema de semáforos, que terá inclusivamente estado na origem do atropelamento de uma idosa.

Um estrondo, por volta das 15h, deu o alarme. Uma série de estabelecimentos da Baixa do Porto, entre eles

habitações, lojas e cafés, terão então ficado sem luz. Da mesma maneira, pelo menos os semáforos existentes entre o Marquês e a Avenida dos Aliados deixaram de funcionar, condicionando fortemente o trânsito neste importante eixo viário. No cruzamento da Rua da Constituição com a Rua de São Brás, a falha dos semáforos terá chegado mesmo a provocar o atropelamento de uma idosa que ficou ferida, sem grande gravidade.

Segundo informação divulgada pela Lusa, o "apagão" terá estado relacionado com uma avaria numa infraestrutura da EDP situada na Prelada. A EDP terá procedido aos primeiros esforços de reposição de energia às 15h25, dispondo os clientes de electricidade aproximadamente às 15h50. Já no passado dia 10 se tinha veri-



EDP não deu explicações

ficado um "apagão" de grande amplitude, fruto de uma avaria num telecomando da subestação da EDP do Campo Alegre. O corte de energia incidiu sobre uma grande área do Porto e algumas zonas de Matosinhos. No interior do NorteShopping, na Senhora da Hora, Matosinhos, as pessoas chegaram a ficar completamente às escuras durante 5 minutos. A maioria dos locais atingidos recuperaram a electricidade num espaço de 15 minutos, mas os residentes do Campo Alegre demoraram algumas horas a ver o problema resolvido. Apesar de diversas tentativas, o PÚBLICO não conseguiu obter por parte da EDP mais pormenores, nem sobre o "apagão" de ontem à tarde, nem sobre a possível relação entre os dois eventos.

Hasta pública do Silo-Auto está marcada para 31 de Janeiro

Patrícia Carvalho

● A Câmara do Porto agendou a hasta pública do Silo-Auto para as 10h30 do dia 31 de Janeiro de 2012. A base de licitação é de 10,102 milhões de euros e quem vencer a licitação (na eventualidade de aparecerem interessados) terá de desembolsar, no final do acto público que decorrerá nos Paços do Concelho, 25% do valor de venda.

O edifício, com uma área global de cerca de 8200 m², tem associado um conjunto de condições especiais de venda, que oneram os potenciais interessados. Desde logo, quem o comprar fica obrigado a fazer obras de reabilitação do edifício e compromete-se a não demolir a estrutura.

O anúncio da hasta pública lembra também os interessados que quem ficar com o imóvel tem de garantir a manutenção de, pelo menos, 420 lugares de estacionamento (hoje tem 850 lugares para oferecer), bem como as condições de acesso ao espaço. Todo o espaço deixado livre por aquela condicionante poderá ser usado para fim diverso daquele que hoje tem.

O edifício do Silo-Auto alberga, actualmente, uma bomba de gasolina, uma oficina de reparação de automóveis, uma danceteria, escritórios e fracções comerciais. A proposta de alienação que Rui Rio levou ao executivo camarário em Novembro frisava que, com o fim do contrato de concessão, que cessa a 1 de Setembro de 2012, terminam também "todos os arrendamentos existentes, não existindo pois qualquer ónus ou indemnização a atribuir aos actuais arrendatários das fracções".

O facto de o contrato de concessão permanecer em vigor durante os primeiros oito meses de 2012 leva a que a escritura de compra e venda do imóvel só possa ser celebrada para lá do final da concessão, ou seja, nos primeiros 15 dias do mês de Setembro do próximo ano.

A venda do Silo-Auto é uma das receitas extraordinárias que a Câmara do Porto incluiu no orçamento do próximo ano, mas que só será traduzido em despesa caso os negócios previstos tenham concretização. Além desta alienação, fazem parte dessa receita extraordinária a venda por 30 milhões de euros e pelo prazo de 30 anos de 45% das Águas do Porto e a privatização dos paquímetros, que no imediato poderão garantir à autarquia uma receita de 10 milhões de euros.

Se a hasta pública for bem sucedida, o licitador deverá pagar 25% do valor no imediato e os restantes 75% no acto da escritura.

Câmara de Ovar "paga" rendas de famílias carenciadas

● A Câmara Municipal de Ovar vai apoiar financeiramente 64 famílias carenciadas que provaram ter dificuldade em pagar os custos dos seus contratos de arrendamento. A medida foi aprovada em reunião do executivo e envolve um total de 45 mil euros a distribuir ao longo de seis meses por 64 inquilinos, seleccionados para o efeito entre 90 candidatos; desses, 13 desistiram a meio do processo e outros 13 foram excluídos por não cumprirem as condições de acesso.

Esta já é a segunda vez, em 2011, que a Câmara de Ovar investe a este nível, para garantia de "uma maior coesão social" no concelho. Fonte

da autarquia adianta, contudo, que o executivo "aprovou a abertura excepcional de mais um dia para novas inscrições".

O objectivo é seleccionar outros seis beneficiários para o programa, "dado que estão orçamentados 70 apoios ainda para o corrente ano" e, nesta segunda fase, só foram aprovadas 64 candidaturas. A recepção dos municípios interessados está marcada para sexta-feira, devendo os candidatos comparecer para o efeito na Divisão de Acção Social e Saúde da câmara, durante o horário de expediente.

A Medida Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação en-

quadra-se no regulamento municipal para atribuição de ajudas a estratos sociais desfavorecidos e teve a sua primeira fase concluída no mês de

Os beneficiários

70

famílias serão abrangidas pela medida de apoio ao arrendamento aprovado. Seis ainda vão ser seleccionadas

Março. Nessa altura, o executivo de Ovar aprovou a concessão de apoio pecuniário a 70 de 89 candidatos. O objectivo continuava a ser garantir que essas famílias conseguissem fazer face aos custos com os seus respectivos contratos de arrendamento.

O apoio então concedido ultrapassou o montante global de 50 mil euros e todos os beneficiários eram cidadãos ou famílias residentes no concelho de Ovar há pelo menos dois anos, como continua a ser exigido pelo programa. Outro requisito é que os candidatos tenham mais de 18 anos, sem ultrapassarem os 30. Lusa

Capital Europeia da Juventude revela que ainda decorrem negociações para fazer MTV Day em Braga

● A organização de Braga Capital da Juventude esclareceu ontem que o concerto dos Pearl Jam na cidade, no âmbito do MTV Day, ainda não está completamente garantido. Num comunicado enviado ao PÚBLICO, é explicado que "estão a decorrer negociações entre a MTV Portugal e a organização de Braga 2012: Capital Europeia da Juventude, de modo a trazer o MTV Day para Portugal, pela primeira vez, no caso, Braga".

Mas assume que, ao contrário do que foi avançado ao PÚBLICO pela própria organização, o cartaz dos artistas ainda não está totalmente definido.



Pearl Jam devem vir a Braga

Na mesma nota, a organização refere ainda que "os dois nomes avançados no PÚBLICO fazem parte de um lote que está a ser analisado, podendo ou não serem esses os escolhidos". Em todo o caso, a organização de Braga 2012 sublinha "a excelente relação entre ambas as partes"; e assume que os dois lados pretendem "que a decisão final seja tomada até ao dia 14 de Janeiro".

O PÚBLICO avançou na edição de domingo que a banda de Seattle será cabeça de cartaz de um conjunto de concertos que estão a ser negociados entre a Capital da Juventude e a estação de televisão norte-americana.

Para além dos Pearl Jam, a organização confirmou ao PÚBLICO que, na mesma data, actuará na cidade o produtor DJ David Guetta, num espectáculo gratuito no âmbito do MTV Day.

O vereador da Juventude e líder da organização da Capital Europeia, Hugo Pires, apresentou este acordo com a conhecida cadeia por cabo norte-americana - e que a equipa que dirige vem explicar que afinal ainda não está concluído - como "um grande projecto de comunicação". A autarquia, disse, vai gastar 1,5 milhões de euros a promover Braga em 30 países. A.N.C.

Email versus papel na assembleia municipal

A Assembleia Municipal do Porto aprovou o recurso ao *email* para trocar mensagens e documentos com os deputados que prescindam do papel. BE e CDU consideram a

proposta do CDS "lamentável" e "incompreensível". Alegam que a câmara é que desbarata papel e dinheiro com a revista *Porto Sempre*.



MANUEL ROBERTO

"Avalancha"

Uma dezena de moções para discutir e votar

Foram dez as moções que, sem pertencerem à agenda da sessão, foram discutidas e votadas, na assembleia municipal de anteontem.

Além das relativas à desmaterialização das comunicações e documentos (ver topo) neste órgão e ao Bairro do Aleixo (ver texto ao lado), os deputados votaram assim aquilo a que Valente de Oliveira classificou, com evidente desconforto, como "uma avalanche de moções".

STCP (BE) - manifestava discordância pelas alterações na rede da STCP, pelo aumento dos preços e pela redução de carreiras. Rejeitada com o voto de qualidade do presidente.

Transportes (CDU) - propunha uma reunião entre representantes dos partidos com bancada na assembleia, das juntas de freguesia, do Ministério da Economia, da Autoridade Metropolitana de Transportes, da STCP e da Metro do Porto, para avaliar as medidas perspectivadas para os transportes públicos. Aprovada por unanimidade.

Cinemateca (BE) - manifestava discordância pela interrupção da instalação do pólo da Cinemateca na casa das Artes e propunha que se insistisse com a Secretaria de Estado da Cultura para criar aquele equipamento no Porto. Chumbada com o voto de qualidade do presidente.

Saudação ao Salgueiros pelo centenário do clube (CDU) - aprovada por unanimidade.

Esquadras (CDU) - propunha uma reunião entre representantes dos partidos com bancada na assembleia, das juntas de freguesia, do Ministério da Administração Interna e do Comando da PSP do Porto, para avaliar os impactos do plano de reestruturação de esquadras e postos. Foi aprovada por unanimidade.

Fluvial (PS) - recomendava à câmara a classificação do imóvel da Rua de Aleixo da Mota, propriedade do Fluvial. Aprovada.

Saudação ao centro histórico do Porto pelo 15.º aniversário da classificação pela UNESCO (PS) - Aprovada por unanimidade.

Manoel de Oliveira (PS) - Saudação ao cineasta pelo 103.º aniversário e apelo à câmara para concretizar projecto da Casa-Museu Manoel de Oliveira. Aprovada por unanimidade.

s demolições no Aleixo

entregara qualquer habitação, mas relativizou. Defendeu que o importante é que o FEII cumpra a sua parte "no final da equação", do processo, sublinhando que, se tal não acontecer, a câmara recupera os terrenos. Insistindo que o projecto do Aleixo foi concebido em nome da dignidade humana, a pensar nas condições de vida dos habitantes de um bairro flagelado pelo tráfico de droga e não em quaisquer interesses imobiliários, também considerou desnecessária a comissão de acompanhamento. Garantiu que a junta já sinaliza aos serviços camarários relações de vizinhança a preservar.

O primeiro ponto da moção do PS traçou um risco entre esquerda e direita: PSD e CDS contra; PS, CDU e BE a favor. O segundo ponto, também

chumbado, contou com a abstenção de CDU e BE.

Estas duas forças já tinham intervenido para criticar "o espectáculo nada edificante", "a gigantesca operação" de propaganda mediática que viram na implosão da torre 5 do Aleixo, na sexta-feira. A isto, José Castro, do BE, acrescentou que o *site* da câmara se referiu, "sem qualquer decência", à implosão como sendo uma "espécie de comemoração" dos dez anos de mandato de Rio. A CDU interveio para assumir a "discordância ideológica" face à solução adoptada para o Aleixo. Sara Santos, da CDU, protestou que os apartamentos a construir ali vão custar 630 mil euros e que a demolição dos actuais "corporiza a ideia de que os mais pobres não podem viver com vistas para o Douro". A.V.

Câmara não renova licenças das esplanadas de Parada Leitão

Patrícia Carvalho

Comerciantes da praça central do Porto foram notificados ontem. Associação de bares teme que se siga a demolição

● A Câmara do Porto "não renovou a licença anual das esplanadas" de Parada Leitão, confirmou ao PÚBLICO fonte da assessoria de imprensa municipal. Os comerciantes que mandaram construir aquelas estruturas - que mereceram um parecer "não favorável" do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (Igespar) - temem que o passo seguinte seja a ordem de demolição, mas o município garante que ainda está em "negociações" com o Igespar e que "a curto prazo será apresentada uma proposta aos comerciantes".

As esplanadas, construídas no início de 2010, resultam de um investimento de cerca de 250 mil euros, feito pelos proprietários dos cafés Pio-lho, O Mais Velho e Universidade, e da Geladaria Cremosi e do Restaurante Irene Jardim. Os empresários delegaram, contudo, a gestão do processo nas mãos da Associação de Bares da Zona Histórica do Porto (ABZHP).

Ao PÚBLICO, António Fonseca, da ABZHP, diz que a não renovação da licença é "lamentável" e argumenta: "Perante isto, parte-se do princípio que, a seguir, se vai avançar para a demolição. Ao não renovar as licenças, a partir de Janeiro, as esplanadas estão ilegais. O que lamento no meio disto tudo é que a câmara não tenha percebido que temos estado a contribuir para minimizar os danos causados por ela própria", diz.

O líder da ABZHP refere-se ao facto de as esplanadas terem sido licenciadas pelo município, mesmo sem o parecer necessário do Igespar e da



António Fonseca diz que câmara não percebe que os empresários estão a minimizar os danos que ela causou

Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN). Esta última entidade teve várias reuniões com António Fonseca e, em Maio, deu um parecer favorável informal a uma alternativa às esplanadas, desenhada pelo arquitecto do projecto original, Rui Barros Silva.

A vontade manifestada pelos empresários era a de que as esplanadas se mantivessem de pé por mais um ou dois anos, para amortizarem o investimento feito.

Metro do Porto reduz oferta na noite e no dia de Natal

Inês Rios

● O serviço prestado pelo Metro do Porto sofrerá uma redução no período natalício, mais concretamente na noite de 24 de Dezembro e no dia de Natal. A empresa anunciou ontem os horários que cada linha irá cumprir.

Na noite de Natal, o serviço terminará três horas mais cedo, às 22h, por oposição à hora habitual, 1h. Na Linha Azul (A), o último metro partirá da Trindade em direcção ao Senhor de Matosinhos às 21h27, e no sentido contrário a última partida será às 22h04. Na Linha Vermelha (B), no sentido Póvoa de Varzim, a última partida terá lugar às 21h26, enquanto no sentido Estádio do Dragão tal acontecerá às 21h33. A Linha Verde (C) enviará o último metro para o Ismaí às 21h34, e no sentido contrário,

Campanhã, o último metro sairá às 21h31. A Linha Amarela (D), por sua vez, funcionará no sentido Hospital de São João até às 21h50 e no sentido Santo Ovídio até às 21h49. Na Linha Violeta (E), a última chamada será às 21h36 para o Aeroporto e às 21h51 para o Estádio do Dragão. Finalmente, o serviço estará disponível na Linha Laranja (F), na direcção Senhora da Hora, até às 21h50, e na direcção Fânzeres até às 21h34.

Também no dia 25 haverá uma "ligeira redução da oferta", consequência da "pouca procura" que todos os anos se verifica nesta altura, justifica o Metro do Porto em comunicado. Assim, não circulará o serviço Expresso na Linha Vermelha e a frequência das partidas ficará diminuída em todas as linhas: será de 15 minutos no caso das linhas Azul e Amarela e de 30 minutos nas restantes.

Local



Um automobilista que conduzia com uma taxa de alcoolémia de 1,79 gramas por litro de sangue despistou-se e embateu contra uma viatura da PSP, ontem, à entrada da rotunda cobernética de Barcelos. Um dos agentes que seguiam na viatura policial sofreu ferimentos ligeiros.

Carlos Duarte vai liderar a CCDRN e José Silvano, de Mirandela, será um dos seus vices

Margarida Gomes

Responsável do programa ON2 aguarda apenas que Pedro Passos Coelho assinasse a sua nomeação. Com Carlos Lage saem também os dois vice-presidentes

● O primeiro-ministro deverá assinar dentro de dias a nomeação de Carlos Duarte, actual responsável pelo ON2 - Programa Operacional Regional do Norte, para presidente da CCDRN (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), substituindo o socialista Carlos Lage.

Com Lage saem também os dois vice-presidentes: a economista Ana Teresa Lehmann, especialista em internacionalização e investimento directo estrangeiro, e o professor universitário Paulo Gomes.

Licenciado em Agronomia, Carlos Duarte, ex-secretário de Estado-Adjunto do ministro da Agricultura e das Pescas, é vogal executivo da comissão directiva do ON2 (um programa que gere 2,7 mil milhões de euros) e há muito que o seu nome era apontado para presidir à CCDRN. Neste momento, tem a seu cargo a gestão dos temas do território e dos investimentos municipais.

A acompanhá-lo terá dois vices. O advogado Gonçalo Lobo Xavier

é um dos nomes mais falados, para um dos cargos, mas para já ninguém confirma esta opção. Certo num dos lugares é o actual presidente da Câmara de Mirandela, José Silvano. Em Outubro, Silvano anunciou que ia deixar a câmara, mas não revelou



detalhes sobre o seu futuro. "A partir de 1 de Janeiro anunciarei para onde vou trabalhar e posso garantir que nem irei para a saúde no distri-

to nem para a Segurança Social que são os únicos cargos de nomeação política que o distrito tem", declarou então.

Com 54 anos, José Silvano é dos autarcas da região com mais anos de mandato, contando 16 anos como presidente de câmara e 25 como eleito. Considera, por isso, que "é tempo suficiente para encerrar ciclos" e garante que sai "satisfeito" com a experiência. Na hora de sair, revela que a reforma autárquica não o motiva, porque entende que "vai dar primazia à sustentabilidade económico-financeira e é um factor de ataque à proximidade do cidadão", nomeadamente com a redução do número de freguesias.

Porto disputa título de Melhor Cidade 2012 da Wallpaper

● O Porto é candidato ao prémio de Melhor Cidade 2012 nos Design Awards da Wallpaper, prémio que vai disputar com Londres, Berlim, Cidade do México e a chinesa Guangzhou. A "vida cultural da Baixa" portuense "revitalizada por uma comunidade artística e estudantil activa" e "as casas de granito que se amontoam no terreno acidentado" são alguns dos motivos apontados pela conceituada revista internacional.

A Wallpaper destaca ainda a arquitectura com forte influência de consagrados portuenses, bem como a aposta gastronómica através de um conjunto de novos restaurantes. A paisagem foi sendo dotada de arquitectura moderna atractiva de gente como Álvaro Siza Vieira (o arquitecto vivo mais conhecido em Portugal), Eduardo Souto de Moura (vencedor do Prémio Pritzker de Arquitectura em 2011) e Agostinho Ricca", explica a revista inglesa. E acrescenta: "E a cena gastronómica foi bombardeada por restaurantes belissimamente desenhados com visões magníficas do oceano e da cidade".

Nesta espécie de "Óscares" da arquitectura, que serão atribuídos em Fevereiro de 2012, a Wallpaper destaca ainda o teleférico de Vila Nova de Gaia e o Museu do Côa (em Foz Côa) como exemplos de "nova arquitectura".

O Porto Património da Humanidade pela UNESCO já tinha sido destacado este ano pela revista *Lonely Planet*, a "bíblia" dos viajantes internacionais, que indicou a cidade como o quarto destino favorito mundial para 2012, elogiando a sua beleza e competitividade dos preços, além do vinho do Porto. **Lusa**

Lipor tem 2000 pessoas à espera de terra

Sandra Mesquita

● A Lipor tem quase 2000 pessoas à espera de um talhão de terra para cultivo no âmbito do projecto Horta à Porta.

Ana Lopes, responsável pelo projecto da Lipor - Serviço Inter municipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto -, sublinha que a procura de parcelas de terra para cultivo já não visa apenas encontrar uma ocupação em tempos livres, mas decorre também dos impactos da crise e da carência das pessoas.

Nos últimos tempos, tem aumentado o número de parceiros que disponibilizam à Lipor os lotes para cultivo. Mas não nos locais de onde provém a maioria dos pedidos.

A responsável explica que esta iniciativa, que surgiu inicialmente para dar utilidade aos terrenos desocupados e proporcionar aos habitantes da cidade o contacto com a agricultura biológica, adquire agora um papel importante para fazer face a alguns problemas de carência social.

Para Ana Lopes, as hortas nas cidades serão uma tendência "não só pelas questões ambientais, mas também por questões de subsistência e até de criação do próprio negócio de comercialização dos produtos cultivados".

Apesar de não ser permitida a venda dos alimentos produzidos



Horta à Porta é um sucesso

nas hortas abrangidas pelo projecto, estas são fundamentais para o equilíbrio do orçamento de muitos inscritos. A responsável da Lipor dá o exemplo da Horta Social dos Albergues Noturnos do Porto onde os utilizadores e funcionários consomem o que cultivam na horta.

Este projecto, que teve início há oito anos, disponibiliza pequenos talhões de, pelo menos, 25 metros quadrados para a prática de agricultura biológica e compostagem.

Ao receberem o talhão, os abrangidos frequentam uma formação em agricultura biológica para amadores. A entrega dos talhões é feita de acordo com a ordem de inscrição e o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Lipor. "O público-alvo é muito variado: temos homens, mulheres, médicos, pessoas que não sabem ler, desempregados, reformados" refere a responsável pelo projecto.

Actualmente o projecto conta com a existência de 21 hortas (com vários talhões) e a Lipor prevê a criação de duas novas por ano.

Rui Moreira receia que falta de civismo dos portuenses prejudique o turismo

● O presidente da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) Porto Vivo, Rui Moreira, considera que a cidade não tem ainda o "cívismo necessário para atrair os turistas que quer atrair". Orador convidado da 4.ª Tertúlia do Café Astória, Rui Moreira defendeu que um dos problemas mais graves da cidade se prende com os "comportamentos desviantes de todos os cidadãos". Apontou o estacionamento recorrente sobre a linha do eléctrico ou o despejar dos cinzeiros dos automóveis na rua.

A criminalidade, como o tráfico de droga à vista de todos, sobretudo no centro histórico, é outro problema que preocupa o presidente da SRU. Um policiamento de proximidade, com agentes a percorrer a pé as ruas da cidade, seria uma das soluções para a redução da pequena criminalidade, acredita Rui Moreira. O "repolvoamento" é outra das soluções em que acredita para prevenir comportamentos ilícitos no centro histórico. "O melhor polícia é o vizinho", justificou, em tom de brincadeira. Mais

a sério, explicou que "as ruas mais povoadas, com comércio durante o dia e moradores durante a noite, são, regra geral, as menos utilizadas pelos traficantes de droga".

Rui Moreira foi o nome proposto ao Governo pela Câmara do Porto para substituir Arlindo de Carvalho, que saiu a meio de um mandato que termina no final do ano. Ontem, Rui Moreira disse que continuará na SRU, se for essa a vontade do Governo e se ele próprio concordar com as condições que lhe sejam oferecidas. **LS**

Assaltantes atearam fogo a livreria em Felgueiras

Sandra Mesquita

● Uma livreria de Felgueiras foi assaltada ontem, pelas 7h10, por dois indivíduos que agrediram uma funcionária e atearam fogo ao estabelecimento.

Os dois assaltantes, munidos de uma arma branca, terão entrado na livreria Império, uma das mais antigas de Margaride, e agredido a funcionária, que se encontrava sozinha no estabelecimento no momento do assalto.

Fonte da GNR do Porto adianta que, depois da agressão à funcionária, os indivíduos terão atado fogo ao local, mas acabaram por queimar apenas alguns jornais e uma fotocopiadora. Os dois assaltantes, cuja identidade não foi apurada, fugiram do local a pé sem se conhecer a direcção que terão tomado. Ainda não é conhecido o valor do material roubado.

A vítima, uma mulher com cerca de 30 anos, sofreu alguns ferimentos sem gravidade na perna e recebeu assistência médica no Hospital de Felgueiras. O caso vai ser entregue à Polícia Judiciária para investigação.

Menores detidos por assalto à mão armada em Mirandela

Inês Rios

● A Polícia Judiciária, através da Unidade Local de Investigação Criminal de Vila Real, deteve ontem três adolescentes suspeitos de terem assaltado um indivíduo à mão armada, na via pública, forçando-o de seguida a deslocar-se à respectiva residência, com o objectivo de dar continuidade ao assalto. O crime terá sucedido na madrugada do dia 11 de Dezembro, em Mirandela.

De acordo com o comunicado da PJ, os detidos são estudantes com idades compreendidas entre os 16 e os 17 anos. Terão abordado a vítima na via pública, ameaçando-a com uma arma de fogo, e ter-se-ão apropriado do telemóvel que possuía.

Logo de seguida, os presumíveis assaltantes terão obrigado a vítima a deslocar-se a sua casa, fazendo uso da arma para intimidar, e terão roubado um computador e uma série de outros objectos, entretanto recuperados.

Os três adolescentes foram sujeitos a um primeiro interrogatório judicial. As medidas de coacção que lhes terão sido aplicadas são, por enquanto, desconhecidas.

Local Porto

Ambiente Águas do Porto promete continuar a “despoluir, desentubar e reabilitar”

Obras de desentubamento da Ribeira da Granja devem terminar no início do próximo ano

MANUEL ROBERTO



Ramalde prestes a reaver ribeira da Granja

Projecto de reabilitação do curso de água prossegue, com o desentubamento do troço da Quinta do Rio. A ideia é devolver à ribeira da Granja a sua configuração e aspecto originais

Inês Rios

● A conclusão da segunda fase do projecto de reabilitação da ribeira da Granja, em curso no troço da Quinta do Rio, em Ramalde, Porto, está prevista para o início do próximo ano. Nessa altura, a empresa municipal Águas do Porto terá concretizado o desentubamento da ribeira numa área de 300 metros e dedicar-se-á à instalação de equipamentos nas margens, entre eles um parque de *skates*, uma ciclovia e um percurso pedonal.

Ontem, o vice-presidente da Câmara do Porto, Álvaro Castello-Branco, realçou, em conferência de imprensa, o triplo objectivo do projecto: a prevenção de cheias; a aproximação das pessoas à linha de água; e a pre-

servação da biodiversidade. “Vantagens imediatas”, qualificou. A ribeira da Granja é a maior ribeira do Porto e a requalificação deste troço representa um investimento de 312 mil euros. Uma despesa que, para Castello-Branco, “vale a pena”. Câmara e Águas do Porto sublinham que o desentubamento da ribeira dará um importante contributo para a despoluição do local, visto que permitirá o escoamento mais eficaz da água e dos resíduos em situações de precipitação normal ou intensa.

Segundo Joana Araújo, do gabinete de Comunicação da Águas do Porto, o trabalho está a decorrer a bom ritmo. Neste momento, já foram demolidas as lajes de cimento que formavam o aqueduto. Partir-se-á

agora para a redefinição dos taludes, para a modelação do terreno e, por fim, para a construção de pequenos açudes. Pretende-se que o resultado final seja, tanto quanto possível, um espelho do que a ribeira era antes do desvio e entubamento. “Se formos bem sucedidos, vai parecer que esta obra não foi feita pelo homem”, comenta o presidente da comissão de reestruturação da Águas do Porto, Poças Martins.

Esta intervenção dá sequência às obras de reabilitação, finalizadas em 2010, de que a ribeira da Granja beneficiou no troço do Viso. Quando estiver terminada a obra em curso na Quinta do Rio, a ribeira ficará com 800 metros de circuito fluvial contínuo, totalmente desentubado.

José Pimenta Machado, director da Administração da Região Hidrográfica do Norte, que já esteve envolvida na primeira fase do projecto e quer apoiar a segunda, espera que a requalificação da Ribeira da Granja tenha “um efeito catalisador” e que outros municípios sigam o exemplo. É o maior projecto do género em todo o país e integra o Projecto Ribeiras do Porto, cujo lema é “Despoluir, desentubar e reabilitar”.

Nova vida para Ramalde

No próximo Verão, a freguesia de Ramalde vai ganhar uma série de equipamentos, projectados para harmonizar o espaço urbano com a via fluvial reabilitada. A Rua D. João Coutinho passa a contar com um

parque de *skates*, com a paisagem da ribeira em fundo. Uma ciclovia, entre a estação de metro do Viso e as zonas habitacionais, permitirá aos moradores usar a bicicleta para regressarem a casa no final do dia de trabalho. Sobre este troço da ribeira da Granja será ainda construída uma ponte pedonal.

Poças Martins adiantou que também a EB 2/3 do Viso beneficiará da obra em curso. Serão criadas condições para que a escola ganhe uma frente para o lado da ribeira, como foi inicialmente idealizado. “Vai ficar uma zona lindíssima”, promete o responsável. A Águas do Porto quer aproveitar o tempo ameno da Primavera para pôr em prática estas ideias, a concretizar até ao início do Verão de 2012.

Local



A PJ deteve em Lisboa um homem de 37 anos suspeito de ter raptado e agredido a ex-namorada, de 45, a quem obrigou a ter relações sexuais forçadas durante cerca de 15 dias. A situação só terminou quando a vítima conseguiu fugir da casa e fez a denúncia à polícia.

O Comércio da Póvoa de Varzim fechou 108 anos depois

Jorge Marmelo

Dificuldades financeiras ditam a suspensão da publicação, um dos mais antigos semanários do país

● “Até sempre Póvoa”: foi com estas palavras, escritas sobre o céu crepuscular do mar poveiro, que ontem se despediu aquele que é considerado o segundo mais antigo jornal semanário português, *O Comércio da Póvoa de Varzim*. Abaixo da fotografia, numa tarja negra, acrescenta-se que o encerramento é “por tempo indeterminado”, sendo intenção da gerência que *O Comércio* volte a sair sempre que houver na cidade

“acontecimentos que o justifiquem”.

“É o fim de um ciclo, mas queremos que seja também o início de um novo ciclo”, disse ao PÚBLICO José Carlos Vasconcelos, membro do conselho editorial do jornal e um dos impulsionadores da renovação que *O Comércio* conheceu nos últimos cinco anos. Na origem da suspensão da publicação estão dificuldades financeiras motivadas pela quebra das receitas de publicidade, tendo os trabalhadores da empresa sido alertados para a situação no mês passado.

“Uma vez que as perspectivas são para piorar, decidimos suspender. Como semanário, era impossível manter o jornal”, explicou José Carlos Vasconcelos, que é também diretor do *Jornal de Letras, Artes e Ideias* e



Última edição saiu ontem

que colaborou com o jornal poveiro no início da carreira. “É o mais antigo jornal republicano do país, é parte do património moral de uma terra, pelo que esperamos que esta interrupção permita mobilizar os poveiros”, disse ao PÚBLICO.

A correr está já um abaixo-assinado de ex-alunos das escolas secundárias poveiras, os quais, considerando que *O Comércio* “é património histórico, cultural e humano da cidade”, apelam aos proprietários do título para encontrarem uma solução que salve o jornal. “*O Comércio da Póvoa* não pode morrer! A bem da cultura, da cidadania, da liberdade e da democracia”, lê-se no documento subscrito por mais de meia centena de pessoas, entre as quais os jornalistas

Martins Morim e José Milhazes.

A despeito das dificuldades, refira-se que o “jornal republicano e defensor dos interesses locais”, conforme vinha escrito no cabeçalho, registou, nos últimos anos, uma ligeira subida das vendas, a qual, porém, não foi suficiente para compensar a perda de receitas publicitárias. “Era um jornal decente e digno”, considera José Carlos Vasconcelos, que escreveu o texto que justifica a suspensão.

O primeiro número d’*O Comércio da Póvoa de Varzim* saiu a 3 de Dezembro de 1903. Nos últimos anos, o jornal tinha como director Manuel Frasco, herdeiro do histórico director da publicação, Manuel Agonia Frasco, que liderou a publicação durante várias décadas.

Detido no Porto suspeito de 20 roubos

● A PSP anunciou ontem a detenção do alegado autor de, pelo menos, duas dezenas de roubos, consumados em plena Baixa do Porto, revelando que algumas das vítimas foram mesmo obrigadas a levantar dinheiro com o cartão multibanco para entregarem ao assaltante. O subcomissário Fernando Vieira, da Divisão de Investigação Criminal da PSP, explicou que o suspeito estudava as rotinas das vítimas e seguia-as até encontrar um local onde achasse seguro atacá-las, encostando-lhes então uma navalha à barriga e exigindo-lhes que entregassem bens pessoais, nomeadamente telemóveis e dinheiro.

3 mil euros, no total, terão sido roubados às várias vítimas. Segundo a PSP, o suspeito foi reconhecido por 17 pessoas

No total, o assaltante terá roubado dinheiro e bens num total aproximado de três mil euros, segundo cálculos da fonte policial, que incluem os montantes que algumas das vítimas foram coagidas a levantar em caixas multibanco.

De acordo com a PSP, as vítimas preferenciais do assaltante eram jovens, que o suspeito tanto atacava à noite como em pleno dia. Em período nocturno, o assaltante actuava sobretudo nas zonas de bares da Vitória (nomeadamente na rua das Galerias de Paris e outras artérias próximas da Torre dos Clérigos). Durante o dia consumou roubos junto à estação de metro da Trindade, nas zonas das Carmelitas ou Lóios e ainda na artéria comercial de Santa Catarina. Já depois de detido, o homem foi sujeito a vários reconhecimento pessoais, tendo sido indicado por 17 testemunhas como o autor dos crimes. **Lusa**

BE questiona tentativa de venda de comboio histórico

● A deputada do Bloco de Esquerda Catarina Martins pediu ontem esclarecimentos ao Governo sobre a alegada tentativa da CP de colocar à venda no estrangeiro o comboio histórico de via estreita estacionado na Régua. Através de dois requerimentos entregues na Assembleia da República e dirigidos aos secretários de Estado da Cultura e das Obras Públicas, Catarina Martins quer saber se o Governo tem conhecimento desta tentativa de venda, por parte da CP Frota, da composição ferroviária estacionada na Régua e que fundamente são apresentados para este negócio.

Na segunda-feira, o PÚBLICO noticiou que CP tentou vender, junto de

museus ferroviários europeus, o histórico comboio de via estreita, dando conta de que a Federação Europeia de Caminhos-de-Ferro Turísticos fez um apelo aos vários museus para não comprarem a composição. A deputada do BE quer esclarecimentos sobre a posição dos secretários de Estado perante as “declarações de espanto” por parte daquela federação aquando da tomada de conhecimento das tentativas de venda feitas pela empresa portuguesa.

Catarina Martins quer ainda saber se os governantes consideram “aceitável” que seja uma federação europeia a intervir em defesa do património nacional, já que, no nosso país, “a empresa que tutela o material

circulante português ignora a função de preservação do mesmo”. O comboio em causa encontra-se em condições operacionais, tendo circulado em 2005 na Linha do Corgo. Só que, agora, não tem utilização possível em Portugal, devido ao fim anunciado da Linha do Vouga, que é a última linha de via estreita em funcionamento no país.

Também o CDS-PP apresentou na Assembleia Municipal de Vila Real uma moção, que foi reprovada pela maioria PSD, a questionar a tentativa de venda do comboio e a razão de não se investir no turismo ferroviário neste território. “Sendo que a composição em causa se encontra em bom estado e dado que o mate-

rial em via métrica portuguesa é raro, porquê alienar um comboio que, tendo prestado serviço em praticamente todas as linhas de via estreita do país, é também histórico?”, questionou a deputada Joana Rapazote.

O Plano Estratégico de Transportes do Governo prevê a desactivação da Linha do Corgo, entre Régua e Vila Real, que actualmente se encontra com circulação suspensa. Encerrada desde Março de 2009 pelo anterior Governo, que alegou razões de segurança, a linha deveria ter sido alvo de um investimento de 23,4 milhões de euros em obras de reparação e reabrir até ao final de 2010. Mas as obras pararam após o desmantelamento dos carris. **Lusa**

EDP diz ter autorização do ICNB para pintar barragem

Inês Rios

● Três organizações não-governamentais do ambiente exigem que o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) explique por que razão terá dado autorização para a pintura da barragem da Bemposta, em Mogadouro. A EDP garantiu ontem ter o sim da tutela do ambiente a esta intervenção criticada por ambientalistas, que acusam a eléctrica de “insistência em intervenções mediáticas de índole propagandística”.

Em comunicado, LPN, Quercus e GEOTA põem em causa os objectivos desta intervenção que, do seu ponto de vista, vai apenas contribuir para o desenquadramento da barragem no Parque Natural do Douro Internacional. A escolha do amarelo-choque vai tornar ainda mais notória a existência de uma barragem que, por si só, já não faz parte da paisagem natural do parque.

As organizações subscritoras do comunicado defendem ainda que a quantia investida nesta intervenção, um total de 150 mil euros, deveria ser redireccionada para a “mitigação e compensação dos impactos das barragens nos ecossistemas locais e nas populações”, que perderam os solos agrícolas na sequência da edificação da barragem.

Em declarações à SIC, Sérgio Figueiredo, presidente da Fundação EDP, caracteriza a pintura da barragem como uma “homagem aos operários e aos engenheiros da construção”, realçando os efeitos positivos que, acredita, ela virá a ter sobre o turismo na região. A cor amarela limita-se a pôr à vista o que a barragem esconde, isto é, as máquinas, acrescenta. A EDP comunicou a intenção de realizar intervenções similares em duas outras barragens, em nome de um roteiro de arte pública, e reitera ter a autorização do ICNB.

ALBERTO LUÍS DAS NEVES PESTANA DE VASCONCELOS



Sua mulher, filhas, genros, netos e demais família comunicam o seu falecimento.

O corpo encontra-se em câmara ardente na igreja de Nevogilde na cidade do Porto, onde se celebrará uma missa de corpo presente pelas 11.00 horas do dia 23.12.2011 seguindo-se o cortejo fúnebre até ao cemitério em Valença do Minho onde se realizará funeral.



A “a Electricadora, S.A.” e a “Eliergone Energia, Lda”, empresas da Pestana de Vasconcelos e Filhas, SGPS, comunicam a todos os seus Clientes, Fornecedores e Amigos o falecimento do **Dr. Alberto Luís das Neves Pestana de Vasconcelos**, Presidente do Conselho de Administração do grupo.

O corpo encontra-se em câmara ardente na igreja de Nevogilde na cidade do Porto, onde se celebrará uma missa de corpo presente pelas 11.00 horas do dia 23.12.2011 seguindo-se o cortejo fúnebre até ao cemitério em Valença do Minho onde se realizará funeral.

Apreendidos 25 quilos de coca no Aeroporto Sá Carneiro

As autoridades policiais e alfandegárias anunciaram ontem a detenção, no aeroporto do Porto, de um casal em trânsito de Caracas para Madrid que levava

25 quilos de cocaína. "Os detidos são suspeitos de fazerem parte de uma organização internacional" responsável pelo abastecimento da Península Ibérica.



Os utentes do autocarro ainda não emigraram <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

As doentes do IPO do Porto ficaram mais bonitas por fora e isso sente-se por dentro

Inês Rios

Foi "um miminho" para as utentes. IPO desafiou profissionais de cuidados de beleza a mudar o visual das utentes. Iniciativa iluminou rostos e a própria instituição

● Quem sai do elevador no 2.º andar do Instituto Português de Oncologia (IPO) do Porto depara-se com uma escultura em que é impossível não reparar. É uma figura humana, não se percebe bem se homem ou mulher, que olha em redor com uma expressão de alegria e esperança. Foi escolhida "a pensar no doente", comenta Deolinda Pereira, directora do Hospital de Dia do IPO. Deolinda Pereira também se assume responsável pela escolha das cores das paredes do centro. Tons quentes e fortes, escolhidos para transmitir aconchego e tranquilidade aos pacientes que diariamente percorrem estes corredores.

Em vésperas de Natal, a vontade de proporcionar bons momentos aos doentes do IPO não podia ser maior. Fazê-lo sentir-se bem passa de cuidado a prioridade. Foi deste espírito



Ontem transformaram-se "mulheres sofridas" em "princesas"

que nasceu a ideia de desafiar cabeleireiras, maquilhadoras e outros profissionais a transformar "mulheres sofridas" em "princesas". A dar-lhes "um miminho", como se ouviu ontem muitas vezes.

Foi um sucesso. Via-se no sorriso das pessoas. Entusiasmadas e com uma auto-estima que já era só uma memória, não se importaram de dar entrevistas aos muitos jornalistas que invadiram o centro de dia. "Vamos ficar todas bonitas!", exclama Maria

Delfina, muito bem-disposta e disponível para todas as perguntas. Não sabia que era possível beneficiar destes tratamentos durante o ano todo, a pedido das doentes. Maria Delfina estava à espera de uma sessão de quimioterapia e saiu-lhe um tratamento de beleza. É claro que não hesitou e aceitou o presente. "Sabe bem", sorri. A filha mais velha, que ontem a acompanhava, também teve direito a maquilhagem, porque o IPO não descarta, a par do bem-estar dos pa-

cientes, o dos acompanhantes.

Maria Eduarda, pelo contrário, é cliente assídua deste tipo de ofertas. Todas as quartas-feiras arranja o cabelo no centro de dia do IPO. Ontem, já tinha ido ao cabeleireiro e tratado das unhas, mas mostrava-se desconfiada quanto ao resto. "Nunca pus nada na pele." Dizia também gostar muito das actividades que o centro de dia organiza, como a pintura de vitrais e a construção de presépios, coisas que lhe devolvem os momentos de felicidade: "Sentia-me deprimida, mas agora sinto-me melhor", diz sobre estas ocupações que a entretem o dia todo.

Rosa está mais abatida. Não tem tido uma vida fácil. Aos 50 anos, está confinada a uma cadeira de rodas e os tratamentos a que é sujeita, à sexta-feira, levaram-lhe o cabelo. Ontem, porém, ninguém ficou para trás. Ganhou uma peruca e uma sessão de manicura. "A gente olha para as unhas e já nem pensa na doença", diz num soluço de comoção.

A fazer quimioterapia há sete anos, Palmira já conhece o IPO e os profissionais da casa como a palma da mão. Sobre o "miminho" de ontem, diz ser "uma iniciativa de louvar". E ninguém parece discordar.



Viaduto de Vila Pouca de Aguiar

Bebé sobrevive a queda de 40 metros de viaduto da A24

● Uma menina de 20 meses sobreviveu ontem a uma queda de 40 metros, de um viaduto da A24, perto de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real. Segundo o comandante dos Bombeiros Voluntários de Vila Pouca de Aguiar, Borges Machado, o alerta foi dado por volta das 2h por um funcionário da concessionária da A24.

Quando chegaram ao local, os bombeiros encontraram a criança, numa valeta, protegida pelo corpo da mãe, que não apresentava sinais de vida. A bebé, em estado de choque e num quadro acentuado de hipotermia, foi transportada de imediato para o Hospital de Vila Real.

A mãe, de 34 anos, era de Vila Real e ter-se-á atirado numa das extremidades daquele viaduto com a bebé ao colo. A vítima mortal do incidente era uma professora que não exercia a actividade e se encontrava em processo de divórcio. Segundo a mesma fonte dos Bombeiros de Vila Pouca de Aguiar, a mulher, que chegou ali de automóvel, circulava no sentido Vila Real-Chaves. Estacionou e trancou a viatura na bermã, a cerca de 50 metros do local de onde se atirou.

A chegada ao local e a operação de resgate das vítimas foram "relativamente fáceis", dado que as viaturas dos bombeiros estão equipadas para apoiar a retirada de feridos de locais de acesso em declive. "O que inspirou mais cuidados foi a protecção da bebé durante o resgate", explica o comandante dos bombeiros.

Eurico Gaspar, director do serviço de Pediatria do Hospital de Vila Real, garante que a bebé está em situação "favorável e equilibrada". A menina sofreu uma fractura na perna esquerda, tendo dado entrada no bloco operatório. Contudo, dada a "gravidade e violência do acidente", continuará sob "vigilância apertada" nas próximas 24 horas, acrescenta Eurico Gaspar.

O comandante dos bombeiros afirma que este foi o quarto caso de suicídio no viaduto.

DRCN nega ter chumbado projectos para o Batalha

● A Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN) garantiu ontem que nunca deu entrada nos seus serviços "qualquer proposta formal com vista à alteração do uso do Cinema Batalha", do Porto.

A DRCN reagiu assim às afirmações do advogado da Neves & Pascaud, empresa proprietária do cinema, que esta semana (ver edição do PÚBLICO de quinta-feira, 22/12/2011) acusou aquela instituição de estar a realizar uma "expropriação encapotada" do equipamento. Em declarações à Lusa, o advogado Pedro Araújo alegou então que essa "expropriação" estaria a processar-se através da falta de resposta a propostas formais relativas a novos usos para o imóvel, que está devoluto há cerca de um ano.

Numa nota enviada à Lusa e ao PÚBLICO, a DRCN acrescenta desconhecer em absoluto "o contexto a que se reporta o teor" daquelas declarações de Pedro Araújo, bem como o sentido e alcance das mesmas.

PSP do Porto fiscalizou romenos suspeitos de se dedicarem a furtos em várias cidades

Margarida Gomes

● A PSP do Porto fiscalizou ontem um grupo de cidadãos romenos suspeitos de se dedicarem ao furto em várias cidades do país. Os suspeitos foram detectados pelos agentes da Esquadra de Turismo do Porto ao fim da tarde de ontem, em pleno centro da cidade, tendo sido de imediato desencadeada a operação para fiscalização das cerca de três dezenas de indivíduos daquela nacionalidade, que se faziam transportar num autocarro de turismo.

Segundo informações da PSP, vários grupos deste tipo estão referenciados por actuarem rotativamente nas cidades do Porto, Lisboa, Coimbra e Aveiro. Os indivíduos, coordenados por cabecilhas, circulam por várias cidades, onde são recolhidos e transferidos para outras, a fim de não serem detectados.

O autocarro, de matrícula romena, será utilizado para estas movimentações que, além de Portugal, abrangem cidades de Espanha e Itália. Perante estas referências, e as suspeitas que

levantaram aos agentes da Esquadra de Turismo da cidade, foi solicitado o apoio de equipas de intervenção rápida e do corpo de intervenção para desencadear a fiscalização.

Entre os mais de 30 homens, mulheres e crianças, os agentes policiais detectaram vários já com cadastro por furto. Foram apreendidos cerca de três mil euros em dinheiro, que

as autoridades presumem resultar de furtos, tendo sido lavrado auto de notícia e identificados três dos suspeitos.

A operação, junto à Câmara do Porto, revestiu-se de grande aparato, não só pelo número de agentes envolvidos, mas também pela minuciosa revista que fizeram ao autocarro e às bagagens transportadas.



Operação foi desencadeada junto à Esquadra de Turismo dos Aliados

Recordar Anita Ekberg em *La Dolce Vita*

Agora que sabemos que a actriz Anita Ekberg, já octogenária, passa por momentos difíceis, vale a pena recordá-la num dos momentos mais luminosos da sua carreira. É ela o

pólo de atracção de *La Dolce Vita* (1960), a obra-prima de Fellini que passa hoje, às 22h, no Cine-estúdio do Campo Alegre, em mais uma sessão de Clássicos do Cinema.



A imortalidade é um acidente difícil de gerir <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

Braga obriga construtoras que queiram fazer prédios novos a reabilitar o centro histórico

Samuel Silva

Câmara quer estimular criação de consórcio para a reabilitação urbana envolvendo as principais empresas locais do sector

● As empresas de construção civil que quiserem ver novos empreendimentos aprovados em Braga vão ter que comprometer-se a fazer obras de reabilitação de edifícios no centro histórico. A autarquia quer aplicar esta orientação a partir do próximo ano, ao abrigo do plano de reabilitação urbana recentemente aprovado e do Plano Director Municipal (PDM) que está em revisão. As firmas do sector vão ser incentivadas a associar-se em consórcio com vista à criação de um fundo de investimento imobiliário.

Neste fundo deverão participar os proprietários de casas no centro histórico da cidade e as empresas de construção. Entre os incentivos previstos pelo município encontra-se a aplicação da nova regra que determina que quem quiser ver aprovadas novas construções terá que assumir também investimentos na reabilitação. “Quem recuperar edifícios no centro histórico ganhará créditos para construção nova”, resume o vereador

do Urbanismo da Câmara de Braga, Hugo Pires. As empresas que participem na reabilitação urbana vão também ter vantagens fiscais, desde logo com uma redução do IVA e das taxas de construção municipais.

As empresas vão ser convidadas a entrar, em consórcio, no fundo para a reabilitação do centro histórico. A ideia é estimular uma especialização das empresas de construção civil locais. Os responsáveis municipais acreditam que as construtoras braguesas, do mesmo modo como se afirmaram, nos últimos anos, no mercado das obras públicas e da habitação, também poderão ter um papel destacado no mercado da reabilitação. “Braga pode exportar reabilitação urbana”, acredita Hugo Pires, para quem o consórcio pode dar às construtoras locais “dimensão e escala suficiente para entrarem em qualquer mercado do mundo”.

O plano de regeneração urbana foi aprovado este mês pela Assembleia Municipal de Braga. Prevê um investimento municipal de 100 milhões de euros no centro histórico e uma comparticipação de 70% de privados.

“Temos que reinventar o centro histórico”, declara Pires. O plano da autarquia pretende atrair novas empresas e diversificar o tecido económico da zona nobre da cidade, fixando aqui



O vereador Hugo Pires acredita que Braga tem área de construção “suficiente” para as necessidades dos próximos anos. Braga foi a capital de distrito que mais cresceu na última década, com um aumento de população na ordem dos 10%. A manter-se esta tendência, a cidade terá 210 mil habitantes em 2012. “Entre construções novas previstas e área que necessita de reabilitação, há espaços para todas essas pessoas”, diz Pires.

novos habitantes, sobretudo jovens. O programa de reabilitação urbana de Braga chega ao terreno nos próximos meses, com intervenções nas principais artérias da cidade como a Avenida Central, o Campo da Vinha e as ruas do Raio e dos Chãos. Além

do centro histórico, a autarquia pretende também regenerar a área sul da cidade. A zona ficará mais ligada ao lazer, com uma forte componente ambiental, mediante a criação dos parques urbanos do Monte Picoto e Ponte e pelo rio Este, que está a ser renaturalizado.

A Avenida da Liberdade deverá ser reabilitada. A câmara está a preparar o projecto de arranjo daquela artéria, entre o cruzamento do Hotel Turismo e o Parque de Exposições de Braga, prevendo um alargamento da área pedonal e o ordenamento do estacionamento.

A autarquia está também a rever o PDM, que terá uma vigência de dez anos, o mesmo período dos planos de regeneração urbana aprovados. “Temos aqui uma hipótese de coser a estratégia de reabilitação urbana com este documento”, explica o vereador do Urbanismo. A nova versão do Plano Director vai orientar-se por uma política de “saldo zero”, pelo que não serão aprovadas novas áreas para construção durante a próxima década sem que haja desafectação de outras de área equivalente. “É insustentável continuar a abrir terrenos para novas construções, com o que isso implica em termos de custos com infra-estruturas, como água, saneamento e rede eléctrica”, justifica Hugo Pires.

Dono de pastelaria detido 16 vezes pela GNR em 3 meses

● O dono de uma pastelaria de Braga queixou-se ontem de “perseguição”, depois de ter sido detido 16 vezes em três meses pela GNR por alegadamente se encontrar dentro do estabelecimento uns minutos para além do horário de funcionamento.

“Basta ultrapassar o horário em dois minutos e já tenho a GNR à porta, é uma coisa verdadeiramente incrível”, disse Sérgio Lima à Lusa. Acrescentou que sempre que isso acontece é detido e levado até ao posto do Sameiro, para o preenchimento do auto de notícia.

A pastelaria foi alvo de uma providência cautelar, interposta por um morador no prédio, magistrado do Ministério Público, que se queixou do ruído. O tribunal encurtou o horário de funcionamento da pastelaria, que era das 7 às 24h e passou para das 9 às 21h. A partir daí, diz Sérgio Lima, a GNR “não larga a porta”, a controlar a hora de abertura e de fecho. “Não é preciso estar a funcionar, basta alguém estar lá dentro para a GNR dar imediatamente ordem de detenção. O

9h-21h
Foi o horário fixado pelo tribunal, após a providência cautelar. Antes a pastelaria funcionava entre as 7 e as 24h

que eu pergunto é se a GNR é sempre assim tão escrupulosa ou se tudo isto se fica a dever ao facto de estar em causa um magistrado do Ministério Público”, insurge-se o empresário.

Na sequência da providência cautelar, o proprietário investiu 10 mil euros, numa tela de insonorização no chão e de uma cobertura na esplanada, neste caso para evitar que os fumos subam até ao 1.º andar, onde mora o magistrado. Entretanto, foi feito um teste acústico, já enviado ao tribunal, que o advogado do empresário acredita ser decisivo para o processo. “Independentemente de tudo isso, é de estranhar, estranhar muito, o zelo da GNR neste caso. Ainda há dias, um cliente meu foi assaltado, em Famalicão, e estivemos uma hora à espera da GNR”, criticou Sérgio Lima.

Fonte da GNR disse à Lusa que aquela força se limita a fazer cumprir a lei. “Há uma providência cautelar que é preciso fazer cumprir e é nesse sentido que a GNR actua”, acrescentou, escusando-se a fazer quaisquer outros comentários, por o assunto estar “sob a alçada da justiça”.

Antes da providência cautelar, a pastelaria chegou a ter 14 funcionários. Agora tem apenas cinco. “E se isto não se resolver rapidamente, não sei, não”, atira Sérgio Lima.

Detidos suspeitos de 13 assaltos em Bragança

● A Polícia Judiciária anunciou ontem a detenção de quatro homens suspeitos de terem assaltado uma idosa, na casa desta, em Vinhais, Bragança, e de terem cometido pelo menos mais 12 crimes de furto qualificado, em residências e estabelecimentos do mesmo distrito.

Os detidos são desempregados e têm idades compreendidas entre os 23 e os 34 anos. No assalto de Vinhais, ocorrido na madrugada do dia 17, terão arrombado a porta da residência da idosa, que ameaçaram com caçadeiras. Ter-se-ão apropriado de dinheiro e de vários objectos em ouro. Os restantes 12 roubos também terão sido praticados em Dezembro, ao longo do mês.

A detenção foi consumada no âmbito de uma operação levada a cabo pela Unidade de Investigação de Vila Real da PJ, em colaboração com a GNR, em que foram também apreendidas 14 armas de fogo e recuperadas centenas de objectos furtados. **I.R.**

PS protesta que aumento da água de 3,5% no Porto é “absolutamente inaceitável”

Aníbal Rodrigues

● O PS considera “absolutamente inaceitável” que, em 2012, os portuenses sofram um aumento de 3,5% no preço da água, quando até a inflação prevista é de 2,5%. A subida de 3,5% é a proposta da maioria PSD/CDS na Câmara do Porto, que hoje será votada na reunião do executivo. Em comunicado ontem enviado, os socialistas antecipam que vão votar contra, mas, uma vez que a maioria deverá aprovar o aumento de 3,5%, vão solicitar que fiquem isentos da subida de preço “os escalões de menor consumo (abaixo de 10 m³/mês) de modo a preservar, pelo menos, as famílias com menor consumo e a encorajar a poupança de água”.

A discordância do PS-Porto acentua-se quando se verifica que a empresa municipal Águas do Porto “prevê, para 2012, um resultado líquido de quatro milhões de euros”. E, face à decisão da maioria, de privatizar 45% da Águas do Porto, os socialistas



Águas do Porto prevê lucros de quatro milhões em 2012

entendem que “o aumento só pode ser compreendido como um contributo para tornar mais apetecível a privatização da empresa, que a câmara pretende concretizar à revelia do seu próprio programa eleitoral”.

Segundo o líder da concelhia do PS, Manuel Pizarro, no final do primeiro semestre deste ano, a câmara apresentou dados que apontavam para lucros da Águas do Porto na ordem dos 3,5 milhões de euros em 2011.



Uma caixa de passagem de cabos que serve as portagens da Via do Infante de Sagres (A22), entre Oihão e Tavira, foi vandalizada na manhã de ontem. Este foi o quarto incidente semelhante ocorrido na A22 desde que ali foram introduzidas portagens, a 8 de Dezembro.

Centros de saúde de Bragança preparam-se para dispensar quase 180 pessoas

António Gonçalves Rodrigues

Administração Regional de Saúde do Norte está a estudar as implicações da medida

● O Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) do Nordeste prepara-se para dispensar quase 180 trabalhadores em regime de prestação de serviços, que têm visto os seus contratos renovados mensalmente. A medida vai afectar os 14 centros de saúde do distrito de Bragança, o de Vila Nova de Foz Côa e os Serviços de Urgência Básica dos concelhos de Mogadouro, Macedo de Cavaleiros e Foz Côa.

A notícia foi antecorrida comunicada aos coordenadores dos centros de saúde pelo próprio director executivo em exercício do ACES Nordeste, Vítor Alves, que confirma apenas estar a respeitar "uma decisão da Administração Regional de Saúde do Norte"

(ARSN). "Foi veiculada pela ARSN a informação de que não haveria renovação das aquisições de serviços que estavam a ser prorrogadas mês a mês", explica Vítor Alves, acrescentando que "a mesma informação dizia que a situação tinha sido endossada ao Ministério da Saúde".

Numa nota enviada ao PÚBLICO, a ARSN informa que está a estudar as implicações da medida para, depois, tomar uma decisão definitiva quanto às dispensas a realizar.

Dos 179 funcionários em causa, 123 são auxiliares. Os restantes 56 são médicos, administrativos, técnicos superiores de saúde, fisioterapeutas, radiologistas, psicólogos, entre outros. A confirmarem-se estas dispensas - aliás, há vários meses temidas pelos funcionários -, a continuidade de alguns serviços fica ameaçada. "Há serviços que ficam em causa, como o Serviço de Urgência Básica de Vila Nova de Foz Côa, onde fisioterapeutas, auxiliares e técnicos de radiologia



Funcionários já temiam dispensa

estão nessa modalidade. Se não for encontrada alternativa, tecnicamente ficam em causa", admite Vítor Alves, acrescentando que, embora a medida possa ter repercussões noutros servi-

ços, este é o caso "mais grave".

Ainda ontem o presidente da Câmara Municipal de Bragança, Jorge Nunes, dava conta da necessidade de se reforçar a aposta na criação de novas valências na área da saúde no distrito, recomendando, nomeadamente, a criação de um serviço de cardiologia.

Recorde-se que os centros de saúde do Nordeste foram integrados, juntamente com os três hospitais da região, numa Unidade Local de Saúde (ULS), criada a 2 de Julho deste ano. A administração desta instituição, contudo, ainda não foi sequer nomeada. Assim, tanto os centros de saúde como os hospitais do distrito permanecem em gestão corrente.

O nome de Guedes Marques, antigo administrador do hospital de Mirandela, tem sido o mais falado para ocupar o cargo de presidente de administração da ULS, mas a nomeação aguarda a decisão do ministro da Saúde, Paulo Macedo.

Detido suspeito de violar sobrinha de 12 anos em Penafiel

● A Polícia Judiciária, através da Direcção do Norte, deteve ontem um homem suspeito de violar e coagir sexualmente de forma sucessiva uma sobrinha de 12 anos, em Penafiel.

Em comunicado, a PJ informa que o detido é um homem de 45 anos, empregado na construção civil. Terá abusado da criança várias vezes, "no seio familiar", desde o início de Dezembro, quer na casa quer na sua viatura. O PÚBLICO sabe que a criança, a determinada altura, foi conduzida ao hospital, por motivo e em circunstâncias que não foi possível apurar, e que terá sido o estabelecimento de saúde a a denunciar o caso às autoridades, perante os indícios de abuso sexual.

O detido foi ontem submetido ao primeiro interrogatório judicial, desconhecendo-se, à hora de fecho desta edição, as medidas de coacção que lhe terão sido aplicadas. **Inês Rios**

PUBLICIDADE

modalfa

Nós

unimo-nos por uma causa

Junte-se a Nós e contribua para o Projecto Portugal Mais Feliz da Cruz Vermelha Portuguesa.

Ajude-nos a ajudar as famílias mais carenciadas, contribuindo para que elas possam reconstruir os seus projectos de vida, combatendo a pobreza e a exclusão social. Neste Natal voltamos a contar com o seu apoio para que o Natal seja realmente uma festa de todos Nós.

Vasco Palmeirim Nuno Mark Vanda Miranda Nelson Évora Pedro Ribeiro

Compre um cachecol por 5€ e contribua com **2€**

cachecol e gorro de criança

cachecol de adulto

Implementado por:

Portugal Mais Feliz + CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

Media Partners:

RTP RÁDIO COMERCIAL

Este artigo está disponível nas lojas modalfa. Para mais informações, consulte www.modalfa.pt

Carvalho centenário de Barcelinhos foi ontem abatido

O carvalho centenário de Barcelinhos, Barcelos, foi ontem abatido por razões de segurança e substituído por um outro que terá entre 25 a 30 anos. "Deve ser da

época, mas aquilo mais parece uma simples árvore de Natal", disse à Lusa Jorge Torres, do Movimento Pró Carvalho, que lutou contra o abate da árvore centenária.



Lendas e narrativas da Coreia do Norte <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

Administração da STCP avança nos próximos dias com mais 41 rescisões por mútuo acordo

Abel Coentrão

Comissão de trabalhadores exige que administração ou tutela esclareçam cortes previstos no serviço e ameça recorrer à greve

● A administração da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto avançará nos próximos dias com a rescisão por mútuo acordo com mais 41 funcionários de vários departamentos da empresa, completando assim o limite de 80 saídas por triénio que a lei lhe permite. A empresa tinha a ambição de rescindir com mais elementos do quadro, mas não chegou a receber um despacho favorável à essa proposta, feita já há ano e meio.

Segundo Manuel Cosme, da Comissão de Trabalhadores (CT) da STCP, os trabalhadores em causa, quase todos com idades acima dos 55 anos, esperavam receber 1,5 meses de salário, por cada ano na empresa, tal como aconteceu nas rescisões anteriores. Mas a presidente da STCP, Fernanda Meneses, explicou ao PÚBLICO que, dada a situação actual do país, a administração consultou os visados para perceber se estes mantinham a vontade de sair com um valor que se ficará por um mês/ano de trabalho.

O representante dos funcionários da STCP explicou que os colaboradores em causa aceitam as condições, tendo em conta a expectativa de as ver piorar nos próximos meses, por força das alterações previstas na legislação laboral. Menos satisfeitos,

notou, estão outros funcionários que teriam a expectativa de sair também nesta altura, e que acabaram por não ser incluídos neste grupo. A empresa, recorde-se, reduziu o seu quadro de pessoal a metade, nos últimos anos.



As últimas saídas acontecem num momento em que a empresa espera indicações do Ministério dos Transportes sobre o plano de reestruturação do seu serviço, delineado no âmbito das atribuições do grupo de trabalho incumbido de desenhar uma

proposta de redução da despesa no sector. Sobre este plano, a CT diz-se insatisfeita com as informações, presenças oralmente, e sem acesso à proposta escrita, por parte da presidente da empresa, Fernanda Meneses.

A presidente da STCP justifica-se, explicando que a proposta é global e diz respeito, por isso, a várias empresas. E argumenta que não deve fomentar especulações em torno de um documento ao qual a tutela não deu ainda uma resposta. Em todo o caso, a CT julga inaceitáveis os cortes que antevê no horizonte. Se não obtiver mais esclarecimentos da administração ou da tutela até ao final da próxima semana, pretende convocar um plenário e estudar com os trabalhadores formas de luta. Admitindo, no limite, o recurso à greve.

Câmara e donos das esplanadas de Parada Leitão vão reunir-se

● Os donos das esplanadas da Praça Parada Leitão, no Porto, vão reunir-se, amanhã, com o vereador do Urbanismo, Gonçalo Gonçalves. O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (Igespar) mandou demolir estas esplanadas e o pedido de reunião, por parte da autarquia, surgiu no final da semana passada, quando os donos das esplanadas convocaram uma conferência de imprensa para o dia de ontem. Nesse encontro com os jornalistas, o presidente da Associação de Bares da Zona Histórica do Porto, António Fonseca, culpou a Câmara do Porto e o Igespar pela situação e garantiu que os donos das esplanadas não estão dispostos a gastar mais dinheiro neste processo. A.R.

O Porto teve um "Largo José Sócrates" mas a câmara já removeu a placa clandestina

Aníbal Rodrigues

● Tinha pouco tempo de existência, mas já se tinha transformado em objecto fotográfico para muitos passantes. No Largo Mompilher, no Porto, surgiu uma nova "placa toponímica" que rivalizava com a oficial, verde, como tantas outras na cidade. A nova placa foi colocada no edifício do café Candelabro - ao que tudo indica antecede -, e era constituída por seis azulejos de fundo branco e adornos nas extremidades, em azul e amarelo, que remetiam para a clássica azulejaria portuguesa.

A placa anunciava o "Largo eng. José Sócrates", mas um traço na referência abreviada à habilitação académica do visado como que prenunciava o que se lia a seguir: "(Mentiroso, Corrupto, Incompetente, Primeiro-Ministro de Portugal 2005-2011)". Por coincidência, a nova "placa toponímica" surgiu numa altura em que a Câ-

mara do Porto realiza obras de remodelação no Largo de Mompilher que retiraram algum estacionamento e estão a alargar a área pedonal daquele espaço. Contactado pelo PÚBLICO,

o Gabinete de Comunicação e Promoção da Câmara do Porto informou que a placa toponímica clandestina foi removida ontem, cerca das 18h, pelos serviços municipais.



O conjunto de seis azulejos foi muito fotografado por quem passava

Perseguição policial no Castelo do Queijo

● Quatro indivíduos de nacionalidade ucraniana foram detidos, ontem à tarde, após uma perseguição aparatosa levada a cabo por elementos da Divisão de Investigação Criminal da Polícia de Segurança Pública na zona da Foz do Douro, no Porto.

Os quatro ucranianos, suspeitos de furto em residência, circulavam na Praça de Gonçalves Zarco, junto

ao Castelo do Queijo, num Audi A6, que estava a ser seguido pela polícia. A determinada altura, ter-se-ão apercebido da presença da PSP no local e tentaram escapar, chegando a abalroar um automóvel da polícia. Acabaram por se despirar na rotunda. Dois dos suspeitos foram imediatamente detidos, enquanto os outros dois conseguiram colocar-se em fuga, a pé.

Foram, contudo, interceptados pelos elementos da Divisão de Investigação Criminal da PSP, no cruzamento da Avenida do Brasil com a Rua de Pêro da Covilhã.

O oficial de dia no Comando da PSP não revelou se os suspeitos estavam armados nem se estes ofereceram resistência no momento da captura. **INÊS RIOS**

Casa Branca
SEARCH & GOLF HOTEL

LA GLORIA CUBANA

REVEILLON 2011

Animação:
HAVANA MAMBO e seus bailarinos
(Banda Feminina)

31 DEZEMBRO

Acolhimento e Check-in | Bebidas de boas vindas no Bar Alvarez
| Tratamento VIP - Água e Fruta no quarto à chegada

JANTAR DE FIM DE ANO

20H00 recepção aos convidados e aperitivos
servidos nos salões Tradition

24H

Champanhe e Uvas Passas

PELA NOITE DENTRO Buffet de Doces | Buffet de Queijos
| Buffet de Frutas Laminadas

03H30 Chocolate com churros

TRAJE OBRIGATÓRIO Fato/Vestido de Noite

Rua da Bélgica, 86 - Praia de Lavadores | 4400-044 Vila Nova de Gaia | Porto - Portugal
T. +351 22 772 74 00 | F. +351 22 781 36 91
E. reservas@casabranca.com | www.casabranca.com

Bibliotecas do Porto disponibilizam audiolivros

As bibliotecas municipais do Porto criaram um repositório electrónico, acessível on-line, de "livros falados" ou audiolivros, designado Biblioteca Sonora Digital (BSD). O acesso,

gratuito, é reservado a deficientes visuais. A BSD arranca com algumas dezenas de títulos, que devem chegar a meio milhar, no final de Março de 2012. <http://bibliotecas.cm-porto.pt>



Pais pedagogos <http://educaremportugues.blogspot.com>

Turismo fluvial no Douro terá mais quatro barcos-hotel até 2014

Douro Azul vai construir mais duas embarcações, e admite fazer mais uma. CroisiEurope também vai reforçar a frota

● O Douro deverá contar com mais quatro barcos-hotel até 2014, a juntar aos oito que já cruzam o rio desde o Porto até Barca de Alva, anunciou ontem o presidente da Turismo do Douro. António Martinho referiu à Lusa que o Douro é cada vez mais procurado por turistas, verificando-se também "um crescimento claro" a nível do cruzeiro fluvial, nomeadamente dos barcos-hotel.

Segundo dados da delegação do Douro do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), o nú-

mero de turistas que viajaram a bordo de um navio-hotel, em 2010, ascendeu aos 22 mil. Este ano, até 31 de Agosto, foram contabilizados quase 18 mil passageiros. Mas o balanço final de 2011 deverá ultrapassar o do ano passado até porque a operadora Douro Azul lançou à água, em Abril, o seu quinto



Em 2010 foram 22 mil os turistas que viajaram a bordo de um navio-hotel no Douro. Este ano, eram 18 mil, a 31 de Agosto

navio-hotel, num investimento de 12,4 milhões de euros.

Segundo Sérgio Figueira, director de comunicação da empresa, a Douro Azul vai construir mais duas embarcações, que deverão entrar em fun-

cionamento em 2013. O investimento previsto é de 25 milhões e vem dar resposta à procura crescente neste segmento turístico. Os navios-hotel *Douro Prestige* e *Ama Vida* estão já contratualizados com duas operadoras norte-americanas, que deverão garantir-lhes a ocupação para os próximos anos. Depois, de acordo com o responsável, poderá estar na calha a construção de mais um barco-hotel.

A CroisiEurope, que opera no Douro com três embarcações, também quer, segundo o líder da Entidade Regional Turismo do Douro, reforçar a frota com mais um navio.

António Martinho disse também que o Douro é "cada vez mais procurado para o Réveillon". "Já temos algumas unidades esgotadas e outras estão com taxas de ocupação a rondar entre os 80 a 90%."

Metro do Porto só suspende Linha Violeta na Passagem de Ano

● A Metro do Porto revelou ontem a "operação especial" que delineou para levar os utentes à festa da Passagem de Ano e transportá-los de regresso a casa "com toda a segurança". Em comunicado, a Metro informa que a Linha Violeta (E), que liga o Estádio do Dragão, no Porto, ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, na Maia, será a única a não funcionar na noite de 31 de Dezembro para 1 de Janeiro. Todas as outras linhas vão oferecer um "serviço contínuo".

Entre as 20h e as 2h, a frequência das partidas será de 10 minutos nas Linhas Azul (A) e Amarela (D), de 20 na Linha Laranja (F) e de 30 na Linha Vermelha (B). No caso da Linha Verde (C), o metro partirá em direcção ao ISMAI com uma frequência de 30 minutos e em direcção ao Fórum Maia com uma frequência que antes da meia-noite será de 15 minutos e que passa a ser de 30 das zero horas em diante.

Entre as 2h e as 6h, a cadência nas Linhas Azul e Amarela será de 15 minutos e na Linha Laranja será de 30. A Metro alerta para o facto de, neste período, as Linhas Vermelha e Verde contarem com um metro por hora, em cada sentido, e apenas entre a Senhora da Hora e os destinos Póvoa de Varzim e Maia. A partir das 6h, o metro mantém a cadência de 15 minutos nas Linhas Azul e Amarela e passa a circular com uma frequência de 30 minutos nas restantes. **Inês Rios**

31 DEZEMBRO

Acolhimento e Check-in | Bebidas de boas vindas no Bar Alvarez
| Tratamento VIP - Água e Fruta no quarto à chegada

JANTAR DE FIM DE ANO

20H00 recepção aos convidados e aperitivos servidos nos salões Tradition

24H

Champagne e Uvas Passas

PELA NOITE DENTRO Buffet de Doces | Buffet de Queijos
| Buffet de Frutas Laminadas

03H30 Chocolate com churros

TRAJE OBRIGATÓRIO Fato/Vestido de Noite

Rua da Bélgica, 86 - Praia de Lavadores | 4400-044 Vila Nova de Gaia | Porto - Portugal
T. +351 22 772 74 00 | F. +351 22 781 36 91
E. reservas@casabranca.com | www.casabranca.com

Venda bem, compra melhor.

Neste Natal aproveite as oportunidades Optimus

Inserido na campanha desbloqueados Até 31 de Dezembro

HTC Touch II
~~319,90€~~ **159,90€** **50% DESCONTO**

Exclusivo PVP Miau

Optimus Pequim
~~129,90€~~ **79,90€** **38% DESCONTO**

Exclusivo PVP Miau

Nokia 2680
~~39,90€~~ **24,90€** **38% DESCONTO**

Exclusivo PVP Miau

Disponíveis em **miau.pt**

Um passageiro do voo da Air Nostrun proveniente de Madrid vai ter hoje uma surpresa, quando aterrar, às 15h40, no Aeroporto Sá Carneiro. Será o "passageiro 6 milhões" de 2011 (um recorde) do aeroporto e terá à espera o director com uma prenda: uma viagem para duas pessoas.



Esplanadas de Parada Leitão vão continuar a funcionar pelos menos até 12 de Janeiro

Aníbal Rodrigues

António Fonseca acredita que, com as audiências prévias individuais, as esplanadas vão funcionar pelo menos até ao final do mês de Janeiro

● As esplanadas da Praça Parada Leitão, no Porto, já não serão demolidas no próximo dia 2 de Janeiro, como os proprietários chegaram a recear. O lgespar já tinha dado ordem de demolição do conjunto de cinco esplanadas e o facto de a Câmara do Porto não ter renovado a licença para 2012 determinaria a sua demolição. No entanto, os donos destas estruturas reuniram-se ontem com o vereador do Urbanismo da Câmara do Porto,

Gonçalo Gonçalves, e obtiveram uma prorrogação do prazo de audiência prévia conjunta, concedido pela autarquia, de mais dez dias. Pelo que é certo que, pelo menos até ao próximo dia 12 de Janeiro, as esplanadas não vão abaixo.

Gonçalo Gonçalves mandou dizer aos jornalistas que não prestava declarações sobre o encontro com os comerciantes. Já António Fonseca, presidente da Associação de Bares da Zona Histórica do Porto (ABZHP), na qualidade de porta-voz dos donos das esplanadas, explicou que foi "apresentado um requerimento para prorrogação do prazo de audiência prévia por mais dez dias". "É uma forma de travar uma ilegalidade que começaria a partir de 2 de Janeiro e [essa travagem] vai até dia 12", acrescentou.

Como também explicou António Fonseca, cada um dos cinco empre-



Igespar mandou demolir

sários poderá também apresentar um pedido de audiência individual para esgrimir os seus argumentos para que as esplanadas não sejam demolidas.

Estes pedidos de audiências prévias individuais deverão permitir, nos cálculos de António Fonseca, que as esplanadas se mantenham em funcionamento "até ao final do mês de Janeiro".

Apesar de o vereador do Urbanismo na Câmara do Porto não ter prestado declarações sobre a reunião, que durou pouco mais de uma hora, na opinião de António Fonseca, o mero facto de se ter realizado uma reunião [solicitada pela câmara] representa já "uma abertura". O presidente da ABZHP adiantou ainda que "a câmara está sensível ao problema e compreende uma situação dos empresários". Estes investiram cerca de 351 mil euros nas esplanadas licenciadas pela autarquia, sem que nenhuma entidade se tivesse oposto à sua construção. No entanto, ainda correm o risco de ver o investimento destruído.

Municípios gastaram menos 33,2% com a cultura em 2010

● Se as despesas do Ministério da Cultura aumentaram 13,1% no ano passado, o mesmo não aconteceu com as autarquias, que em 2010 gastaram menos 33,2% em actividades culturais do que no ano anterior - revelam os dados ontem divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística.

As despesas das câmaras com actividades culturais ascenderam a 433,9 milhões de euros, contra os 649,8 em 2009. A maior quebra nas verbas destinadas à cultura registou-se na Região de Lisboa, com um decréscimo de 58,8%, seguida do Algarve, onde a diminuição foi de 25,1%. No Norte, a redução das despesas das autarquias nesta área foi de 16,6%, enquanto que no Centro se cifrou em 16,5% e na Madeira em 12,2% - não sendo referida a descida contabilizada nos Açores.

Quanto ao peso das despesas em actividades culturais no orçamento dos municípios, foi na Região Autónoma da Madeira, no Norte e no Centro que elas representaram uma fatia mais reduzida, rondando os 5%. Por outro lado, os municípios do Alentejo e os Açores foram aqueles em que as actividades culturais mais pesaram nos orçamentos (7,3% e 7%). O sector com mais peso nas despesas culturais das autarquias foi o do património cultural, com 19,7%, seguido pelas publicações e literatura, com 16,4%, e pelas actividades socioculturais, com 16,1%. Menos representados estiveram as artes cénicas, as artes plásticas, o cinema, a fotografia e a radiofusão que, em conjunto, significam 8,4% do total. Cláudia Sobral

Contratos de 6,6 milhões do acordo do Parque da Cidade ainda por concretizar

● A compra do matadouro e de um terreno nas Virtudes, orçada em 6,6 milhões de euros e incluída nos contratos-promessa do acordo do Parque da Cidade, no Porto, continua por concretizar, disse ontem à Lusa o empresário Paulo Barros Vale.

Pelo menos estes cerca de 6,6 milhões de euros ainda não chegaram às mãos da Câmara do Porto, que anunciou contratos-promessa de compra e venda de terrenos no valor de 15,8 milhões de euros para saldar o acordo extrajudicial do Parque da Cidade. O matadouro está pendente por "questões urbanísticas" relacionadas com a autarquia e o terreno das Virtudes aguarda "que o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico se pronuncie", revela o empresário, que tem dois contratos-promessa pendentes.

O matadouro foi contratualizado por 5,5 milhões de euros e a venda do terreno das Virtudes, em relação ao qual "já foi pago um sinal de 760 mil euros", ficou acordada por 1,9 milhões de euros, diz Barros Vale.

Em Março, o município garantia como "firmes cerca de 8,9 milhões de euros" dos 15,8 milhões contratualizados sem, no entanto, concretizar a que terrenos dizia respeito esse valor. Na altura, adiantou que faltava concretizar a venda do matadouro e "de uma parte do terreno do Campo Alegre", avaliado em "3,7 milhões".

A Lusa tentou, sem sucesso, ouvir a câmara sobre este processo, nomeadamente sobre se chegou a vender este terreno do Campo Alegre. Certo é que, em 2010, a autarquia pagou às empresas detentoras de terrenos no Parque da Cidade os 43,9 milhões

acordados, para evitar uma eventual indemnização de 168 milhões e cumprir a promessa eleitoral, de não permitir construções no parque, feita por Rui Rio em 2001.

Barros Vale disse à Lusa que subsistem dúvidas sobre o "tipo de uso" admissível para o matadouro, que o PDM classifica como zona de equipamento. Assegura que quer apenas esclarecer o que "é considerado equipamento". O empresário revela ainda que o comprador está obrigado a "construir o canil e o hospital veterinário da Sociedade Protectora dos Animais". Também por isso, é necessário garantir a resolução do problema do ruído na zona, fechando o lado direito do viaduto pelo qual passam os comboios, sob a VCI, "ao longo de 200 ou 300 metros".

O empresário está ligado a três das quatro entidades que assinaram os

cinco contratos-promessa do acordo. A cargo dessas três entidades ficaram quatro contratos-promessa, mas dois ficaram sem efeito: um terreno no Campo Alegre foi vendido pela câmara em hasta pública por 1,4 milhões; o contrato do Edifício Transparente (avaliado em 4 milhões) foi "rescindido por impossibilidade de concretização", adiantou Barros Vale, lembrando que o imóvel está sob tutela da administração portuária.

Em 2010, a autarquia arrecadou apenas 2,2 milhões com a alienação de património incluída no acordo do Parque da Cidade, que prevê ainda a venda de terrenos na Via Nun'Álvares, avaliados em 24,5 milhões, a concretizar pelo consórcio Sonae Capital-RAR Imobiliária, com "direito de aquisição a exercer no prazo de três anos, com prorrogação possível por dois anos".



Matadouro é um dos imóveis cuja venda decorre do acordo do parque

Assaltos falhados a caixas ATM de Vila do Conde

● A caixa multibanco instalada na sede da Junta de Freguesia de Gão, em Vila do Conde, foi alvo de uma tentativa de assalto na madrugada de ontem. As autoridades acreditam que o crime tenha sido perpetrado pelas mesmas pessoas que, duas noites antes, tentaram assaltar a caixa ATM da Junta de Touguinhó, no mesmo concelho.

O alarme foi dado às 3h25. Os assaltantes terão induzido uma explosão por gás para arrombar a caixa multibanco de Gão, o que não foi suficiente para chegarem ao cofre da máquina. Colocaram-se em fuga antes de a polícia chegar ao local.

A tentativa de assalto à caixa de Touguinhó, no dia 27, foi em tudo idêntica. Uma fonte da GNR presumiu que os crimes estão relacionados. "Não conseguiram no outro dia, por isso voltaram a tentar", disse. O caso foi entregue à Polícia Judiciária. I.R.

PJ investiga caso de homem baleado no nó de Francos

● Um homem foi baleado na madrugada de ontem no nó de Francos, num dos acessos que ligam a Avenida AEP (Associação Empresarial de Portugal) e a Via de Cintura Interna, no Porto. O tiro foi ouvido por moradores do vizinho Bairro de Francos.

A vítima, de 56 anos e residente no Porto, estava consciente quando os bombeiros a socorreram. Contudo, o estado de choque em que se encontrava não lhe terá permitido, na altura, clarificar os motivos da agressão e as circunstâncias em que aquela ocorreu. Pouco passaria da 1h quando um estrondo alertou moradores da zona que saíram à rua e deram com um indivíduo ferido, bastante exaltado, na estrada.

Segundo fonte dos Bombeiros Voluntários Portuenses, contactados pelo PÚBLICO, o incidente terá tido origem numa discussão de trânsito, que acabou mal. A Polícia de Segurança Pública, no entanto, não confirma esta versão dos acontecimentos, contrapondo que a vítima até foi encontrada a pé e sem qualquer veículo que lhe pertencesse nas proximidades. De acordo com fonte policial, o homem foi baleado uma única vez, na zona do tórax, e encaminhado para o Hospital de São João, no Porto, onde foi operado e internado nos cuidados intensivos.

Ninguém viu o atirador e a vítima também não o identificou, salienta ainda a PSP. Por envolver uma arma de fogo, o crime está a ser investigado pela Polícia Judiciária, que esteve no local. Inês Rios

Será, de certeza, um ano muito bem passado <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

Aeroporto do Porto quer repetir o recorde de passageiros em 2012

Inês Rios

O Aeroporto Sá Carneiro recebeu ontem o passageiro “seis milhões”. Fernando Vieira diz que o aeroporto está suficientemente bem equipados para os 9 milhões

● Teresa Garcia é a passageira “seis milhões” do Aeroporto Francisco Sá Carneiro. Foi ontem, à chegada de uma viagem de 7 horas, surpreendida por um numeroso grupo de jornalistas que tinham vindo assistir à comemoração do recorde. Fernando Vieira, director do Sá Carneiro, esteve na recepção, para apresentar a passageira com uma nova viagem, e disse aos jornalistas que o aeroporto está à altura de um novo recorde: de 9 milhões. Uma meta muito dependente da evolução económica do país e da Europa.

As surpresas começaram cedo, quando o avião da Air Nostrum, vindo de Madrid, chegou 15 minutos mais cedo do que o previsto. Às 15h25 já

tinha aterrado no Sá Carneiro e os passageiros tiveram de ser mantidos dentro do avião, sem saber que, na verdade, se aguardava a chegada dos jornalistas. Teresa Garcia, assessora de comunicação na QI Porto de Ideias, foi apanhada de surpresa, quando a foram buscar ao avião e lhe deram a notícia, mas ficou ainda mais espantada quando avistou as suas companheiras de trabalho, que faziam a assessoria do evento. A reacção foi mútua. “Eu pensava que ela estava em Gaia, onde vive”, exclamou Dina Coelho, da QI Porto de Ideias. Teresa Garcia aproveitou esta semana de férias para fazer uma viagem de quatro dias ao Dubai e acabou por receber uma viagem para duas pessoas a Madrid, onde fez escala. Sobre o recorde de 2011 diz que “o aeroporto está de parabéns pelo bom trabalho”.

Inesperados foram também os números de 2011, até para o director do aeroporto. “Se me dissessem no ano passado que iria estar aqui com um recorde de seis milhões, eu diria que era mentira”, comentou Fernando Vieira, apesar de reconhecer que a aereogre tem crescido a um ritmo anual



Director do aeroporto entregou prémio à passageira “seis milhões”

superior a 10%. A taxa de crescimento foi de 17% em 2010, altura em que se atingiram os cinco milhões de passageiros, e em 2011 esta situa-se perto dos 14%. Fernando Vieira identificou três factores que se terão sobreposto à difícil conjuntura económica para possibilitar este sucesso: o cada vez

maior dinamismo da região; a aposta das companhias aéreas neste aeroporto; e as ofertas *low cost*. Sobre 2012 prefere não fazer prognósticos, mas acredita que conseguirão pelo menos sustentar os números deste ano. “Estamos muito longe do limite”, assegurou.

Conductor impede assalto a carrinha de valores na A2

Carlos Filipe

● Uma emboscada montada em plena auto-estrada do Sul (A2), no sentido Algarve-Lisboa, na noite de quinta-feira, e que tinha por objectivo o assalto a uma carrinha de transporte de valores, foi frustrada pelo sangue-frio do seu condutor. Este fez dez quilómetros em contramão para escapar ao bloqueio montado pelos assaltantes, que recorreram a veículos de obras que se ali se encontravam.

A tentativa de assalto ocorreu às 23h30, entre São Bartolomeu de Messines e Almodôvar, no local onde está montado um estaleiro na bermã, para apoio a obras de manutenção da via. Para montar a emboscada, os assaltantes, em número indeterminado, e que ainda não terão sido identificados pela Polícia Judiciária de Faro, socorreram-se de um camiã-cisterna e de uma retroescavadora do empreiteiro que realiza os trabalhos na via, e que estavam ali estacionados. Uma viatura ligeira conduzida por um dos assaltantes seguiria de perto o veículo de transporte de valores, alertando os emboscados para a sua aproximação.



O camiã-cisterna foi colocado na estrada de forma a bloquear a passagem da viatura blindada da empresa de transporte de valores e, quando esta se deteve, a retroescavadora entrou em acção para a abalroar. Ainda lhe chegou a provocar alguns danos, mas não os suficientes para inviabilizar a sua marcha-atrás.

As relações públicas do comando geral da GNR confirmaram ao PÚBLICO a tentativa de assalto, ainda que escusando-se a precisar as circunstâncias em que ocorreu.

Na madrugada de 20 de Agosto de 2008, naquela mesma auto-estrada, quilómetros adiante, já nas imediações de Aljustrel, ocorreu incidente semelhante com uma carrinha de transporte de valores da Prosegur. Dessa vez, porém, o assalto, tido como o mais proveitoso do género realizado em Portugal, foi consumado com recurso a explosivos, utilizados para abrir as portas blindadas. O produto do roubo foi estimado em mais de dois milhões de euros em dinheiro.

Os suspeitos deste aparato assalto seriam de nacionalidade francesa e eram apontados como responsáveis por diversos outros assaltos do género praticados em França e Inglaterra.

Autarcas transmontanos pedem “heli” a operar 24 horas

● Os presidentes de câmara do distrito de Bragança apelaram ontem ao Governo para que mantenha em funcionamento 24 horas por dia o helicóptero do INEM estacionado em Macedo de Cavaleiros por considerarem ser um acto de “justiça” para a região. “Os autarcas do distrito de Bragança estão, por unanimidade, contra a retirada de funcionamento do helicóptero do INEM no período nocturno, já que trata de um meio rápido e fundamental para o socorro na região”, disse o presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, Beraldo Pinto (PSD).

Os autarcas reuniram-se ontem de “urgência”, no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros, para analisarem em conjunto as declarações do presidente do INEM, Miguel Soares de Oliveira, que em entrevista à Lusa revelou que até ao final do ano deverá haver uma decisão sobre a manutenção, ou não, dos cinco helicópteros com os horários de funcionamento actuais, ou seja 24 horas por dia.

“Vamos pedir ao Governo que mantenha a aeronave operacional no período nocturno e a questão dos custos operacionais evocados não serão, por certo, argumento para perda do meio aéreo em detrimento das vidas que pode salvar”, acrescentou Beraldo Pinto.

Roubos de cobre quase duplicaram nos primeiros oito meses deste ano

● O roubo de cobre quase que duplicou nos primeiros oito meses deste ano em relação a todo o ano de 2010, ascendendo os prejuízos a quase 20 milhões de euros, revelam dados da GNR. Os números da Guarda Nacional Republicana, a que a agência Lusa teve acesso, indicam que entre 1 de Janeiro e 31 de Agosto registaram-se 5931 ocorrências de furto de cobre, enquanto em todo o ano de 2010 foram contabilizados por aquela força de segurança 3726.

Os prejuízos com os furtos de cobre também duplicaram nos primeiros oito meses do ano, ascendendo a cerca de 19,3 milhões de euros contra os 8,2 milhões de euros do ano passado. Os dados globais indicam que a GNR registou, entre Janeiro e Agosto, 7828 ocorrências de furtos de metais, mais 58% do que ao longo do ano passado (4946), sendo o cobre o alvo “mais apetecível” dos roubos.

Segundo aquela força de segurança, das 7828 ocorrências, 5931 dizem respeito ao furto de cobre (75%), seguindo-se o ferro com 896 (11%) e o alumínio com 476 (6%). Também em 2010 a predominância foi o roubo de cobre, ocupando igualmente 75% das ocorrências.

A GNR refere que o furto de metais é um fenómeno “transversal” a todo o país. No entanto, os distritos mais afectados este ano são o de Santarém, com 1056 ocorrências, Porto (1046),

Lisboa (862), Faro (683) e Setúbal (669). Os dados compilados pela GNR indicam igualmente que os prejuízos com os roubos de metais ascendem já a 22,7 milhões de euros, mais 103,9% do que em 2010, e 485.571 quilos de metal furtado nas ocorrências registadas pela GNR (mais 7,6% do que em 2010).

Em Novembro, o Ministério da Administração Interna lançou um programa para combater a criminalidade no meio rural, cujo objectivo é equipar estas zonas com sistemas de georeferenciação que permitam detectar em tempo real situações de criminalidade, nomeadamente furtos de fio de cobre.

Dados da GNR

Sucateiras fazem recepção de material roubado

A GNR afirma dispor de dados que indicam que cerca de uma centena de sucateiras estão “claramente indiciadas como locais de recepção de metais furtados”, nomeadamente o cobre. Numa nota enviada à agência Lusa, a GNR refere que um levantamento realizado pelo Serviço de Protecção da Natureza da GNR concluiu que existem 644 locais de recolha de sucata, dos quais 141 estão a operar de acordo com os requisitos legais. 369 estão a funcionar ilegalmente e 134 estão numa situação não cabalmente esclarecida. “Os dados recolhidos junto do dispositivo permitem afirmar que cerca de uma centena destas sucatas estão claramente indiciadas como



locais de recepção de metais furtados”, adianta aquela força de segurança. Nos dados enviados à Lusa, a GNR refere que no ano passado foram identificados 40 indivíduos suspeitos de recepção dos metais furtados, todos eles sucateiros ou proprietários de empresas de reciclagem ou fundição.

Local Porto

Segurança Mais um caso de roubo de ferro no Porto que cria situações de perigo

Serviços da câmara improvisaram soluções para preencher os buracos

FERNANDO VELLIDO/NFACTOS



Furto de tampas e grades deixou abertos poços de três metros na zona do Bessa

A corrida ao metal levou, nas últimas semanas, ao furto de grades e tampas das redes de electricidade e de saneamento da Avenida do Bessa e de outras ruas desta zona do Porto

Inês Rios

● Uma vaga de roubos, que fez desaparecer nas últimas semanas grande parte das grades e tampas das redes de saneamento e electricidade de várias ruas da zona do Estádio do Bessa, no Porto, criou também um problema de segurança pública. No lugar das tampas estão agora buracos, nalguns casos de grande profundidade, que constituem um perigo para as pessoas e para os veículos que por ali circulam.

O destino das tampas e grades desaparecidas parece óbvio para os mo-

radores da zona. “Os sucateiros continuam a comprar, por isso os ladrões têm razões para roubar”, comenta Alfredo Lima, residente na Rua Mota Pinto. Conta que nas manhãs de quinta e sexta-feira viu funcionários da Câmara do Porto na Avenida do Bessa, a encher os bueiros sem grade com sacos de algodão cheios de pedras, destinados a deixar a água escorrer e, ao mesmo tempo, a impedir que as rodas dos veículos entrem ali.

Mas a situação mais delicada está até num local de menor visibilidade. Atrás dos prédios da Avenida do Bessa, numa área relvada ao lado da Via

de Cintura Interna, há buracos muito maiores. Com cerca de três metros de profundidade representam um perigo sobretudo para as crianças que brincam ali. O porteiro de um dos edifícios da zona diz ter contactado a PSP, alertando-a para o furto das tampas dos poços de acesso à infra-estrutura da rede eléctrica desse local mais esconso. “Um senhor da câmara esteve a ver, fez um relatório e disse que ia participar à EDP”, conta.

Também há quem tenha beneficiado desta situação. Nas traseiras da Avenida do Bessa, numa cabine de alta tensão da qual foi também rou-

bada a porta de metal, vê-se agora o colchão de alguém que descobriu ali um sítio bom para dormir.

Na Rua de O Primeiro de Janeiro, onde se situa o Estádio do Bessa, os bueiros sem grade numa das bermas foram tapados com módulos de plástico vermelhos e brancos utilizados na sinalização de obras. Algumas dessas estruturas, que os moradores supõem terem sido colocadas também pela câmara, foram já removidas por desconhecidos. Actos de “malandragem”, protesta uma senhora que traz os filhos ao treino de futebol no Bessa todos os dias. Já assistiu ao reboque

de um automóvel que ficou com um pneu preso num desses bueiros. “Está efectivamente perigoso”, diz, criticando a falta de sinalização.

Os furtos terão ocorrido numa madrugada que ninguém sabe precisar. “Sai às 21h e, no dia seguinte, as tampas já lá não estavam”, conta Gabriel, funcionário do café Delight, na Rua de O Primeiro de Janeiro.

Quanto ao prejuízo, a Águas do Porto não adianta valores, mas fonte oficial da empresa admite ter sido “elevado”, acrescentando que casos semelhantes vêm ocorrendo noutros pontos da cidade.

Será, de certeza, um ano muito bem passado <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

Câmara de Vila do Conde pondera processar o Estado pela perda do serviço de “urgência”

Concelho já não tinha urgência desde 2007, altura em que esta foi substituída por uma consulta aberta, das oito à meia-noite. Agora nem isso existe

● Vila do Conde perdeu ontem o serviço que, há quatro anos, funcionava como uma espécie de urgência hospitalar. A consulta aberta, disponível entre as 8h e as 24h, foi encerrada por ordem do Ministério da Saúde.

O centro hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde passa a assegurar a urgência nas instalações da Póvoa de Varzim, e o autarca do concelho vizinho, Mário Almeida, teme que haja um aumento do tempo de espera provocado pelo acréscimo de utentes que vai antevendo. E não põe de parte a hipótese de processar o Estado por incumprimento de um protocolo assinado em 2007.

Os utentes “não irão recorrer aos centros de saúde” do município, como é pretensão do Ministério da Saúde, mas sim “à urgência da Póvoa de Varzim”, o que vai aumentar o número de utentes naquela unidade, vaticinou Mário Almeida. O autarca explicou à Lusa que a ideia do Governo é que as pessoas recorram aos centros de saúde, mas esse é um argumento que não convence, porque “os serviços prestados nessas unidades não são iguais aos de uma urgência”. Logo, a tendência dos utentes será “o recurso ao hospital da Póvoa de Varzim”, frisou. A Lusa contactou a unidade hospitalar da Póvoa de Varzim para saber se já são sentidos os efeitos desta medida, mas os seus responsáveis consideram “premature” falar sobre este assunto.

No passado dia 20 de Dezembro foi tornado público pela Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN) que o serviço de consulta aberta a funcionar no município de Vila do Conde

iria encerrar aos dias úteis, passando a funcionar apenas aos sábados, domingos e feriados, das 9h às 21h. A unidade de Vila do Conde recebia uma média de cem utentes por dia e, na Póvoa de Varzim, são cerca de 200 as pessoas que, no mesmo período, recorrem àquele serviço, avançou à Lusa fonte hospitalar.



O serviço que ontem fechou portas funcionava como atendimento para casos agudos do foro ambulatório e era “essencial para a população”, considerou o autarca vilacondense, que mantém a intenção de processar o Governo por “incumprimento”. Os serviços jurídicos da Câmara Municipal analisam esta possibilidade e a

decisão será conhecida “ainda esta semana”, assegura.

Vila do Conde pretende ver cumprido um protocolo homologado pelo Governo em Março de 2007, no qual ficou definido que o hospital local acomodaria, nas antigas instalações da urgência, um atendimento não programado para casos agudos do foro ambulatório, sob a responsabilidade integral dos cuidados de saúde primários. O protocolo garantia ainda que aquele serviço teria um “horário alargado das 8h às 24h”, funcionando com acesso aos sistemas de informação do centro de saúde e aos meios complementares de diagnóstico do hospital, nomeadamente imagiologia e testes laboratoriais.

Com esta mais recente decisão de fechar aquele serviço aos dias de semana, o ministério “não cumpriu” o estipulado, nota Mário Almeida, que pretende ver rectificada esta “agressão aos direitos da população local”. **PÚBLICO/Lusa**

Associação de Viana prepara-se para despedir dez pessoas

● A APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) de Viana do Castelo vai avançar com o despedimento colectivo de dez funcionários da sua secção de jardinagem, por esta apresentar um défice de exploração anual de 80 mil euros. A situação foi avançada à Lusa pelo presidente da delegação de Viana do Castelo da APPACDM, dando conta que a instituição “não pode continuar a manter valências deficitárias”.

“Trata-se de uma reestruturação necessária para reequilibrar as contas, até porque é uma área comercial, onde existem outras ofertas. Não podemos continuar a desviar verbas de outras áreas para manter este tipo de serviços”, explicou Luiz Costa. Esta “necessidade” já foi explicada aos trabalhadores e respectivos sindicatos, sendo que a secção de jardinagem da APPACDM vai ficar, “para já”, com 20 elementos, depois de concluído este processo de reestruturação.

30

Associação prevê ainda a não renovação de contratos e a reforma antecipada de mais trinta trabalhadores

Ainda para garantir o “equilíbrio financeiro” da instituição, que presta apoio em todo o distrito de Viana do Castelo, Luiz Costa admite estar em curso um “processo de reestruturação interna”, prevendo a não renovação de contratos a prazo e a reforma antecipada de um total de trinta trabalhadores. “Após estas duas medidas, prevemos ter 340 trabalhadores, contra os actuais trezentos e oitenta. É um processo com o qual pretendemos ajustar as nossas contas através dos custos com pessoal”, acrescentou.

Nesta altura, admitiu o presidente da instituição, continua ainda por regularizar o pagamento dos subsídios de Natal e uma parte do salário de Dezembro aos trabalhadores. “É uma situação que resulta de atrasos nos reembolsos e nos recebimentos, mas estamos a tentar regularizar os salários. Quando ao subsídio de Natal, já apresentamos aos trabalhadores uma proposta para pagar em quatro prestações”, disse ainda o presidente da delegação de Viana do Castelo da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental.

A instituição tem quatro dezenas de estruturas espalhadas pelo distrito, dando resposta a cerca de 750 utentes, uma parte dos quais em situação de emprego protegido. “Nenhuma destas medidas afectará qualquer pessoa com deficiência nos quadros da instituição”, garantiu à Lusa Luiz Costa.

Jovem baleado pela GNR na Feira internado em estado grave

● Um jovem foi baleado por um militar da GNR na madrugada de domingo, durante uma Operação Stop, em Santa Maria da Feira. O jovem, de 21 anos, encontra-se internado na Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital S. Sebastião, em Santa Maria da Feira, com “prognóstico reservado”.

O acidente ocorreu por volta das sete da madrugada e o jovem deu entrada no hospital cerca de uma hora depois. Foi sujeito a uma cirurgia para correcção das lesões abdominais provocadas pelo disparo. O boletim emitido pelo hospital durante a tarde de ontem referia que, até aquele momento, a evolução clínica do jovem estava “de acordo com o esperado, mantendo-se o prognóstico reservado”.

Ainda não são conhecidas as circunstâncias do incidente. O tenente-coronel Costa Lima, da GNR, em declarações à Lusa, referiu que não entraria em detalhes para “não prejudicar ou influenciar a investigação da Polícia Judiciária”, que é agora a responsável pelo caso. O responsável pelas relações públicas da GNR garantiu ainda que aquela força de segurança assumiu “desde a primeira hora que um militar da GNR efectuou um disparo que, lamentavelmente, atingiu um cidadão”. Costa Lima fez ainda saber que foi a própria GNR a comunicar o caso à PJ, solicitando a investigação.

Choque em cadeia faz seis feridos no Porto

● Seis pessoas sofreram ferimentos sem gravidade na sequência de um choque em cadeia, registado ontem, às 18h, na Avenida do Brasil, no Porto. Segundo várias fontes que acorreram ao local, o acidente terá sido provocado por uma viatura que seguia em contramão, por motivos não esclarecidos.

Entre as vítimas contam-se duas crianças que seguem numa dos automóveis, acompanhadas pela mãe, que foram transportadas para o Hospital de São João. A mãe, que também sofreu ferimentos ligeiros, foi levada pelos Bombeiros Sapadores do Porto para a mesma unidade hospitalar.

Todos os outros feridos foram transportados para o Hospital de Santo António. Segundo fonte dos Bombeiros Voluntários do Porto, que também foram chamados ao local, dois homens, de 83 e 25 anos, receberam tratamento hospitalar por se queixarem de lesões nos braços.

O acidente ocupou as quatro faixas



Acidente cortou trânsito na Avenida do Brasil por mais de uma hora

de rodagem, cortando a circulação na Avenida do Brasil durante mais de uma hora. O trânsito foi desviado para as ruas do Crasto e do Molhe.

A sequência de colisões, violentas, acabou por atingir também um quinto veículo, que estava estacionado e que sofreu danos ligeiros. **I.R./I.S.**

Termas de Vizela sem “patrão” que pague

● Os cerca de 20 trabalhadores das Termas de Vizela ainda não receberam o salário de Novembro nem o subsídio de Natal. A situação deve-se a um impasse sobre gestão do balneário, e nem câmara nem concessionária aceitam pagar os vencimentos. Ontem os funcionários exigiram que essa responsabilidade fosse assumida pela autarquia, no âmbito do contrato de arrendamento das termas, mas a câmara diz estar impedida de fazê-lo, da-

do que os trabalhadores se recusaram a aceitá-la como entidade patronal.

Em causa está o acordo firmado entre a autarquia e a Companhia dos Banhos de Vizela, no Verão, mediante o qual a concessionária cedia a exploração das termas à câmara, cedendo-lhe também os trabalhadores. A empresa diz já não ter responsabilidade sobre os funcionários. O município alega estar “impossibilitado de solucionar qualquer situação referente aos fun-

cionários das termas, por manifesta falta de legitimidade face à relação jurídico-laboral existente entre estes e a Companhia dos Banhos”.

Os funcionários exigem uma clarificação. “Ninguém sabe ao certo quem é o patrão. Os trabalhadores não têm seguro contra acidentes de trabalho nem outros direitos devido a esta indefinição”, diz Francisco Figueiredo, do Sindicato da Hotelaria. **Samuel Silva**



O serviço de cafetaria nos comboios Intercidades está suspenso desde sábado "por motivos alheios" à CP. Fonte oficial da empresa, que não esclareceu os motivos da interrupção do serviço, afirma que a CP "está à procura de uma solução com a maior brevidade possível".

Câmara de Matosinhos avança com despejo de mais de seis dezenas de inquilinos em Fevereiro

Aníbal Rodrigues

Executivo aprovou contrato de empréstimo, no valor de 4,5 milhões, para "fundo de maneo de apoio à tesouraria"

● A Câmara de Matosinhos vai despejar dezenas de inquilinos das habitações municipais no início de Fevereiro, anunciou ontem o presidente da autarquia, no final da reunião do executivo municipal. "Temos neste momento 60 processos de despejo, correspondentes aos recalcitrantes que nunca pagaram renda e se recusam a pagar", informou Guilherme Pinto, que referiu a existência de pelo menos dois arrendatários em falta com evidentes sinais de riqueza.

Noutro plano, a Câmara de Matosinhos vai continuar a apoiar, em dinheiro, o pagamento das rendas de famílias necessitadas. O Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento representa um investimento municipal que ronda "800 mil euros/ano" e ajuda "cerca de 600 famílias". O presidente da câmara admitiu que se chegou a equacionar o fim do programa, "na expectativa" de que deixaria de ser necessário pelas alterações à lei do arrendamento e ao regime de apoio às rendas promovidos pelo Governo. Porém, a gestão camarária acabou por optar pela sua continuidade e Guilherme Pinto acredita que, no decurso de 2012, vão aumentar os candidatos a este apoio.

Na reunião do executivo foi também aprovada a minuta de um contrato de empréstimo bancário no valor de 4,5 milhões de euros, destinados a "fundo de maneo de apoio à tesouraria". A câmara irá usar este valor ao longo do ano consoante as necessidades e compromete-se a pagar o empréstimo até ao final de 2012. Na minuta pode ler-se que, "durante a vigência do contrato, o banco pode suspender a utilização do saldo remanescente ainda não utilizado, se entender conveniente proceder à reavaliação do risco do crédito da operação, podendo interromper definitivamente essa utilização se a conclusão for negativa". Guilherme Pinto considera esta cláusula "perfeitamente normal", até porque "a situação de muitas autarquias é preocupante".



Para Guilherme Pinto, a instalação do CEIA em Matosinhos é "a melhor notícia para começar o ano"

Mas prefere destacar, na actual crise, o "facto de haver bancos disponíveis para fazer estes empréstimos" a Matosinhos. Com esta verba, pretende pagar aos fornecedores "a 60 dias", este ano, quando no ano que findou os prazos eram de 90 ou 120 dias. Guilherme Pinto garante que o que a câmara conseguirá em descontos, por ser boa pagadora, vai superar o encargo dos juros.

A câmara também aprovou a suspensão do plano de urbanização de Matosinhos Sul/Centro de forma a permitir acolher o novo Centro de Investigação da Indústria Automóvel (CEIA), uma associação hoje instalada na Maia que presta serviços às indústrias automóvel, aeronáutica e ferroviária. A cedência do terreno será por 50 anos, sem encargos para o promotor, que se propõe recrutar mais 300 engenheiros. **com Lusa**

Rapaz amarrado e amordaçado em assalto a casa de Vila do Conde

Inês Rios

● Um rapaz de dez anos foi manietado e amordaçado por um assaltante que conseguiu entrar na casa onde a criança se encontrava, por volta das 12h de ontem, na Travessa de Rita da Conceição Martins da freguesia de Azurara, Vila do Conde.

O assaltante é descrito por fonte da GNR como um homem com idade compreendida entre os 20 e os 25 anos, que usava, na altura do assalto, uma camisola com capuz que colocou sobre a cabeça para não ser identificado. Após ter entrado na casa, por meios que a GNR não sabe precisar, o indivíduo prendeu as mãos da criança e tapou-lhe a boca com fita-cola. Começou por lhe exigir o telemóvel. Ao aperceber-se da chegada da proprietária da casa, o indivíduo teve, no entanto, de interromper o assalto, fugindo pela porta das traseiras apenas com o telemóvel da criança em sua posse.

A fonte da GNR ouviu pelo PÚBLICO desconhecia o grau de parentesco eventualmente existente entre o rapaz e a proprietária da casa. A chegada desta terá, de acordo com a mesma fonte, impedido o assaltante de se apossar de outros objectos da residência, obrigando-o a precipitar a fuga.

A GNR salienta que não foi utilizada qualquer arma neste assalto. Acrescenta que não dispõe de mais informações sobre o assaltante, além da idade aproximada e do tipo de vestuário que usou durante o crime.

PJ detém quatro suspeitos de roubos a casas de massagens

● Duas mulheres e dois homens foram ontem detidos no Porto pela Polícia Judiciária por suspeita de serem os autores de roubos em casas de massagens, com recurso a réplicas de *shotguns* e crachás falsos da PSP. As duas mulheres, de 18 e 32 anos, e os homens, de 24 e 34 anos, são suspeitos de meia dúzia de situações que envolvem roubos em casas de massagens com o mesmo *modus operandi*: recurso a *shotguns* e crachás policiais.

No dia 24 de Dezembro, os dois homens, com recurso a uma réplica de *shotgun*, ameaçaram o proprietário de um quiosque e o filho de nove anos para que lhes entregassem o dinheiro da caixa registadora.

Outro roubo foi registado a 30 de Dezembro, numa casa de massagens do Porto, depois de uma marcação via telefone. Uma das mulheres ficou no exterior do estabelecimento, enquanto os outros três cúmplices entraram, invocando serem policiais, exibindo um falso crachá e declarando pretendem efectuar uma busca. Os três indivíduos, com réplicas de armas de fogo, manietaram quatro pessoas presentes no estabelecimento com abraçadeiras plásticas, obrigando-as a permanecer numa divisão enquanto, alegadamente, esperavam uma viatura para as transportar para instalações policiais. Os assaltantes levaram "várias carteiras, diversos telemóveis, um computador portátil e documentos pessoais".

Segundo a PJ, "há fortes indícios" de que os quatro detidos sejam autores de outros crimes.

Quadros da STCP querem assumir controlo da empresa se esta for privatizada

● Os Trabalhadores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) estão dispostos a assumir o controlo da empresa, caso o Governo decida pela sua privatização, por acreditarem que a mesma é viável e sustentável. "Verificámos que é possível a empresa ser sustentável e que a STCP seria um bom negócio", afirmou ontem à Lusa um membro do conselho de quadros, órgão que esteve a fazer um trabalho sobre a sustentabilidade da empresa.

A mesma fonte adiantou ter já sido entregue uma proposta ao conselho de administração e pedida uma reunião com o secretário de Estado dos Transportes, Sérgio Monteiro, para abordar a questão.

O conselho de quadros entende que, se a opção do Governo for privatizar a STCP, "os trabalhadores assumem-se como os principais interessados" na sua aquisição, através de uma *management buy-out* (MBO), operação que se traduz na tomada de controlo do capital de uma dada sociedade, que pode ser total ou parcial, pela equipa de gestão.

Contactado pela Lusa, o coordenador da comissão de trabalhadores da STCP, Ricardo Cunha, sublinhou a ideia, afirmando que, "apesar de a CT estar contra a privatização", se for este o seu destino traçado pelo Governo, "os trabalhadores estão dispostos a assumir o seu controlo". "Em reunião que tivemos hoje de manhã com o conselho de quadros afirmámos estar dispostos a defender a empresa, acreditando que a STCP pode ser sustentável", disse Ricardo Cunha.

O membro do conselho de quadros acrescentou que a proposta apresen-



Comissão de trabalhadores já se reuniu com o conselho de quadros

tada ao conselho de administração da STCP prevê, em primeiro lugar, a conclusão do processo de reestruturação da empresa, que está em curso, e que demonstra que "foi possível aumentar a produtividade em 49% da



empresa nos últimos 13 anos". "Este é um processo contínuo, responsável e planeado, que queremos continuar", disse a mesma fonte, acrescentando que o conselho de quadros "não quer que se estrague este plano de reestruturação pelo simples facto de confundirem a realidade da STCP com a de

outras empresas" do sector dos transportes. Os trabalhadores "acreditam no projecto e na empresa", sustentou, acrescentando que as empresas públicas de transportes, apesar de estarem a ser colocadas "no mesmo pé, estão em realidades de evolução diferentes".

O conselho de quadros "não conta com a dívida histórica da empresa" e acredita que a sustentabilidade do negócio e o património da empresa serão garantia suficiente para atrair capitais e investidores nesta operação.

O coordenador da CT adiantou que vai solicitar à administração da STCP uma reunião urgente, que contará também com a presença do conselho de quadros, para abordar esta questão. A administração optou por não comentar a proposta.

Dois cadáveres retirados do mar em Sagres

● Dois corpos foram ontem descobertos no mar em duas zonas distintas próximas de Sagres. Fonte da capitania do porto de Lagos disse à Lusa que "não existe correlação entre os óbitos". O primeiro incidente ocorreu cerca das 11h, quando uma turista alemã, de 36 anos, caiu ao mar numa zona próxima da praia da Ingrina.

À mesma hora, transeuntes avisaram um cadáver de um homem de meia-idade junto a uma falésia de 60 metros, ao lado da praia do Tonel, a oeste da Fortaleza de Sagres. O helicóptero da Força Aérea chegou aqui por volta das 14h e a operação de resgate do corpo prolongou-se por mais de uma hora, devido à zona de difícil acesso e ao estado alterado do mar. Não se sabe quando ocorreu este óbito, uma vez que não há registo de qualquer turista ou pescador lúdico desaparecido na zona.

Reis Magos de Valença levam caramelos à Galiza

Mais de duzentos figurantes, carruagens reais e carros alegóricos percorrem hoje Valença e Tui na "única" cavalcata de reis internacional e que reserva ainda

1,5 toneladas de caramelos para os mais pequenos. O desfile parte às 16h do quartel dos bombeiros de Valença, cruzando toda a cidade com destino à cidade espanhola.



Blogue Em Viagem: Siga Carla B. Ribeiro pelo Portugal-Dakar Challenge <http://blogues.publico.pt/emviagem/>

Centro histórico do Porto vai ter 18 meses de obras para mudar o eixo Mouzinho/Flores

Patrícia Carvalho

A obra financiada por fundos comunitários está concebida para ser concretizada de forma faseada e vai implicar muitas alterações de trânsito

● A empresa que há-de realizar a empreitada de reabilitação urbana do eixo viário Mouzinho/Flores, no Porto, ainda não está escolhida, mas a câmara já está a preparar o desenvolvimento da obra que irá transformar a Rua das Flores em pedonal, dar dois sentidos e três faixas de rodagem com estacionamento a Mouzinho da Silveira ou mudar o sentido de trânsito na Rua Trindade Coelho, permitindo uma ligação mais rápida à Avenida da Ponte e à Rua de Sá da Bandeira. Os trabalhos vão durar 18 meses e deverão decorrer em onze etapas.

Uma das grandes obras desenvolvidas no âmbito da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) - a outra é a do Morro da Sé - deverá chegar ao terreno até Junho. A empreitada abarca várias ruas do centro histórico - além das referidas passará ainda pelos largos dos Lóios e S. Domingos, Praça Almeida Garrett e ruas Ferreira Borges, Infante D. Henrique, S. João, Sousa Viterbo, Martins Aho, Ponte Nova, de Trás, Caldeireiros, Nicolau Nasoni e Estreita dos Lóios - e vai mexer com o trânsito da cidade. No final, toda

a área deverá estar dotada de novas regras viárias, com algumas artérias claramente vocacionadas para o trânsito e outras libertas na totalidade ou maioritariamente para os peões.

Para estes, e segundo a revista municipal *Porto Sempre* de Janeiro, o trajecto "mais confortável" entre a Estação de S. Bento e a Ribeira será através da Rua das Flores (que será "praticamente pedonal"). Largo de S. Domingos e Sousa Viterbo. Artérias que, diz a publicação camarária, "serão alvo de trabalhos de beneficiação total, assim como Ferreira Borges, Rua de Trás, Nicolau Nasoni, Rua Estreita dos Lóios e Caldeireiros".

Ficando aquelas artérias vocacionadas para os peões, restam as outras para a circulação automóvel. O projecto inclui "a substituição dos pavimentos das faixas de rodagem

e passeios" que passam a ser, na sua maioria, em granito.

As principais alterações serão sentidas na Rua Mouzinho da Silveira que será "totalmente intervencionada", beneficiando de dois perfis distintos.



Gonçalo Gonçalves diz que a intervenção representará "um salto qualitativo tremendo"

No troço entre a Rua do Infante D. Henrique e a praça com o mesmo nome a artéria terá duas faixas de rodagem, uma em cada sentido, e aparcamento dos dois lados da via. A partir do entroncamento com Trindade Coelho, terá três faixas de

rodagem. A outra grande alteração é precisamente a mudança de sentido da Rua Trindade Coelho que, associada a uma intervenção na Praça de Almeida Garrett, vai permitir que se acesse directamente da Mouzinho da Silveira a Sá da Bandeira. Em entrevista à *Porto Sempre*, o vereador do Urbanismo, Gonçalo Gonçalves, elogia o projecto, dizendo: "Penso que será um salto qualitativo tremendo para quem vive na cidade e para todos os turistas que nos visitam".

A obra deverá desenvolver-se em onze etapas distintas, com diferentes condicionamentos de trânsito, ao longo do tempo. A primeira prevê uma intervenção na Rua de S. João (entre a Rua Infante D. Henrique e a Mouzinho da Silveira), que obrigará ao corte total da circulação automóvel neste troço.

Cargas e descargas

Mais meia hora de acesso à Ribeira

● Os ajustes realizados pela Câmara do Porto ao condicionamento de trânsito na Ribeira não se ficaram apenas pela permissão de acesso aos táxis, para tomada e largada de passageiros. O município alargou também em meia hora o período da tarde em que é permitido o acesso ao perímetro, para cargas e descargas.

Quando, a 22 de Setembro, foi acionada a interdição de trânsito na

Ribeira foram criados dois períodos de acesso, para cargas e descargas. O primeiro, entre as 6h30 e as 11h e o segundo entre as 17h30 e as 19h30. Foi este último que foi estendido, até às 20h. A revista *Porto Sempre* refere que esta alteração se deveu ao facto de "a câmara ter sido sensível aos apelos que, nesse sentido, lhe foram chegando por parte dos comerciantes e residentes na zona". No caso dos

taxistas e empresários de restauração os apelos transformaram-se em protestos que levaram à permissão de acesso, a partir de 14 de Dezembro.

Com a Ribeira devolvida aos peões e várias artérias de Mouzinho/Flores prestes a seguir o mesmo caminho, Gonçalo Gonçalves diz à *Porto Sempre* que o município está ainda "a estudar as opções para condicionar o trânsito na zona do Morro da Sé".

Valentim Loureiro diz-se "revoltado" com a Justiça

● A defesa de Valentim Loureiro no caso do negócio da Quinta do Ambrósio considerou ontem que se fez "prova esmagadora" da inocência do autarca, enquanto o Ministério Público pediu ao tribunal que decidisse "segundo a sua livre convicção".

O presidente da Câmara de Gondomar está acusado de um crime de burla qualificada, em co-autoria com o vice-presidente da autarquia, José Luís Oliveira, e com o advogado fiscalista Laureano Gonçalves. Oliveira e Gonçalves respondem também pela alegada prática do crime de branqueamento de capitais, tal como Jorge Loureiro, filho de Valentim Loureiro, e o advogado António Ramos Neves.

Nas alegações finais, o advogado de Valentim Loureiro, Tiago Rodrigues Bastos, considerou que a "prova esmagadora" que se fez no julgamento, quanto à burla, foi a de que os acusados pelo crime "não enganaram e não prejudicaram ninguém". O causídico referiu que "não consta dos autos que algum centímetro tenha ido parar ao bolso de Valentim Loureiro" e tentou descredibilizar o testemunho de Maria de Lurdes, uma das filhas da dona da quinta, que acusou de "delinear o negócio a par e passo".

Ao contrário, o procurador Carlos



"Tenho sido penalizado injustamente", disse Valentim nas alegações finais do caso da Quinta do Ambrósio

Teixeira valorizou aquele testemunho, ainda que admitisse que outras versões surgiram em audiência. Pediu, por isso, ao tribunal que decidia "tendo em conta as regras da experiência" e "segundo a sua livre convicção". Quanto ao branqueamento de capitais, foi peremptório a pedir a condenação dos acusados.

Em oposição, o advogado de José Luís Oliveira, Artur Marques, considerou que tal crime, a ter existido, está "prescrito". Concluiu que Oliveira poderia, quanto muito, ser condenado por fuga ao pagamento de sisa, com uma "pena simbólica". As defesas dos outros arguidos defenderam a absolvição dos seus clientes. Valentim Loureiro foi o único que quis prestar uma última declaração, para se dizer "revoltado" com a justiça.

O processo tem a ver com a compra e revenda de um terreno que, em pouco tempo, deixou de estar na Reserva Agrícola e ganhou capacidade construtiva, permitindo aos intervenientes um lucro de três milhões de euros. **Lusa**

Jovem de 16 anos tentou matar o pai em Vila Real

● A PSP deteve anteontem um rapaz brasileiro de 16 anos suspeito de ter tentado matar o pai, de 61 anos, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Real. O crime ocorreu na noite de Passagem de Ano, perto da meia-noite, revelou ao PÚBLICO fonte da PSP. As ameaças de morte que o filho há muito fazia ao pai transformaram-se então em tentativa de homicídio. O rapaz atacou-o, na casa onde ambos viviam, com uma faca de cozinha, da qual o pai se conseguiu defender com uma almofada.

A detenção decorreu de uma denúncia de violência doméstica, feita pelo próprio pai. O jovem já foi presente ao Tribunal de Vila Real e vai aguardar julgamento em liberdade na condição de se sujeitar a tratamento psiquiátrico. **Inês Rios**

Tribunal condenou líder da "rede dos Smart" a oito anos de prisão

● O Tribunal de São João Novo, Porto, condenou ontem a oito anos de prisão o líder de uma rede que se dedicava ao furto de peças de automóveis Smart, dando como provadas as mais de 248 situações descritas na acusação.

"Ficou provado que se formou um grupo para se dedicar à prática de subtração de peças e componentes Smart", referiu o juiz-presidente durante a leitura do acórdão do caso que envolveu 16 arguidos, salientando ter ficado provada "quase a totalidade da acusação".

Tudo terá começado quando o co-arguido André Marques resolveu modificar o seu pequeno automóvel com recurso a peças furtadas, dirigindo-se à oficina do também arguido Francisco Maru. O dono da oficina estava originalmente acusado de encomen-



A rede foi desmantelada em 2010

dar o furto de peças para automóveis Smart, mas acabou por ser absolvido dessa prática, sendo condenado sim

a seis anos de prisão pela recepção das peças.

Além de André e Francisco, mais quatro arguidos foram condenados a penas de prisão, entre os seis e os quatro anos. O tribunal condenou ainda seis dos arguidos a penas suspensas e absolveu quatro. Em causa estavam crimes de furto qualificado, furto simples, detenção de arma proibida, recepção e falsificação de veículos.

Segundo a acusação do Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto, validada pelo Tribunal de Instrução Criminal, só três dos 16 arguidos concretizaram mais de meio milhão de furtos qualificados. A "rede dos Smart" era responsável por um negócio de reparação, compra e venda de peças daqueles pequenos automóveis à custa de roubos.



A Câmara de Braga abriu ontem o concurso de ideias para a reabilitação da antiga fábrica de sabonetes Confiança, que comprou por 2,5 milhões. As propostas devem ser apresentadas até 31 de Janeiro. As quatro melhores ideias valem prémios de 2500 euros.

Paredes aposta no design de mobiliário e nas artes para deixar de ser “uma cidade vulgar”

Pedro Rios

Financiamento comunitário cobre cerca de 90% dos 16 milhões de euros que custará o projecto Paredes Pólo de Design do Mobiliário

● Não é comum ouvirem-se palavras destas saídas da boca de um presidente de câmara: Paredes é “uma cidade vulgar, igual a tantas outras”, afirma Celso Ferreira. Mas o autarca tem um plano para transformá-la numa cidade de “invulgar”: a criação de um pólo voltado para o design de mobiliário e para a arte.

“Queremos colocar o ‘in’ no vulgar”, disse ao PÚBLICO Celso Ferreira, que conta com financiamento comunitário para “cerca de 90%” dos 16 milhões de euros que custará o projecto Paredes Pólo de Design do Mobiliário. Uma participação nacional de “apenas 10%” é uma “oportunidade histórica” que tinha que ser

aproveitada, mesmo em tempos de restrições financeiras, justificou, numa sessão com munícipes, anteontem à noite. “Se as verbas não forem aproveitadas, regressam a Bruxelas”, afirmou.

Os desafios são reforçar o tecido industrial do concelho, mas, sobretudo, renovar a face da cidade, sempre com o design na mira. Um circuito de arte pública no centro urbano, apresentado quarta-feira, será uma das faces mais visíveis do projecto. As obras de arte devem ser instaladas na segunda metade de 2012.

Oito artistas, entre os quais Alberto Carneiro, José Pedro Croft e Rui Chafes, foram convidados a criar obras para serem apreciadas no espaço público e decorre um concurso internacional para escolher mais seis. Oito outros espaços terão “intervenções efémeras”, a cargo de “escolas artísticas ou secundárias”, explicou José Guilherme Abreu, do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes da Universidade Católica, que assegura a curadoria.

Para beneficiar a fruição das obras

Auditório em 2013



Os próximos anos prometem ser parcos neste tipo de inaugurações, mas a “oportunidade” aberta pelos fundos europeus tinha que ser aproveitada, diz Celso Ferreira. Em 2013 deverá abrir um auditório municipal em Paredes com capacidade para 500 pessoas, desenhado pelo ateliê paredense Spaceworkers. Está projectado para o quarteirão sul do Largo da Feira. O presidente da câmara acredita que este será o equipamento cultural de referência do Vale do Sousa. A programação, adiantou, deverá seguir uma lógica que o torne “rentável”.

e reabilitar partes da cidade, a Câmara de Paredes vai lançar nove intervenções de regeneração urbana (que vão desde a melhoria dos passeios para peões à substituição de pavimentos), com assinatura do arquitecto Belém Lima.

Paredes terá um posto de turismo junto à estação de comboios, que funcionará também como centro de interpretação do circuito de arte pública, e ganhará um auditório para 500 pessoas (ver caixa).

O Paredes Pólo do Design de Mobiliário prevê ainda, entre outros projectos, a dinamização do comércio tradicional (através de intervenções artísticas em montras), a renovação da biblioteca municipal, residências criativas de designers portugueses e estrangeiros em empresas de mobiliário, uma incubadora de empresas e a realização da exposição internacional Art on Chairs, de 14 de Setembro a 11 de Novembro. Desta última, nascerão, por exemplo, dez cadeiras originais, resultado do encontro entre um designer e uma personalidade convidada.

Carteiros não vão a bairro de Viseu sem apoio de agente da PSP

● O serviço de distribuição do correio no Bairro da Paradinha, em Viseu, foi suspenso, porque a PSP deixou de disponibilizar agentes para acompanhar os carteiros, anunciou ontem o presidente da câmara, Fernando Ruas.

Há aproximadamente um ano que os funcionários dos CTT que se deslocavam ao bairro eram acompanhados por um agente policial. Essa solução revelou-se necessária, depois de o carteiro responsável pela entrega de correspondência naquela zona ter sido alvo de diversas ameaças e tentativas de agressão, explicou o director do serviço de distribuição dos CTT de Viseu à agência Lusa.

O presidente da Câmara de Viseu disse ainda não ter conhecimento dos motivos que levaram à decisão da PSP, nomeadamente se esta se prende com a falta de efectivos. Para levantar a correspondência, os moradores do Bairro da Paradinha terão agora de dirigir-se à estação dos CTT de Viseu.

Militares da GNR em serviço foram para a discoteca

● Dois militares da GNR foram afastados das funções operacionais no destacamento de Arco de Valdevez, por terem provocado desastrosos numa discoteca na véspera de Natal. Nessa noite, os dois militares, fardados e em serviço, “terão tido uma conduta imprópria num estabelecimento de diversão nocturna”, alegadamente por consumo excessivo de álcool. Uma denúncia apresentada à instituição fez referência ao comportamento desregrado dos dois militares. Além disso, alguns relatos dos acontecimentos dessa noite apontavam para que tivessem sido efectuados disparos por parte dos militares. Todavia, a GNR informou que “tal facto, face a uma primeira averiguação, sumária, não se terá verificado”.

O comunicado oficial da GNR refere que “o comportamento dos militares naquela noite ter-se-á consubstanciado num atitude de desregramento, que não se coaduna com a postura dos homens e mulheres que servem nesta instituição”. Por esse motivo, foi determinada a instauração de um processo disciplinar e os dois militares encontram-se agora afastados do serviço operacional, tendo-lhes sido atribuídas novas funções administrativas que não de assumir até à conclusão do mesmo processo. **Lusa**

Guilherme Pinto mostrou obras em curso no Raf Park para “dissipar dúvidas” do PSD

Inês Rios

● O presidente da Câmara de Matosinhos, o socialista Guilherme Pinto, organizou ontem uma visita guiada às obras do futuro parque de diversões radicais Raf Park, em construção no Monte de S. Brás, em Santa Cruz do Bispo, para responder à concelhia do PSD que, na semana passada, manifestou dúvidas quanto à capacidade do parceiro privado da autarquia para concretizar o projecto.

Nessa altura, os sociais-democratas também pediram uma investigação do Ministério Público sobre o acordo “leonino” e “nebuloso” celebrado entre a câmara e a empresa Ritmolândia. Nos termos do acordo, a empresa propõe-se realizar um investimento de sete milhões de euros no recinto.

Ontem, Guilherme Pinto e responsáveis da Ritmolândia justificaram a dificuldade em definir o empreendimento, que já apareceu descrito como parque radical, parque de diversões, parque biológico e centro de estágios - facto que também mereceu críticas por parte do PSD. O autarca de Matosinhos alegou que o Raf Park constitui apenas “uma das peças do puzzle” arquitectado para o Monte de S. Brás. É que o parque de desportos e diversões radicais, com seis hectares, ficará rodeado por um parque biológico e por um parque de ciência.

Vitor Poças, da Ritmolândia, assegurou que a empresa tem condições

para concretizar o Raf Park, que terá sido objecto de estudo preparatório aprofundado. A única coisa que faltava ao projecto, acrescentou, era um terreno apropriado, como o disponibilizado agora pela câmara que comprou e tomou de arrendamento alguns lotes para o efeito.

As obras arrancaram em Dezembro. “Pelo andamento, parece que começaram há meio ano”, comenta Vitor Poças, depois da visita aos espaços onde vão surgir uma estrutura de slide, paredes de escalada, uma rampa de gelo (sintético) com 90 metros e um campo de paintball, entre outros equipamentos. O Raf Park será um parque de diversões e desportos radicais, mas contará também com espaços de lazer mais convencionais. As obras devem estar concluídas dentro de quatro ou cinco meses.

Guilherme Pinto vê o parque como um “convite a toda a gente da Área Metropolitana e do Norte para experimentar desportos radicais”. A proximidade ao aeroporto e o percurso pedonal que será construído até à estação de metro de Esposade levam também a câmara e Ritmolândia a prever 120-130 mil visitantes por ano.



As obras devem estar concluídas dentro de quatro ou cinco meses

Turistas dinamarquesas encontradas sem vida

● Foram ontem encontradas sem vida as duas turistas dinamarquesas que estavam desaparecidas desde domingo na Madeira. Os corpos foram localizados por uma equipa de resgate abaixo da levada dos Piornais, numa escarpa de difícil acesso, junto à ribeira dos Socorridos, a oeste do Funchal.

Ulla Linnea Ruby, com 73 anos, e Amalie Kjerstine Flindt, 77, chegaram à Madeira no dia 29 de Dezembro e tinham o regresso marcado para o próximo domingo. O seu desaparecimento foi comunicado na segunda-feira pela direcção do hotel onde estavam hospedadas. As duas turistas tinham deixado o hotel na manhã de domingo, primeiro dia do ano, para fazer uma caminhada. Saíram equipadas com impermeáveis, pequenas mochilas, botas e bengalas de montanhismo, iniciando o pretendido percurso uma das levadas da ilha.

Em 2011 ocorreram vários incidentes com turistas feridos em quedas ou perdidos nas serras da Madeira, registando-se duas vítimas mortais. A 21 de Junho, uma turista alemã caiu na Levada dos Tornos, quando estava a tirar uma foto, acabando por morrer. A 30 do mesmo mês, outro visitante, um russo com 60 anos, morreu durante um passeio numa levada, vítima de ataque cardíaco. **T.N.**

Detido autor de roubos no valor de 50 mil euros

A PSP deteve antontem um homem de 21 anos, residente em Gaia, suspeito da autoria de vários furtos em casas e edifícios públicos do Grande Porto. O valor dos bens

roubados, incluindo objectos em ouro, aparelhos electrónicos e dinheiro, ascende a 50 mil euros. O detido reagiu com violência, quando era surpreendido pelas vítimas.



Capital Europeia quer mais jovens no centro histórico www.p3.publico.pt

Vice-presidente da Câmara de Braga entra na corrida à sucessão de Mesquita Machado

Samuel Silva

Vitor Sousa apresenta esta tarde a candidatura à concelhia do PS, que vai disputar com António Braga

● O vice-presidente da Câmara de Braga, Vitor Sousa, apresenta hoje a candidatura à liderança da concelhia do PS. O anúncio é o primeiro passo para que o "número dois" da autarquia se assuma como candidato à sucessão de Mesquita Machado na presidência do município.

Sousa conta com o apoio do vereador da Juventude, Hugo Pires, na corrida à concelhia, na qual terá como adversário o ex-secretário de Estado das Comunidades, António Braga.

Vitor Sousa enviou, nos últimos dias, uma carta aos militantes do PS

de Braga, convidando-os para a sessão marcada para as 15h30, na sede do partido. Aí, vai apresentar as linhas gerais do seu programa para a concelhia, que não quis adiantar nem relacionar com as próximas autárquicas. "É com os militantes que quero falar em primeiro lugar", justifica.

Mas a possibilidade de Vitor Sousa ser o candidato do PS à câmara, em 2013, ficará de fora do discurso desta tarde. O vereador nunca escondeu o desejo de ser presidente da autarquia, facto que o levou a trocar a liderança dos Transportes Urbanos de Braga por um lugar no executivo. A sua estratégia, porém, passa por manter todas as opções em aberto, defendendo uma discussão alargada sobre quem será o socialista melhor colocado para as autárquicas.

Este silêncio também decorre do acordo existente com o vereador da

Juventude Hugo Pires, que apoiará Sousa para a liderança da concelhia do PS. Responsável pela Capital Europeia da Juventude, Pires entrou no executivo nas últimas autárquicas e Mesquita Machado apontou-o como "delfim", tendo-lhe entregue algumas das principais pastas, como a Protecção Civil e o Urbanismo. Por isso, tem



Vitor Sousa deixou a liderança dos Transportes Urbanos de Braga para ocupar um lugar na vereação

sido um dos homens mais activos da câmara e mantém a ambição de ser o candidato socialista à câmara.

As eleições para a concelhia do PS ainda não estão marcadas, mas prevê-se que aconteçam entre Março e

Abril. O ex-secretário de Estado das Comunidades e presidente da Assembleia Municipal, António Braga, é o outro candidato conhecido. Braga já mostrou a sua disponibilidade, tendo, nas últimas semanas, realizado vários encontros com militantes.

Seja qual for a escolha socialista nas autárquicas, é quase certo que terá como adversário Ricardo Rio. O vereador do PSD vai ser, pela terceira vez, o líder da coligação PSD/CDS/PPM Juntos por Braga. Rio foi formalmente escolhido esta semana como candidato social-democrata, numa decisão que mereceu a unanimidade da concelhia do PSD. Para sexta-feira está marcado um plenário de militantes em que será discutido também o nome do candidato à câmara. O processo só ficará concluído, porém, quando as lideranças distrital e nacional do PSD validarem a escolha.

Carteiro ficava com o dinheiro de emigrantes

● A Polícia Judiciária anunciou ontem a detenção de um carteiro suspeito de ter violado correspondência, maioritariamente de emigrantes, para se apropriar do dinheiro contido nas cartas. Esta actividade criminosa terá sido praticada ao longo dos últimos seis meses, nas instalações dos CTT de Braga.

O suspeito é um homem de 35 anos, natural e residente em Braga, sem antecedentes criminais. Esco- lha, naquele posto dos Correios, as cartas que aparentassem conter dinheiro, que, na maioria dos casos, era enviado por cidadãos residentes no estrangeiro para os familiares. Depois, abria os envelopes, guardava o dinheiro e, para que não restassem provas do delito, destruía as cartas.

A PJ apreendeu-lhe 1350 euros, 520 dólares americanos, 20 libras e 300 coroas suecas. O indivíduo foi ontem sujeito a primeiro interrogatório judicial, desconhecendo-se, à hora de fecho desta edição, as medidas de coacção aplicadas. Inês Rios

Incêndio em prédio em Gaia causa a morte de uma moradora

Isabel Sottomayor

● Uma mulher de 68 anos morreu ontem de madrugada, em consequência do incêndio que deflagrou no apartamento que habitava, na Rua Fialho de Almeida, em Mafamude, Vila Nova de Gaia. As chamas destruíram por completo a habitação da vítima e obrigaram à evacuação do prédio de três andares, "por ter havido uma forte libertação de monóxido de carbono", esclareceu Carlos Gaspar, dos Bombeiros Sapadores de Gaia.

O alerta para o fogo foi dado às 4h27 e as chamas foram controladas cerca de uma hora e meia depois. O corpo da vítima, única moradora da habitação destruída, foi retirado do interior da mesma "totalmente carbonizada".

Ontem, em Torres Novas foi também encontrado sem vida um homem de 86 anos, com os indícios recolhidos no local a apontarem para "intoxicação por inalação de fumo" como causa da morte. Quando chegaram ao local, os bombeiros depararam-se com vestígios de um incêndio, que já estava, contudo, extinto. O homem vivia sozinho e terão sido as funcionárias do centro de dia que frequentava a estranhar a ausência e a alertar os bombeiros. com Lusa

Porto Um banho de rosto



● Há um certo sorriso no rosto da menina nua sentada no pedestal que existe na Avenida dos Aliados, no Porto. É o mesmo sorriso há muito tempo - o mesmo sorriso que acolhe os *flashes* das máquinas fotográficas dos turistas, os dejectos das pombas, a chuva e o frio, o sol cálido e as nuvens de fumo dos escapes dos autocarros. Não se sabe do que ri ainda, que motivos tem, ou, sequer, do que sorria naquele momento que o mármore talhado

por Henrique Moreira, em 1929, a fixou para a posteridade.

A estátua, sabe-se, pretendia representar a juventude e talvez seja coisa própria dessa idade sorrir sem ser por nada. Ou talvez a menina sorria por ter encontrado na dureza da pedra a receita da eterna frescura e do permanente viço.

Esta manhã, enquanto era lavada por um funcionário da câmara, a menina continuava a sorrir, indiferente ao frio e ao

jacto de água do matinal banho. Não se encolheu, não se arrepiou - como não envelhece nem engorda - e continuou sorrindo amavelmente, o cabelo apartado por uma risca ao lado, as pernas pudicamente unidas, parecendo mofar dos quatro pícaros mascarões que ali estão também desde sempre e que, imóveis em bronze, não conseguem sequer ver que a menina sorri por cima das suas (risonhas) cabeças. Jorge Marmelo

Distribuidor de tabaco assaltado por encapuzados

● Três homens, encapuzados e armados, assaltaram ontem o condutor de uma carrinha de distribuição de tabaco, em Barrô, Águeda, pouco depois das sete da manhã. Os assaltantes levaram caixas de tabaco, num valor total da ordem dos 40 mil euros, e ainda 1500 euros em dinheiro que estavam na posse do condutor. O assalto ocorreu quando a vítima procedia a uma das primeiras entregas da manhã, no café Santo António, em Barrô. Quando foi à viatura buscar cigarros para reabastecer uma máquina de venda automática foi abordado pelos três indivíduos, que lhe apontaram uma arma. O homem foi sequestrado no interior da carrinha enquanto os assaltantes retiravam o tabaco, mas, segundo a GNR, não foi fisicamente agredido.

Vítima de assalto e sequestro foi também um empregado da empresa de produtos químicos Sameca, em Alfena, Valongo, que um assaltante manietou e fechou ontem numa casa de banho, depois de lhe roubar 900 euros. Fontes da GNR no Porto e em Santo Tirso explicaram à Lusa que o crime foi praticado às 12h10 por um homem de fato de treino preto e lúvas, que fugiu para parte incerta.

Lançado hoje guia de turismo da natureza do Douro

A Turismo do Douro lança hoje o primeiro *Guia Turístico da Natureza*, numa altura em que se verifica uma procura crescente de turistas que chegam ao território

para observar a paisagem, a fauna ou a flora. O livro, uma edição de bolso, vai passar a estar disponível nos postos de turismo de toda a região.



A festa dos rapazes vestidos de caretos <http://p3.publico.pt>

Sindicato garante que saída de Castelo-Branco “não deixa saudades” na Águas do Porto

Patrícia Carvalho

Foi ontem publicado no *Diário da República* o concurso para encontrar um parceiro privado para a empresa municipal

● O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (Sintap) acusou, ontem, a gestão da Águas do Porto (AP) de criar um ambiente “intimidatório e persecutório” aos trabalhadores da empresa municipal.

Com o título *Gestão, administração presidida por Álvaro Castello-Branco não deixa saudades aos trabalhadores da Águas do Porto, EEM*, o comunicado surgiu no mesmo dia em que foi

publicado no *Diário da República* o anúncio do concurso público para encontrar um parceiro privado para comprar parte da empresa municipal.

O Sintap promete mais esclarecimentos para uma conferência de imprensa, agendada para segunda-feira, mas a convocatória afirma que os trabalhadores e pensionistas da AP têm “a vida infernizada [...] diariamente”. O documento denuncia ainda alegadas “punições e perseguições a delegados, dirigentes sindicais e membros da comissão de trabalhadores”, afirmando que “sistematicamente há trabalhadores mudados de serviço com perdas salariais”. O Sintap garante ainda que a empresa tem “perdido dezenas de processos disciplinares

em tribunal”. A Lusa contactou a AP, que não se pronunciou.

A empresa municipal estava sob a alçada de Álvaro Castello-Branco (CDS-PP), o vice-presidente de Rui Rio, cujo nome foi indicado para as

30 milhões de euros é o valor pretendido pela câmara pelos 45% da Águas do Porto que pretende vender

Águas de Portugal. Contudo, quem dá o rosto pelos projectos, apresentação de orçamentos ou de relatórios de contas da empresa é Poças Martins. Facto que também não escapa à atenção do Sintap, que o aponta co-

mo “quem comanda a empresa [...] com vencimento milionário”.

A AP vai sofrer grandes alterações nos próximos anos. A Câmara do Porto pretende vender 45% da empresa a um parceiro privado, por 30 milhões de euros e o prazo de 30 anos.

O anúncio do concurso público foi lançado ontem mesmo no *Diário da República* e os interessados têm 47 dias para apresentar as suas propostas. No anúncio, não é indicada a percentagem da empresa que será vendida nem o prazo pelo qual essa cedência será feita, sendo o objecto do concurso identificado como “selecção de parceiro minoritário para participar, por tempo determinado, no capital social da CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto”.

Câmara mantém Jardins do Mondego em tribunal

● A Câmara de Coimbra anunciou ontem que vai interpor recurso da decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF), que declarou a nulidade total de todas as deliberações relativas ao loteamento Jardins do Mondego, uma urbanização que, assim, ficara ameaçada de demolição.

Um dos argumentos da autarquia prende-se com o facto de a decisão ser “disonante da conclusão do relatório da perícia técnica”, que considera que o “projecto de loteamento não fica afectado na coerência urbanística que lhe subjaz”, apesar da nulidade já confirmada pelo Tribunal Central Administrativo Norte das deliberações camarárias sobre dois dos 18 lotes.

Em comunicado, o departamento de urbanismo alega ainda que o executivo já aprovou uma alteração que, na sua perspectiva, “suprime os aspectos inscritos em anterior sentença”. Em concreto, autorizou um novo lote designado como 1A que “não conflua” com a zona verde e passou para o domínio público a área indevidamente ocupada por um parque de estacionamento.

O TAF rejeitou o parecer do técnico alegando que este respondeu no pressuposto de que seriam feitas alterações. “Uma coisa é saber (...) se é possível salvar ao menos parte do já edificado, mediante uma alteração do que estiver incompatível com a lei”; outra é saber se o processo mantém sentido, “abstraindo” de tudo o que foi “indevidamente licenciado” para os lotes 1 e 18, distinguindo os juizes. No acórdão concluem que “é claro, mesmo para um leigo”, que esse sentido não se mantém. G.B.R.

Porto alarga prazo do concurso para estacionamento

● A Câmara do Porto decidiu prolongar, até ao próximo dia 25, o prazo para recepção de candidaturas do concurso público para concessionar a gestão e exploração do estacionamento público na cidade.

“Na sequência dos pedidos de esclarecimentos recebidos e do pedido de alargamento do prazo efectuado por alguns dos interessados, o júri [do concurso] decidiu prorrogar o prazo para o próximo dia 25”, disse à Lusa fonte do gabinete de comunicação do município. O prazo terminava ontem, mas agora foram concedidos mais 12 dias aos interessados para se candidatarem.

Com esta concessão, a autarquia espera receber “um valor superior

a 31 milhões de euros”. O programa de concurso refere que a renda fixa global a pagar à autarquia não poderá ser inferior a 31,045 milhões de euros, nem deve exceder 108 milhões (será este o “valor máximo para efeitos de análise das propostas”, escreve-se no documento). A isto, soma-se uma renda variável trimestral. Em causa está a concessão, por dez anos, de um máximo de dez mil lugares de



estacionamento na via pública. Actualmente, existem 3920 lugares de estacionamento municipal tarifado e deverão ser esses os primeiros a ser privatizados, seguindo-se uma primeira fase de expansão, com a concessão de mais 2080 lugares.

Mas há quem não concorde com a estratégia camarária. Criado por comerciantes e moradores, o Movimento Dizemos Não a Mais Parcometros no Porto contesta esta opção, alertando que vai juntar “mais despesa” ao “aumento brutal do custo de vida e à diminuição generalizada” dos rendimentos das pessoas. José Pedro Ferraz, porta-voz do movimento, avisa os portugueses que “vão restar poucas ruas sem pagar”.

O movimento lançou um abaixo-assinado, dirigido aos presidentes da câmara e da Assembleia Municipal do Porto, que se encontra actualmente em 130 estabelecimentos comerciais. O documento manifesta-se contra o “alargamento” do pagamento “a várias zonas onde actualmente se pode estacionar sem custos”. José Pedro Ferraz não adiantou ontem quantas assinaturas foram já recolhidas, mas prevê reuni-las no próximo dia 23 e entregá-las, “o mais rápido possível”, aos respectivos destinatários. Se esta acção não produzir qualquer efeito, então o porta-voz do movimento admite que poderão ser equacionadas outras formas de protesto. PÚBLICO/Lusa

Vítimas encarceradas em dois acidentes em Gaia

● Dois homens ficaram encarcerados na sequência de duas colisões em Vila Nova de Gaia, ocorridas com duas horas de diferença na manhã de ontem. Um deles permaneceu preso durante mais de meia hora na carrinha que conduzia na Avenida de Vasco da Gama, na freguesia de Avintes.

A carrinha foi abalroada por um camião que se dirigia para a fábrica Barbosa & Almeida, à entrada desse edifício, pouco passava das 10 horas. O veículo ficou tombado e o indivíduo de tal modo preso que a acção de desencarceramento durou “entre meia hora e três quartos de hora”, estimou uma fonte dos Bombeiros Sapadores

de Gaia. A vítima foi de seguida levada pelos bombeiros de Avintes para o Hospital de Santos Silva, com ferimentos ligeiros. Fonte dessa unidade hospitalar informou o PÚBLICO de que teve alta ainda ontem.

A colisão de duas viaturas na Rua de Camilo Castelo Branco, em Vilar do Paraíso, por volta das 8h, originou outros dois feridos, um deles encarcerado. Ao local foram chamados os Bombeiros Sapadores de Gaia e os Bombeiros Voluntários de Valadares, que transportaram os feridos, ambos ligeiros, para o Santos Silva. A rua esteve parcialmente obstruída até às 9h40, aproximadamente. I.R.



Quer pertencer, juntamente com o seu filho, a uma escola de encontro de culturas?

ESCOLA DINÂMICA • FORMAÇÃO • EDUCAÇÃO • ACONSELHAMENTO

28 de Janeiro Dia da porta aberta no Jardim de Infância (das 10:00 às 12:30)

No nosso Colégio fala-se Português e Alemão.

Acompanhamos o seu filho desde os 3 anos de idade até à entrada em Universidades nacionais ou internacionais.

Inscrições: de 02.11.2011 a 31.01.2012 para crianças com 3 anos de idade.



Rua Guerra Junqueiro 162 • Porto • Tel: 22 607 65 70/78 • info@dsporto.de • www.dsporto.de

Semana

Tendência Velo Culture, a pedalar para o futuro



● O tempo não está para a abertura de novos negócios. Ainda assim, há quem se aventure. É o caso do trio fundador da Velo Culture - a mais recente loja de bicicletas urbanas, em Matosinhos -, que arriscou na esperança de que a crise impulsione uma nova mentalidade. Uma mentalidade segundo a qual a bicicleta, mais barata a tantos níveis, e com

vantagens ambientais, possa pertencer ao meio citadino e conviver com o automóvel. Possível? Sem dúvida. Em certos países da Europa central, o ciclismo urbano já deixou de ser uma "moda" e passou a ser um "hábito". Até os pré-adolescentes vão de bicicleta para a escola, com segurança. As ciclovias estão de tal modo integradas na

paisagem que um português, acostumado a uma circulação mais homogênea, as confunde com um passeio. Resta aos ciclistas "apitar" para o tirar do caminho. Por isso, possível, sim. Em Portugal? Aparentemente ainda não. O automóvel habituou-se a ser o "dono" da estrada, não admitindo a entrada a estranhos. Há quem se queixe que a falta de

mais cidades planas, como Aveiro, torna os ciclistas preguiçosos, silenciando-os. Mas será mesmo por isso? A Velo Culture não tem propriamente um aspecto moderno, com a sua máquina de escrever e a sua balança antigas à vista de todos. Mas só o futuro, ou seja, as nossas escolhas, ditará o sucesso do que ela representa. Inês Rios

Rui Rio, um homem só a governar o Porto

Opinião



Abel Coentrão

● Que Rui Rio se tem em boa conta já o sabemos. São poucas as pessoas que autcelebram o seu estatuto político, organizando sessões às quais só falta um beijamão. Ainda por cima, convidando para elas personalidades reconhecidas em várias áreas, que ajudem a ilustrar os súditos com uma oração de sapiência e

que partilhem com o autarca o seu capital simbólico.

Tem sido assim, ano após ano, no aniversário da tomada de posse do presidente da Câmara do Porto. E não foi diferente este ano, atingida uma década de mandato e ainda por cima num momento em que Rui Rio, diz o PSD local, é o político que, tivesse o país sabido aproveitá-lo, nos poderia ter salvo da actual situação.

Claro que nada disto interessa, se pensarmos que Rui Rio ainda não tentou a liderança do PSD, a via normal no nosso sistema político para se tentar chegar a primeiro-ministro. E assim, para já, e como o próprio fez questão de afirmar - em mais uma prova da importância que se dá -, Rui Rio é o segundo presidente da

Câmara do Porto que mais tempo ocupou as funções. Uma forma de não dizer que será o primeiro, se terminar, em 2013, o último mandato.

São tiques de homem providencial, que, em três mandatos, se rodeou de dezena e meia de vereadores, a maioria dos quais não merecerá uma vírgula na história da cidade. E que nesta mesma semana, de surpresa e a contragosto, perdeu o seu vice-presidente, o dirigente do CDS-PP Álvaro Castello Branco, para a administração da Águas de Portugal.

Rui Rio vê-se de novo com uma equipa sem peso político, e na qual só Matilde Rocha o acompanha desde o primeiro mandato. A vereadora com o

importante pelouro da Habitação nem sequer fazia parte da equipa inicial em 2001 - escolhida, como se sabe, para tentar uma improvável vitória contra o "imbatível" Fernando Gomes. De dissensão em dissensão, seja pela falha política cultural, seja pelas polémicas na complicada pasta do urbanismo, nomes foram mudando, e até Lino Ferreira, um peso-pesado, foi triturado nesta dança de cadeiras.

O panorama já não era famoso - por muitos elogios que Paulo Portas faça a Castello Branco, é Poças Martins quem gere, e bem, a Empresa Águas do Porto. Agora, fica um pouco pior. E o autarca do Porto parece cada vez mais um homem só a governar uma cidade.

Sobe e desce

António Magalhães



Numa altura em que se prepara para ter sobre si os holofotes do país e da Europa, com a abertura da Capital Europeia da Cultura, Guimarães dá o exemplo na gestão urbanística, ao avançar com uma nova versão do plano director municipal que diminui a área dispersa de construção no concelho e concentra esforços na densificação da habitação e dos serviços nas várias vilas do concelho, às quais quer aplicar os métodos de regeneração que tão bons resultados deram na cidade.

Escola Básica Conde S. Cosme



A Escola Básica Conde de S. Cosme, em Famalicão, é o rosto de uma experiência de inclusão que parece deixar satisfeitos todos os que nela participam: professores, pais e alunos. Numa turma com quatro crianças surdas, investiu-se em ensinar, desde o 1.º ano, a Língua Gestual Portuguesa a todos os alunos. Quatro anos depois, o resultado é uma turma mais sensível, inclusiva e que merece o aplauso de quantos conhecem o seu percurso.

Ricardo Almeida



O único candidato à concelhia do Porto do PSD ampliou um debate público sobre as suas qualidades para o cargo, ameaçando processar o militante e gestor do blogue A Baixa do Porto. A discussão sobre as eleições na concelhia envolve alegações de falsificação de assinaturas, que ameaçavam desviar a atenção dos militantes no plenário de ontem à noite, no qual Almeida ia apresentar o seu programa.

PS-Porto recusa perda de autonomia de Leixões

O Partido Socialista pede uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Porto para discutir a intenção do Governo de centralizar, numa única entidade, a

gestão de vários portos. A concelha liderada por Manuel Pizarro defende que o Porto de Leixões deve manter a autonomia, em nome até dos bons resultados alcançados.



A investigação científica e os cérebros de galinha <http://blogs.publico.pt/dererumnatura>

Sintap denuncia discriminação na Águas do Porto que é negada por trabalhadores

Patrícia Carvalho

Grupo de funcionários promoveu abaixo-assinado que conta já com 101 assinaturas, exigindo uma nova comissão de trabalhadores

● Uma conferência de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (Sintap), para denunciar situações de alegada discriminação na Águas do Porto (AP), acabou por revelar um conflito interno entre trabalhadores na empresa municipal. À porta do sindicato, um grupo de funcionários garantia que as denúncias eram mentira e ao final da tarde tinha já reunido mais de cem assinaturas, exigindo uma nova comissão de trabalhadores.

Durante a manhã, José Abraão, do Sintap, apelou por diversas vezes ao presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, para que "avaliasse bem o que tem sido a gestão" da AP, antes de

avancar para o processo de venda temporária de 45% da empresa. O sindicalista admitiu mesmo pedir a intervenção do "Governo e da Inspeção-Geral de Finanças [actual Autoridade Tributária e Aduaneira]". Tudo, porque, segundo o Sintap, os trabalhadores da AP vivem uma situação de "discriminação" de tratamento, assente em critérios desconhecidos para os dirigentes sindicais e para a comissão de trabalhadores.

"Nos últimos anos têm sido criadas muitas dificuldades aos trabalhadores", disse José Abraão. Os casos, de acordo com o sindicato, vão desde pessoas que são frequentemente mudadas de serviço sem justificação (incluindo um elemento da comissão de trabalhadores presente, que disse que no ano passado foi mudado de serviço três vezes) à atribuição de "incentivos" salariais a uma minoria - "cerca de 20%" dos trabalhadores - sem que se conheçam os critérios que lhe estão subjacentes, passando por "processos disciplinares em cadatupa".

As situações de alegada "falta de

Empresa garante Horas extraordinárias são só as necessárias



Sem responder às acusações de discriminação, a assessoria de imprensa da AP garantiu ontem, por escrito, que "as horas extraordinárias [na empresa] são apenas as necessárias" e que a rotação de pessoal ocorre "em número limitado e pontual". A empresa diz ainda que, dos 477 trabalhadores da empresa, 120 "estão abrangidos pela remuneração temporária de funções".

transparência" foram corporizadas no caso concreto de um motorista que, auferindo de salário-base cerca de 560 euros, recebeu, num mês, perto de 715 de "incentivo" e quase 900 euros de horas extraordinárias. "Este colega não descansa, trabalha mesmo 24 horas por dia", ironizou um dos elementos do Sintap.

No exterior, sete trabalhadores da AP, que diziam ter sido impedidos de assistir à conferência de imprensa, garantiam que "não é verdade" que exista discriminação na empresa municipal. "Eu não trabalho sob pressão, ninguém me intimida. Há trabalhadores que recebem incentivos porque chegam a horas e estão prontos para o que der e vier", garantiu José Mendes.

À tarde, um abaixo-assinado exigindo uma nova comissão de trabalhadores na AP e acusando a actual de "perseguição aos trabalhadores que [...] têm contribuído para o alcance dos objectivos de empresa" contava já com mais de cem assinaturas. Estava previsto que a recolha de assinaturas continuasse hoje.



Prédio na Rua do Monte dos Judeus

Câmara do Porto tenta vender mais seis imóveis

Abel Coentrão

● A Câmara do Porto vai tentar vender seis imóveis municipais no próximo dia 31, data em que tentará também, pelas 10h30, nos paços do concelho, alienar o Silo-Auto, este por mais de dez milhões de euros. Dos restantes prédios em causa, o que tem maior valor-base de licitação, 188.100 euros, é um na Rua de Azevedo de Albuquerque, n.º 74/76, em Miragaia, composto por quatro pisos, com área coberta de 98 metros quadrados e pátio com área de 28m2, destinado a habitação, comércio e serviços.

As hastas publicas, sucessivas, decorrerão logo após a do Silo-Auto, a partir das 11h. A autarquia pede um mínimo de 140 mil euros por uma fracção de dois pisos de uma casa, destinada a comércio e serviços, no Largo do Terreirinho, n.º 7 e Travessa do Barredo, n.º 5/9, na freguesia de S. Nicolau, com a área de 233 metros quadrados. Já por um rés-do-chão de 105 metros quadrados com entrada pelo n.º 107/109 do Muro dos Bacalhoeiros, na mesma freguesia, e também destinado para comércio e serviços, exige-se um valor-base de 135 mil euros.

Os restantes três imóveis são exclusivamente destinados a habitação. Um deles, um prédio na Rua do Monte dos Judeus, n.º 74, em Miragaia, inclui uma casa de três pisos, em ruína, com 125 metros quadrados e um logradouro de 488 metros quadrados. Tem como valor-base 135 mil euros. Mais baixo, 80.600 euros, é o montante mínimo pedido por um apartamento T2 com 121,6 metros quadrados na Rua do Duque de Loulé, na Sé. Já por uma pequena casa de rés-do-chão e aproveitamento de sótão, com a área coberta de 35 m2, e área descoberta de 25m2, na Rua de Vera Cruz, n.º 12, freguesia de Bonfim, é pedido um mínimo de 28 mil euros.

Assaltante perseguido e apanhado por civis em Valongo

● Um homem de 48 anos foi antontem detido pela Polícia de Segurança Pública, depois de ter assaltado uma idosa, no interior da casa desta, em Valongo. O detido foi inicialmente interceptado por dois cidadãos que o perseguiram até Ermesinde.

Em comunicado, a PSP revela que o indivíduo coagiu fisicamente a idosa no interior de uma residência da Rua de Marques da Rocha, para se



Segundo a PSP, dois cidadãos que se aperceberam do assalto à idosa perseguiram e interceptaram o suspeito

apropriar de vários objectos em ouro e de algum dinheiro. Colocou-se de seguida em fuga. Dois cidadãos, que se terão apercebido do sucedido, puseram-se em perseguição do suspeito, conseguindo finalmente interceptá-lo junto a uma paragem de autocarros na Avenida de José Joaquim Ribeiro Teles, em Ermesinde.

O detido reside em Valongo e encontra-se desempregado. I.R.

Menezes e manifestantes do BE desentendem-se no Hospital de Gaia

● O presidente da Câmara de Gaia, Luís Filipe Menezes, e vários manifestantes do Bloco de Esquerda (BE) envolveram-se ontem à tarde numa troca azeda de palavras junto à entrada do Hospital de Vila Nova de Gaia. O incidente aconteceu às 16h30, quando o autarca chegou à unidade de saúde para assistir à tomada de posse do conselho de administração do centro hospitalar, que contou com a presença do ministro da Saúde. Junto à porta estavam cerca de 20 manifestantes com cartazes, panfletos e um grande lençol onde se lia "Cumpram as promessas. BE exige novo hospital".

"Estávamos a entregar panfletos e o dr. Menezes chegou, saiu do carro e ameaçou-nos. Disse que não tinha me-

do de quatro por cento. Parecia que ia bater em alguém. Estava alterado", disse ao PÚBLICO Soares da Luz, dirigente do BE no Porto. "Queríamos saber se ele mantinha o que disse há uns dias, numa entrevista à televisão. Afirmou, na altura, que o novo hospital era importante, mas que não há agora dinheiro para isso. É inadmissível. Dissemos-lhe que se ele desmentia isso, era um aldrabão", acrescentou.

Polícia chamada ao local

De acordo com fonte hospitalar, os ânimos exaltaram-se quando os manifestantes tentaram barrar com um lençol a entrada do carro onde seguia Menezes, a quem depois quiseram entregar um panfleto. A PSP

foi chamada, mas quando os três carros-patrolha enviados chegaram já os manifestantes tinham dispersado.

Por seu lado, Menezes queixa-se de que foi insultado. "Fui insultado, mas não tenho medo de quatro por cento que apenas andam a dar cabo da paciência dos outros. O Governo pode ter medo de arruaceiros, mas eu não", disse o social-democrata ao PÚBLICO. Foi o motorista de Menezes que pôs termo ao incidente, encaminhando o autarca para o automóvel. Discursando na cerimónia de tomada de posse do conselho de administração hospitalar, Menezes aproveitou para condenar a atitude dos manifestantes do BE e lembrar que não é responsável pelas políticas de Saúde. P.S.D.

Pediam créditos com documentos falsos

● A Polícia Judiciária deteve, no último sábado, um casal suspeito de ter falsificado documentos de identificação pessoal, que usava para obter créditos de elevado valor junto de instituições bancárias, nos concelhos de São João da Madeira e de Santa Maria da Feira. De acordo com o comunicado da

PJ, os detidos são um empregado da construção civil e um empregado da fábrica, de 30 e 31 anos, sem antecedentes criminais. Os actos de burla foram cometidos "abusiva" e "astuciosamente", isto é, sem que as várias instituições bancárias a que recorriam desconfiassem da falsidade dos

documentos apresentados. Com os créditos obtidos, adquiriram bens "de elevado valor pecuniário", entre eles um automóvel, apreendido pela PJ, e outros objectos ainda por apurar.

Os detidos foram ontem presentes ao Tribunal de São João da Madeira. Inês Rios

PSP-Porto vai fazer policiamento de proximidade na Sé

A Polícia de Segurança Pública do Porto apresenta às 9h30, no auditório da Junta da Sé, o Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade que delineou para

esta freguesia. A Universidade Fernando Pessoa colaborou na iniciativa, realizando uma auscultação à população da freguesia sobre segurança pública.



Portugal: há um país mágico para além dos postais, *sábado na Fugas*

Vice-presidência da Câmara do Porto volta a ser ocupada por um eleito do PSD

Patrícia Carvalho

Vladimiro Feliz será o novo "número dois" de Rui Rio e António Sousa Lemos (CDS-PP) regressa ao executivo, para assumir pelouro da Protecção Civil

● A saída de Álvaro Castello-Branco para as Águas de Portugal gerou uma pequena revolução no executivo da Câmara do Porto. A dança de cadeiras forçada fez com que o CDS-PP perdesse a vice-presidência da autarquia liderada por Rui Rio, que passa agora para as mãos do vereador do PSD Vladimiro Feliz. António Sousa Lemos entra para o executivo, mas não fica com o pelouro do Ambiente, deixando o lugar para a saída de Castello-Branco.

A alteração no executivo da Câmara

do Porto foi anunciada ao final do dia de ontem, depois de, na noite anterior, Rui Rio ter assistido mudado à troca de argumentos sobre as qualificações de Álvaro Castello-Branco para assumir um lugar na administração das Águas de Portugal (ver texto ao lado). Conforme foi noticiado, Rui Rio terá ficado irritado com a saída do seu número dois, da qual soube em cima da hora.

Depois de, em menos de três meses, ter perdido os dois vereadores do CDS-PP que o acompanhavam desde o mandato anterior - Álvaro Castello-Branco e Sampaio Pimentel, que, no final de Outubro, saiu para presidir ao Centro Distrital de Segurança Social do Porto -, Rui Rio optou por voltar a ter um vice-presidente do PSD, tal como fizera no seu primeiro mandato, quando entregou essa posição a Paulo Morais. Desta vez, a escolha recaiu sobre Vladimiro Feliz, o actual vereade



Vladimiro Feliz é o novo "vice"

dor do Turismo, Inovação e Lazer. Mas as mudanças não se ficam por aqui. A saída de Castello-Branco levou ao regresso ao executivo de An

tónio Sousa Lemos, que em 2004 e 2005 foi responsável pelo pelouro da Cultura, mas não para assumir, na totalidade, as funções até agora desempenhadas pelo colega de partido. Das responsabilidades actualmente assumidas por Álvaro Castello-Branco, Sousa Lemos ficará apenas com a Juventude, que se junta à Protecção Civil, dando origem ao pelouro de Protecção Civil, Fiscalização e Juventude. O novo vereador também não vai assumir a presidência da empresa municipal Gestão de Obras Públicas (GOP), que era detida por Álvaro Castello-Branco e que passará agora para a tutela do vereador do Urbanismo e Mobilidade, o social-democrata Gonçalo Gonçalves.

Finalmente, Manuel Gonçalves, que entrou há menos de três meses para o executivo, substituindo Sampaio Pimentel, ficará com o pelouro do Ambiente e a presidência das Águas do Porto.

Condutor de carrinha atacada a tiro foge em marcha-atrás

Inês Rios

● A GNR deteve, na manhã de ontem, cinco indivíduos suspeitos de terem alvejado várias vezes uma carrinha de distribuição de tabaco, no concelho de Torre de Moncorvo. O condutor da carrinha conseguiu despistá-los e sair ileso ao executar uma manobra de marcha-atrás até à aldeia mais próxima.

O incidente - que, ao que tudo indica, se tratou de uma tentativa de assalto - ocorreu pouco depois das 9h nas redondezas da aldeia de Esteval, numa estrada municipal. O condutor da carrinha regressava dessa aldeia, onde tinha entregue mercadoria, quando uma outra, da marca Hyundai, se atravessou na frente do veículo, bloqueando a sua passagem. Foi então que dois ocupantes da Hyundai dispararam contra a carrinha de distribuição, por cinco vezes. O condutor desta escapou sem qualquer ferimento, graças à manobra de marcha-atrás que executou até Esteval, ao longo de 800 metros.

Dos cinco tiros, dois foram disparados na direcção do condutor, mas "não conseguiram perfurar o pára-brisas", explicou ao PÚBLICO o oficial de dia do gabinete de re-



Segundo o distribuidor de tabaco, os assaltantes terão disparado por cinco vezes na direcção da carrinha

lações públicas da GNR de Bragança. A descrição que a vítima fez dos dois alegados assaltantes e da viatura que estes conduziam permitiu à GNR interceptá-los, duas horas mais tarde, no IP4, concelho de Mirandela, a mais de cem quilómetros do local do crime. Mais três suspeitos foram descobertos "praticamente a seguir" na caixa da carrinha Hyundai, disse a mesma fonte. O caso passou para a alçada da Polícia Judiciária e os cinco detidos serão presentes ao Tribunal de Torre de Moncorvo "em princípio quinta-feira".

Mais uma vez, o sangue-frio de um condutor frustrou uma tentativa de assalto, como aconteceu no passado dia 29 de Dezembro na Auto-estrada do Sul (A2), entre São Bartolomeu de Messines e Almodôvar. Nessa altura, o condutor de uma carrinha de valores, cuja passagem foi impedida com recurso a máquinas de obras em curso no local, deu literalmente a volta à situação: circulou ao longo de dez quilómetros em contramão, até encontrar uma saída.

Sintap reafirma críticas à gestão da Águas do Porto

● O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (Sintap) reafirmou, ontem, as críticas feitas na véspera à gestão da empresa municipal Águas do Porto (AP). O comunicado surgiu depois de um grupo de trabalhadores da AP ter desmentido as acusações de discriminação e de criação de um ambiente "intimidatório e persecutório" na empresa, avançando com um abaixo-assinado contra a comissão de trabalhadores.

Ontem, o Sintap negou que tenha vedado o acesso dos seus associados à conferência de imprensa em que foram feitas aquelas denúncias e garantiu defender "os trabalhadores com verdade e sem manipulação". O sindicato acusara a gestão da AP de atribuir compensações remuneratórias a cerca de 20% dos trabalhadores da empresa municipal (num universo de quase 500 funcionários), sem uma justificação clara, e de avançar com processos disciplinares "em catadupa", parte dos quais já perdida em tribunal.

Ontem ainda, os trabalhadores que promoveram o abaixo-assinado anunciaram ter conseguido 139 assinaturas, pretendendo avançar agora para "a destituição" da comissão de trabalhadores. P.C.

Utentes partiram a pontapé divisória de vidro da Loja do Cidadão das Antas

Inês Rios

● Os ânimos exaltaram-se ontem, ao final da manhã, na Loja do Cidadão da Torre das Antas, no Porto. Um número indeterminado de utentes da Segurança Social, revoltado com o atendimento naquele balcão, destruiu a pontapé uma divisória em vidro do serviço.

O Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte (STFPNSN) garante que este não é um caso isolado e está preocupado com a segurança dos funcionários daqueles serviços. Maria do Céu Monteiro,

dirigente do STFPNSN, aponta como principal factor de descontentamento dos utentes as políticas governamentais mais restritivas relativamente a apoios sociais. Políticas que, segundo a sindicalista, acabam por "penalizar" também os funcionários, que "até discordam" delas.

Os serviços de Segurança Social não têm conseguido dar resposta satisfatória ao acréscimo de utentes que os procuram, generalizando-se a desorganização e a demora no atendimento, refere José Pedro Rodrigues, assessor do STFPNSN. Os cidadãos não têm reagido bem ao problema, prosse-

gue o mesmo responsável, segundo o qual já se registaram diversas ameaças de agressão a trabalhadores com, por exemplo, canadianas e guarda-chuvas. Há mesmo clientes que tentam saltar o balcão para "ajustar contas", afirma José Pedro Rodrigues, para quem é só "uma questão de tempo" até essas ameaças se concretizarem.

Maria do Céu Monteiro critica a retirada da PSP dos postos de atendimento do Porto e de Lisboa, que já só dispõem de um segurança à porta. A dirigente receia que "só se tomem medidas quando acontecer uma desgraça".

Rui Moreira avisa que Porto Vivo está em risco de ir à falência por dívidas do Estado

● O presidente da Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) Porto Vivo, Rui Moreira, alertou ontem para o perigo daquela sociedade ir à falência, se o Estado continuar em falta com 1,256 milhões. O aviso foi feito na Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, com Rui Moreira a descrever que o montante se refere a prejuízos de 2010, que no total se aproximam dos dois milhões de euros.

O responsável explicou que a Porto Vivo se rege pela lei das sociedades comerciais, existindo, por isso, a obrigação de repor capitais quando o capital social fica abaixo de metade. "A Câmara Municipal do Porto (que detém 40 por cento) já disse que reporia. Nós continuamos à espera do Estado central (accionista em 60 por cento), do Ministério do Ambiente, através do IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana)", disse.

Rui Moreira garantiu que a SRU está a cumprir as obrigações, mas tem um "problema de sustentação da própria estrutura", porque os accionistas "não repõem os prejuízos". "Chega a uma altura em que a sociedade vai à falência, usando uma expressão corrente, mas vai à falência apesar de ter capitais públicos", avisou.

A SRU ainda não tem as contas de 2011 fechadas, mas o ano deverá representar "mais prejuízos", adiantou.

Do museu ao convento <http://blogs.publico.pt/cienciaaonatural>

Autarca de Matosinhos critica silêncio da Junta Metropolitana sobre a AEP e Leixões

Aníbal Rodrigues

Guilherme Pinto vai defender na reunião do executivo camarário o deferimento do pedido da AEP, que quer urbanizar terreno da Exponor

● O presidente da Câmara de Matosinhos, Guilherme Pinto, está indignado com o silêncio da região acerca das dificuldades financeiras que a AEP - Associação Empresarial de Portugal atravessa e sobre a possibilidade de o porto de Leixões perder autonomia. "O Norte está em silêncio. Não houve um autarca, não houve um empresário a pronunciar-se", lamenta o autarca socialista, que promete levar os dois temas à próxima reunião da Junta Metropolitana do Porto, no final deste mês.

"Quero que a Junta Metropolitana se pronuncie sobre estes assuntos", exige Guilherme Pinto, lembrando que, tanto a Exponor, que pertence à AEP, como o porto de Leixões, "não são só de Matosinhos, são da Região Norte!" "O que aconteceu aos meus colegas? É lamentável o silêncio sobre estes assuntos", critica.

O autarca prepara-se para fazer aprovar, em reunião extraordinária do executivo, amanhã, uma resposta positiva à AEP, que solicitou ao município que abdique da cláusula de reversão sobre um parque de estacionamento da Exponor, que a associação quer urbanizar. Assim, a AEP poderá avançar com a constituição de um fundo de investimento imobiliário, visto como imprescindível para limpar o passivo bancário de 41 milhões de euros, no caso da AEP, e



Exponor tem um passivo bancário de sete milhões de euros

de 7 milhões de euros, na Exponor, para além de permitir um investimento de cinco milhões na revitalização desta última.

Guilherme Pinto diz-se "preocupado" com a situação da AEP e, por isso, promete "viabilizar o fundo", ao "libertar o ónus" da cláusula de reversão do terreno em causa. O autarca critica "o facto de as opções tomadas há anos terem conduzido a este resultado lamentável". Crítica, nomeadamente, a gestão de Ludgero Marques na AEP: "Estourou 65 milhões de euros com o aval do dr. Carroça". "Também não vejo ninguém

perguntar o que aconteceu aos 65 milhões gastos no Europarque", acrescenta Guilherme Pinto, referindo-se ao facto de o Europarque ter passado para as mãos do Estado, que avalizou um empréstimo bancário de 30,3 milhões contraído pela AEP.

Câmara integra Exponor SA O plano da AEP prevê também a constituição de uma nova sociedade anónima, a Exponor SA, para gerir a utilização do Centro de Congressos e do Parque de Feiras. A Exponor SA vai pagar uma renda ao fundo imobiliário que, em conjunto com as

mais-valias do projecto imobiliário, permitirá remunerar os accionistas do fundo. Guilherme Pinto adianta já que a Câmara de Matosinhos vai ter uma participação, ainda que "meramente simbólica", na Exponor SA.

Quanto ao porto de Leixões, com base em declarações de vários membros do Governo, Guilherme Pinto e o PS-Porto temem a criação de uma única empresa pública para gerir todos os portos do país. Uma solução que poderá prejudicar o desenvolvimento de Leixões, que é um porto lucrativo, ao contrário de outros que enfrentam dificuldades.

Detido grupo de adolescentes que assaltou restaurantes

● A Polícia Judiciária deteve cinco adolescentes, quatro são suspeitos de terem assaltado dois restaurantes da Foz do Douro, no Porto, com recurso a arma de fogo. O quinto é suspeito de várias tentativas de homicídio, na sequência de uma rixa numa discoteca do Porto.

Segundo a PJ, no passado dia 8, três dos detidos furtaram uma viatura, na qual se deslocaram ao primeiro restaurante que terão assaltado. Ali, exibindo uma arma, coagiram funcionários e clientes a entregar-lhes dinheiro e telemóveis. Dois dias depois, o grupo terá realizado novo assalto, desta vez com um quarto elemento, também detido. Noutro restaurante, e com recurso à mesma arma e a uma réplica, intimidaram o proprietário e dois clientes, aos quais retiraram dinheiro, telemóveis e documentos pessoais.

A PJ também deteve um jovem estrangeiro, de 19 anos, suspeito de ter tentado matar vários indivíduos com os quais se travou de razões numa discoteca, a 14 de Janeiro. De acordo com a PJ, o detido feriu-os com arma branca, deixando-os "em perigo de vida". **Inês Rios**

Varzim SC e dois ex-presidentes culpados de abuso fiscal

● O Tribunal da Póvoa condenou ontem o Varzim SC e os ex-presidentes Luís Oliveira (entre 2000 e 2004) pela prática de crimes de abuso fiscal. Em causa está a retenção indevida, nalguns trimestres de 2003 e 2004, de verbas relativas a IVA e IRS. Luís Oliveira foi acusado da prática do crime na forma continuada e arriscava cinco anos de prisão, mas a juíza aplicou-lhe uma pena de cinco meses de cadeia, que substituiu por multa de 1050 euros. Presidente desde 2004 até ao presente, Lopes de Castro foi declarado culpado de um crime de abuso na forma simples (pena até três anos), mas foi isentado de sanção. Já o Varzim SC foi condenado com multa de 1440 euros.

O tribunal atendeu ao facto de os impostos em falta já se encontrarem liquidados, mas censurou os arguidos pela utilização de dinheiros públicos para financiar o clube. Os arguidos retiveram 479.861,30 euros de IVA e 239.494,80 euros de IRS. A defesa argumentou que as verbas foram aplicadas em salários de atletas e outros compromissos indispensáveis para manter o clube em competição, após a quebra de receitas provocada pela descida à 2.ª divisão. **A.T.M.**

Segurança Social explica incidente no Porto

● A Segurança Social garantiu ontem, em comunicado, que foi a "não compreensão e aceitação de normas legais e de civismo" que levou um jovem, na terça-feira, a destruir, a pontapé, uma divisória da Loja do Cidadão da Torre das Antas, no Porto. Sem o referir explicitamente, a Segurança Social refuta a versão dos sindicatos, que viram no incidente uma reacção dos utentes aos cortes nos apoios sociais e à falta de pessoal para garantir um atendimento célere. Segundo a Segurança Social o que se passou foi que um jovem de 20 anos, acompanhado pela mãe, reagiu com desagrado ao facto de ter sido dada prioridade no atendimento a outra mulher "com mobilidade condicionada". **A.R.**

Pagamento do conserto do relógio já é a única coisa atrasada na Torre dos Clérigos

Isabel Sottomayor

● Os mostradores do relógio da Torre dos Clérigos estão, finalmente, a marcar a hora certa. A reparação foi terminada na manhã de ontem, numa última intervenção que permitiu ligar os mostradores ao mecanismo do relógio. O que ainda está por concretizar é o pagamento da conta de sete mil euros apresentada pela empresa que procedeu à reparação.

Até ontem, apenas a CIN havia contribuído para o conserto, oferecendo tintas e ainda mil euros.

O orçamento inicial para a reparação era de 400 euros, disse ao PÚBLICO o padre Américo Aguiar, que preside à Irmandade dos Clérigos, responsável pela torre e pela igreja

contígua. Mas constatou-se que a avaria não incidia apenas num ponteiro mas no próprio mecanismo do relógio. O conserto implicou quatro visitas de alpinistas à torre, suspensos por cordas e cabos, e a conta acabou por ser quase vinte vezes superior ao esperado. "Agora é mesmo necessária a ajuda de mecenas", diz o padre.

Os seis mil euros em falta não podem ser retirados do apoio que o pa-



Reparação do relógio da torre acabou por custar 20 vezes mais do que o estimado. Falta pagar seis mil euros

dre Américo Aguiar espera do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), para dar início ao conjunto de remodelações que a Irmandade quer concluir até 2013, ano em que a Torre dos Clérigos faz 250 anos.

Estão previstas obras de conservação e restauro na torre, na igreja e no espaço entre estas duas, que se encontra devoluto. Estes planos só serão, no entanto, exequíveis, se a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte der luz verde a uma ideia da Irmandade: canalizados para os Clérigos os fundos que o QREN tinha disponibilizado para a construção da "cidade subterrânea", entre o Largo de S. Domingos e a zona sul da Rua das Taipas, projecto que acabou por ser abandonado.

O mundo está cheio de tolos <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

Obra que triplica área do Pólo Tecnológico da Universidade do Porto é lançada hoje

Patrícia Carvalho

Investimento de quase nove milhões é financiado em 85% pelo QREN. Trabalhos vão decorrer durante, pelo menos, dois anos

● O Pólo Tecnológico do Parque da Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (UPTEC) começa hoje a crescer e vai triplicar de tamanho. A obra custa quase nove milhões de euros e é financiada em 85% pelo Programa Operacional do Norte do QREN [Quadro de Referência Estratégico Nacional].

No edifício que já funciona desde meados do ano passado, e que constitui a 1.ª fase do projecto, não há espaço livre. No piso -1, pensa-se num modelo de transporte partilhado. Um veículo (que pode ou não ser uma bicicleta) que permita "fazer o último quilómetro entre o transporte público e a UPTEC", por exemplo, diz Júlio Martins, da Ideia.M. No 2.º piso, um dos dois ocupados pelo Instituto Fraunhofer Portugal (IFP), desenvolvem-

se aplicações para *smartphones* com o objectivo de facilitar a vida aos idosos. Uma delas procura, através de simples movimentos de dança, contribuir para a diminuição de quedas.

Estas são apenas algumas das actividades que todos os dias acontecem no edifício espelhado onde funciona um dos quatro pólos da UPTEC - o PÚBLICO está instalado no Pólo das Indústrias Criativas - e que deverão crescer exponencialmente com o investimento na 2.ª fase do projecto. Ao edifício existente, que funciona como incubadora de empresas, irá juntar-se o edifício central, cuja construção arranca hoje.

De cinco mil metros quadrados, o Pólo Tecnológico da UPTEC vai passar a ter mais de 15 mil. E de dois centros de inovação (além do IFP, o pólo alberga também a Alcatel-Lucent) e seis *start-ups*, o espaço vai poder albergar até 77 empresas. Novais Barbosa, presidente da UPTEC, não tem dúvidas de que a procura para ocupar as instalações adaptáveis às necessidades de cada empresa será enorme. "A perspectiva que temos é que quando chegarmos à fase final da obra já vamos



Pólo Tecnológico passa de cinco para mais de 15 mil metros quadrados

precisar de mais espaço", sorri.

Dirk Elias, líder do IFP, explica a mais-valia das instalações que ocupa: "Isto é um *melting pot*. Esperamos que esta proximidade física crie algumas sinergias de produtos e tecnologias".

O investimento neste pólo passará também pela criação, ainda este ano,

de um Gabinete de Desenvolvimento de Produto, que deverá ser aberto a empresas externas à UPTEC e permitirá o desenvolvimento de protótipos. Ajudar as empresas da UPTEC a estabelecerem parcerias com instituições internacionais é outro objectivo dos responsáveis pelo projecto.

Atropelamento mortal cortou circulação na Linha do Norte

● Um homem foi ontem mortalmente colhido por um comboio Alfa-Pendular no apeadeiro de Miramar, em Vila Nova de Gaia. O acidente ocorreu às 16h35 e implicou o corte da Linha do Norte durante cerca de uma hora e meia.

O comboio fazia o trajecto Lisboa-Porto. Fonte da GNR de Arcozelo, que teve efectivos no local, juntamente com agentes da PSP da esquadra de Segurança Ferroviária da Aguda, em Vila Nova de Gaia, estimou que a vítima tivesse entre 30 e 45 anos, mas não soube adiantar pormenores sobre o acidente. Acorreram também ao local os Bombeiros Voluntários da Aguda, com um total de oito operacionais, duas ambulâncias de emergência e um veículo para limpeza da via, e os Sapadores de Gaia. Por dispor de viatura própria para o efeito, esta corporação encarregou-se do levantamento do corpo.

A porta-voz da CP informou que, na sequência do acidente, a circulação na Linha do Norte foi cortada entre as 16h35 e as 17h52. **Inês Rios**

Roubaram peças de ouro no valor de 200 mil euros

● Quatro homens armados e encapuzados assaltaram ontem o condutor de uma viatura que transportava artigos em ouro do Porto para um estabelecimento comercial de Vila Nova de Paiva, roubando-lhe cerca de cinco quilos de peças em ouro. Os artigos furtados estão avaliados em mais de 200 mil euros, disse fonte da GNR à Lusa, com base em informações prestadas pela vítima.

O assalto aconteceu por volta das 11h de ontem, na EN225, entre Pendilhe e Vila Cova à Coelheira, perto de Vila Nova de Paiva, no distrito de Viseu. Fonte do Comando Operacional da GNR disse ao PÚBLICO que os assaltantes bloquearam a estrada com um automóvel, obrigando o distribuidor a parar e, sob ameaça de armas de fogo, a entregar os valores que transportava.

Os assaltantes puseram-se depois em fuga, "em direcção ao Sátão", na viatura que tinham utilizado para bloquear a estrada e que "se apresentava com uma matrícula falsa", informou a mesma fonte. "Todas as patrulhas do distrito de Viseu e dos distritos adjacentes foram imediatamente alertadas e informadas da referência do carro e da matrícula falsa", acrescentou o comando da GNR.

À hora de fecho desta edição, os assaltantes ainda não tinham ainda sido localizados.

Parque da Prelada reabre sábado para um dia dedicado à equitação

Jorge Marmelo

● O antigo Parque de Campismo da Prelada, no Porto, vai voltar a abrir as portas já este sábado. Ainda não se trata da inauguração do futuro parque urbano, mas apenas de uma iniciativa pontual que permitirá, graças à colaboração do Sport Clube do Porto, o contacto com várias actividades relacionadas com a equitação.

Um *Dia Diferente* decorrerá entre as 14 e 17h, dando aos mais jovens a possibilidade de fazer passeios em charretes puxadas por pôneis e ca-

valos, ter um baptismo de equitação ou participar em demonstrações da antiga arte de falcoaria, estando ainda previstas outras actividades de animação.

Segundo a Santa Casa da Misericórdia do Porto, deverão realizar-se ao longo do ano várias iniciativas destes géneros, sempre sob a designação de *Um Dia Diferente*, as quais pretendem ir animando o espaço do parque e habituando a população a tê-lo como destino dos seus passeios. O provedor da SCMP, António Tavares, disse recentemente ao PÚBLICO que pre-

tende inaugurar aquele espaço até ao final do ano, incluindo uma área de picadeiro e de falcoaria, e também um serviço de hipoterapia, em colaboração com o Hospital da Prelada. Na mesma altura deverá ficar pronto o Centro Cultural D. Francisco de Noronha, que ocupará a Casa da Prelada, desenhada por Nicolau Nasoni.

Com uma área aproximada de 60 mil metros quadrados, o parque e a Casa da Prelada resultam da separação, pela VCI, da antiga Quinta da Prelada, doada à Misericórdia por D. Francisco de Noronha e Menezes.

Rapaz de 12 anos atropelado pelo metro

● Um jovem de 12 anos foi ontem atropelado com gravidade por uma composição do metro do Porto, perto da Estação Parque Real, em Matosinhos. Segundo fonte do INEM, o alerta foi dado às 13h48 e o rapaz foi transportado para o Hospital de São João, no Porto, com ferimentos graves.

Fonte da Metro do Porto explicou ao PÚBLICO que o jovem não respeitou a sinalização luminosa ao atravessar e que, ao chegar ao canal do metro, ignorou novamente o sinal vermelho para peões. O condutor do metro fez uma travagem de emergência, que não foi suficiente para evitar

Casos em 2011

9 pessoas foram atropeladas por composições do metro do Porto no ano passado. Segundo a Metro, todos os acidentes ocorridos até ao momento foram causados pelo desrespeito pela sinalização por parte dos peões.

o atropelamento do rapaz. Segundo testemunhas ouvidas pelo PÚBLICO, o jovem estaria a usar auscultadores, não tendo, por isso, ouvido o metro a aproximar-se.

O menor ficou internado nos cuidados intensivos do Hospital de S. João, politraumatizado, com lesões cranioencefálicas e torácicas, informou fonte do estabelecimento de saúde.

Durante meia hora, a circulação na Linha Azul do metro processou-se apenas na via habitualmente reservada ao sentido Matosinhos-Porto. A circulação normal foi restabelecida pouco depois das 14h. S.M.

Fachada da Casa de Serralves enche-se de graffiti

● A Fundação de Serralves, no Porto, inaugura, no próximo sábado, a instalação *Walls to the People*, que tem como base a icónica fachada da Casa de Serralves. A obra, da autoria de João Paulo Feliciano, inclui inscrições e graffiti como os que se encontram nas paredes do espaço público. No entanto, não se pode levar o título da instalação assim tanto à letra: trata-se, na realidade, de projecções, escritos virtuais, que não existem de facto nas paredes da casa. O convite ao público é que, até 3 de Junho, venha explorar e descobrir cada inscrição apontando para as paredes da Casa o seu *smartphone* ou *tablet* com tecnologia de realidade aumentada. João Paulo Feliciano nasceu nas Caldas da Rainha, em 1963, e da sua obra constam abordagens muito variadas.



Grffiti virtuais

PSP e SEF fizeram acção de fiscalização no Porto

A PSP e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras realizaram ontem de manhã uma operação em estações de transportes públicos do Porto da qual resultou uma

detenção por permanência ilegal no país. Foram também notificados cinco indivíduos para abandono voluntário do país e um para expulsão do território nacional.



Instagram: a carioca Ana Kemper fotografa “fantasmas” no metro <http://p3.publico.pt>

Utentes manifestam-se contra aumentos e degradação no serviço de transportes

Abel Coentrão

Protesto no Porto está agendado para hoje, véspera da entrada em vigor dos novos preços dos transportes públicos

● A braços com o terceiro aumento de preços em pouco mais de um ano, um grupo de utentes dos transportes públicos da Área Metropolitana do Porto manifesta-se hoje contra os novos tarifários, que considera serem “insustentáveis e injustos” para a população. A concentração está marcada para esta tarde na Rua de Alexandre Braga, no centro do Porto. Com palavras de ordem contra o preço dos bilhetes mas também contra a “degradação” do serviço prestado pelas empresas no sector.

O receio decorre das notícias sobre eventuais cortes na oferta da STCP.

Ainda ninguém se anunciou oficialmente, mas o Governo aceitou praticamente tudo o que propôs o grupo de trabalho formado para racionalizar a oferta de transporte público no Grande Porto. E, no caso da transportadora rodoviária, isso significa a suspensão de várias linhas ou de alguns percursos nas carreiras 505, 507, 706, 707, 7F e 804 e a rescisão de contratos com privados que operavam as carreiras 64, 70, 10, 55, 68, 69, ETG 1 e ETG 2.

O documento previa que a STCP passasse a operar directamente as linhas 61 e 94, que tem subcontratadas à Valpi Bus, mas, neste caso, a secretaria de Estado considerou que a concessão à empresa liderada por um dos vice-presidentes da associação dos transportadores privados, a Antrop, é para manter. O que, aliás, levou a comissão de trabalhadores da STCP, a questionar se a Valpi, que “até tem processos judiciais contra a STCP”, recordam, “é uma empresa do

Estado ou de alguém com ligações ao Estado”. As linhas que a STCP vai deixar de garantir serão concessionadas pelo Estado a operadores privados, mantendo-se, em todas elas, a possibilidade de utilização do Andante.

Perante este processo de cortes na oferta, a comissão de trabalhadores do operador público acusou a Secretaria de Estado dos Transportes de decidir, “sem ouvir todas as partes, passar a



certidão de óbito da STCP”. Num comunicado emitido já no final da semana passada, a comissão apelava à população da região para se envolver “numa acção forte de protesto” face a esta atitude do Governo.

Enquanto estas medidas não são anunciadas oficialmente, a insatisfação centra-se, principalmente, no aumento das tarifas. Em dois anos, o preço médio de um título Andante mensal subiu 27 por cento. E no final do ano, a STCP deixará de ter títulos próprios, obrigando todos os clientes a usar o cartão intermodal, pagando no geral mais por viagem, em troca da possibilidade de poder usar vários meios para se deslocar.

Em declarações à Lusa, um dos organizadores do protesto desta tarde, Carlos Pinto, afirmou que a população “não aguenta mais aumentos nos transportes” aliados ao aumento do custo de vida. “Já no ano passado sofremos dois aumentos e tudo leva a crer que até ao final do ano vai haver mais mexidas nos tarifários”, sustentou. O receio tem algum fundamento. E se não for até ao final do ano, no início de Janeiro de 2013 haverá nova actualização de preços.

Vereador do CDS incorre em pena de prisão e pode perder mandato

● O vereador do CDS que pediu suspensão de mandato na Câmara do Porto incorre em perda de mandato e verá o seu caso analisado pelo Ministério Público (MP), estando sujeito a pena de prisão, disseram ontem à Lusa vários especialistas.

“A candidatura de alguém que não pode candidatar-se é crime. O MP deve agora agir, já que a questão entra nas suas competências”, explicou Cândido de Oliveira, professor da Universidade do Minho e especialista em Direito das Autarquias Locais.

O vereador Manuel Gonçalves integrou em 2009 a lista da coligação PSD/CDS à Câmara do Porto, apesar de estar em situação de falência e de a lei eleitoral estipular que são “inelegíveis para os órgãos das autarquias locais” os “falidos ou insolventes, salvo se reabilitados”. A lei refere ainda que quem aceitar uma candidatura sem ter “capacidade eleitoral passiva” é punido “com prisão até um ano ou pena de multa até 120 dias”, alerta Cândido de Oliveira.



Falência de Manuel Gonçalves foi declarada pelo Tribunal de Comércio de Gaia em Fevereiro de 2008

Além disso, Manuel Gonçalves deverá perder o mandato, defende o especialista: quando a situação é descoberta, o que deve acontecer é a perda de mandato, mesmo que esteja reabilitado. A reabilitação vale para o futuro, não para este mandato.

Na lei da tutela administrativa escreve-se que “incorrem em perda de mandato” os membros “relativamente aos quais se tornem conhecidos elementos reveladores de uma situação de inelegibilidade já existente, e ainda subsistente, mas não detectada previamente à eleição”. “As decisões de perda do mandato [...] são da competência dos tribunais administrativos de círculo” e podem ser “interpostas pelo MP”.

Tiago Serrão, advogado da sociedade PLMJ na área de Prática de Direito Público, sustenta que o MP “deve propor uma acção para perda de mandato”, no prazo máximo de 20 dias. Catarina Serra, especialista em Direito Comercial, sublinha igualmente que quando alguém é declarado falido “fica sem capacidade eleitoral” e a sua “reabilitação” só é efectiva depois do pagamento das dívidas e de terem “decorrido cinco anos do trânsito em julgado da sentença”.

Mulher de 65 anos encontrada morta em casa

● Uma mulher de 65 anos foi encontrada morta ontem, na casa onde residia, na Rua de São Roque da Lameira, no Porto.

Segundo fonte da Polícia de Segurança Pública, o alerta foi dado às 14h10 pela filha da vítima, que chamou os Bombeiros Sapadores do Porto. Os bombeiros arrombaram a porta e depararam-se com o corpo da sexagenária, sem vida, que foi posteriormente transportado para o Instituto de Medicina Legal. A mesma fonte policial garante não existirem indícios de crime. A vítima morreu “provavelmente durante o fim-de-semana”, prossegue, visto a filha ter estado com ela na passada sexta-feira.

Uma vizinha, que preferiu não ser identificada, contou ao PÚBLICO que a vítima vivia rodeada de familiares. Partilhava a casa com o marido, que, por trabalhar em Lisboa, nem sempre estava presente, como no último fim-de-semana. Mas teria como vizinhas a sua mãe e, noutra casa, uma filha, acrescentou. Contudo, nenhuma das familiares terá dado conta do desaparecimento da mulher, com quem estariam desavindas. A mesma fonte afirmou que a vítima tinha estado internada recentemente e que era auxiliada por uma empregada, que folgara ao fim-de-semana. I.R.

Governo Civil do Porto já está quase vazio

● Já pouco resta do Governo Civil do Porto, instalado no antigo Palacete dos Pestanas: as salas estão vazias, há caixotes pelo chão e apenas permanecem sete dos cerca de 50 funcionários que ali trabalhavam. Na sequência da decisão governamental de extinguir os governos civis, nas instalações do Porto já quase nada se faz para além de se arrumar papelada e se tratar das últimas burocracias necessárias para que se fechem, em definitivo, as portas daquele organismo.

De todos os serviços que ali estiveram instalados já só funciona aquele que se prende com notificações das juntas médicas do Norte, disse à Lusa a secretária distrital, Ana Coimbra. “Ainda não está decidido para quem vai” esse serviço, frisou a responsável, acrescentando, contudo, que a resolução está para “breve” e, até lá, uma funcionária assegura as marcações. O serviço de contra-ordenações rodoviárias desocupou o antigo palacete na sexta-feira à tarde e ontem já abriu portas na PSP da Rua do Heroísmo, junto à estação do metro.

Antes deste, foi o serviço de atendimento ao público da Inspeção-Geral das Actividades Culturais a ser deslocado, encontrando-se desde o início do mês na Casa da Ramalde. Os passaportes já no ano passado tinham saído dali para os serviços do Instituto dos Registos e Notariado (IRN), na Loja da Cidadão.

“As coisas estão a fluir com normalidade, dentro do timing que quere-

mos cumprir”, sublinhou Ana Coimbra, referindo que, contudo, “ainda não há uma data concreta” para que as portas do organismo se fechem, sendo apenas certo que o contrato de arrendamento daquele palacete (que custa ao Estado 15.000 euros/mês) cessa “a 31 de Março”.

Ana Coimbra, que terminará também ali a sua comissão de serviço, afirmou que 27 funcionários foram integrados na PSP, oito na GNR e quatro no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Sete outros estão ainda “em processo de reintegração”.

Quanto ao recheio daquela casa, explicou, tal como previsto no Decreto-Lei 114/2011, “houve uma afectação dos bens a entidades públicas”. Secretárias, mesas, cadeiras e restante

mobiliário seguiram para a PSP, GNR e Comando Distrital de Operações e Socorro, enquanto que os “bens de carácter cultural foram para o Museu Nacional Soares dos Reis”.

Nas paredes do palacete são visíveis as marcas de quadros que ali estiveram muitos anos e agora apenas restam 20 fotografias de quem ocupou o cargo de governador civil entre 1974 e 2011. Mas estas fotografias também já têm destino e irão para “o arquivo distrital, porque têm carácter histórico”, à semelhança do próprio edifício onde acaba o Governo Civil do Porto. É que o Palacete dos Pestanas está ligado à história da revolução de Abril e chegou a acolher transitoriamente a sede do CDS, que foi cercada e invadida nos tempos do PREC.



Ainda não há data precisa para a desocupação do edifício

Ryanair assegura ligação Porto-Palma de Maiorca

A partir de 2 de Maio a Ryanair passa a garantir uma ligação low-cost entre o Aeroporto Francisco Sá Carneiro e Palma de Maiorca, nas Baleares. Os voos, que podem ser

reservados a partir de hoje, serão efectuados às quartas, sextas e domingos e o preço de referência anunciado pela transportadora é de 19,90 euros por trajeto.



A capitulação das colónias perdulárias <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

Misericórdia de Braga reclama indemnização pela degradação do edifício do antigo hospital

Samuel Silva

Instituição vai pedir cerca de um milhão de euros à Administração Regional de Saúde do Norte. Alega que edifício se degradou por falta de manutenção

● A Misericórdia de Braga vai reclamar à Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN) uma indemnização pelo estado de degradação em que encontrou as instalações do antigo Hospital de S. Marcos, ao recuperar o imóvel. A instituição alega que a falta de manutenção causou prejuízos na ordem do milhão de euros no imóvel que estava arrendado ao Estado.

O palácio do Raio, do século XVIII,

é o local mais degradado, de acordo com dois relatórios técnicos. A Misericórdia vai fazer chegar nos próximos dias à ARSN o pedido de compensação pelos danos encontrados no imóvel onde funcionou, até Maio, o Hospital de S. Marcos.

A informação foi confirmada ao PÚBLICO pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Bernardo Reis, que não quis, porém, alongar-se em comentários sobre a situação. A reclamação da Misericórdia tem por base pareceres encomendados a duas equipas técnicas. Especialistas do Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho e de um gabinete de engenharia privado fizeram nos últimos dias uma vistoria às instalações onde funcionava o Hospital de S. Marcos e reportaram vários problemas nas antigas instalações hospitalares.



Estado saiu do S. Marcos em Junho

A reparação destes danos custará cerca de um milhão de euros, de acordo com as duas peritagens.

Obra de estilo rococó, projectada pelo arquitecto André Soares, o palácio do Raio, onde esteve instalado o serviço de sangue do hospital, é o

local onde a degradação é mais evidente, sendo visível, desde logo, na fachada, com azulejos caídos e portas destruídas.

Os cinco edifícios onde funcionou o Hospital de S. Marcos estiveram arrendados pela ARSN à Misericórdia de Braga até Maio, altura em que a nova unidade hospitalar da cidade começou a funcionar. A Misericórdia reclama ainda o valor das rendas que deviam ter sido pagas entre Junho e Dezembro, alegando que o contrato celebrado com o Estado era anual.

Contactada pelo PÚBLICO, a ARSN referiu não ter recebido ainda o pedido de indemnização reclamado pela Santa Casa da Misericórdia de Braga. Fonte do organismo tutelado pelo Ministério da Saúde reserva uma reacção para o momento em que sejam conhecidos os argumentos apresentados pela Misericórdia.

Plataforma quer ex-Scut grátis até 100 quilómetros da fronteira

● Representantes de cerca de 20 associações empresariais de Portugal e Espanha, do governo galego e de municípios do Noroeste Peninsular decidiram ontem, em Vigo, constituir uma plataforma para defender a alteração do modelo de cobrança nas antigas Scut. No encontro, promovido pela Confederação Empresarial de Pontevedra (CEP), foi ainda decidido propor ao Governo português a isenção do pagamento nas zonas de fronteira. De acordo com o presidente da CEP, José Alvarinho, o que se pretende é criar uma zona "transnacional" ao longo de 100 quilómetros de fronteira, sem qualquer cobrança de portagem.

"Estamos a dar uma imagem de união, não só empresarial mas também institucional e política, num problema que deixou de ser da Galiza e passou a ser do Centro e do Sul de Espanha, com o alargamento



do pagamento a todas as ex-Scut". Uma ideia reforçada pelo presidente do Eixo Atlântico, que reúne as 34 maiores cidades do Norte de Portugal e da Galiza. José Maria Costa, que também preside à Câmara de Viana do Castelo, sublinhou a necessidade de "uma ligação em toda a fronteira, que seja 100 por cento livre de constrangimentos".

Na reunião ficou decidido solicitar uma reunião aos chefes de Governo dos dois países, para discutir, também, a aplicação de outras medidas para facilitar o acesso a viaturas de matrícula estrangeira.

Ao "medo" de utilizar as antigas Scut, por desconhecimento sobre o sistema de cobrança, acresce a dificuldade no acesso a meios de pagamento. "Tive que ir ao aeroporto do Porto e tentei de tudo para pagar a portagem na A28, mas não consegui", partilhou o presidente da Câmara de Comércio de Vigo, José García Costas.

A adopção de um sistema de vinhetas pré-pagas, a aplicação de isenções e descontos e a "unificação" do sistema de pagamento electrónico dos dois países são algumas das propostas que esta comissão permanente quer ver analisadas já na próxima Cimeira Ibérica. A CEP estima que as portagens nas ex-Scut tenham provocado uma quebra de 30% no volume de negócios entre o Norte e a Galiza e de 50% nas relações comerciais entre Portugal e as zonas de Huelva e Salamanca. A.O.C.

Expropriação de pavilhão visa ajudar clube de Lavra

● A Câmara de Matosinhos aprovou ontem, em reunião pública do executivo municipal, a expropriação amigável, pelo montante de 966.852 euros, de um pavilhão junto à Praia do Marrecó, que se encontra degradado, a precisar de manutenção, e que será demolido. A expropriação foi aprovada pelos votos favoráveis dos vereadores do PS e do PSD. Os quatro eleitos da Associação Narciso Miranda Matosinhos Sempre votaram contra.

A decisão foi tomada no âmbito do programa de requalificação da Orla Costeira da Câmara de Matosinhos. A infra-estrutura pertence ao Centro de Recreio Popular da Freguesia de Lavra, que se dedica essencialmente à prática de hóquei em patins em várias competições e escalões etários. Com o dinheiro da expropriação, esta colectividade deverá iniciar a construção de um novo pavilhão, estando prevista a comparticipação da câmara no sobrecoito do futuro pavilhão acima do valor da expropriação.

Também para a freguesia de Lavra, a câmara aprovou uma intervenção urgente na Ribeira de Certagem, com um valor superior a meio milhão de euros. A autarquia concluiu pela necessidade desta obra, depois das inundações do passado dia 26 de Outubro, sendo que a mesma deverá evitar futuras cheias. A.R.

Na rua contra aumento nos transportes

Inês Rios

● Faltavam vinte minutos para a hora marcada e já algumas dezenas de pessoas se concentravam no cruzamento entre as ruas de Alexandre Braga e de Fernandes Tomás, no Porto. O grupo cresceu rapidamente e tornou-se bem audível: "O custo de vida aumenta, o povo não aguenta", foi o grito que marcou o início da manifestação dos utentes dos serviços de transporte, poucos minutos antes das 17h30.

Um conjunto de manifestantes segurava uma faixa que resumia o sentido do protesto: "Contra mais aumentos nos preços dos transportes e redução de serviços", lia-se no pano. Nos cartazes, o protesto continuava, com palavras de ordem como "Só não aumentam os salários" e alusões à perda de descontos para os estudantes universitários.

Marcaram presença pessoas de todas as idades, mas os mais velhos

estavam em franca maioria. No entanto, os mais novos não foram esquecidos. António Baptista, 65 anos, lembrava que muitos jovens, a pagar mais 25%, "não teriam possibilidade

de continuar a estudar". Mas também protestava contra o aumento de 50% no preço do seu próprio passe de reformado, que entra hoje em vigor.



Protesto mobilizou duas centenas de pessoas, sobretudo idosos

TC "chumba" contratações em Matosinhos

● O Tribunal Constitucional (TC) recusou conceder visto prévio ao contrato de provimento de pessoal para a Loja do Município de Matosinhos. O TC encontrou falhas na avaliação das propostas dos 21 concorrentes que participaram neste concurso internacional, a nível do preço e das habilitações literárias. A decisão agastou o presidente da Câmara de Matosinhos,

Guilherme Pinto, que, durante a reunião pública do executivo de ontem, criticou a actuação do TC, afirmando que o tribunal "parece que percebe de tudo e mais alguma coisa".

Perante a recusa de visto prévio, Guilherme Pinto propôs ao executivo o recurso da decisão e a realização de um ajuste directo para garantir o funcionamento da Loja do Município

nos próximos três meses. Além disso, vai solicitar um relatório às responsáveis da Loja do Município dos Recursos Humanos da câmara para saber se a autarquia dispõe de pessoal que possa trabalhar no novo serviço. No entanto, Guilherme Pinto antecipou que será "uma surpresa", se se concluir que existe pessoal na câmara disponível para a tarefa. A.R.

Rui Rio defende áreas sem portagens junto à fronteira

O presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, afirmou ontem, em Vigo, que a proposta, feita por uma plataforma de empresários e autarquias da euro-região, de criar

uma zona de cem quilómetros, junto à fronteira, na qual não se pagaria portagens, é uma boa ideia, que o Governo Português deveria levar por diante.



Como um fio de água jorrando de uma fonte <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

Ministério da Educação repudia agressão a professor à frente de uma escola em Gaia

Inês Rios

CDS-PP aproveitou o caso, na EB 2/3 dos Carvalhos, para questionar a pertinência do “reforço dos meios disciplinares” nas escolas

● O Ministério da Educação repudiou a agressão a um professor de 63 anos ocorrida anteontem ao início da tarde, à porta da EB 2/3 Padre António Luís Moreira, nos Carvalhos, Vila Nova de Gaia. O docente, que lecciona a disciplina de Matemática, foi confrontado por alegados familiares de uma aluna que tinha expulso da sala de aula. A escola instaurou um processo de averiguações e o caso foi denunciado ao Ministério Público.

Uma testemunha ouvida pela Lusa, também professora nessa escola, relata que o colega foi abordado por três indivíduos, com idades entre os 20 e os 30 anos, que o espancaram “a

murro e a pontapé”. Caído no chão, o professor terá sido avisado pelos agressores “para nunca mais bater em crianças”, sob ameaça de morte. A mesma testemunha acrescentou ter visto a rapariga expulsa da aula pelo docente, uma aluna do 6.º ano, entrar na viatura dos três indivíduos e deixar com eles o local. No entanto, a GNR não corrobora esta versão dos acontecimentos, contrapondo que apenas um dos três homens agrediu fisicamente o professor. “Também não há indícios de uma relação dos indivíduos com a escola”, conclui o oficial das Operações da GNR.

Os Bombeiros dos Carvalhos acorreram ao local por volta das 14h de terça-feira, encarregando-se do transporte da vítima, ferida na cara, para o Hospital Santos Silva, em Gaia. Fonte da unidade hospitalar informou a Lusa de que lhe foi dada alta sensivelmente quatro horas depois. O PÚBLICO apurou, junto da EB 2/3 dos Carvalhos, que o professor não

compareceu ontem ao trabalho. Deslocou-se, em vez disso, ao Instituto de Medicina Legal, onde terá sido examinado, revela a adjunta da direcção Maria Goreti Guedes. O relatório desta entidade é necessário para “juntar ao processo”, prossegue, e dar seguimento às queixas já apresentadas pela escola e pela vítima ao Ministério Público.



O professor foi levado ao hospital de Gaia com ferimentos no rosto. Ontem foi examinado pelo Instituto de Medicina Legal

A representante do estabelecimento de ensino também não compreende o que terá levado os agressores a colocar em causa a integridade do docente e a acusá-lo de maus tratos aos alunos. “É um professor por quem temos toda uma grande estima e que nunca teve problemas com alunos ou

encarregados de educação”, diz.

Em carta dirigida ontem ao Ministério da Educação e Ciência, vários deputados do CDS-PP exigem saber se este órgão assumiu devidamente a investigação do incidente. Paralelamente, interrogam-se sobre a necessidade de “reforço dos meios disciplinares ao dispor das escolas e dos professores”, ainda que a agressão tenha acontecido no exterior do recinto escolar.

Contactada pelo PÚBLICO, a adjunta da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), Isabel Cruz, confirmou a tomada de conhecimento da ocorrência por parte do Ministério da Educação, que “repudia este acto de violência”, e declarou terem sido acionados, na sequência da queixa apresentada pelos lesados, “todos os mecanismos previstos na lei”. Isabel Cruz disse ainda que a DREN esteve na escola em questão e que continuará a “acompanhar de perto” todos os desenvolvimentos do caso.

Relação agravou pena de homem que se barricou e baleou GNR

● O Tribunal da Relação de Guimarães agravou em dois meses a pena de um homem de Barcelos que feriu, a tiro, um elemento da GNR, depois de se ter barricado em casa. A pena, que passa a ser de quatro anos e nove meses de prisão, está a ser cumprida na Casa de Saúde de S. João de Deus, já que o arguido sofre de psicose paranoide e de demência senil.

Os factos remontam a 2 de Dezembro de 2009, quando o arguido se fechou dentro de casa, sozinho, depois de a mulher ter saído na sequência de “mais uma discussão” conjugal. Segundo o tribunal, o ambiente no seio daquela família era “de tensão, medo, mal-estar associado à desorganização cognitiva e comportamental do arguido, associada ao seu autoritarismo, agressividade e dificuldade de autocontrolo”.

No dia dos factos, o filho, temendo que o pai pudesse estar com problemas de saúde, chamou a GNR para o ajudar a entrar em casa. Depois de chamar várias vezes pelo pai, sem obter resposta, partiu um vidro de uma porta com um paralelo, tendo o arguido de imediato respondido com um tiro. Só de madrugada e após atingir um elemento das Operações Especiais, é que foi imobilizado.

Grupo de comerciantes de Coimbra faz peditório para ajudar lojista assaltado

● Um grupo de comerciantes da Baixa de Coimbra está a realizar um peditório para ajudar o dono de uma perfumaria que foi assaltada e teve 30 mil euros de prejuízo, revelou ontem um dos promotores da iniciativa. Na terça-feira, o primeiro dia da campanha de solidariedade, a comissão recolheu 1230 euros, mas, devido à crise, “houve pessoas que não puderam dar mesmo nada, pois nos últimos tempos têm feito apenas uns euros” nas vendas, adiantou o comerciante Luís Quintans à agência Lusa.

“Muitos comerciantes da Baixa estão a fechar as lojas e não têm ninguém que os apoie”, declarou, explicando que a angariação de donativos visa ajudar o proprietário da perfumaria Pérola, que foi assaltada na madrugada de segunda-feira. Os produtos roubados e os danos causados nas instalações durante o assalto, que durou pouco mais de um minuto, segundo os registos do sistema de videovigilância da zona, representam um prejuízo de cerca de 30 mil euros.

“Tínhamos que fazer alguma coisa para ajudar o Armindo Gaspar [proprietário e presidente da Agência de Promoção da Baixa de Coimbra], que já estava a passar por dificuldades”, enfatizou Luís Quintans. O peditório dirige-se apenas aos comerciantes da Baixa: “Não aceitamos donativos dos

O prejuízo

30 mil

euros é o prejuízo estimado pelo proprietário da perfumaria Pérola, que foi assaltada na madrugada de segunda-feira.

empregados, apesar de alguns quererem contribuir.”

Na organização da campanha, além daquele lojista, dono de uma loja de velharias e antiguidades, participam dois comerciantes, Arménio Pratas e Francisco Veiga, que possuem estabelecimentos de pronto-a-vestir. “Recebemos um donativo de 200 euros e vários de 100 euros, entre 27 que já contribuíram. O peditório vai continuar nos próximos dias, durante a manhã”, referiu Luís Quintans.

CARLA CARVALHO TOMÁS



Comerciante assaltado é presidente da Agência de Promoção da Baixa

Chaves

Detida por suspeita de burla pela Internet

● A GNR de Chaves deteve, na terça-feira, uma mulher de 29 anos suspeita de burla pela Internet. A investigação surgiu na sequência de uma queixa apresentada por um indivíduo de Botas, que adquiriu um i-pad num site de venda de artigos usados e, quando foi levantar a encomenda à estação dos correios, apercebeu-se de que a embalagem trazia apenas jornais. A detida, residente no Porto, foi interrogada e constituída arguida.

Espinho

Despiste na A29 provoca um morto

● Um homem morreu, ontem de manhã, na Auto-estrada 29, ao quilómetro 35,4, entre Esmoriz e Espinho, na sequência de um despiste. O veículo ligeiro seguia no sentido sul-norte, quando se terá despistado numa curva. Segundo os Bombeiros de Esmoriz, a vítima residia no Porto e aparentava ter à volta de 60 anos. O trânsito ficou condicionado durante algumas horas devido aos trabalhos de reposição do separador na via.

Boavista

Idosa atropelada mortalmente

● Uma idosa de 75 anos foi mortalmente atropelada, ontem de manhã, na Avenida Vasco da Gama, perto do cruzamento da Fonte da Moura, na Avenida da Boavista no Porto, quando atravessava a rua fora da passeadeira. Segundo a PSP, a senhora deslocava-se para a Avenida Antunes Guimarães, quando foi atingida. Ao local foi chamada uma ambulância do INEM do Hospital de Santo António, mas a idosa não resistiu aos ferimentos.

Porto

Metro teve o melhor mês de Janeiro

● O Metro do Porto registou, em Janeiro, um crescimento de 4% face ao mesmo período do ano passado. No primeiro mês de 2012 foram registadas 4,92 milhões de validações do andante, anunciou ontem a empresa. “Este foi o melhor mês de Janeiro de sempre na história” do Metro, disse fonte da Metro do Porto à agência Lusa. A empresa já tinha terminado o ano de 2011 com um crescimento de 3,5% face a 2010.

É uma sorte que Fevereiro tenha 29 dias <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

Expressos vão sair da Praça da Galiza com criação de *interface* na Casa da Música

Abel Coentrão

Protocolo entre várias entidades vai permitir criar o primeiro *interface* digno desse nome no Porto, com acesso a vários transportes

Os autocarros das linhas internacionais que costumam recolher e largar passageiros na Praça da Galiza, no Porto, vão passar a fazê-lo nas traseiras da estação da Casa da Música, na Avenida de Freaça, onde, desde a inauguração do metro, existe à superfície um espaço com condições para acolher um *interface* de transportes. Um protocolo entre operadores privados, STCP, Câmara do Porto, Autoridade Metropolitana de Transportes (AMT) e Metro do Porto, proprietária de grande parte do espaço, vai permitir acabar com os problemas de circulação, que frequentemente se verificam na zona da Galiza, e facilitar, acredita a AMT, a vida dos clientes.

Anteontem, em entrevista ao PÚBLICO, a presidente da STCP, Fernanda Meneses, assinalou a importância da criação de espaços adequados para o transbordo de passageiros entre os vários meios de transporte, face à perspectiva de, em 2013, existir uma uniformização de tarifário que incluirá no Andante ainda mais empresas privadas, e na sequência ainda do cada vez maior esforço financeiro exigido aos clientes. O presidente da AMT, Joaquim Cavalheiro, explicou ontem que é isso mesmo que vai ser ensaiado já na Casa da Música, onde qualquer utilizador das linhas internacionais poderá chegar ao local de partida/chegada de metro, de táxi, de auto-



Autocarros de serviço internacional vão parar na Avenida de Freaça

carro da STCP ou recorrendo a um operador rodoviário privado vindo, por exemplo, de Matosinhos.

Tirar autocarros da cidade

Joaquim Cavalheiro espera poder anunciar brevemente a data de assinatura deste protocolo que, na prática, criará o primeiro *interface* digno desse nome no Porto. A AMT colocou a questão entre as suas prioridades deste ano, o que a levará a procurar soluções para outros pontos de confluência de serviços de transporte, como sejam o Hospital de São João, na Asprela, Campanhã e a zona da estação de metro de D. João II, em Gaia.

O entendimento das várias entidades envolvidas é que todo o sistema de transbordo deve ser facilmente reconhecido pelos clientes e deve ter como objectivo, além do aumento da qualidade e conforto do serviço, levar

utilizadores ao metro, em cuja rede, de grande capacidade, foram investidos 2,4 mil milhões de euros.

A criação de *interfaces* ganha importância acrescida face à concentração do serviço da STCP no interior da cidade do Porto e à exploração, por privados, de várias linhas ainda concessionadas à empresa pública, principalmente nos concelhos da Maia e Matosinhos. Existindo um título comum, o Andante, faz pouco sentido, ainda por cima numa cidade de ruas estreitas e muitos problemas de tráfego, que autocarros de múltiplas empresas entrem no Porto para levar os clientes ao centro da cidade, tarefa que se pretende que seja feita essencialmente pelo metro e pela STCP. Esta estratégia coloca em causa a existência de garagens no centro da cidade, como aquela que ainda subsiste, nos Aliados, junto à Câmara do Porto.

ADRIANO MIRANDA

Andante não muda

A presidente da STCP, Fernanda Meneses, considera que, com o fim dos passes desta empresa, no final do ano, deveria ser criado, no Andante, um título mensal que permitisse viajar num determinado raio a partir de um ponto de origem, variável. No entanto, o presidente da Autoridade de Transportes admite que tal não venha a existir este ano. Actualmente, a STCP tem um passe de rede geral, mais caro, é certo, mas que dá aos clientes a liberdade de viajar entre qualquer ponto da sua rede. Mas, no Andante, quem tem, por exemplo, um passe Z3 e more na Maia, não pode usá-lo para viajar até Gaia. Mesmo que, imagine-se, num determinado dia esteja a começar a viagem no centro do Porto, estando, assim, a apenas duas zonas de distância do destino. O presidente da Autoridade Metropolitana de Transportes já assumiu que será necessário fazer mudanças no zonamento do Andante e adaptar o tarifário a uma mobilidade moderna, que não se cinge ao percurso casa-trabalho e vice-versa. Fernanda Meneses explicou ao PÚBLICO que, na STCP, há gente que tem um passe de rede geral apenas pelo conforto de poder viajar de um ponto para outro do Grande Porto sem preocupação com o complexo zonamento ou com a possibilidade de estar a cometer alguma irregularidade. **A.N.C.**

STAL critica redução salarial na recolha de lixo no Porto

Inês Rios

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) denunciou ontem o caso de vinte funcionários afectos à recolha de lixo, transferidos há três anos da Câmara Municipal do Porto (CMP) para duas empresas concessionárias, a SUMA e a Invictaambiente, que os deslocaram do serviço nocturno para o diurno.

Esta alteração horária, feita de forma "ilegal", alega o sindicato, representa uma diminuição de 25% no salário destes trabalhadores que, em alguns casos, se dedicaram à limpeza nocturna da cidade durante mais de trinta anos. Os mais velhos, avisa o STAL, podem mesmo vir a ser prejudicados no valor da reforma se esta redução for levada por diante.

Segundo João Avelino, coordenador da direcção regional do Porto do STAL, um total de 270 trabalhadores da câmara foram transferidos, a 29 de Dezembro de 2008, para as duas empresas que ganharam as concessões dos serviços de recolha de lixo, a SUMA e a Invictaambiente. Na altura, estes funcionários receberam a garantia, por escrito, de que continuariam a usufruir dos "direitos" e



O salário-base dos trabalhadores da recolha de lixo da cidade do Porto ronda, em média, os 450 euros

das "regalias" inerentes ao horário nocturno que a "esmagadora maioria" praticava. Em concreto, era assegurado um subsídio de 25%, que se reflectia num aumento médio de 150 euros no salário-base (cerca de 450 euros). Uma promessa confirmada pelo antigo vice-presidente da CMP e vereador do Ambiente, Álvaro Castello-Branco, em declarações no site da câmara, nota João Avelino.

No final de 2011, prossegue o sindicalista, a Invictaambiente moveu alguns dos trabalhadores para o serviço diurno e, esta semana, a SUMA seguiu o exemplo. No entanto, o STAL acusa as duas empresas de actuarem fora da lei, chamando a atenção para o artigo 135.º da Lei 59/2008, no qual se lê: "Todas as alterações dos horários de trabalho devem ser fundamentadas e precedidas de consulta aos trabalhadores afectados, à comissão de trabalhadores ou, na sua falta, à comissão sindical (...) e ser afixadas no órgão ou serviço com antecedência de sete dias". De acordo com João Avelino, SUMA e Invictaambiente só informaram os funcionários, ignorando as estruturas representativas destes, e nunca fundamentaram a decisão. Além disso, não deram resposta às várias solicitações de reunião enviadas pelo STAL.

Ladrões atiraram carrinha contra montra de ourivesaria

Pedro Sales Dias

Um grupo de pelo menos quatro homens assaltou, na madrugada de ontem, uma ourivesaria em S. Cosme, Gondomar, levando mais de 30 mil euros em ouro e prata.

O estabelecimento foi assaltado pelas 5h40 e os quatro homens usaram uma carrinha para arrombar as grades, a porta e a montra. De acordo com fonte policial, a viatura foi furtada a cem metros da ourivesaria assaltada e os danos causados no estabelecimento foram elevados. "A destruição foi muita. Eles entraram com a carrinha dentro da loja", disse também ao PÚBLICO a funcionária de uma outra loja que, de manhã, ficou surpreendida com o sucedido na ourivesaria Jóia Clássica, na Rua de 25 de Abril.

O grupo agiu rapidamente e foi o alarme da ourivesaria que alertou os



Levaram 30 mil euros em ouro

vizinhos, que chamaram a polícia. Contudo, quando a PSP chegou, os assaltantes já tinham abandonado o local, deixando para trás um rasto de destruição na loja e carrinha na montra. Fonte policial explicou que

o mesmo grupo é suspeito da autoria de outros assaltos em Matosinhos, o que levou, ainda ontem, a Polícia Judiciária a realizar diligências no sentido de apurar se os indivíduos em questão já estão a ser investigados por assaltos a outras ourivesarias. De acordo com a mesma fonte, essa é uma das linhas de investigação a desenvolver.

A carrinha usada no arrombamento da montra foi deixada no local e devolvida ainda ontem ao proprietário. O grupo fugiu num carro de marca Renault que os esperava.

"Eles entraram e dirigiram-se logo, certamente, ao armário do ouro e da prata. Também levaram alguns relógios, mas levaram mais ouro", disse ontem ao PÚBLICO Joaquim Santos Silva, proprietário da Jóia Clássica, ainda assustado com o assalto. Procedia ao inventário dos artigos roubados e garantia que, no mínimo, o

valor das peças será na ordem dos 30 mil. "A isso ainda tenho de juntar os prejuízos, que são elevadíssimos", lamentou, referindo-se aos estragos na loja. Santos Silva admitiu também que não tem qualquer seguro que o possa agora ajudar com os encargos financeiros. "Não há nenhuma seguradora que me faça um seguro que seja suficiente. Não sei se vou aguentar e manter a porta aberta. Cada vez há mais roubos. Estou a pensar em emigrar", contava, resignado.

Os investigadores aguardam agora os resultados das perícias realizadas na carrinha, destinadas a recolher eventuais impressões digitais e outros indícios que possibilitem a identificação dos assaltantes. Alguns vizinhos da ourivesaria Jóia Clássica acordaram com o estorono resultante do arrombamento, mas nenhum deles terá conseguido identificar os suspeitos.



Os trabalhadores dos bingos do Brasília e Olímpia, no Porto, deliberaram ontem em plenário aguardar 15 dias por uma decisão do Governo quanto à reabertura das duas salas, encerradas há um ano, apesar de concessionadas a novas empresas desde Novembro.

Pedido de insolvência e greve deixam em aberto futuro da construtora FDO, que emprega 700 trabalhadores

Samuel Silva

Funcionários da empresa, uma das maiores do sector em Portugal, pedem suspensão do contrato

● O futuro da empresa de construção civil FDO, com sede em Braga, está em risco e pode deixar 700 pessoas no desemprego. A administração do grupo anunciou aos trabalhadores que vai pedir a insolvência devido ao acumular de dívidas. Os salários em atraso levaram centenas de trabalhadores a iniciar os pedidos de suspensão ou rescisão de contratos, mas há quem mantenha a esperan-

ça na viabilidade da firma e, ontem, 60 operários entraram em greve exigindo a manutenção dos postos de trabalho.

Os trabalhadores não receberam os salários desde Novembro, bem como o subsídio de Natal. Num plenário realizado na sexta-feira, a empresa assumiu perante os funcionários que não tem condições para pagar os vencimentos e que, face ao passivo de cerca de 220 milhões de euros, vai dar início ao pedido de insolvência.

Esse anúncio levou a que 300 trabalhadores, representados pelo Sindicato da Construção de Portugal (SCP), tenham decidido avançar com os pedidos de suspensão ou rescisão de contrato. Dessa forma, os funcio-

O passivo

220

milhões de euros é o passivo da FDO, um dos maiores grupos de construção civil do país, e sediada em Braga. Para além do sector das obras públicas, a empresa avançou nos últimos anos para a construção de centros comerciais com a insígnia Vivacci.

nários da FDO podem pelo menos ter direito ao pagamento de 70% do vencimento em atraso, através da Segurança Social.

De modo a dar início a esse procedimento, os representantes da estrutura sindical estiveram ontem na empresa para reunir com a administração, mas acabaram por não ser recebidos. "É inqualificável e uma posição de desrespeito pelos parceiros sociais. Nunca nenhuma empresa nos fez isto", classificou o presidente do SCP, Albano Ribeiro.

No entanto, a posição entre os trabalhadores da FDO não é unânime. Também ontem, cerca de 60 operários da Euloguer, uma das empresas do grupo, iniciaram uma greve,

exigindo a manutenção dos postos de trabalho e o pagamento dos salários em atraso. "Não podemos deixar cair de ânimo leve uma empresa destas", defende José Maria Ferreira, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção da Região do Norte do Rio Douro, que convocou o protesto.

Com três décadas de actividade, a FDO é um dos maiores grupos de construção civil de Braga e chegou a estar no top 20 do sector em Portugal, empregando 700 trabalhadores em seis empresas. A administração prometeu reagir em comunicado ao dia de ontem, mas até à hora do fecho desta edição ainda não tinha tomado qualquer posição.

Penafiel vai ter o primeiro banco municipal de medula óssea

● O Centro de Histocompatibilidade do Norte (CHN) apresenta, amanhã, em Penafiel, o primeiro Banco Municipal de Medula Óssea, que prevê a recolha de amostras de sangue, com carácter regular, em todo o concelho. Segundo fonte da autarquia local, esta iniciativa está a ser preparada há mais de um ano e deverá garantir, com o apoio de instituições e juntas de freguesia, "a inscrição de dadores de medula óssea até se conseguir atingir uma cobertura razoável da sua população".

Na quarta-feira, a partir das 9h30, no centro da cidade de Penafiel, haverá as primeiras acções de recolha de sangue, procedendo-se também à



A vontade dos promotores é avançar com recolhas regulares de amostras de sangue em todo o concelho

inscrição de novos dadores. O Centro de Histocompatibilidade do Norte e a Câmara de Penafiel, parceira neste projecto, vão apresentar formalmente a acção, às IJH, no auditório municipal, anunciando-se a presença de familiares de doentes que carecem de transplante de medula.

Essas pessoas, segundo a organização, "vão, com os seus testemunhos, demonstrar a importância do aumento do número de dadores de medula óssea em Portugal". "Este projecto introduz uma nova forma de encontrar dadores na sociedade, com a criação de mais locais de inscrição e com acções periódicas e regulares de recolha de amostras de sangue", disse a fonte. **Lusa**

Patrícia Carvalho

● Os socialistas portuenses e a Associação de Comerciantes do Porto (ACP) estão preocupados com o aumento de estacionamento pago na cidade. Ontem, numa reunião entre elementos do PS-Porto e da ACP foi analisada a situação do comércio e concluiu-se que, apesar da crise, ainda há boas notícias para a actividade, espelhada na abertura de novas lojas. Ainda assim, a Câmara do Porto precisa de dar uma ajuda para revitalizar uma actividade essencial para o município, defendem os socialistas.

O presidente da ACP, Nuno Camilo, admite que, no Porto, ainda são mais as lojas que fecham do que aquelas que abrem, mas encontra sinais positivos nos novos negócios que têm surgido, apesar da crise. "Há encerramentos, é inevitável, mas temos vindo a registar um aumento fora de comum na abertura de novas lojas. Há cada vez mais lojas especializadas, a vender produtos novos, o que mostra que o comércio tradicional se está a tornar mais competitivo. Há

um contraciclo que está a trazer uma nova dinâmica à cidade", diz.

Esta foi uma das informações que Nuno Camilo prestou ao líder da concelhia do PS, Manuel Pizarro, durante a manhã de ontem. Pizarro disse ao PÚBLICO que levou à ACP "informação mais detalhada" sobre a evolução

do estacionamento pago na cidade e que, a cumprirem-se as regras de concessão previstas pela câmara, serão "uma hecatombe" para o comércio, defende.

Nuno Camilo confirma que o estacionamento pago é uma preocupação da ACP, apesar de considerar que o



Apesar da crise, abertura de novas lojas está a surpreender a ACP

Vendedor de Esmoriz acusado de fingir rapto e de "plantar" provas contra outro homem

● Um homem de 40 anos foi constituído arguido pela Polícia Judiciária, por ter ludibriado as autoridades com o rebuscado relato de um sequestro de que tinha sido vítima e que nunca ocorreu. O director do Departamento de Investigação Criminal de Aveiro, Teófilo Santiago, não tem memória de uma denúncia falsa de rapto "com tanta elaboração", revelando que o argui-

do chegou ao "cúmulos" de "plantar" indícios de natureza biológica numa praia, para provar coacção sexual.

Segundo a PJ, o arguido, um vendedor de automóveis residente em Esmoriz, foi encontrado nas proximidades da Praia Velha, em Maceda (Ovar), na madrugada do dia 8 para 9 de Fevereiro. Em roupa interior, bateu à porta de várias casas "a pedir socorro",

conta Teófilo Santiago. De acordo com a denúncia feita posteriormente à PJ, o rapto teria sido consumado com recurso a arma de fogo, e o actual arguido teria sido mantido numa casa durante algum tempo. Mais tarde, atado no porta-bagagens de uma viatura, teria sido transportado para uma praia e, aí, despido e coagido sexualmente.

A denúncia contemplava "pormeno-

res verificáveis" para sustentar a acusação de um outro homem da autoria do crime. "Sempre colaborante", salienta Teófilo Santiago, o denunciado chegou a ser sujeito a uma busca domiciliária, e a PJ só atestou a sua inocência ao aceder a imagens que o colocavam num outro local na altura do rapto. Na origem da calúnia terá estado uma "dvida", informa a PJ. **Inês Rios**

A catinga é uma arma <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

Rui Moreira avisa que criticar actual gestão do Porto de Leixões é dar um “tiro no pé”

Aníbal Rodrigues

Líder da Associação Comercial do Porto diz que o presidente da concelhia do Porto do PSD, que criticou a administração portuária, “está mal informado”

● O presidente da Associação Comercial do Porto, Rui Moreira, defende que “pôr em causa a actual administração [do Porto de Leixões] é um tiro no pé e é o que interessa ao centralismo”.

Rui Moreira reagiu assim às posições dos líderes das concelhias do PSD do Porto e Matosinhos, respectivamente, Ricardo Almeida e Pedro da Vinha Costa, ambos defensores de uma substituição urgente da actual administração do Porto de Leixões. “O dr. Ricardo Almeida ou está mal informado ou não conhece a realidade do porto de Leixões”, comentou.

Rui Moreira, ele próprio antigo

presidente da Comunidade Portuária de Leixões, acha normal que um porto procure criar boas relações com a cidade em que se insere e, nesse sentido, vê como “injusto” que Ricardo Almeida tenha afirmado que a Administração dos Portos do Douro e de Leixões (APDL) é um “braço armado” da Câmara de Matosinhos e que existe uma “promiscuidade enorme” entre as duas entidades. “O dr. Ricardo Almeida, que é administrador em Gaia, deve saber que a APDL construiu a Marina de Gaia, e isso não foi para agradar ao dr. Menezes”, comentou Rui Moreira.

Sobre as críticas de Pedro da Vinha Costa, que descreveu o actual presidente da APDL, Matos Fernandes, como um *boy* do PS, Rui Moreira corrigiu: “Matos Fernandes não é um *boy*. Foi ele que fez o principal estudo estratégico do Porto de Leixões, estudo esse que é responsável pelo sucesso actual do porto.” Rui Moreira demonstrou ainda a sua “perplexidade” por as críticas dos dois líderes concelhios contrariarem o “consen-

so” gerado na Assembleia Municipal do Porto desta segunda-feira, em que todos os partidos rejeitaram a anunciada intenção governativa de centralizar a gestão de todos os portos nacionais.

Nessa sessão, o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, manifestou-se a favor da autonomia de Leixões e elogiou a sua actual gestão. “Leixões tem estado a funcionar bem. Perguntou-se se faz sentido mexer no que está



Rui Moreira considera “injusto” afirmar que a APDL é “um braço armado” da Câmara de Matosinhos

bem”, questionou. Mas, para Ricardo Almeida, Rui Rio não quis propriamente elogiar a gestão da APDL. “O que Rui Rio quis dizer é que neste momento há muitas coisas que dão prejuízo no país e essas é que é prioritário resolver. Como a APDL não é deficitária, não é prioritário mexer”,

interpretou para o PÚBLICO.

O líder da concelhia portuense do PSD não se impressiona com o facto de Leixões ser o mais lucrativo porto português. “O sector do transporte marítimo foi o que mais cresceu nos últimos 10 anos e os números da APDL ficam muito aquém do que era expectável”, alega. Quanto a uma gestão autónoma ou conjunta dos portos portugueses, já solicitou um debate sobre esta matéria à distrital do partido. “Estou disponível para aceitar o debate e as conclusões do debate. Não estou disponível para aceitar argumentos futebolísticos de Porto contra Lisboa.”

Ainda sobre as críticas do presidente da Câmara de Matosinhos, Guilherme Pinto, que acusou Ricardo Almeida de não ter “qualificações para o cargo que ocupa no PSD”, respondeu: “Não me conhece nem sabe quais são as minhas qualificações políticas e académicas e, por isso, disse o que disse. Mas, apesar de eu ser bem mais novo, são bastante superiores às dele.”

Legatários de Eugénio continuam na Casa de Serrúbia

Jorge Marmelo

● Os herdeiros de Eugénio de Andrade vão, para já, continuar a habitar a casa onde o poeta viveu nos seus últimos anos, apesar de já ter terminado o prazo concedido pela Câmara do Porto para que abandonassem a habitação do Passeio Alegre. De resto, os legatários accionaram judicialmente, no início do mês, a autarquia e a extinta Fundação Eugénio de Andrade, considerando que o município, ao assumir a posse do espólio, passou também a ser responsável pelo pagamento da dívida associada a esse espólio, que os herdeiros reclamam.

A Câmara do Porto, recorde-se, tomou posse do espólio do poeta no dia 22 de Dezembro, no seguimento da extinção da fundação, conforme estava previsto no protocolo de cedência da casa ao poeta. A autarquia “notificou” também os legatários do escritor para que abandonem o piso que ainda habitam, considerando que a extinção da fundação deixa sem objecto o contrato de cedência da Casa de Serrúbia em direito de superfície. Os legatários, porém, defendem que o protocolo assegurava o usufruto da casa como contrapartida pela cedência do espólio do poeta, posição que é corroborada pelo presidente da câmara à data da celebração do protocolo, Fernando Gomes.

De acordo com Nuno Remédios, advogado dos legatários, a ordem da autarquia “não tem suporte legal”. “Se a câmara quiser despejar os herdeiros, terá que recorrer à via judicial”, explicou o jurista ao PÚBLICO. Remédios considera que o direito de superfície foi constituído antes da criação da fundação, pelo que a extinção desta não pode fazer cessar o direito dos herdeiros do poeta.

O processo judicial, refira-se, tem como testemunhas abonatórias Fernando Gomes, a ex-vereadora da Cultura Manuela de Melo, bem como a ex-ministra da Cultura Isabel Pires de Lima. Miguel Moura, afilhado de Eugénio, diz que o testamento do poeta é claro, considerando que o despejo promovido pela autarquia é “moralmente reprovável”.

A Câmara do Porto, recorde-se, informou no início do ano que a devolução ao usufruto da cidade do espólio de Eugénio de Andrade, agora na sua posse, “não pode ser ainda definida enquanto a questão da casa [onde o poeta viveu nos últimos anos] não for resolvida”. Face ao impasse legal, o presidente da Câmara do Fundão, Paulo Fernandes, disponibilizou-se para acolher o espólio no concelho onde Eugénio nasceu. O essencial “é que a obra e o espólio não fiquem ocultos do público, de forma a salvaguardar o trabalho de um poeta universal”, disse ontem o autarca beirão à agência Lusa.

SEF identificou onze suspeitos de falsificação de documentos

● O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) anunciou ontem ter constituído arguidos 11 estrangeiros por suspeitas de se dedicarem à falsificação de documentos e referenciado mais de três dezenas de indivíduos pela prática do mesmo crime.

Em comunicado, o SEF refere que, no âmbito de uma investigação que decorria há cerca de meio ano no Porto, “foram constituídos arguidos 11 cidadãos magrebinos por indícios da prática do crime de falsificação de documentos”. Todos os arguidos, salienta, “são suspeitos de terem obtido ou renovado as suas autorizações de residência com base em contratos falsos e descontos para a Segurança Social fictícios”.

O SEF acrescenta ainda que, para além destes, “estão ainda referenciados e serão oportunamente constituídos arguidos mais 30 estrangeiros suspeitos da prática do mesmo crime”.

No âmbito desta investigação, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras lembra que já havia sido constituído arguido um homem de nacionalidade portuguesa, “suspeito de celebrar os referidos contratos falsos com alegado empregador”. Os elementos do SEF apreenderam “quatro autorizações de residência emitidas com base na referida documentação fraudulenta”. Lusa

STCP investiga incêndio em autocarro

● Um autocarro da linha 205 da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) incendiou-se ontem, por volta das 8h, na Estrada da Circunvalação, em Matosinhos, sobre o túnel de metro da Senhora da Hora e junto ao Instituto Cuf. Todos os passageiros saíram do veículo a tempo.

Os primeiros sinais de incêndio alertaram o motorista, que pediu aos passageiros para abandonarem ordeiramente o autocarro. As cerca de 50 pessoas que estavam no veículo assim o fizeram e o motorista ainda tentou controlar o fogo com dois extintores, mas sem sucesso. O autocarro acabou por ser consumido pelas chamas, ficando com a traseira e o interior totalmente destruídos. Só os Bombeiros Sapadores do Porto foram capazes de extinguir o fogo, pouco depois das 8h30.

Segundo fonte dessa corporação, a remoção do veículo revelou-se uma operação complexa e a circulação na

Estrada da Circunvalação permaneceu condicionada durante três horas, aproximadamente. O trânsito só voltou à normalidade às 11h, sendo, até

essa hora, desviado para a Rua da Fonte das Sete Bicas. A STCP abriu um inquérito sobre o incidente. Inês Rios



Veículo transportava cerca de 50 pessoas e ninguém ficou ferido

Viana sem Carnaval é excepção no distrito

● A Câmara de Viana do Castelo (PS) será a única, das dez do distrito, a não decretar tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval, constatou a Lusa.

A Câmara de Arcos de Valdevez, liderada pelo PSD, justificou a tolerância de ponto com a “tradição do Entrudo” no concelho e o “investimento” realizado para “atrair visitantes”. Já a autarquia de Caminha, também do PSD, terá as portas abert

tas no dia 21, mas dará tolerância de ponto a metade dos funcionários. Ainda do lado do PSD, a Câmara de Valença também já fez saber que vai dar tolerância de ponto.

A única câmara de maioria CDS-PP, Ponte de Lima, mantém a tolerância de ponto que decidiu no início do ano. Idêntica posição foi assumida pelas autarquias PS de Vila Nova de Cerveira, Monção, Melgaço, Paredes

de Coura e Ponte de Barca.

A excepção é mesmo Viana do Castelo, liderada por José Maria Costa, que antecipou para este domingo o curso que se realiza na cidade no dia de Carnaval, face à não atribuição de tolerância de ponto aos funcionários públicos anunciada pelo Governo. O curso “trapalhão” de Viana é o maior da região, com 3000 figurantes e mais de vinte carros alegóricos.

Local



A Polícia Judiciária deteve no Porto um ex-advogado especializado em Direito Fiscal, condenado a pena de quatro anos de prisão, por burla e abuso de confiança, já transitada em julgado. O detido, de 72 anos, era procurado desde 2008 e foi expulso da Ordem dos Advogados.

Mulher esfaqueada pelo marido diante dos dois filhos menores na Maia

Pedro Sales Dias

Vítima sofreu três golpes, no pescoço, costas e abdômen, e foi operada de urgência. Marido tem antecedentes de violência doméstica e acabou por se entregar

● Uma mulher de 28 anos está internada no Hospital de S. João, no Porto, com prognóstico reservado, depois de ter sido esfaqueada anteontem pelo marido, na sequência de uma discussão. O crime foi cometido na casa da família, às 19h de anteontem, na presença dos dois filhos menores do casal.

Segundo fonte policial, tudo começou com uma discussão sobre uma alegada infidelidade conjugal. O marido desferiu três golpes, no pescoço, costas e abdômen da companheira, que ficou prostrada junto à entrada

da habitação, na Rua de Joaquim Oliveira Júnior. A mulher arrastou-se até à porta da residência e conseguiu o auxílio de uma vizinha do prédio que, alarmada pelos gritos, chamou a polícia. O agressor fugiu de imediato. Fonte policial explicou ao PÚBLICO que o homem, transtornado, "perdeu a cabeça" e terá usado uma faca de cozinha.

A polícia deslocou-se ao local e efectuou diligências para encontrar o homem que esteve em fuga durante algumas horas, até acabar por se apresentar na esquadra da PSP. O PÚBLICO apurou que esta não foi a primeira discussão violenta do casal, embora nenhum dos episódios anteriores tenha tido desfecho tão grave. Os vizinhos conheciam bem as contendas e a polícia tinha já a situação referenciada. O marido, carpinteiro de 38 anos, tem antecedentes criminais por quatro crimes de violência doméstica.

"Eles discutiam várias vezes. Sa-



Vítima tem prognóstico reservado

bia-se por cá que as coisas um dia podiam acabar mal. Fiquei assustada quando soube da situação. A senhora ainda ficou muito magoada. As crianças é que não tinham de passar

também por isto. Deviam ser protegidas", disse ao PÚBLICO uma vizinha que preferiu não se identificar.

A vítima da agressão foi transportada pelo INEM para o hospital e de imediato submetida a uma intervenção cirúrgica, ditada pela gravidade dos ferimentos.

A violência doméstica é, por norma, investigada pela PSP, mas o caso passou para a Direcção do Norte da Polícia Judiciária, uma vez que, com o uso de arma e o perigo de vida implicados, o marido está indiciado pelo crime de homicídio na forma tentada. Pode até vir a ser acusado de homicídio na sua forma agravada, cuja moldura penal vai até aos 25 anos de prisão efectiva (a pena máxima), uma vez que atentou contra a vida da companheira, acto a que o Código Penal atribui especial censurabilidade. O homem foi presente ontem a um juiz de instrução criminal, mas as medidas de coacção ainda não eram conhecidas até ao final desta edição.

Três incêndios fazem um morto e desalojam quatro pessoas

Inês Rios

● Um homem morreu e quatro pessoas ficaram desalojadas na sequência de três incêndios, ocorridos na noite de terça para quarta-feira, numa casa de Camarate, Loures, e em duas residências de Vila Nova de Gaia.

Em Camarate, o alerta foi dado às 21h. À hora a que os bombeiros dessa freguesia chegaram ao Bairro de S. João, porém, já não foi possível salvar as três habitações que o fogo afectou. Apenas uma delas estava ocupada, por um casal. O homem faleceu no seu interior e a mulher escapou sem ferimentos. As causas do incêndio, extinto já depois da meia-noite, permanecem desconhecidas, disse ao PÚBLICO fonte dos bombeiros de Sacavém, que também estiveram no local.

Em Gaia, o primeiro incêndio começou às 21h28 numa residência localizada na Rua do Freixiello, em Oliveira do Douro, e só foi extinto mais de duas horas depois. O sobreaquecimento de um tubo de exaustão estará na origem do fogo que destruiu o 1.º andar da casa, habitado por um casal. Às 6h18, outro incêndio destruiu uma casa da Rua da Bica, em Pórosinho. O único morador da habitação tinha acendido uma vela no quarto, ausentou-se por momentos e, quando regressou, encontrou a divisão em chamas. Escapou ileso ao abandonar a casa, que ficou totalmente destruída.

Médicos do IPO-Porto dizem não ter o descanso devido após turno de urgências

Catarina Gomes

● Vinte e dois médicos do Serviço de Cirurgia do Instituto Português de Oncologia (IPO) do Porto enviaram ao ministro da Saúde e à Inspeção Geral das Actividades em Saúde um documento em que se queixam de não beneficiarem do "descanso compensatório" que lhes é devido depois de 24 horas de trabalho de urgência. Dizem mesmo que esta atitude "põe em risco a segurança dos actos médicos e saúde dos doentes". A administração do IPO-Porto diz aguardar esclarecimentos.

Os clínicos que subscrevem o documento alegam que o director do serviço de cirurgia se recusa a dar-lhes o descanso, "agendando inclusivamente os médicos do serviço para a realização de cirurgias altamente diferenciadas e complexas, no dia seguinte ao trabalho de urgência". Tal atitude, defendem, "é ilegal" e "põe em risco a segurança e saúde dos doentes".

A administração do IPO-Porto responde, em comunicado, que "está em condições de implementar o descanso compensatório, após serviço de urgência, para todos os médicos da instituição". Mas diz que não está esclarecido "se é com prejuízo do horário de trabalho ou não". A administração acrescenta que não irá alterar o regime em vigor e pagar mais por horas extras, para que se faça o atendimento dos doentes, notando que este item está a ser negociado com os sindicatos. "Todos os outros

descansos legais estão a ser respeitados na íntegra e, além dos cirurgiões, existem mais 60 médicos integrados nas escalas que aguardam decisão definitiva das negociações em curso".

Cada vez que um médico cumpre 24 horas de trabalho tem direito a descanso no dia seguinte. Isto significa que não tem que comparecer ao serviço e que "o descanso conta como trabalho efectivo", não precisando de ser compensado, afirma Pilar Vicente, da direcção da Federação Nacional dos Médicos. Esse não era o entendimento legal até 2009, diz, altura em que a regra ficou explícita em acordos colectivos de trabalho. "Subsistiram dúvidas e em 2010 houve novas clarificações". A Adminis-

tração Central do Sistema de Saúde emitiu nova circular dizendo que os médicos têm esse direito, explica.

A sindicalista diz que ainda há administrações ou direcções de serviço que não respeitam este direito e querem que os médicos compensem o tempo de descanso no resto da semana. Pilar Vicente observa que "há até médicos que não reclamam esse direito, porque o desconhecem". A dirigente diz que existem algumas situações pontuais denunciadas noutros hospitais e que estas até são mais frequentes "com jovens médicos internos". Por norma, explica, a maior parte dos médicos tem que fazer mais 12 horas de trabalho uma vez por semana.



Documento tem 22 subscretores do Serviço de Cirurgia do IPO-Porto

Gaia

Loja de compra de ouro assaltada

● Um estabelecimento de compra de artigos em ouro foi anteontem assaltado, às 16h, em Vila Nova de Gaia, por dois homens armados. A dupla armada ameaçou com um revólver e manietou a funcionária da loja, na Avenida da República, levando a caixa registadora com mais de mil euros. O assalto foi participado à polícia pela própria funcionária, que, após a saída dos ladrões, conseguiu libertar-se. Os assaltantes fugiram a pé e também levaram artigos em ouro.

Vila do Conde

Nórdica indemniza pessoal de há 12 anos

● Os 250 operários da têxtil Nórdica, de Vila do Conde, vão "finalmente" receber as indemnizações a que têm direito, 12 anos depois de a empresa das Caxinas ter fechado as portas. Os operários vão no dia 22 ao Tribunal do Comércio de Gaia para serem ressarcidos com uma verba que ronda os "840 mil euros", avançou o representante dos trabalhadores. Os operários travaram uma luta judicial para serem reconhecidos como primeiros credores.

Bragança

Falta de água cria "situação inédita"

● As reservas de água para abastecimento à população de Bragança estão a níveis do Verão, uma "situação inédita". O vereador Rui Caseiro acrescentou ontem que o município já está a recorrer, com quatro meses de antecedência, aos sistemas alternativos, que normalmente só são acionados próximo do Verão. Também a Câmara da Covilhã classificou ontem como "dramática" a situação do abastecimento de água e suspendeu as regras na cidade.

Coimbra

PSP encontrou bens furtados em sucateira

● Uma sucateira de Taveiro, Coimbra, está a ser investigada por suspeitas de recepção de metais e máquinas agrícolas furtadas e por abate clandestino de viaturas. A PSP apreendeu na sexta-feira diversas máquinas que as autoridades suspeitam ter sido furtadas nos campos dos arredores e "vários metros de cabos de cobre", que se supõe pertencerem à EDP. O caso foi desencadeado pela detenção, em Novembro de 2011, de um toxicod dependente que tentava vender à sucateira ferramentas eléctricas e tampas de saneamento furtadas do IC2.



Aprígio Santos, promotor imobiliário e presidente do Naval 1º Maio, foi condenado a uma pena suspensa de dois anos de prisão, por crimes de dano contra a natureza e desobediência. Em causa está a destruição de espécies e habitats numa quinta junto à ria de Alvor, no Algarve.

Líder do PSD de Matosinhos defende que APDL tem sido uma “agência de empregos do PS”

Aníbal Rodrigues

Pedro da Vinha Costa aponta problemas ambientais ao porto de Leixões e que não existe um plano de emergência para os silos

● O presidente do PSD de Matosinhos, Pedro da Vinha Costa, respondeu aos elogios que Rui Moreira, presidente da Associação Comercial do Porto e da Porto Vivo (ver página anterior), teceu a Matos Fernandes, na Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL), reforçando as críticas à actuação deste mesmo responsável. “Matos Fernandes foi um verdadeiro servidor do PS, transformando ou ajudando a transformar a APDL numa verdadeira agência de empregos do PS. Ao longo destes anos que leva na administração da

APDL (...) deu emprego a muito boy socialista”, escreveu Pedro da Vinha Costa num documento enviado ao PÚBLICO.

“Seguramente que a administração da APDL não se importará de tornar pública a lista de contratações de pessoas e de prestações de serviços que fez e a quem fez ao longo do eterno consulado de Matos Fernandes”, atira o líder concelhio do PSD. O PÚBLICO tentou, sem sucesso, ouvir Matos Fernandes, que se encontra no estrangeiro. Os restantes administradores da APDL também não comentam as acusações de dirigente social-democrata.

Pedro da Vinha Costa diz querer “substituir um boy do PS por um gestor competente, independente e transparente, que até pode ser militante do PS”. “Não pode é estar de costas voltadas para a cidade de Matosinhos e ao serviço do PS”, vinca. Aponta a “pegada” ambiental

do porto Leixões, nomeadamente o depósito de estilha e ferro-velho ou a circunstância da actual administração “não considerar (...) perigosos os silos do porto (...), que muitos classificam, pelos gases acumulados



Vinha Costa insiste que o administrador do porto de Leixões está de “costas voltadas para Matosinhos e ao serviço do PS”

dos no seu interior, o equipamento mais perigoso de Matosinhos”. O líder concelhio do PSD avisa ainda que “a administração da APDL não tem nenhum plano de emergência para o caso de haver algum problema nos silos”.

As declarações de Rui Moreira foram também visadas pelo líder do PSD-Porto, Ricardo Almeida, que, noutro comunicado, sublinhou que

“a marina de Gaia foi construída e é explorada por uma entidade privada. Foi um concurso ao abrigo do Programa Polis”. “Não só a APDL não construiu nenhuma marina em Gaia, como ainda recebe uma renda.”

Já Rui Moreira precisou que o que pretendeu transmitir foi que a APDL viabilizou a marina. “A marina de Gaia está construída na área de jurisdição da APDL. O concedente é a APDL e o concessionário é privado. O facto de permitir e proporcionar a construção de determinado espaço fomenta, e a APDL podia lá ter posto outra coisa qualquer”, explicou Rui Moreira.

O porto de Leixões foi ainda o tema de uma conferência de imprensa do PCP-Porto em que foi defendido que os portos nacionais devem ser “geridos de forma pública e integrada”. Os comunistas temem que se esteja a preparar a privatização de Leixões e do Aeroporto Sá Carneiro.

Universidade do Minho projecta investimentos de 17 milhões

Samuel Silva

● A Universidade do Minho (UM) vai investir quase 17 milhões de euros na modernização das suas instalações já a partir do final deste ano. Apesar do corte de 8% nas transferências do Orçamento do Estado de 2012, a instituição, recorrendo a fundos europeus, promete melhorar as condições de ensino e criar um novo instituto de investigação.

O projecto mais adiantado é o do Instituto da Bio-Sustentabilidade, um centro multidisciplinar que vai cruzar a Biologia com a Engenharia Civil, com pólos em Braga e Guimarães. A obra, com um prazo de execução de um ano, deverá ser lançada a concurso até Setembro. O investimento de 7 milhões de euros inclui um apoio do QREN de 5,6 milhões, cujo contrato será assinado esta tarde, na sessão comemorativa dos 38 anos da UM.

A reitoria quer também reabilitar todo o complexo do Largo do Paço, no centro de Braga, onde funcionam os serviços centrais da instituição. Esse projecto, orçado em dez milhões de euros, visa libertar o antigo paço

19 mil é o número de alunos que a UM quer ter no próximo ano lectivo, altura em que vai avançar com três novos cursos

episcopal de alguns serviços, de modo a poder acolher instalações do Arquivo Distrital de Braga, ao abrigo de um protocolo que será estabelecido em breve com a Secretaria de Estado da Cultura.

Estes investimentos serão feitos com recurso a verbas comunitárias, num ano em que a UM voltou a sofrer um corte no seu orçamento. A verba prevista para 2012 é de 86,5 milhões de euros, o que representa um corte de 13,6 milhões face ao ano passado. Este decréscimo resulta sobretudo de um corte de 8% nas transferências da administração central, mesmo depois de descontados a redução dos encargos com pessoal, fruto do corte nos vencimentos na função pública.

Apesar dos cortes, a UM quer continuar a aumentar a sua população estudantil e chegar aos 19 mil alunos no próximo ano lectivo. Nesse sentido, vai criar três novas licenciaturas. O novo curso de Engenharia Física ficará em Braga, numa parceria com o Instituto Ibérico de Nanotecnologia. Guimarães recebe os cursos Design do Produto e Teatro e Artes Performativas, que funcionarão na renovada zona industrial de Courões, recuperada no âmbito da Capital Europeia da Cultura. A UM conta também ter aí em funcionamento, dentro de dois anos, um novo curso de Artes Visuais, coordenado pela Escola de Arquitectura.

Prisão preventiva para suspeito de violar filha menor em Aveiro

Inês Rios

● A Polícia Judiciária deteve, através do Departamento de Investigação Criminal de Aveiro, um homem suspeito de ter violado, ao longo de quatro anos, a filha menor. Também foi constituído arguido um filho adoptivo do agressor sobre o qual, segundo a PJ, recaem indícios do mesmo crime.

Em comunicado, a PJ informa que o pai é um homem de 40 anos, que trabalha como “técnico operativo” e vive sozinho com quatro filhos. Terá abusado da criança pela primeira vez quando ela tinha 10 anos e, desde então, tê-lo-á feito de forma “reiterada”. A menor, agora com 14 anos, terá também sido vítima de abuso sexual por parte de um filho adoptivo do detido, com 18 anos, estudante, que foi de igual modo identificado pelas autoridades.

De acordo com o mesmo comunicado, o pai terá perpetrado o crime até ao início deste ano. O facto de mais nenhum adulto habitar ou sequer frequentar a casa onde residia com os filhos, dois deles de idade inferior à da vítima, ter-lhe-á permitido abusar da criança durante vários anos sem ser descoberto.

Os dois indivíduos foram ontem submetidos a um primeiro interrogatório judicial. O pai ficou em prisão preventiva e o filho adoptivo será obrigado a apresentar-se semanalmente às autoridades, disse ao PÚBLICO fonte da PJ de Aveiro.

Portugal e Espanha vão ter sistema comum de pagamento electrónico de portagens

Andrea Cruz

● Sem se comprometer com prazos, o secretário de Estado adjunto da Economia, António Almeida Henriques, garantiu ontem que “no mais curto espaço de tempo” estará garantida a “interoperabilidade” dos sistemas portugueses e espanhóis de pagamento electrónico de portagens. No final da assembleia geral do Eixo Atlântico, que decorreu em Viana do Castelo, o governante afirmou que a Brisa e a espanhola Via T estão a unificar aqueles sistemas, para permitir a “conexão” dos respectivos aparelhos, facilitando o processo de pagamento a quem passa sob os pórticos virtuais das ex-Scut portuguesas, mas também aos utentes nacionais que viajam pelas auto-estradas espanholas.

No final da assembleia do Eixo Atlântico, associação de municípios portugueses e galegos que, desde 2010, reclama a unificação da forma de pagamento, Almeida Henriques deu conta de “um trabalho muito intenso” desenvolvido pela Brisa e pela Via T. Questionado pelos jornalistas se essa “interoperabilidade” estará concluída a tempo da Semana Santa, período que muitos turistas espanhóis costumam aproveitar para visitar Portugal, o secretário de Estado adiantou não estar em condições de se comprometer com prazos, até porque não detém a pasta dos Transportes. “O único compromisso que posso assumir é que continuaremos a tratar deste assunto com a rapidez com que estamos a tratar dos outros assuntos do país”, disse.

O governante recordou que foi recentemente publicada a portaria que atribui descontos nas portagens entre 10% e 15% para o transporte de mercadorias. E adiantou que está a ser simplificada a aquisição de dispositivos de identificação de veículos, “via web” e “através das máquinas instaladas nas regiões transfronteiriças e nos postos de abastecimento de combustível”.

O Eixo Atlântico também decidiu ontem criar uma comissão encarregada de apresentar propostas sobre a mobilidade entre o Norte de Portugal e a Galiza na próxima cimeira ibérica. O próximo encontro entre os chefes de governo de Portugal e de Espanha ainda não tem data marcada, mas o presidente do Eixo Atlântico, o autarca de Viana do Castelo, “tem muita esperança” de que será determinante para quebrar os obstáculos que se ergueram à dinâmica da euro-região.

“Estou convencido que nos vai trazer boas notícias, não só na componente das portagens, mas também na modernização da linha-férrea entre Nine e Valença”, rematou o presidente da associação que reúne as 34 maiores cidades do Norte de Portugal e da Galiza.

Almeida Henriques também não se comprometeu quanto à modernização da ligação ferroviária Porto-Vigo, comentando apenas que o Governo “aposta nos portos e na linha férrea”. O secretário de Estado afirmou que “a vida não acaba em 2014”, mas não afastou a hipótese de a requalificação linha Porto-Vigo vir ainda a beneficiar de verbas do actual Quadro Comunitário de Apoio.



Governante não garantiu que já exista sistema compatível na Páscoa

Local Breves

Barcelos

Bombeiros encontram corpo de idoso carbonizado

Um homem de 82 anos morreu ontem em casa, em Macieira de Rates, Barcelos, devido a um incêndio que terá deflagrado num cobertor eléctrico. O homem encontrava-se na cama e o seu corpo, "completamente carbonizado", foi encontrado depois da extinção do fogo, pelos bombeiros de Viatodos. No quarto ao lado encontravam-se duas pessoas que, "com dificuldade" e "apesar do fumo e do calor", conseguiram sair a tempo do local.



Aveiro

Hoteleiros contra taxa turística municipal a aplicar a visitantes

A Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) pediu uma audiência ao presidente da Câmara de Aveiro, Élio Maia (na foto), para lhe manifestar "profundo desacordo" com a taxa turística que a autarquia quer aplicar aos turistas que visitam a cidade. De acordo com a AHP, "não faz qualquer sentido a aplicação de um 'imposto' ao turista que visita e se aloja em Aveiro, que apenas irá agravar a já difícil situação económica que o país atravessa".



Vítima tinha 33 anos e morreu horas depois no hospital

Café vandalizado dois dias após agressão brutal a cliente

Inês Rios

Um número indeterminado de indivíduos destruiu, na noite de sexta-feira para sábado, a mostra em vidro do café Slávia, na Rua de São João de Brito, no Porto, além de ter tentado incendiar o estabelecimento com recurso a *cocktails molotov*. De acordo com o oficial de dia da Polícia de Segurança Pública do Porto, este terá sido um acto de "vingança" por parte de pessoas próximas de um homem que morreu no hospital, durante a madrugada de quinta-feira, depois de ter sido violentamente agredido no exterior desse mesmo café.

Segundo o que o Jornal de Notícias apurou junto da família da vítima, A. Almeida, de 33 anos, residente em Ramalde, encontrava-se quarta-feira à noite no Slávia, a "beber um copo", quando se gerou uma "ligeira confusão" com outro cliente. O relato do seu irmão àquele jornal aponta para que, na sequência dessa desavença, tenham sido chamados cinco indi-



Ontem à tarde o café estava fechado e a área em volta foi vedada

víduos que o levaram para fora do estabelecimento e o espancaram a murro e a pontapé. Nas agressões terá sido usada inclusivamente uma soqueira, contou o irmão, deixando-lhe

"poucas hipóteses para se defender". Contudo, fonte policial garantiu ao PÚBLICO que nenhum familiar da vítima presenciou a situação. O homem era, prossegue a fonte, cliente regular

do Slávia e costumava sobressair por provocar os estudantes que também frequentavam aquele estabelecimento. No dia da agressão, acrescenta, terá sido mesmo ele a espoletar o desacato, levando alguns "amigos do dono", que estavam no local, a partir para a violência.

O homem agredido tinha igualmente um vasto historial criminal, relacionado com tráfico de droga e roubos, e tinha saído da prisão há cerca de dois meses. Nessa noite, foi transportado para o Hospital de Santo António, no Porto, onde acabou por falecer por volta das 3h30. O resultado da autópsia, realizada pelo Instituto de Medicina Legal, não foi revelado e ontem não estava ainda na posse das autoridades. Como tal, ainda não está provada a eventual relação entre a morte de A. Almeida e a agressão de que foi alvo. Várias pessoas alegadamente envolvidas nos desacatos de quarta-feira já foram identificadas e constituídas arguidas pela Judiciária, que está a investigar este caso.

Fevereiro

Número de incêndios perto de quintuplicar

O número de incêndios florestais ocorridos desde o início do mês é já quase cinco vezes superior ao registado durante todo o Fevereiro do ano passado. Até ontem ao fim da tarde, segundo os dados provisórios da Autoridade Nacional de Protecção Civil, registaram-se 1878 ocorrências, contra 380 contabilizados em Fevereiro de 2011. Entre 2001-2010 houve, neste mês, uma média de 729 fogos. Ontem o ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, anunciou que se vai reunir terça-feira com a Liga de Bombeiros Portugueses (LBP) para abordar a "preocupante" seca prolongada que afecta o país. O presidente da LBP, Jaime Marta Soares, enviara esta semana uma carta a Miguel Macedo, na qual pedia que fossem ressarcidas as associações humanitárias de bombeiros das despesas suportadas com os incêndios florestais recentes. Caso isso não aconteça, adianta, "receia-se seriamente que a capacidade operacional de muitas associações diminua rapidamente". **M.O.**

Líder do CDS admite não renovar coligação no Porto

Concelhia do Porto do PSD acusa Paulo Portas de "alimentar polémicas esteréis"

A coligação entre o PSD e o CDS, que tem permitido a Rui Rio governar a Câmara do Porto com maioria nos dois últimos mandatos, parece, cada vez mais, ter os dias contados. Anteontem à noite, numa reunião com militantes da concelhia do seu partido, na cidade, Paulo Portas avisou que "quando chegar a hora das novas eleições e visto que há a questão da limitação dos mandatos, o CDS reserva para si toda a liberdade estratégica para definir qual é a melhor opção a pensar apenas e só no Porto e nos interesses do Porto", revelou ontem o semanário *Sol*, na sua edição online.

O líder do CDS/PP nem sequer fechou por completo a porta a uma renovação do acordo, mas as suas palavras bastaram para fazer soar as campainhas na concelhia do PSD, cujo líder, Ricardo Almeida, emitiu ontem à noite um comunicado lamentando

"que o dr. Paulo Portas, com as mais altas responsabilidades governativas, não esteja preocupado com a defesa da coesão nacional e perca tempo a alimentar polémicas estérteis". Numa curta nota, o recém-eleito líder concelhio do PSD vincou que "não é o dr. Paulo Portas, de uma forma isolada e pouco dialogante, que decide se há ou não coligação em 2013".

Mas se os dois partidos concorrerem separados, Almeida, homem próximo de Luís Filipe Menezes, que tem dados sinais insistentes de pretender candidatar-se ao lugar ocupado por Rio, deixa vincada a sua convicção: "O PSD está preparado para ir sozinho no Porto, sem coligações com mais nenhum partido, pois tem condições únicas de ganhar a Câmara do Porto em 2013".

A ano e meio do final do mandato, a coligação local entre o PSD e o CDS vi-

ve dias complicados. Depois da sangria provocada pela saída de dois vereadores do CDS/PP para cargos de nomeação governamental, acabou ainda por ser afectada pela suspensão de mandato de Manuel Gonçalves, que substituiu um deles, mas que, legalmente, estava impedido de se candidatar.

A perda do seu vice-presidente, Álvaro Castello-Branco, deixara Rio irritado com Paulo Portas, mas segundo o relato do *Sol*, na reunião de anteontem à noite este defendeu o actual autarca, deixando claro que, mais do que uma coligação com o PSD, o CDS tem, no Porto, um acordo com Rui Rio "que ganhou três vezes e geriu bem a cidade. O CDS é leal aos seus compromissos, do primeiro dia até ao último", garantiu Portas que, apesar de estar num Governo com o PSD, não tem qualquer obrigação de estender essa parceria às autarquias. **A.N.C.**

SÉ CATEDRAL DO PORTO

CICLO DE CONCERTOS DE ÓRGÃO 2012

23 DE FEVEREIRO DE 2012 / 23.30 H
(Primeiro Concerto)

JOSEF MILTSCHITZKY (OTTOBEUREN), Órgão
SUSANNE JUTZ-MILTSCHITZKY, Soprano

Obras
de

BACH, MENDELSSOHN, SCHÜTZ,
RODRIGUES COELHO, ETC

Patrocínio e Organização

CABIDO DA SÉ CATEDRAL DO PORTO

Entrada livre

Fogo na Peneda-Gerês combatido por 42 bombeiros

Uma frente activa de fogo em mato em Admeus, Terras de Bouro, no Parque Nacional Peneda-Gerês, estava ontem ao final da tarde a ser combatida por 42 bombeiros,

apoiados por 12 viaturas, segundo a Protecção Civil. O fogo tinha deflagrado no sábado, mas ontem voltou a recender-se, chegando a ter três frentes activas.



Diário Gráfico: Eduardo Salavisa desenha Braga <http://diario-grafico.blogspot.com>

Fantasporto 2012 arranca hoje no Rivoli com Ed Wood, um cineasta “tão mau que é bom”

Inês Rios

410 filmes, cinco antestreias mundiais e um fórum dedicado ao futuro são os trunfos do festival português

● O Fantasporto - Festival Internacional de Cinema do Porto tem início hoje, no Teatro Municipal Rivoli, com um pré-programa que contempla grandes clássicos do terror, mas a abertura oficial da competição só acontece na sexta-feira, dia 24. Até lá, os fãs podem aquecer com uma maratona de cinco filmes de Ed Wood, o “pior cineasta de todos os tempos”, hoje e amanhã (ver destaque no P2), e uma sessão simultânea do clássico do cinema mudo *Nosferatu*, de Murnau, e de *Dracula*, de Francis Ford Coppola, a ter lugar às 15h15 de amanhã. Quem não quiser perder nenhum destes dois filmes pode regressar ao Grande Auditório do Rivoli na quinta-feira às 21h15, altura em que eles vão voltar a ser exibidos, novamente sobrepostos.

Na 32.ª edição do Fantas vão ser apresentados 410 filmes, na sua maioria europeus. O inglês Steve McQueen

inaugura o festival, esta sexta-feira pelas 21h15, com *Shame*, a história de um viciado em sexo que já foi premiada no Festival de Cinema de Veneza. O encerramento, no dia 3 de Março, está a cargo de Paolo Sorrentino, que nos traz *This must be the Place*, um filme com o actor Sean Penn, às 21h.

Cinco antestreias mundiais fazem também parte da programação do Fantasporto 2012. Mick Garriss baseia-se mais uma vez em Stephen King para nos apresentar com uma delas, *Bag of Bones*, na qual Pierce Brosnan interpreta o papel de um escritor com um bloqueio criativo motivado pela morte da mulher. O filme está reservado para a noite do dia 24, a partir das 23h15.

Homenagem a Mike Hodges

A antestreia que se segue é *A Moral Conjugal*, a segunda longa-metragem de Artur Serra Araújo, a ser exibida no sábado, dia 25, pelas 21h15. As restantes são *Shiver*, de Julian Richards, *A gentle Rain Falls for Fukushima*, de Atsushi Koriatsu, e *In the dark Hall*, de Alastair Siddons.

Este ano, a organização do Fantasporto não quer deixar de prestar homenagem a dois realizadores que



As portas do Rivoli abrem-se, de novo, ao cinema de terror

deixaram a sua marca no festival. Assim, dá ao público duas oportunidades, a 25 de Fevereiro e a 2 de Março, para ver *Get Carter*, que faz 40 anos e é normalmente considerado a obra-prima de Mike Hodges. O britânico já arrecadou dois prémios no Fantasporto de 1990, por *Black Rainbow*, e vem a esta edição receber mais um, pela totalidade da carreira. Ridley Scott

é o outro realizador homenageado, graças a *Blade Runner*, estreado na edição de 1983 do Fantas e um verdadeiro símbolo do festival. A exibição do filme, no dia 24 de Fevereiro, às 23h, encerra também o fórum *O futuro agora*, que pretende averiguar que expectativas existem sobre o futuro em 14 áreas diferentes, com a presença de vários especialistas.

GNR conta já cinco mortos nas estradas no Carnaval

● No último balanço, feito durante a madrugada de domingo, a GNR tinha dado conta da ocorrência de 383 acidentes nas estradas portuguesas, com dois mortos e oito feridos graves. Ao longo do dia de ontem, os números negros da *Operação Carnaval 2012* engrossaram, com o registo de cinco mortos e sete feridos graves.

Um dos acidentes viários de ontem ocorreu junto a Santa Margarida do Sado, na Estrada Nacional 259, no concelho de Ferreira do Alentejo. O despiste de uma viatura ligeira provocou a morte de três pessoas e outras duas ficaram feridas com gravidade, tendo sido transportadas para o Hospital do Litoral Alentejano, em Santiago do Cacém.

Quer os três mortos, quer os dois feridos graves resultantes deste acidente são todos residentes em Lisboa. De acordo com o Destacamento de Trânsito de Beja da GNR, os sinistrados viajavam de Espanha para Lisboa, quando a viatura ligeira em que seguiam se despistou, pelas 00h40, junto a Santa Margarida do Sado, no concelho de Ferreira do Alentejo, Beja.



Num dia, o número de mortos contabilizado pela GNR nas estradas subiu de dois para cinco

Horas mais tarde, pelas 6h00, o despiste de uma viatura ligeira fez uma vítima mortal e três feridos, um dos quais em estado grave. Este acidente ocorreu na Estrada Nacional 269-2 junto a Tunes, em Faro, tendo o veículo acidentado capotado e embatido numa árvore e num poste de electricidade. A bordo seguiam cinco jovens, com idades entre os 19 e os 23 anos.

Perto do meio-dia um homem de 35 anos perdeu a vida, em Sesimbra, na sequência do despiste do motociclo que conduzia. O acidente ocorreu junto à Estrada Nacional 378 e a vítima ainda recebeu socorro no local.

Segundo informações prestadas pela GNR ao fim da tarde de ontem, o dia ficou marcado por dois outros acidentes graves, ambos na zona de Leiria. Um verificou-se às 10h20 em Casal do Rei e fez um ferido grave, na sequência do despiste de um veículo ligeiro. O segundo, uma colisão entre um ligeiro e um motociclo, ocorreu na Guia às 15h25 e provocou também um ferido grave.

Em 2011, a GNR tinha registado 972 acidentes durante a *Operação Carnaval*, com sete mortes, 23 feridos graves e 265 ligeiros. **Lusa**

Coimbra: idoso encontrado morto em casa

● Um idoso foi encontrado na sexta-feira morto em casa no Bairro Norton de Matos, em Coimbra, e a sua mulher estava inconsciente na cama, confirmou ontem à agência Lusa uma fonte policial. Segundo a fonte, o corpo do octogenário foi removido para a morgue local do Instituto Nacional de Medicina Legal, tendo a investigação do caso passado para a alçada do Departamento de Investigação e Acção Penal de Coimbra. O alerta dos vizinhos “ainda permitiu salvar a idosa, que foi de imediato transportada para os Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) muito desidratada”. Segundo o *Diário de Coimbra*, que ontem noticiava o caso, alguns vizinhos, tendo há vários dias deixado de ver Alexandre Costa, comunicaram a situação à PSP pouco antes das 19h40. Vinte minutos depois, os Sapadores eram chamados para abertura da porta da casa onde morava o casal, num bloco de apartamentos do Bairro da Caixa de Previdência. Os bombeiros deslocaram também uma ambulância para o local, a fim de transportar a mulher, de 80 anos, para os HUC. **Lusa**

PCP-Porto admite apresentar queixa contra o vereador Manuel Gonçalves

● O PCP está a avaliar a possibilidade de apresentar queixa contra vereador Manuel Gonçalves, que suspendeu o mandato na Câmara do Porto, por se ter candidatado em situação de alegada inelegibilidade. “Dependerá da avaliação interna que for feita”, adiantou à Lusa Belmiro Magalhães, da direcção da Organização Regional do Porto (DORP) do PCP e eleito pela CDU na Assembleia Municipal do Porto.

Manuel Gonçalves, do CDS/PP, pediu a suspensão do mandato de vereador da Câmara do Porto depois de ter sido tornada pública a sua inelegibilidade nas eleições de 2009, por se encontrar em situação de falência (declarada numa sentença de Fevereiro de 2008 do Tribunal de Comércio de Gaia). Para o PCP, a hipótese de avançar com uma denúncia às entidades competentes ainda não foi posta de parte, podendo avançar para o Ministério Público ou para a Inspeção-Geral da Administração Local, refere Belmiro Magalhães.

O comunista ressalva, no entanto, que “uma vez que este processo é do domínio público, os organismos



Pedro Carvalho, da CDU

competentes deviam desencadear os mecanismos para avaliar a situação”. Recorde-se que a 2 de fevereiro, a Câmara do Porto anunciou, em comunicado, que o vereador Manuel Gonçalves “assume que irá solicitar ao Ministério Público a apreciação do seu caso em concreto”.

Belmiro Magalhães falava aos jornalistas durante uma visita da CDU à Miragaia, onde foi levantado o problema da Associação Recreativa de Mira-

gaia cujas instalações são provisórias há mais de anos. Uma situação para a qual a coligação de esquerda pede a atenção da Câmara. “A associação saiu da sua sede instalada em casas da Fundação da Zona Histórica para que fossem feitas obras. Vieram para este espaço exíguo a título provisório, continuam aqui e têm o espólio de 89 anos a apodrecer num armazém”, denunciou Pedro Carvalho, vereador da CDU na autarquia, durante a visita ao local.

Pedro Carvalho mostrou-se ainda preocupado com o projecto previsto para um terreno de 10 mil metros quadrados da ex-Real Companhia Velha. Em 2000, existia um projecto que previa a criação de “um hotel, escritórios e zona comercial com habitação”, recorda o vereador, avisando que a zona vedada está agora transformada em estaleiro. “A informação que temos é que as obras já estão a ser efectuadas. Temos de perceber o que ali vai ser feito. Qualquer solução deverá ser para manter as pessoas aqui e atrair novos moradores, e não para expulsar os habitantes da freguesia”, defendeu o comunista. **Lusa**

Apanhado com heroína e cocaína em Guimarães

Vai aguardar julgamento em prisão preventiva o homem de 51 anos interceptado em Guimarães quando transportava cerca de 250 doses de heroína

e 200 de cocaína, informou ontem a PJ. Operário da construção civil, o suspeito já tem antecedentes criminais por tráfico de estupefacientes.



O estranho caso do público das artes plásticas <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

Bingo do Boavista FC foi assaltado por duo armado e ficou sem 85 mil euros

Jorge Marmelo

Chefe de turno foi fechado na caixa-forte e só conseguiu sair e dar o alarme ao fim de quatro horas, depois de desmontar a porta

Os últimos clientes já tinham saído, os funcionários também. Às 2h40 da madrugada de ontem apenas o chefe de turno do Bingo do Boavista FC, na esquina da Avenida da Boavista com a Rua de Belos Ares, no Porto, continuava no interior das instalações, a fechar as contas do dia. E foi sozinho que terá ainda tentado enfrentar os dois homens que, àquela hora, assaltaram o estabelecimento. O assalto rendeu 85 mil euros - mais um rombo nas já decaídas finanças do

histórico clube portuense.

Segundo o director do bingo, João Pinto, os assaltantes interceptaram o chefe de turno no momento em que este ia a sair do estabelecimento. "Meteram o pé na porta para ele não conseguir fechá-la e apontaram-lhe a arma à cabeça", relatou.

Os dois homens tinham as cabeças cobertas com passamontanhas, um, e com um gorro e um cachecol, o outro. Só um deles estava armado, com uma pistola. De acordo com João Pinto, a dupla de assaltantes começou por ameaçar o chefe de turno, ordenando-lhe que abrisse o cofre onde é guardado o apuro do bingo. Face à resistência do funcionário, os assaltantes agrediram-no na face, provocando-lhe um hematoma e partindo-lhe um dente. Acabaram, assim, por aceder à caixa-forte, situada

no piso subterrâneo, e apoderaram-se de todo o dinheiro que lá estava. Fugiram de seguida, sem provocar mais nenhum estrago e deixando o chefe de turno fechado no interior do cofre, impossibilitado de contactar com o exterior.



O alarme só foi dado perto das 7h, pouco depois de terem chegado as funcionárias que vinham fazer a limpeza do estabelecimento. "Viram as luzes todas acesas e perceberam que devia ter acontecido alguma coisa", conta João Pinto, segundo o qual as

empregadas decidiram, por cautela, ficar no piso superior, perto da entrada, até que chegasse algum funcionário habilitado. Quando este, por fim, chegou, iam a descer à cave quando deparam com o chefe de turno a subir as escadas, ferido: tinha conseguido sair do cofre desmontando-o por dentro. "Usou moedas de dois céntimos como chave de fendas para conseguir desaparafusar as peças da porta", contou João Pinto ao PÚBLICO.

Só a essa hora foi dado o alarme, tendo ocorrido ao local o piquete da PSP. Durante a manhã de ontem, o estabelecimento foi já também inspecionado por agentes da Polícia Judiciária, que está agora a investigar o caso. Apesar do assalto, o bingo recomeçou já ontem a funcionar normalmente, abrindo as portas às 14h, como de costume.

Detidos a furtar dez mil euros de material em armazém

Um casal referenciado por diversos furtos em Santo Tirso foi detido pela PSP local. Os jovens, de 24 e 25 anos, foram apanhados em flagrante pelos agentes de um carro-patrulha a retirar material de um armazém cujo portão tinham acabado de arrombar.

A dupla foi interceptada anteriormente pelas 13h, na Rua dos Cinco Caminhos, junto a um pavilhão da Zona Industrial do Freixieiro. Parte do material roubado que já tinham reunido num pinhal próximo do armazém valia cerca de dez mil euros. Entre os artigos furtados, estavam bancas de trabalho e máquinas de calibragem. Os suspeitos, residentes no bairro de Argemil, foram denunciados por pessoas que estranharam ver o armazém com a porta aberta a um domingo.

Em Janeiro, o proprietário participou à polícia outro furto no armazém. "Nessa altura também foram eles. Estiveram lá dentro por pouco tempo, mas foi o suficiente para verem o que lá havia e o que queriam tirar", disse ao PÚBLICO fonte policial. **P.S.D.**

Assaltante de banco do Marco suspeito de mais dois assaltos

O homem que foi detido por um grupo de cidadãos após ter assaltado uma dependência bancária no Marco de Canaveses vai aguardar julgamento em prisão preventiva. O detido, de 47 anos e sem qualquer profissão conhecida, é ainda suspeito de ser o autor de pelo menos mais dois assaltos à mão armada a instituições bancárias dos concelhos de Amarante e Celorico de Basto. Em comunicado, a Polícia Judiciária informou ontem que "foi possível relacionar o mesmo indivíduo com a prática dos outros dois crimes de roubo".

Ao final da manhã de sexta-feira, o homem entrou de gorro e de óculos de sol numa dependência bancária de Alpendurada, Marco de Canaveses, e obrigou os funcionários do balcão de atendimento a entregarem-lhe dinheiro em caixa. Durante o assalto, o indivíduo chegou a disparar três tiros, que não provocaram feridos, abandonando o banco de seguida. Na rua, porém, quando se preparava para entrar num automóvel e fugir do local do assalto, foi agarrado por alguns cidadãos que o retiraram até à chegada da GNR.

Na posse do detido, entretanto entregue à PJ, foi encontrada uma pistola ainda com uma munição no carregador e os 1351 euros roubados no banco de Alpendurada, acrescentou a Polícia Judiciária no mesmo comunicado. **Sandra Mesquita**

Juízos Criminais consideraram que divulgar dívidas ao condomínio não é difamar

Os Juízos Criminais do Porto consideraram que divulgar as dívidas de um morador de um prédio ao respectivo condomínio não constitui qualquer prática difamatória, contrariando assim o pretendido pelo Ministério Público e admitido pela Relação.

Fonte judicial explicou ontem à Lusa que os Juízos Criminais absolveram, na última semana, um administrador de condomínio do Porto que estava acusado por injúrias e difamação por ter afixado um cartaz publicitando as dívidas da vizinha do 4.º andar. O cartaz continha os dizeres "aviso de cobrança" e men-

cionava débitos da condômina num total de 234,07 euros, referentes aos anos de 2009 e 2010. Não acrescentava quaisquer considerações sobre a devedora.

Um magistrado judicial dos Juízos Criminais tinha rejeitado a acusação particular da condômina, secundada pelo Ministério Público, considerando-a "manifestamente infundada". No entanto, a Relação do Porto obrigou o tribunal de primeira instância a julgar o caso.

Sem fazer uma "apreciação anticipatória" do que se viria a decidir em julgamento, a 1.ª secção criminal

da Relação do Porto, considerou, em Setembro passado, que o "aviso de cobrança" afixado pelo administrador do condomínio expôs o devedor publicamente "numa situação vexatória e de humilhação, desnecessárias à boa cobrança". É "susceptível de integrar a prática de um crime de difamação", acrescentaram os desembargadores, uma consideração que a primeira instância não secundou.

O arguido sempre argumentou que nunca foi sua intenção "pôr em causa a honra e a consideração" da vizinha mas, tão-só, "reaver uma quantia que foi paga com os seus rendimentos".

GNR recupera meio quilo de ouro roubado

A GNR recuperou na sexta-feira, numa loja de penhores da zona de Santarém, cerca de meio quilo de ouro que tinha sido furtado em casas de Santa Comba Dão, Viseu, Seia e Figueira da Foz. O responsável pelas Relações Públicas da GNR de Viseu, Paulo Fernandes, explicou à Lusa que o ouro, recuperado pelo Núcleo de Investigação Criminal de Santa Comba Dão, "vale, em peça, cerca de setenta mil euros".

Este processo estava a ser investigado desde 2010, após um furto ocorrido numa casa de São João do Monte, na Serra do Caramulo. "Foi possível, ao longo do processo, identificar sete pessoas e provar que elas actuavam to-



Ouro furtado vale 70 mil euros

das em grupo", contou. Os suspeitos, homens e mulheres com idades entre os 22 e 42 anos, residem na zona de Ponte de Sôr e já são reincidentes.

"Tínhamos a referência das residências, dos materiais furtados, tínhamos suspeitos e já tinham sido feitas algumas buscas domiciliárias. Faltava encontrar parte do material do roubo, o que agora se conseguiu", frisou Paulo Fernandes. Desta forma, "o processo fecha com a apreensão deste material e a entrega aos seus proprietários", acrescentou.

A investigação partiu "de uma matrícula de uma viatura", através da qual a GNR conseguiu chegar aos suspeitos.

Idosa roubada por falsos funcionários das Finanças

Dois homens que se faziam passar por funcionários das Finanças convenceram uma mulher de 86 anos a deixá-los entrar em casa, em S. Martinho da Cortiça, Arganil, a quem roubaram dinheiro e bens no valor total de 850 euros. O crime ocorreu na tarde da passada sexta-feira.

Fonte da Guarda Nacional Republicana de Coimbra explicou ao PÚBLICO que os dois homens persuadiram a octogenária com o argumento de que, devido à crise, a moeda do país ia mudar. Pediram que lhes mostrasse as notas de que dispunha e, mal a idosa abriu uma gaveta, retiraram de lá 100 euros. A mesma fonte revelou ainda que um dos assaltantes arrancou do bolso da vítima um fio com uma medalha em ouro avaliado em 750 euros.

Dos indivíduos, as autoridades sabem apenas que aparentavam ter entre os 50 e os 60 anos e que se puseram em fuga numa viatura automóvel "pequena de cor escura", da qual se desconhecem a marca, o modelo e o número de matrícula. **Inês Rios**

Hospital de Braga oferece cuidados de estética a doentes

Os utentes dos serviços de Oncologia, Medicina Interna e Ortopedia do Hospital de Braga vão beneficiar, a partir de 29 de Fevereiro, de cuidados de estética

e cosmética. A iniciativa tem como objectivo "transmitir uma mensagem de esperança e de força aos doentes, incentivando a sua auto-estima e confiança".



Fotografia falada: Carmela García <http://blogs.publico.pt/artephotographica>

Freguesia do Bonfim, no Porto, investe mais de um milhão de euros em creche e lar de idosos

Patrícia Carvalho

Associação de solidariedade social pretende colmatar "lacunas" de freguesia com população muito envelhecida

● A freguesia do Bonfim, no centro do Porto, vai passar a ter um lar de idosos e uma creche - equipamentos até agora "inexistentes" naquela área da cidade -, segundo uma proposta que irá a votação, na próxima terça-feira, na Câmara do Porto.

A criação destes equipamentos, a par de um centro de dia e de um ser-

viço de apoio domiciliário, resulta de um projecto desenvolvido pela associação de solidariedade social Senhor do Bonfim, com o apoio da junta de freguesia local. O investimento, orçado em 1,048 milhões de euros, é participado em 75% pelo programa Pares II, através do Ministério da Solidariedade Social.

A Câmara do Porto, a instituição particular de solidariedade social (IPSS) - que assumirá os restantes 25% de investimento previsto - pede a isenção do pagamento de taxas devidas pela emissão do alvará de licença de obra, no valor de 15 mil euros.

O retrato da freguesia, traçado pela proposta que irá ao executivo e a que o PÚBLICO teve acesso, é

Souto de Moura

A Câmara do Porto quer entregar a Medalha Municipal de Honra da cidade ao arquitecto Eduardo Souto de Moura. A cerimónia, que assinala as comemorações do 25 de Abril, deverá ver ainda o ex-presidente da Sociedade de Reabilitação Urbana, Arlindo Cunha, receber a Medalha Municipal de Mérito - Grau Ouro. Outros distinguidos serão Arnaldo Trindade (Grau Prata) ou o boavisteiro conhecido como "Manuel do Laço" (Grau Bronze).

preocupante. O Bonfim "possui um parque habitacional bastante envelhecido com péssimas condições de habitabilidade associadas aos fracos rendimentos dos idosos, cuja média de idade se situa acima dos 75 anos, acrescendo o isolamento e a falta de mobilidade desta população", lê-se no documento.

A IPSS, que tem desde 2003 tentado "dar resposta a um conjunto de lacunas sociais" na freguesia, quer agora reabilitar e ampliar um edifício para o transformar num equipamento social integrado, criando em simultâneo 17 postos de trabalho.

O projecto encontra-se em fase de adjudicação e a obra deverá durar 12 meses.

Gondomar

Bomba de gasolina assaltada

● Dois encapuzados assaltaram anteontem, cerca das 23h, o posto de abastecimento da Galp na EN 108 em Atães, Gondomar. Os dois assaltantes ameaçaram o funcionário do estabelecimento com um revólver e fugiram numa viatura em direcção ao Porto levando uma quantia em dinheiro ainda não revelada, explicou ao PÚBLICO fonte da Brigada de Trânsito do Porto. O caso está a ser investigado pela Polícia Judiciária.

Droga

Membros de rede internacional detidos

● A Polícia Judiciária deteve dois membros de uma rede de tráfico internacional de droga com origem na Colômbia que actuava na península Ibérica. Um deles, de nacionalidade portuguesa, foi detido anteontem à chegada ao aeroporto do Porto quando transportava consigo cocaína. Ambos os indivíduos, de 33 e 55 anos de idade, vão ser presentes a tribunal para conhecerem as medidas de coacção adequadas.

Vila do Conde

Julgados por furto de leite achocolatado

● Um homem e uma mulher estão a ser julgados no Tribunal de Vila do Conde pelo alegado furto de 56 "packs" de leite achocolatado num hipermercado, no valor total de 111,44 euros. Durante a primeira sessão do julgamento, o Ministério Público solicitou a inquirição da operadora de caixa e a visualização das imagens de videovigilância. A juiz garantiu que vai analisar o requerimento, ao qual dará resposta na próxima sessão.

Porto

Associação retoma visitas a jardins

● O Ciclo Jardins da Cidade do Porto, do Campo Aberto, regressa no dia 17 de Março propondo uma visita guiada pelos jardins e árvores da cidade. Durante os passeios serão abordadas as histórias dos vários espaços verdes do Porto e a biodiversidade neles existente. A primeira visita passará pelos jardins da Cordoaria e do Carregal e pelo Parque das Virtudes. As inscrições, limitadas a 25 visitantes, decorrem até 15 de Março no site da associação, que organiza o ciclo há vários anos.

Porto atrai nova companhia low cost e passa a ter rota para Veneza

Inês Rios

● A recém-fundada companhia low cost Volotea vai estreiar-se no Porto a 24 de Abril, com a oferta da primeira ligação directa entre o Aeroporto Sá Carneiro e o Aeroporto Marco Polo, em Veneza. O trajecto, que até agora obrigava a escalas e pesados custos, será assegurado três vezes por semana e terá, durante o lançamento, um custo mínimo de 19 euros (com taxas incluídas).

A rota Porto-Veneza vai funcionar terças, quintas e sábados. Os aviões vão partir do Sá Carneiro às 13h e aterrar em Veneza às 16h50 (horas locais). No sentido contrário, a partida de Veneza será às 10h40 e a chegada ao Porto está prevista para as 12h35, também de acordo com os respectivos fusos horários. Os bilhetes poderão ser adquiridos no site da Volotea, já a partir da próxima semana.

A Volotea, com sede em Barcelona, é uma iniciativa dos co-fundadores da Vueling Airlines e tem por objectivo colmatar a falta de ligações entre pequenas e médias cidades europeias, entre as quais a viagem implica normalmente demoradas escalas nos hubs das companhias aéreas. O Aeroporto Marco Polo foi a opção da Volotea para primeira base, e a ligação com o Porto completa uma série de novas rotas a partir de Veneza cuja operação terá início na Primavera. Por semana, 750 passageiros terão a oportunidade de voar entre o Porto e Veneza.

Fogo em casa contígua não chegou a afectar Externato Ribadouro

Aníbal Rodrigues

● Os bombeiros sapadores foram ontem chamados a um incêndio numa casa particular, contígua ao Externato Ribadouro, situada na Rua da Constituição, no Porto, mas o incidente pouco alterou a rotina dos alunos, que foram apenas impedidos de regressar às salas de aula enquanto decorria o combate às chamas.

Segundo a responsável pedagógica do estabelecimento de ensino, os alunos do 1.º ciclo cujas salas de aula se encontram mais próximas da zona onde deflagraram as chamas encontravam-se "no intervalo para o almoço". Quando a existência do fogo foi detectada, os funcionários do externato apenas tiveram de pedir aos alunos, "por uma questão de precaução", para permanecerem na zona de recreio/campo de jogos.

O Batalhão de Sapadores foi chamado às 12h58 e rapidamente dominou o fogo. Conforme os relatos dos responsáveis dos bombeiros e da



As chamas atingiram a clarabóia de uma casa particular

Protecção Civil, a clarabóia da casa, onde habitam sete pessoas, estava a sofrer obras de reforço da impermeabilização e terá havido um sobreaquecimento da estrutura que provocou

"um pequeno foco de incêndio". Já depois de concluído o combate às chamas, os bombeiros aguardavam a vinda de técnicos que iriam avaliar o eventual risco de a clarabóia ruir.

Dois detidos por abuso sexual de menores

● A Polícia Judiciária deteve ontem, em Guimarães e na Póvoa de Varzim, dois homens suspeitos de abuso sexual de, pelo menos, três crianças. Num dos casos, as vítimas, de 7 e 15 anos, são neta e filha da companhia do agressor. Em comunicado, a PJ informou que os crimes ocorreram durante o ano passado na área da Póvoa de Varzim. O detido, de 53 anos,

foi presente a primeiro interrogatório judicial e está obrigado a apresentações bissemanais no posto policial da sua área de residência.

A PJ de Braga deteve um outro homem de 53 anos suspeito da prática de diversos crimes de abuso sexual de crianças e pornografia infantil. Em comunicado, a Polícia Judiciária informou que, nos últimos três anos, o

suspeito ter-se-á aproveitado da "confiança em si depositada pela família da vítima para abusar de um menor", um rapaz com, actualmente, 11 anos. O detido, natural de Guimarães, com antecedentes por tráfico de droga, vai ser presente a primeiro interrogatório judicial para conhecer as medidas de coacção a que será sujeito. Sandra Mesquita



O Ministério da Administração Interna (MAI) decidiu ontem reforçar os meios operacionais para o combate aos incêndios florestais, devido às condições meteorológicas propícias à propagação de fogo. O reforço vai ser executado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC).

Alunos do ensino recorrente protestaram contra exames

Inês Rios

Mais do que com a alteração das regras, os alunos estão revoltados com o facto de ter sido feita "a meio do ano"

● "Atirei o pau ao Cra-to-to, mas o Cra-to-to não morreu-eu-eu, injustiça-ça, injustiça-ça, lá se vai, lá se vai o meu futuro!", cantavam os cerca de duzentos estudantes do ensino secundário recorrente que se concentraram ontem de manhã em frente à Direcção Regional de Educação do Norte, no Porto. Sentiam-se afectados pela recente decisão do Governo, que determinou que, no ensino recorrente, para efeitos de acesso ao ensino superior, a conclusão do secundário e a respectiva classificação final passam a depender da realização dos exames nacionais, tal como no ensino regular.

A medida foi tomada depois de se verificar que o ensino recorrente - concebido para proporcionar uma



Alunos protestaram ontem no Porto à frente do edifício da DREN

segunda oportunidade a maiores de 18 anos que abandonaram os estudos precocemente - estava a ser usado para subir as notas. Em concreto, dezenas de estudantes que em 2010 se candidataram com médias do secundário inferiores a 18 valores apresentaram-se em 2011 com média de 20. Isto porque, através do recorrente, os alunos conseguiram fazer de novo todo o secundário no prazo de um ano (embora numa área diferente) através

de provas avaliadas por professores da escola, sem fazer qualquer exame nacional.

Foi "tudo feito de má-fé", critica Ana Alves, de 24 anos, do Externato de Santa Clara, no Porto. A estudante está sobretudo decepcionada com o facto de a medida, aprovada a 12 de Janeiro, ter sido implementada com tão pouca antecedência em relação ao período de inscrição para a 1.ª fase dos exames nacionais, que decorre desde 23 de Fevereiro.

Nos cartazes também se fazia alusão ao *bad timing* da medida: "A meio do ano?! Só pode ser engano". Alguns dos alunos presentes na manifestação ingressaram no ensino recorrente em Setembro/Outubro do ano passado na convicção de que apenas teriam de fazer os exames exigidos pela universidade e, agora, vêem que também terão de se apresentar aos exames específicos do curso secundário que frequentam.

Márcia Moutinho é exemplo dos muitos alunos que estudam uma área diferente da que pretendem seguir

no ensino superior. Com o 12.º ano já concluído, Márcia tornou-se aluna do ensino recorrente com o objectivo de melhorar algumas notas, mas, para isso, teve de mudar de curso, mais concretamente de ciências para humanidades. Em vez de duas provas de ingresso, Márcia conta neste momento com "quatro ou cinco exames" - ainda não sabe bem - no espaço de uma semana. Alguns deles versarão matérias com as quais só teve contacto este ano.

João Pires, de 18 anos, é aluno do Externato Luís de Camões, em Ovar, e conhece vários colegas que, com a efectivação da medida, estarão teoricamente obrigados a realizar exames que têm lugar no mesmo dia e à mesma hora. Geografia e Físico-Química são duas das disciplinas cujos exames se sobreponham a 25 de Junho (1.ª fase) e a 18 de Julho (2.ª fase), sempre às 9h. Dada a obrigatoriedade da 1.ª fase, não é possível fazer uma destas provas na 1.ª e a outra na 2.ª, como poderia acontecer em anos anteriores. **com Graça Barbosa Ribeiro**

Procuradora apanhada com álcool foi multada

● Uma procuradora que conduzia com uma taxa de alcoolemia no sangue de 3,08 gramas por litro, o ano passado, em Cascais, foi sujeita a pena disciplinar de dez dias de multa, segundo o último boletim informativo do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP).

A magistrada, procuradora da República, trabalha nas Varas Cíveis de Lisboa, tendo igualmente respondido no âmbito de um processo-crime (o que ocorre sempre que o condutor apresenta mais de 1,2 gr/l de taxa de alcoolemia) que, devido à sua função, correu no Tribunal da Relação de Lisboa. O desfecho deste caso não é conhecido.

O conselho considerou, por unanimidade, que a procuradora cometeu uma infracção disciplinar, apesar de reconhecer que o facto ocorreu à margem das suas funções. Estão "em causa a prática de actos da vida privada, com repercussão na vida pública do magistrado, incompatíveis com o decoro e a dignidade indispensáveis ao exercício das suas funções", concordaram os conselheiros.

A pena de dez dias de multa foi aprovada pela maioria dos dez membros Secção Disciplinar do CSMP e contou com declarações de votos de dois deles, que defenderam que "a medida da pena adequada seria cinco dias de multa". **Mariana Oliveira**

Julgamento do Freeport já não começa no dia 5

● O início do julgamento do processo relacionado com o licenciamento do centro comercial Freeport, em Alcochete, foi adiado para 8 de Março. O tribunal tinha marcado as duas primeiras audiências para 5 e 6, no Barreiro, mas estas datas foram agora dadas sem efeito por despacho de uma das juízas que vão julgar o caso.

A decisão ficou a dever-se ao facto de aqueles dias terem sido reservados para a audição de Manuel Pedro Nunes e Charles Smith, os dois únicos arguidos do caso, e de ambos terem comunicado ao tribunal que não pretendem prestar declarações nes-

ta fase. Pedro e Smith fizeram saber ao tribunal que querem falar, "mas apenas finda a produção de prova, exercendo o direito que lhes assiste de prestar declarações no julgamento na altura que entenderem mais oportuna para as suas defesas".

Face à posição dos arguidos, o tribunal deu sem efeito os dois primeiros agendamentos, ficando o início do julgamento marcado para 8 de Março. No primeiro dia, deverão começar a ser ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação. Os arguidos estão acusados do crime de extorsão na forma tentada. **J.A.C.**

Já conhece todos os benefícios da Assinatura Digital Público?



E se lhe oferecêssemos mais um?



Subscriba uma Assinatura anual Digital Público e receba **GRÁTIS** a colecção **Arquitectos Portugueses**

*Campanha limitada ao stock existente

Descubra outras ofertas para cada modalidade de assinatura em www.publico.pt/assinaturas/campanha-colecoes.aspx



No autocarro de muletas <http://blogs.publico.pt/teatroanatomico>

The End no Fantas: fãs incondicionais deram-lhe 8 estrelas em 10 possíveis

Reportagem

Inês Rios

Beatriz Pacheco-Pereira, directora do festival, fala de "sucesso absoluto". Entre o público houve quem notasse que este ano se viu menos terror em menos salas

● Sara e Álvaro não se conhecem. Ela é portuguesa, ele é espanhol, ela tem 26 anos, ele 44. Mas estavam ontem no mesmo sítio, à mesma hora. Ela estava no átrio do Rivoli e apressava duas amigas para que não chegassem atrasadas à sessão d'*Os Imortais*. Ele, no andar de baixo, deambulava pela exposição de hologramas comemorativa do aniversário de *Blade Runner*, de Ridley Scott, enquanto folheava o programa do festival e ponderava que filme ver nessa tarde.

Classificar a 32.ª edição do festival com um número de 1 a 10, foi o desafio lançado a ambos. E as respostas foram coincidentes: este ano, o Fantas está "mais fraco", por isso leva um oito. Contraditório? Não. E justificam: em anos anteriores, mereceu seguramente um dez.

Pouco passava das 14h e os espectadores iam chegando, às pinguinhas, para assistir ao filme *Os Imortais*, do português António Pedro de Vasconcelos. Joaquim não está lá para isso - nem sabe que está a decorrer o festival -, mas fita com

curiosidade a estátua que, desde o início desta edição, se instalou à entrada do Rivoli: um dragão azul (esverdeado, vá) em ferro, com uma estranha placa aos pés, onde se lê "[facebook.com/escultoraureliano](https://www.facebook.com/escultoraureliano)". Fantasporto? Não, nunca ouviu falar, mas a estátua é "maravilhosa". Para Joaquim, o dragão tinha calibre suficiente para ocupar o centro da Praça D. João I, que agora está tão nua. Mas ficaria ainda melhor "naquela avenida" que conduz ao Estádio do Dragão, enquanto "símbolo do F.C. Porto".

As pinguinhas vão aumentando de tamanho e transformam-se em grupos de adolescentes faladores e irrequietos. Ana não faz parte de nenhum desses grupos. Sozinha a um canto, consulta o programa do Fantas para ver o que há. Nunca cá esteve, até porque mora na Moita, na margem sul do Tejo. Aproveitou a visita de fim-de-semana à avó para se estrear no festival de que ouve falar há tantos anos. Por fim, decide-se por A.P. Vasconcelos. Já fez um curso de história do cinema com ele, mas os filmes nunca viu. "Cinema português... é um bocadinho difícil chegar a ele", lamenta.

Álvaro, pelo contrário, é frequentador assíduo do Fantas. Até se lhe podia chamar um adepto ferrenho: vem de Vigo ao Porto de propósito para assistir ao festival, sempre que pode. "Também existem festivais de cinema em Vigo e em Madrid, mas este é melhor". Chegou há dois dias e já viu cinco filmes, mas confessa-se desiludido: "Antes [em edições anteriores] havia mais variedade de filmes

e mais salas disponíveis para os exhibir", recorda. Ontem, ainda não sabia que filme ia ver e, enquanto não se decidia, visitou a exposição de hologramas que tantos colegas lhe recomendaram. O que lhe chama mais a atenção é o retrato de Jorge Sampaio - que soube identificar correctamente como ex-Presidente da República - pelo realismo inquietante. "Parece que o senhor está mesmo lá dentro", desabafa, levando a mão ao peito.

A directora do Fantas, Beatriz Pacheco-Pereira, não podia estar mais satisfeita com o resultado da edição deste ano. Sem poupar nas palavras, afirma que tudo foi um "sucesso", desde a exposição de hologramas até ao fórum sobre o futuro. "O festival correu espectacularmente bem, quase todos os realizadores de filmes a concurso e personalidades homenageadas estiveram presentes". No que toca às audiências, mantiveram-se "fortes" como sempre, garante. "Não posso ser modesta, tudo o que nos propusemos a fazer foi feito e bem feito".

O Fantasporto encerra hoje, mas ainda tem algumas surpresas no bolso. Dez sessões repartem-se pelos auditórios, mas o destaque vai para *This Must Be The Place*, do realizador de Paolo Sorrentino, seguido, às 21h, da derradeira entrega dos prémios. A obra de Sorrentino mostra uma estrela de rock em decadência (e com traços de Robert Smith, dos The Cure), interpretada por Sean Penn. "Deve ser um belo filme", arrisca Beatriz Pacheco-Pereira.

Costa negociou protocolo com a Estamo sem nada dizer à oposição em Lisboa

José António Cerejo

● O presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, assinou em Maio um protocolo com a Estamo, imobiliária de capitais exclusivamente públicos, que abre as portas, ainda que indirectamente, à aprovação de dez grandes projectos imobiliários, parte dos quais aquela empresa não conseguiu viabilizar no passado. Ao mesmo tempo, o município assegurou a cedência pela Estamo de quatro imóveis para escolas e equipamentos públicos.

O protocolo, cuja existência era até agora desconhecida de todos os vereadores da oposição, não consagra, nem a lei o permite, o compromisso camarário de aprovação dos projectos da Estamo em troca dos imóveis pretendidos pelo município. O que prevê é que à medida que a câmara for licenciando as urbanizações da empresa, esta lhe transmita aqueles imóveis, a título de "pagamento em espécie das compensações legalmente devidas", nomeadamente taxas relativas às infra-estruturas dos empreendimentos.

Caso a autarquia pretenda entrar na posse de alguns desses espaços antes da aprovação dos projectos da Estamo, a sua cedência ficará dependente da celebração prévia de um contrato. É isso que deverá acontecer, em data ainda desconhecida, com o antigo Convento do Desagravo, junto à Feira da Lada, onde a autarquia quer começar a construir várias escolas ainda este ano. Em termos de compromissos concretos, apenas a Estamo assume a obrigação de "não dispor" dos quatro imóveis destinados à câmara até Maio de 2014 - "ou até que o município decida se pretende adquirir a sua propriedade por via do pagamento em espécie" das compensações devidas pela aprovação municipal dos empreendimentos da empresa.

A viabilização destes projectos, diz o texto do acordo, "depende da aprovação de planos municipais" e de outros instrumentos de ordenamento, entre os quais avulta o Plano Director Municipal (PDM). Na altura em que o protocolo foi assinado, Maio de 2011, o processo de revisão do actual PDM - que impede a aprovação da maior parte dos projectos da Estamo - estava quase concluído, tendo a sua discussão pública terminado uma semana antes.

A versão saída dessa revisão, em que algumas das pretensões da Estamo não foram contempladas, aguarda ainda aprovação na Assembleia Municipal, mas permite a concretização de todos os dez projectos previstos no protocolo. Para efeitos de acerto de contas entre as partes, os imóveis que passarão para a propriedade do município, em troca das taxas que lhe forem devidas pela Estamo, serão contabilizados pelo valor que possuem nas contas da Estamo, "aten-



Hospital dos Capuchos

to o fim público a que se destinam".

O Convento do Desagravo vale oito milhões de euros. As outras parcelas a ceder à autarquia são o Quartel do Cabeço da Bola (8,2 milhões), onde ainda está instalada a GNR e a câmara quer fazer escolas; os edifícios da Av. 24 de Julho (7 milhões) onde funcionou a Direcção-Geral da Administração Pública e que a autarquia quer demolir para criar um largo integrado no conjunto do futuro Centro Cultural Áfricacont.; e o Complexo Desportivo da Lapa (10,2 milhões). Aqui, a Estamo ainda tentou que o novo PDM permitisse a construção de edifícios, mas, segundo o presidente da empresa, Francisco Cal, a câmara recusou-se a retirar-lhe o uso desportivo.

O complexo pertencia ao Instituto do Desporto de Portugal (IDP) antes de ser adquirido pela Estamo com o mesmo objectivo com que adquiriu todos os imóveis de que é proprietária: revendê-los a privados por um valor muito superior, gerando assim receitas para o Estado, seu único acionista. Logo que o IDP se retire do local, a Estamo deverá contratualizar a sua gestão com a câmara, independentemente da sua futura integração no património municipal.

Câmara "coopera"

Nos termos do protocolo, o município reconhece a "relevância para o desenvolvimento da cidade" dos projectos da Estamo e compromete-se a "cooperar para a sua concretização". Para lá da urbanização de dois terrenos com um total de mais de 10,3 hectares, junto ao Lar Maria Droste (Segunda Circular) e na Av. Alfredo Bensaúde, o documento refere os projectos a construir na Av. de Berna (Universidade Nova) e nos terrenos da Penitenciária. No caso da Segunda Circular, a Estamo poderá vir a reforçar a capacidade construtiva que o PDM atribui aos seus terrenos, adicionando-lhe os direitos de construção de uma parcela camarária contígua, que poderão servir para pagamento do Convento do Desagravo.



Crise está a emperrar investimentos hoteleiros no centro de Gaia

Construção do Oporto Vintage Hotel está parada há oito meses. A do Centro Cultural, que também terá hotel, foi suspensa há ano e meio, mas a câmara tem garantias de que será retomada

Autarquias
Aníbal Rodrigues

A construção de hotéis no centro histórico de Gaia é uma bandeira do executivo camarário liderado por Luís Filipe Menezes. O autarca gosta de falar dela nas suas intervenções públicas como símbolo da capacidade do município de atrair investimento. No entanto, por estes dias, a concretização desses investimentos não está a correr tão bem quanto a câmara desejaria. Exemplo disso é a obra do Oporto Vintage Hotel, do grupo CS, liderado pelo empresário Carlos Saraiva, amigo pessoal de Menezes, que parou há cerca de oito meses. Tudo por causa das dificuldades financeiras que o grupo CS atravessa.

Ontem mesmo, a Lusa noticiou a concentração de trinta funcionários do Solar da Rede, outra unidade do grupo CS, em Mesão Frio, que se queixavam de três salários em atraso e da "grande incerteza" quanto ao futuro deste equipamento hoteleiro. O Solar da Rede, de cinco estrelas, fechou em Janeiro. A água e electricidade estão desligadas desde essa altura, mas os funcionários continuam a apresentar-se ao trabalho.

Segundo o *Expresso* de 25 de Fevereiro último, o empreendimento do CS Oporto Vintage Hotel foi um dos activos entregue ao BCP, BES e Banco Popular com vista ao saneamento financeiro do grupo CS. O PÚBLICO contactou o grupo, assim como BCP e BES para saber o que vai acontecer à obra parada, mas não obteve qualquer resposta.

Já o vice-presidente da Câmara de Gaia, Firmino Pereira, confirma que a obra parou e que não dispõe de informação sobre um eventual recomeço. A autarquia "não pode fazer nada" por se tratar de um terreno privado. "Esperamos que os bancos e o grupo CS possam recomeçar a obra", manifestou. Um hotel cinco estrelas com 147 quartos e um auditório com 900 lugares seria "uma grande mais-valia para o centro histórico de Gaia", destaca Firmino Pereira. O autarca acredita

que, face ao que já foi feito no local, a construção terá de recomeçar. "Já estão lá muitos milhares de euros investidos com a contenção periférica do edifício."

Mesmo estando parada, a vedação da obra continua no local, ocupando o passeio, o que obriga os peões a caminhar na faixa de rodagem da Rua Serpa Pinto, comprometendo a sua segurança. Confrontado com esta situação, Firmino Pereira não prevê, pelo menos para já, nenhuma alteração. "A vedação tem de existir porque lá dentro há um buraco enorme", referiu.

Apesar destes problemas, Firmino Pereira ganhou ontem um motivo para sorrir. "Uma grande notícia", disse. Ao lado do terreno para o hotel CS está outra obra "parada há ano e meio": a do Centro Cultural de Gaia, uma concessão da autarquia pelo prazo de 50 anos. "A obra vai reiniciar-se na primeira semana de Abril e foi-me garantido que estará concluída em Setembro de 2013", revelou o vice-presidente da câmara. Este centro cultural foi concessionado à Novopca e a sua construção foi interrompida devido à insolvência do concessionário. Firmino Pereira salienta que "a insolvência está ultrapassada", pelo que o futuro centro, que incluirá também hotel, auditório, restaurante, estacionamento e lojas de vertente cultural deverá entrar em funcionamento em Setembro de 2013.

Porto inaugurou Carris

Na margem oposta do Douro abriu ontem o mais recente empreendimento do grupo espanhol Carris, que escolheu o Porto para erguer um novo hotel de quatro estrelas. O Hotel Carris Porto Ribeira, na Rua do Infante D. Henrique, a escassos metros do rio, sofreu um ligeiro atraso inaugural, cerca de uma semana, devido a um percalço na remodelação dos cinco edifícios classificados de interesse nacional que deram origem ao hotel.

Os cinco prédios - o mais alto composto por sete andares - estão ligados por passarelas aéreas. Comportam 90 quartos, um restaurante,



Empreendimento do Oporto Vintage Hotel foi um dos activos entregue pelo grupo CS à banca

Cerâmica das Devesas tem projecto aprovado

Associação Verdegaia preferia complexo museológico no local

A associação Verdegaia denunciou ontem, em comunicado, que a "cada dia se torna mais evidente o estado de degradação em que se encontra aquela que já foi a maior fábrica cerâmica da Península Ibérica e uma das melhores do mundo - a Fábrica Cerâmica das Devesas", em Gaia.

Esta associação dedicada ao estudo, defesa e divulgação do património cultural e ambiental de Gaia adianta que já "alertou as autoridades para a degradação em que se encontra a antiga Fábrica Cerâmica das Devesas". Entre estas, encontra-se a PSP, uma vez que, segundo a

Verdegaia, a antiga cerâmica tem sido alvo de "actos de vandalismo". "Tratando-se de uma propriedade particular, é também um património municipal há mais de 20 anos e pelo que foi dado a conhecer à Verdegaia pelo vereador da Cultura, está em vias de ser concluído o processo de classificação de património nacional, uma decisão que se arrasta desde 1999".

A Verdegaia diz que o abandono deste património "é um crime" e propõe que a antiga fábrica seja utilizada "como complexo para a área museológica, empresarial,

turística, cultural e patrimonial".

Uma proposta muito longe de ser concretizada, uma vez que, confrontado com a posição da Verdegaia, o vice-presidente da Câmara de Gaia, Firmino Pereira, adiantou que existe um projecto privado para a antiga cerâmica. Este consiste "na construção de habitação, comércio e serviços". "Está tudo aprovado, está em condições de avançar, mas o que acontece é que o mercado não está para este tipo de investimentos", justifica Firmino Pereira, que ressalva: "Existirá uma preservação de grandes áreas museológicas dedicadas à antiga actividade industrial."



Breves

Douro

Ricardo Magalhães
exonerado da
Estrutura de Missão

A Estrutura de Missão do Douro, encarregue de pôr em prática o plano estratégico da região, terá nova liderança. O Governo exonerou Ricardo Magalhães, antigo secretário de Estado do Ambiente, e indicou o nome de Célia Quintas, directora do Serviço de Planeamento e Ordenamento da Comissão de Coordenação da Região Norte, para o substituir. O mandato de Ricardo Magalhães terminava apenas em 2013.

Porto

Cafeteria na
estrutura da Ponte
Pênsil adjudicada

A cafeteria situada na estrutura da antiga Ponte Pênsil foi adjudicada provisoriamente pela Câmara do Porto à firma Carlos Magalhães & Helena Restauração e Hotelaria, Ld.ª, que fez a oferta mais alta entre os cinco interessados. A cafeteria recebeu 13 licitações e o preço-base de 750 euros foi em muito ultrapassado: os vencedores irão pagar ao município 1600 euros mensais pelo espaço.

Porto

Câmara e DRCN
apoiam recuperação
da Torre dos Clérigos

A Irmandade dos Clérigos assina, na segunda-feira, dois protocolos para a implementação de um programa para a recuperação, requalificação, valorização e divulgação da Torre dos Clérigos, que em 2013 comemora 250 anos. A cerimónia de assinatura dos protocolos com a Câmara do Porto e a Direcção Regional de Cultura do Norte realiza-se na Igreja dos Clérigos, às 11h.

Porto contrata
manutenção de
parcómetrosAutarquias
Patrícia CarvalhoCâmara do Porto
celebra contrato de
manutenção dos
equipamentos, até entrada
em vigor da concessão

A Câmara do Porto prevê que a concessão dos parcómetros da cidade entre em vigor "no início do segundo semestre", mas até à sua concretização vai assumir os custos de manutenção dos equipamentos. O contrato de adjudicação deste serviço, com o prazo de quase nove meses, ronda os 190 mil euros.

Foi há cerca de uma semana que o município contratou a Resopre - Sociedade Revendedora de Aparelhos de Precisão, S.A. para proceder à "manutenção dos parcómetros existentes na cidade do Porto". O prazo contratual é de oito meses e 26 dias e o preço deste serviço é de 187.858,80 euros, mas fonte camarária garante que poderá não chegar a tanto. "O contrato celebrado [...] pode ir até aos nove meses, até ao valor estabelecido nesse contrato ou ainda até ao início do contrato de concessão a celebrar no âmbito do procedimento em curso, dependerá portanto, do evento que ocorrer primeiro", explicou, em resposta escrita ao PÚBLICO, Manuela Bernardes, directora do departamento de Trânsito e Mobilidade da autarquia.

A mesma fonte realça que não era possível deixar para o concessionário os trabalhos que irão agora decorrer, mesmo que o contrato da concessão a concurso atribua ao vencedor a responsabilidade de

"planeamento e execução dos trabalhos de adaptação dos parcómetros e seu software", em algumas zonas da cidade, nomeadamente, a "remoção de parcómetros e sinalização em zonas que deixaram de ser taxadas; actualização das taxas e revisão da localização dos equipamentos e uniformização da sinalética existente".

Manuela Bernardes garante que o investimento actual "era necessário para manter em funcionamento os parcómetros que existem actualmente, de forma legal, uma vez que a empresa assegura todas as certificações e verificações metro-lógicas".

Vandalismo

A directora de departamento aponta ainda outro motivo para os trabalhos de manutenção avançarem no imediato: "Os actos de vandalismo sobre estes equipamentos têm vindo a aumentar e as reparações exigem sempre a intervenção de técnicos especializados."

A Câmara do Porto decidiu concessionar o estacionamento pago na via pública da cidade. As alterações previstas para os próximos anos apontam para que o número de parcómetros possa crescer dos actuais 3920 para os 10 mil.

Na reunião de câmara de terça-feira, o executivo aprovou a decisão do júri do concurso que aceitou cinco candidaturas, na fase prévia de qualificação. Os cinco concorrentes, que foram convidados a apresentar propostas, são a Saba, a Estacionamentos y Servicios, o grupo Empark-ESLI-Gisparques II-EMSA-Domier, o Tecnovia-Tecnovia Açores-Tecnovia Madeira e o C.P.E.-Contacto.

Chef Rui
Paula quer
Casa de Chá
da Boa Nova

Concessão

A Câmara de Matosinhos
também gostaria de ver
o dono dos restaurantes
DOP e DOC no espaço
projectado por Siza Vieira

A Câmara Municipal de Matosinhos e o chef Rui Paula estão em negociações para que o dono dos restaurantes DOP e DOC assumam a concessão da Casa de Chá da Boa Nova, que hoje fechou as portas para requalificação, como adiantou ontem o PÚBLICO.

O presidente da Câmara de Matosinhos, Guilherme Pinto, já afirmou que quer que a Casa de Chá "obtenha uma estrela Michelin e se coloque no roteiro gastronómico mundial", enquanto o vice-presidente, Nuno Oliveira, garantiu à Lusa que "o chef Rui Paula seria um ótimo aliado para conseguir esse objectivo". O vice-presidente explicou ainda que, "até à data, as negociações ainda não estão fechadas, mas seria uma grande honra poder contar com um chef tão conceituado".

A Casa de Chá da Boa Nova, projectada por Siza Vieira, vai ser alvo de uma requalificação por parte da Câmara de Matosinhos, que, conforme afirmou o presidente Guilherme Pinto, "pretende dar uma nova luz a um local que é já classificado como um monumento nacional". "Estávamos à espera que terminasse a concessão que estava responsável pela Casa de Chá e, quando isso aconteceu, resolvemos fazer uma revisão do equipamento para avançar para as obras de requalificação. Queremos que a qualidade arquitectónica se equipare ao serviço e por isso mesmo precisamos fazer obras de conservação", explicou o autarca. Guilherme Pinto confessou ainda: "Temos o objectivo de nos aliarmos a um parceiro que nos faça conseguir conquistar uma estrela Michelin, que distinga os melhores restaurantes".

Rui Paula é o parceiro desejado para alcançar o objectivo, ficando a faltar ultimar pormenores das negociações entre ambas as partes. O conceituado chef, que na última atribuição de estrelas Michelin não conseguiu conquistar o ambicionado galardão, afirmou, à Lusa, que "ainda é muito cedo para falar sobre este assunto, mas assim que for oportuno farei declarações".

PÚBLICO/Lusa



cinco salas de reuniões e um ginásio. O hotel custou à Carris 14 milhões de euros, mas a empresa dispôs de alguns fundos comunitários, como referiu o director de operações, Jorge Martin.

"[A ribeira portuense] é um espaço muito interessante", referiu o responsável, justificando a decisão da Carris de abrir um novo hotel no local com a "grande qualidade que ele representa a nível turístico".

Confrontado com o caso do hotel CS, com a construção parada do lado gaiense, Jorge Martin não mostra receio em relação à crise que o país atravessa: "O nosso investimento é a longo prazo, não é para ser pensado em três ou quatro anos, mas em quinze ou até vinte", explicou. Além disso, embora não se identifique com uma lógica low-cost, o Hotel Carris do Porto vai praticar preços "competitivos" e "ajustados ao momento [de crise]". **com Inês Rios**



Lei exige que parcómetros estejam operacionais e certificados

!bô, ou o lado cosmopolita de Trás-os-Montes

Imprensa
Inês Rios

Revista, que vai no terceiro número, quer livrar Trás-os-Montes da "imagem do burro e do carro de bois"

Entre transmontanos, "bô" é expressão de admiração, é espanto, é surpresa. É, esperam os criadores da *!bô*, a reacção que todos têm ao folhear esta revista trimestral criada com a expectativa de mostrar a região e os seus habitantes, num ângulo inesperado, cosmopolita até, sem abdicar da forte identidade associada a este região.

A *!bô* nasceu, em Julho de 2011, da iniciativa de alguns membros de uma empresa de publicidade que, como tal, contavam já com uma vasta experiência em design gráfico. E é precisamente através dessa componente que a revista surpreende, pelas capas cuidadas, pelos contrastes arriscados, pelos cabeçalhos criativos. Nada daquilo que normalmente se atribui à chamada "imprensa regional".

"Os conteúdos [também] não têm rigorosamente nada a ver com a imprensa regional tradicional", garante o director da *!bô*, João Paulo Castanho. A publicação transmontana pretende ir além do jornalismo efémero e da notícia objectiva e, para isso, privilegia os estilos "intemporais", como a reportagem e a entrevista. Três números lançados, três figuras de renome na "Capa de honras", a grande entrevista que invariavelmente abre a *!bô*: Adriano Moreira, que dispensa apresentações, Dionísio Gonçalves, presidente do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Bragança, e D. José Cordeiro, bispo da diocese de Bragança-Miranda.

"Queremos criar uma revista de biblioteca", é a justificação que João Paulo Castanho dá para o facto de a revista se afastar tanto do jornalismo e valorizar uma escrita livre e imaginativa. O único jornalista que integra a "redacção" da *!bô* (entre aspas porque ela não existe no interior de quatro paredes) é, aliás, António José Gouveia, que quase só lhe faz artigos de opinião.

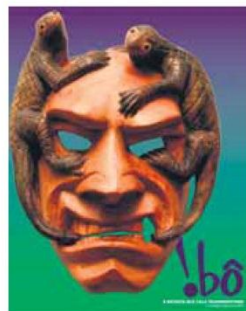
Das cerca de 70 páginas que compõem a *!bô*, oito são geridas pela Direcção Regional de Cultura do Norte: a secção "Caligrafias", que aborda vida e obra de escritores

oriundos de Trás-os-Montes (e que já foi dedicada a Miguel Torga), e a secção "Arquitecturas", que enaltece o património histórico da região. Desde a 2.ª edição, a *!bô* comporta também a secção "Universo Transmontano", cujo intuito é mostrar casos de pessoas que se mudaram de Trás-os-Montes para o mundo e são, hoje, bem-sucedidas. Uma arquitecta brigantina em Nova Iorque e um casal que passou por Gibraltar e aterrou no Qatar já relataram as suas experiências à *!bô*. Num registo mais *light*, um consultório sentimental e o horóscopo são outras propostas da revista "que fala transmontano" - o slogan.

Nova edição na Primavera

Pontualmente mais abrangentes, os temas são, "na sua essência", transmontanos, refere João Paulo Castanho, e espelho de uma cultura e de uma identidade com séculos de existência. É exactamente o contraste entre o design e os conteúdos, essa "fusão entre modernidade e tradicionalismo", como lhe chama o director, que torna a *!bô* especial e de tal modo inesperada. Apesar da especificidade dos conteúdos, a *!bô* não foi feita para ser lida nos dois distritos que constituem Trás-os-Montes, ou pelo menos "só" aí. Pretende chegar até "onde existe um transmontano", seja isso onde for.

As estações do ano vão rodando e a *!bô* acompanha-as. A mimosa Primavera trará com ela mais uma edição, sobre a qual João Paulo Castanho já desvendou alguns segredos: em destaque, explica, estará uma aldeia fronteiriça, onde a revista foi à procura das memórias da Guerra Civil de Espanha que os habitantes mais anciãos conservam bem vivas.



O número de Inverno da !bô



Breves

Penafiel

Bracalândia reabre até ao Verão após acordo de credores

A Assembleia de Credores da Bracalândia aprovou o plano de viabilidade da empresa, o que vai permitir a reabertura, antes do Verão, do parque de diversões de Penafiel, confirmou à Lusa o autarca local. Segundo Alberto Santos, a proposta de viabilidade foi aprovada pelos principais credores da Bracalândia, incluindo dois bancos. A empresa proprietária do parque tinha pedido a insolvência ao tribunal local em outubro do ano passado.

Menezes não vai discutir novas pontes com Rui Rio, com quem assume não ter um diálogo fácil

Autarquias

O presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia afirmou ontem que até ao final do actual mandato autárquico não vai discutir com o seu homólogo portuense as novas pontes que gostaria de ver construídas sobre o Douro. Para Luís Filipe Menezes, não faz sentido que autarcas em fim de mandato, "que estão de saída, discutam grandes projectos". A este motivo, o antigo presidente do PSD acrescentou outro: "Não vamos escamotear uma questão. Eu e o senhor presidente da Câmara do Porto, por razões idiossincráticas, de maneira de ser, não somos duas pessoas que tenham um diálogo fácil".

Menezes, que falava aos jornalistas após a assinatura de um protocolo com a Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Gaia, referia-se ao projecto, a ser apresentado em breve pela sua autarquia, de novas travessias entre o Porto e Gaia. Obras "que apontam para um investimento numa década na ordem dos 200 milhões de euros", assinalou.

O autarca lembrou os gastos superiores efectuados na Ponte Vasco da Gama, ou no tabuleiro ferroviário da Ponte 25 de Abril, em Lisboa. E afirmou esperar que nos próximos anos deixe de existir o "favorecimento exclusivo de uma área metropolitana em detrimento de outras".

As propostas serão sujeitas a "debate público" e pretendem ser "o contributo que a Câmara de Gaia pode dar para os executores políticos que vêm aí, em 2013", para as duas cidades. Os novos autarcas terão assim "o trabalho de casa feito, terão o debate público feito e caber-lhes-á depois decidir que opções devem tomar". Lusa

Páscoa 2012 Concertos e Celebração

Programa

Stabat Mater - João Rodrigues Esteves (ca 1690 – ca 1755)
Vesperae Sollemnes de Confessore - W. A. Mozart (1756-1791)

Catedral de Braga (3 Abril), Igreja de Silvalde – Espinho (4 Abril), Igreja da Lapa – Porto (6 de Abril), às 21H30.

Missa da Coroação – W. A. Mozart
Sé Catedral do Porto
Missa estacional (8 Abril) 11H00

Ana Pinto, Ana Santos, Helder Bento, Armando Possante
Coro da Sé Catedral do Porto
Camerata Novnorte
Dir.: Pe. Ferreira dos Santos

Org.: Coro da Sé Catedral do Porto



Público Online:

19.12.2011 – “Parte da cidade do Porto sem energia durante uma hora”. <http://publico.pt/1525694>

09.01.2012 – “Homem tentou matar o filho durante o sono com uma faca”. <http://publico.pt/1528271>

09.01.2012 – “Despiste causa ferido grave em Vieira do Minho”. <http://publico.pt/1528276>

14.02.2012 – “Rebentamento de garrafa de oxigénio no hospital de Chaves provoca um ferido”.
<http://publico.pt/1533682>

P3:

10.01.2012 – “Velo Culture: em tempo de troika, anda de bicicleta”.

<http://p3.publico.pt/vicios/em-transito/1925/velo-culture-em-tempo-de-troika-anda-de-bicicleta>

31.01.2012 – “Galeria Gabinete contra a apatia”.

<http://p3.publico.pt/cultura/design/2114/galeria-gabinete-contrapatia>

31.01.2012 – “O mundo de Marta Nunes na Galeria Gabinete”.

<http://p3.publico.pt/cultura/design/2115/o-mundo-de-marta-nunes-na-galeria-gabinete>

21.02.2012 – “Fantasporto 2012 lança antologia de ficção científica”.

<http://p3.publico.pt/cultura/livros/2303/fantasporto-2012-lanca-antologia-de-ficcao-cientifica>

25.02.2012 – “Em Abrantes, há cultura para além das tigeladas”.

<http://p3.publico.pt/cultura/exposicoes/2344/em-abrantes-ha-cultura-para-alem-das-tigeladas>

09.03.2012 – “LGBT: vais ouvir o Zimler ou ficar em casa com o preconceito?”.

<http://p3.publico.pt/cultura/livros/2457/lgbt-vais-ouvir-o-zimler-ou-ficar-em-casa-com-o-preconceito>